



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 14^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura)

**22/06/2023
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

14^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/06/2023.

14^a REUNIÃO, ORDINÁRIA

quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 31/2023 - Não Terminativo -	SENADORA MARGARETH BUZETTI	8
2	MSF 33/2023 - Não Terminativo -	SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA	69
3	MSF 30/2023 - Não Terminativo -	SENADOR CID GOMES	124
4	MSF 32/2023 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	178
5	MSF 36/2023 - Não Terminativo -	SENADOR HUMBERTO COSTA	219
6	MSF 37/2023 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO DUEIRE	259

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

Bloco Parlamentar Democracia(UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG 3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(PSDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050

SUPLENTES

Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Wellington Fagundes(PL)(1)(11)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6213 / 3775	2 Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
 E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC](https://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC)
 OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 22 de junho de 2023
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
14^a Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de relatórios (20/06/2023 17:21)
2. Idem (21/06/2023 15:49)
3. Inclusão de link (22/06/2023 09:21)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da Senhora SILVANA POLICH, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Croácia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 33, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA VIEIRA SANTOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 30, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SIDNEY LEON ROMEIRO, Ministro de primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) N° 32, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) N° 36, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ADRIANO SILVA PUCCI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Bahrein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 6**MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL SILVANA POLICH
CPF: 032.722.178-00

1954 Filha de Stojan Polich e de Zora Mandic Polich, nasce em 31 de março, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1973 Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade de São Paulo
 1979 Direito pela Universidade de São Paulo
 1981 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
 1984 Curso de Especialização em Relações Internacionais em Florença, Itália
 2008 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: "Brasil e a desconstrução da antiga Iugoslávia: lições e perspectivas para a diplomacia brasileira"

Cargos:

1982 Terceira-secretária
 1986 Segunda-secretária
 1995 Primeira-secretária
 2004 Conselheira, por merecimento
 2008 Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1983 Divisão da América Central e Setentrional, assistente
 1985 Divisão de Operações Comerciais, assistente
 1986-89 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceira e segunda-secretária
 1989-92 Embaixada em Praga, segunda-secretária
 1992-95 Embaixada em Sófia, Segunda, primeira-secretária e conselheira, comissionada
 1995-99 Divisão de Temas Sociais, subchefe
 1999 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, assessora
 1999-03 Embaixada em Bruxelas, primeira-secretária
 2003-04 Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, chefe, substituta
 2004-09- Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, chefe
 2009-11 Embaixada no Vaticano, ministra-conselheira
 2011-17 Embaixada em Berlim, ministra-conselheira
 2017-20 Embaixada em Oslo, ministra-conselheira
 2020- Embaixada em Budapeste, ministra-conselheira

Condecorações:

2008 Grão Mestre da Ordem do Rio Branco, Comendador.

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



Embaixada do Brasil em Zagreb

FICHA-PAÍS

REPÚBLICA DA CROÁCIA



OSTENSIVO

2023 (rev 1)

Índice

Dados Básicos	3
Perfis biográficos	4
Política Interna	9
Política Externa	11
Economia	13
Relações bilaterais	16
Comércio Brasil-Croácia	26
Anexos	28

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República da Croácia
GENTÍLICO	Croata
CAPITAL	Zagreb
ÁREA	56 594 km ²
POPULAÇÃO (2021)	3,8 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Croata
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (85,5%), Ortodoxo (4,43%) e Islamismo (1,54%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Zoran Milanović (desde 18/02/2020)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Andrej Plenković (desde 19/10/2016)
MINISTRO DO EXTERIOR	Gordan Grlić-Radman (desde 22/07/2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2022)	US\$ 73,4 bilhões
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPP) (2022)	US\$ 161,2 bilhões
PIB PER CAPITA (2022)	US\$ 18.450
PIB PPP PER CAPITA (2022)	US\$ 40.484
VARIAÇÃO DO PIB	13,1% (2021); -8,6% (2020); 3,4% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021)	0,851 (40º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022)	78,8 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,7% (setembro de 2022)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
ENCARREGADO DE NEGÓCIOS EM ZAGREB	MSC Henrique Archanjo Ferraro
EMBAIXADOR DA CROÁCIA EM BRASÍLIA	Ranko Vilović (desde dezembro de 2019)
BRASILEIROS NA CROÁCIA	238

Intercâmbio Comercial Brasil-Croácia (US\$)

	2018	2019	2020	2021	2022
Corrente	117.446.997	112.534.615	70.189.573	72.437.181	127.4142.98
Exportação	102.938.735	90.115.008	57.913.674	72.411.259	109.808.601
Importação	14.508.262	22.419.607	12.275.899	25.614.308	17.605.697
Saldo	88.430.437	67.695.401	45.637.775	46.796.951	92.202.904

Perfis biográficos

Zoran Milanovic **Presidente da República**



Zoran Milanovic nasceu em 30 de outubro de 1966 em Zagreb, onde se formou no ensino fundamental e médio. Graduou-se em Direito pela Universidade de Zagreb em 1990. Em 1998, obteve o título de Mestrado em Direito da União Europeia pela Universidade Flamenga de Bruxelas.

Iniciou sua carreira profissional como estagiário no Tribunal Comercial de Zagreb e em 1993 ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros croata. Foi conselheiro político da missão de paz da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) no Azerbaijão em 1994, e, de 1996 a 1999, atuou como conselheiro da missão da Croácia junto à União Europeia e à OTAN em Bruxelas. Em 2003, Zoran Milanovic tornou-se Ministro Adjunto para Assuntos Políticos Multilaterais no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 2007, foi eleito Presidente do Partido Social Democrata (SDP) da Croácia, sucedendo a Ivica Racan. Naquele ano, também atuou como Presidente do Comitê Nacional de Acompanhamento das Negociações de Adesão da República da Croácia à União Europeia. Tornou-se membro do Parlamento croata em 2008. Até 2011, foi Presidente do Grupo Parlamentar do SDP e membro da Comissão Parlamentar de Constituição, Ordem Permanente e Sistema Político.

Como líder da coalizão de quatro partidos de centro-esquerda, venceu as eleições parlamentares de 2011, tornando-se o Primeiro-Ministro do 10º governo croata. Durante seu mandato, no ano de 2013, a Croácia tornou-se membro da União Europeia. Foi Primeiro-Ministro da Croácia até 2016. Após as eleições antecipadas de 2016, encerrou o seu mandato como Presidente do Partido Social Democrata. Mais tarde, continuou sua carreira profissional como consultor.

Voltou à política em 2019. Concorreu e venceu as eleições presidenciais de 2019-2020, tornando-se o quinto Presidente da República da Croácia.

É casado desde 1994 com Sanja Music Milanovic, com quem tem dois filhos.

Andrej Plenkovic
Primeiro-Ministro



Andrej Plenkovic nasceu em 8 de abril de 1970, em Zagreb. Formou-se em Direito em 1993 e trabalhou, por meio da Fundação Robert Schuman, como estagiário do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu em 1993 e na Missão croata junto à UE em 1994.

No mesmo ano, ingressou no Ministério das Relações Exteriores. Em 1995, foi Chefe do Gabinete do Vice-Ministro, e, em 1997, assumiu a chefia do Departamento da Integração Europeia. Destacou-se como membro da equipe que negociou o Acordo de Estabilização e Adesão da Croácia à União Europeia.

Promovido a Conselheiro em 1999, foi lotado na Missão da Croácia junto à UE em Bruxelas (2002-2005) e na Embaixada da Croácia em Paris (2005-2010). A convite do então chanceler Gordan Jandrokovic, assumiu, em 2010, o cargo de Secretário de Estado para a Integração Europeia.

Em 2011, foi eleito deputado pelo HDZ. Em 2013 assumiu uma das cadeiras croatas no Parlamento Europeu e, em 2016, foi eleito presidente do partido. Após nova vitória nas eleições legislativas, foi nomeado, aos 46 anos, o 12º primeiro-ministro do país.

Sua política é caracterizada como moderada, liberal, progressiva e pró-europeia, fato que foi decisivo na recente mudança de rumo do partido, antes caracterizado como nacionalista, conservador e de direita.

O atual PM ostenta grande prestígio no Partido Popular Europeu e, a despeito do reduzido peso geopolítico da Croácia no continente, tem sido uma das figuras de maior destaque nas principais decisões do partido, tendo tido influência decisiva nas indicações do PPE, vencedor das últimas eleições parlamentares continentais, aos cargos máximos da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, e do Banco Central Europeu, Christine Lagarde.

Atribui-se ao seu prestígio as eleições de Marija Pejcinovic Buric à secretaria-geral do Conselho da Europa e de Dubravka Suica à vice-presidência da Comissão Europeia.

Andrej Plenkovic é casado com Ana Maslac Plenkovic e tem dois filhos. É fluente em inglês, francês e italiano, e comunica-se em alemão.

Gordan Grlic Radman
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus



Gordan Grlic Radman nasceu em 6 de junho de 1958, em Tomislavgrad, Bósnia e Herzegovina. Formado em “Engenharia e Economia Agrícola” pela Universidade de Zagreb em 1982, iniciou a carreira trabalhando para o setor privado na Suíça. Retornou à Croácia em 1991 para assumir o cargo de Secretário de Negócios na Faculdade de Medicina da Universidade de Zagreb. No ano seguinte, foi contratado pelo Ministério das Relações Exteriores para estabelecer a rede consular croata na Suíça. Além de Berna, serviu na embaixada em Sofia e foi embaixador da Croácia na Hungria e na Alemanha.

Fez pós-graduação em Relações Internacionais na Faculdade de Ciência Política da Universidade de Zagreb, onde foi nomeado, em 2010, Pesquisador Associado.

Na chancelaria croata, ocupou os cargos de Secretário-Geral e de Chefe do Departamento da Europa Central. Foi membro do grupo de trabalho para as negociações de adesão à União Europeia.

Em 2009, tornou-se representante permanente da República da Croácia na Comissão do Danúbio em Budapeste, instituição que passou a presidir em junho de 2017. É casado, tem três filhos, fala inglês, alemão, búlgaro e húngaro e é membro do partido governista HDZ.

Política Interna

O sistema de governo na Croácia é o parlamentarismo. A chefia de Estado é exercida pelo presidente da República, eleito por sufrágio universal direto para mandato de 5 anos, com possibilidade de uma só reeleição. A chefia do Governo cabe ao primeiro-ministro, tradicionalmente indicado pelo partido com maior número de votos em eleições legislativas nacionais. Ao PM compete formar coalizão governista e um gabinete ministerial, atualmente com 20 cadeiras, para as quais são geralmente convidados membros desincompatibilizados do Parlamento ("Sabor"), que é unicameral.

No contexto de fim da Guerra Fria, a Croácia declarou sua independência, em 1991, e enfrentou quatro anos de guerra de emancipação contra o governo iugoslavo, com sede em Belgrado. Durante a chamada "Guerra de Independência Croata" (1991-95), o país foi liderado pelo então presidente Franjo Tudman (1990 a 1999), comprometido com ideais nacionalistas.

Formado em 1989 por Tudman, o partido União Democrática Croata (HDZ) segue sendo a força política mais influente na Croácia. Ao obter o maior número de cadeiras nas duas últimas eleições legislativas, o HDZ vem liderando a coalizão governista na Croácia desde 2016. Gradualmente, o HDZ foi deixando de lado a ideologia nacionalista para tornar-se agremiação de centro-direita, reunindo políticos com variadas interpretações ideológicas para a bandeira conservadora e democrata-cristã do partido. Atualmente, o partido é liderado pelo PM Andrej Plenkovic, que apregoa políticas pró-europeias.

No campo da esquerda, a força política mais tradicional é o Partido Socialdemocrata da Croácia (SDP), sucessor do ramo croata da Liga de Comunistas Iugoslavos, agremiação que governou o território croata sob a Federação Iugoslava, entre 1945 e 1990. Após a independência, o SDP atuou como partido governista em dois mandatos (2000-2003 e 2012-2016), sendo também a bandeira de origem do atual presidente Zoran Milanovic. Em seus documentos institucionais, apregoa ideais socialdemocratas, progressistas e pró-europeus.

Entre 2021 e 2022, o SDP iniciou processo de partição no qual perdeu mais da metade de seus deputados eleitos. Em julho de 2022, os deputados que deixaram o SDP homologaram, juntamente com outros políticos independentes, a criação de um novo partido, o "Social-Democratas". O novo partido suplantou o SDP como principal força de

oposição na atual legislatura. Em seu programa, defende políticas de fortalecimento do Estado de bem-estar social.

Na atual legislatura, outros 14 partidos políticos lograram eleger deputados, embora não em número suficiente para criar um terceiro polo na balança de forças políticas. Coalizão liderada pelo HDZ ainda dispõe de maioria para aprovar suas políticas. Segundo pesquisas de opinião publicadas nos últimos meses, o HDZ continua sendo o partido político mais bem avaliado pela população croata, com cerca de 30% de apoiadores.

Não obstante a avaliação positiva do HDZ, o governo do PM Andrej Plenkovic segue contando com índices baixos de aprovação: 66% dos entrevistados dizem não apoiar o governo. Instados a apresentar os maiores problemas na Croácia atualmente, os entrevistados mencionam, em primeiro lugar, a inflação e o aumento dos preços, seguidos por corrupção e crime e baixos salários. O presidente Milanovic, por outro lado, manteve-se como político croata com maior apoio popular (cerca de 35%).

Política Externa

A partir da independência, a fundamentação da política externa croata parte da definição de sua identidade internacional como país pequeno, cristão e europeu, com economia baseada no setor de turismo e dependente de remessas internacionais recebidas da diáspora no exterior. Leva também em conta a posição geográfica do país nos Balcãs Ocidentais, no Mediterrâneo e parte da bacia do Danúbio.

Ao definir seus objetivos de inserção internacional, a Croácia confere grande importância à integração europeia, processo que considera fundamental também para proteger valores nacionais e promover o desenvolvimento econômico. O país aderiu à União Europeia em 1º de julho de 2013, em seguimento a referendo nacional – que incluiu a diáspora croata no mundo – realizado em 22 de janeiro de 2012, no qual 66% dos eleitores votaram a favor.

Desde então, a Croácia tem buscado incentivar o engajamento de parceiros europeus em iniciativas econômicas no país, com a expectativa de que, no longo prazo, as potencialidades econômicas, científicas e culturais do país serão mais bem aproveitadas a partir de projeto de desenvolvimento associativo.

Nos últimos anos, o governo liderado por Andrej Plenkovic alçou à categoria de primeira prioridade a integração da Croácia à União Europeia, alcançando avanços significativos. Já no primeiro semestre de 2020, a Croácia presidiu, pela primeira vez, o Conselho da União Europeia. Em grande parte, nas discussões convocadas no formato virtual, a Croácia buscou desenvolver mandato para viabilizar a compra conjunta de vacinas contra a COVID-19. Também estiveram em pauta negociações sobre o Brexit, bem como sobre nova expansão do bloco europeu, nas quais a Croácia tem defendido a inclusão de outros países dos Balcãs Ocidentais.

Por outro lado, após sucessivas medidas de harmonização macroeconômica e intensa campanha diplomática, a Croácia logrou completar, em 1º de janeiro de 2023, sua adesão à Zona do Euro e ao Espaço Schengen. As autoridades croatas comemoraram o fato de que o país entra para grupo seletivo de 15 nações que são simultaneamente membros da OTAN, da Zona do Euro e do espaço Schengen. Seguem empenhados, ademais, em completar o processo de adesão à OCDE.

Ao posicionar-se sobre temas candentes da política internacional, a Croácia vem adotando forte alinhamento a posicionamentos do chamado “bloco ocidental”. Em outubro de 2022, teve lugar, em Zagreb, a primeira cúpula parlamentar da Plataforma da

Crimeia, durante a qual 43 delegações participantes adotaram Declaração Conjunta condenando as agressões russas na Ucrânia, e demandando a devolução de territórios anexados tanto em 2022 quanto em 2014. Nessa ocasião, os EUA foram representados pela então presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, a mais alta autoridade estadunidense a visitar a Croácia, desde a vinda do então vice-presidente Joe Biden a Zagreb, em 2015.

O conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia tem sido percebido na Croácia como ameaça próxima, tendo em conta o risco de fortes impactos locais de eventual acidente nuclear ou de uso de armamentos nucleares, bem como a queda, em Zagreb, em março de 2022, de “drone” militar oriundo do teatro de operações, provavelmente de origem ucraniana. A Croácia prontamente condenou a agressão russa e somou-se a todas as medidas retaliativas acordadas no bloco europeu. O presidente Milanovic, contudo, objetou iniciativa do governo Plenkovic de realizar treinamento de soldados ucranianos em território croata. A disputa institucional entre as duas lideranças somente foi resolvida por meio de posicionamento do Parlamento croata contrário à iniciativa de Plenkovic.

Ainda em evidência da priorização das relações com o Ocidente, a Croácia buscou, ao longos dos últimos anos, fortalecer laços político-militares com parceiros como a França e Estados Unidos. Afora outros avanços no relacionamento bilateral com esses países, vale registrar a realização de exercícios conjuntos e a abertura de portos croatas a embarcações militares dos EUA, assim como a definição e o anúncio da compra de 12 caças Rafale da França.

No contexto regional, o objetivo primordial da política externa croata é a permanente estabilização e democratização do Sudeste da Europa, de forma a assegurar a paz permanente e o desenvolvimento da região. Nesse sentido, trabalha para estabelecer uma política de boa vizinhança, sustentada nos princípios de igualdade e reciprocidade e busca fórmulas políticas para solucionar, com base no direito internacional, pendências remanescentes da dissolução da antiga Iugoslávia.

Nesse particular, as relações com a Sérvia são especialmente sensíveis. Com idioma muito similar, originários da língua servo-croata, Croácia e Sérvia constituíam os dois maiores países da ex-Iugoslávia, entre 1918 e 1991, ainda que forças militares dos dois países tenham lutado em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial. Com a dissolução da Iugoslávia, os dois países se enfrentaram na Guerra de Independência da Croácia (1991-95). Desde 1996, trabalham para distensionar o relacionamento e, não obstante a permanência de disputas fronteiriças acerca de duas ilhas no Danúbio, da ausência de cooperação para busca e identificação de vítimas da guerra e de divergências

quanto à interpretação de eventos históricos, as relações têm-se mantido, em larga medida, amistosas.

As relações com a Bósnia e Herzegovina (BiH), ademais, têm ocupado lugar central na política externa da Croácia, tornando-se, nos últimos anos, o principal foco de atenção internacional do país. A despeito de protestos de Sarajevo sobre possível interferência em assuntos domésticos, o governo croata tem buscado contribuir para que a população bósnia de origem croata vivendo no país vizinho (16%) possa gozar plenamente de direitos especiais de representação política. Na perspectiva de Zagreb, é fundamental preservar a estrutura de paz de Dayton, a qual, ao colocar fim à Guerra da Bósnia (1991-95), assegurou a bósnio-croatas o “status” de “povo constituinte”. Essa visão, contudo, encontra oposição crescente no discurso de políticos bósnio-mulçumanos (51%), que têm defendido uma atualização do paradigma de Dayton, com vistas a reduzir o peso de critérios étnicos nos mecanismos de representação política.

Vale mencionar também a existência de disputa fronteiriça com a Eslovênia, acerca de águas territoriais no golfo de Piran. Em 2011, por meio de mediação da União Europeia, os dois países concordaram em levar a disputa ao Tribunal Permanente de Arbitragem da ONU (TPA). Em 2015, contudo, a Croácia se desassociou do processo de arbitragem, após a publicação de transcrições e gravações de áudio comprovando trocas de informações e possível conluio entre funcionários do governo esloveno e um juiz esloveno membro no painel de arbitragem. Em 2017, o TPA de fato emitiu decisão favorável à tese eslovena, a qual não foi reconhecida pela Croácia. Nos últimos anos, ainda que não abram mão de suas posições na disputa, os dois países têm mantido importante cooperação em diversas áreas e trabalhado conjuntamente para que o diferendo não contamine as relações de amizade existentes entre eles.

Embora perceptível em todos os países balcânicos, em menor ou maior grau, a influência russa estaria ligada a riscos extraordinários em países como a Sérvia e a Bósnia e Herzegovina (BiH), os quais teriam sido transformados em campos de batalha ideológica entre o Ocidente democrático e a Rússia autoritária. Com vistas a evitar novas guerras na região, seria fundamental a aceleração da expansão dos valores e instituições europeias nos Balcãs. O governo croata considera, ademais, que a adesão do país à OTAN, ocorrida em 1º de abril de 2009, contribui para as perspectivas de segurança nacional, ao dissuadir ameaças que poderiam emanar de tensões na região.

Economia

Na sequência da crise financeira de 2008, a economia croata enfrentou importante ciclo de recessão (entre 2009 e 2014), seguido por ciclo de crescimento (2015-2019). Com sua economia baseada no turismo internacional (principal atividade econômica, responsável por 20% do PIB), a Croácia foi severamente impactada pela pandemia de COVID-19. No ano de 2020, o PIB croata apresentou contração de 8,5%. Em 2021, contudo, a economia registrou forte recuperação, com crescimento do PIB de 13,1% (14º no mundo). Para 2022, embora o cálculo da variação do PIB ainda não tenha sido totalizado, projeções apontam novo crescimento, estimado em 6,3%.

O resultado positivo foi alcançado pela retomada do turismo internacional e da demanda interna. Em grande parte, deu-se também devido ao aumento de investimentos públicos, viabilizados pela obtenção de doações e linhas de crédito facilitado da União Europeia. No âmbito de planos de desenvolvimento regional da UE, recebidos entre 2014 e 2020, a Croácia firmou contratos de investimentos totalizando 12,5 bilhões de euros, acréscimo correspondente a até 3% do PIB, em cálculos anualizados e retroativos. Com o propósito de mitigar os impactos econômicos da COVID-19 e de restaurar danos causados pelos dois terremotos de 2020, o país comprometeu-se a realizar novos investimentos até um total de 9,9 bilhões de euros, dos quais 6,3 bilhões são oriundos de doações e 3,6 bilhões de empréstimos. Tendo em conta que os recursos deverão ser empenhados até o final de 2023, muitas instituições beneficiadas receiam que não serão capazes de empenhar, em tempo, os recursos disponibilizados.

Não obstante a retomada do crescimento, a Croácia ainda enfrenta importantes desafios na área econômica. Na comparação com outros países da região, exigem atenção, em particular, a taxa de desemprego (6,4%, em 2022) e a razão dívida pública/PIB (70,4%), consideradas elevadas. A tendência de emigração e fuga de mão de obra também são desafios prioritários da equipe econômica. Desde a independência do país, a população croata caiu de cerca de 4,7 milhões de habitantes, em 1991, para 3,9 milhões, em 2021. Por outro lado, o recebimento de divisas da diáspora croata no exterior é, atualmente, a principal fonte de receitas externas do país, garantindo saldos positivos no balanço de pagamentos. Em 2021, a entrada de transferências externas líquidas totalizou 4,2 bilhões de euros, o que corresponde a 7% do PIB.

Entre os resultados da política externa europeísta perseguida pelo governo croata nos últimos anos, vale destacar a adesão do país, desde 1/1/2023, à zona do euro e ao espaço Schengen. Analistas têm destacado o potencial de ganhos decorrentes da uniformização monetária e facilidades alfandegárias, tendo em conta que a Croácia tem países europeus entre seus principais parceiros comerciais (Itália, Alemanha e Eslovênia) e investidores externos (Alemanha, Áustria e Países Baixos).

A guerra na Ucrânia impactou a economia croata sobretudo por meio da elevação de preços de alimentos. Em 2022, o país registrou inflação de 10,7%, índice superior ao da zona do euro (8,4%), porém inferior ao de vizinhos na Europa Oriental. Com vistas a conter as pressões inflacionárias, o governo croata concedeu isenção de impostos e subsídios no mercado de energia. Estrategicamente, a Croácia se beneficia da construção recente, em 2021, de terminal de gás liquefeito em seu território (Omisalj), o que permite ao país comprar livremente no mercado internacional e exportar GNL para Estados vizinhos. No que tange ao petróleo, contudo, cerca de 30% a 40% do consumo no país ainda depende de fornecimento russo.

Relações bilaterais

O Brasil reconheceu a independência da Croácia em 24 de janeiro de 1992 e estabeleceu relações diplomáticas em 23 de dezembro de 1992. A Croácia mantém Embaixada residente em Brasília desde 1997 ao passo que o Brasil abriu Embaixada com residência em Zagreb em 2006.

As relações entre os dois países têm-se caracterizado, historicamente, pela cordialidade. No plano político-diplomático, vale destacar a existência de um diálogo fluido, marcado pelo interesse mútuo em posições nacionais para temas regionais e globais. A Croácia tem sucessivamente emprestado apoio (muitas vezes de forma unilateral) a candidaturas e iniciativas brasileiras em órgãos multilaterais.

No que se refere às relações entre as duas sociedades, vale mencionar que a Croácia conta com importante diáspora no Brasil. Estima-se que vivam fora do país mais de 4 milhões de croatas, número superior ao da população residente, calculado em cerca de 3,9 milhões de habitantes. Segundo as estatísticas mais atuais, cerca de 80 mil croatas e seus descendentes residem hoje no Brasil, concentrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. De outro lado, se a comunidade brasileira na Croácia pode ser calculada em cerca de 400 habitantes, a cada ano, dezenas de milhares de turistas brasileiros visitam a costa croata nos meses de verão (43 mil, em 2022).

Embora ainda exista desconhecimento entre brasileiros e croatas, percebe-se que, nas oportunidades de interação, os dois povos nutrem fortes sentimentos de curiosidade e empatia de lado a outro, alimentados por interesses compartilhados como o gosto pelo futebol e pela música.

Desde a independência croata, o histórico de visitas e eventos de alto nível impulsionando o relacionamento bilateral teve início em novembro de 1997, quando o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Mate Granic, visitou o Brasil (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro), marcando também a abertura da Embaixada croata em Brasília.

Em 2001, a então vice-Chanceler croata, Vesna Cvjetković-Kurelec, visitou Brasília e São Paulo, ocasião em que foi celebrada a abertura de um Consulado Honorário do Brasil em Zagreb, fechado posteriormente, quando da abertura da Embaixada residente na capital croata.

Em outubro de 2003, no contexto de sua participação em Congresso internacional na área cultural em Opatija, costa do Adriático, o então ministro brasileiro da Cultura, Gilberto Gil, esteve em Zagreb a convite do Governo croata e foi homenageado com almoço pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e audiência com o então presidente Stjepan Mesic.

Em abril de 2004, realizou-se visita a Zagreb da delegação parlamentar do Grupo de Amizade Brasil-Croácia, chefiada pelo senador Francisco Turra e integrada pelo assessor internacional do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, que assinou o Acordo de Cooperação Bilateral no Campo Veterinário.

Em março de 2005, o embaixador Drazen Margeta, "ministro-assistente" da Chancelaria croata, esteve em Brasília para participar da Primeira Reunião de Consultas Bilaterais. Foi ainda recebido pelo Senador Cristovam Buarque, na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional do Senado.

Em novembro de 2007, realizou-se, em Zagreb, a Segunda Reunião de Consultas Bilaterais entre o Brasil e a Croácia. A delegação brasileira foi chefiada pela diretora-geral do Departamento da Europa, embaixadora Maria Edileuza Fontenelle Reis, e a parte croata foi liderada pelo diretor de Relações Bilaterais Extra-Européias e Cooperação, embaixador Ivica Tomic.

Em maio de 2008, visitou a Croácia a segunda delegação parlamentar do Grupo de Amizade Brasil-Croácia, chefiada pelo deputado Eduardo Azeredo e integrada pelo secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Silas Brasileiro. A missão foi recebida pelo presidente Stjepan Mesic e pelo ministro da Agricultura, em Zagreb. Posteriormente, deslocou-se a Rijeka, com vistas a examinar possibilidades de utilização das facilidades oferecidas por esse porto como centro de distribuição de produtos brasileiros no Sudeste europeu.

Em maio de 2010, o então vice-ministro para Assuntos Políticos da Chancelaria croata, embaixador Davor Bozinovic, participou como representante da Croácia do III Forum Mundial da Aliança de Civilizações, no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião, deslocou-se a Brasília para participar da Terceira Reunião de Consultas Bilaterais, reunindo-se com a embaixadora Vera Machado. Na oportunidade, foi firmado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais, formalizando-se, pois, mecanismo de reuniões que já se vinham realizando, bem como o Acordo sobre Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Em abril de 2012, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Josko Klisovic, chefiou a delegação da Croácia à 1ª Conferência de Alto Nível da Parceria do Governo Aberto – OGP – realizada em Brasília em 17 e 18 de abril, tendo, em paralelo, sido recebido pelo então secretário-geral, embaixador Ruy Nogueira, e pelo então diretor do Instituto Rio Branco, embaixador George Lamazière, com quem assinou o Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática croata sobre Cooperação Mútua sobre o Treinamento de Diplomatas.

Em junho de 2012 o vice-primeiro-ministro Neven Mimica chefiou a delegação da Croácia à conferência Rio+20, tendo mantido, em paralelo, reunião bilateral com o então secretário-geral do Itamaraty, embaixador Ruy Nogueira.

Em março de 2013, embaixadora Vera Machado, no papel de emissária especial da então presidente Dilma Rousseff, esteve em Zagreb, onde manteve reuniões com o chefe de gabinete do primeiro-ministro, Tomislav Saucha, para solicitar o apoio da Croácia à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da OMC. Na mesma ocasião, manteve a Quarta Reunião de Consultas Bilaterais com a ministra-assistente para Assuntos Multilaterais e Questões Globais, Dra. Vesna Batistic-Kos, e com o então ministro-assistente para Assuntos Bilaterais (não-europeus), embaixador Nebojsa Koharovic.

Em julho de 2013, o então chanceler Antonio Patriota realizou visita oficial a Zagreb, a primeira de um dignitário estrangeiro após a entrada da Croácia na União Europeia, em 1º de julho de 2013, e a primeira de um MRE brasileiro a este país. O ministro Patriota manteve encontros com a chanceler croata, Vesna Pusic, com o ministro da Economia, Ivan Vrdoljak, e com o presidente da República, Ivo Josipovic. Nessas ocasiões, foram analisadas possibilidades de cooperação nas áreas econômica, cultural, científica e educacional.

Em maio de 2014, delegação de sete pessoas, chefiada pelo prefeito Marcelo Oliveira, de Mata de São João, cidade onde ficou hospedada a seleção nacional da Croácia durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, visitou Zagreb, tendo sido recebido, entre outros, pelo prefeito de Zagreb, Milan Bandic.

Em setembro de 2014, o então ministro-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Ribeiro Nardes, acompanhado do secretário-geral do TCU, Maurício de Albuquerque Wanderley, realizou visita a Zagreb, para encontros com os dirigentes do "State Audit Office" (SAO), Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) da Croácia. Os encontros propiciaram intercâmbio de informações e lançaram as bases para

cooperação entre o Centro Profissional do SAO e Curso de Altos Estudos a ser criado no âmbito do TCU.

Em outubro de 2014, o gerente-executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Jorge Delmonte, realizou visita a Zagreb, para realização, em nome do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), de gestões junto ao presidente do Comitê Croata do CME, Goran Granic, em favor da candidatura do Rio de Janeiro à cidade-sede do 24º Congresso Mundial de Energia, em 2019.

Em fevereiro de 2015, a chanceler e vice-primeira-ministra Vesna Pusic, realizou visita oficial a Brasília, onde se reuniu com o então Secretário-Geral, embaixador Sérgio Danese, na qualidade de ministro interino das Relações Exteriores, bem como com o então ministro de Defesa, Jacques Wagner.

Em julho de 2018, a presidente Kolinda Grabar-Kitarovic esteve em São Paulo em caráter informal. Encontrou-se com o então governador e candidato presidencial Geraldo Alckmin e com representantes da FIESP.

Em junho de 2019, os integrantes croatas do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Croácia visitaram o Brasil. Em Brasília, mantiveram reuniões com os deputados Eduardo Bolsonaro e Nelsinho Trad, com o secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África do MRE e proferiram palestra no Instituto Rio Branco. No Rio de Janeiro, realizaram visita à Assembleia Legislativa do estado e, em São Paulo, encontraram-se com membros da diáspora croata.

Em junho de 2021, realizou-se, de forma telepresencial, a Quinta Reunião de Consultas Bilaterais, na qual as partes passaram em revista os temas da pauta bilateral e comprometeram-se a iniciar negociações sobre acordos bilaterais nos domínios educacional, cultural e de troca de informações sensíveis.

Em fevereiro de 2023, o ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, realizou visita a Zagreb, ocasião em que foi recebido pelo presidente Zoran Milanovic, pelo primeiro-ministro Andrej Plenkovic e pelo ministro para Assuntos Estrangeiros e Europeus, Gordan Grlic Radman. Foram também assinados dois acordos bilaterais nos domínios da Cooperação Educacional e Cultural.

No âmbito cultural, o Brasil é reconhecido por algumas de suas expressões culturais mais pujantes. As telenovelas brasileiras (“Rei do Gado”, “Avenida Brasil”, entre outras) fizeram grande sucesso no país no fim dos anos 1990 e início da primeira década do século XXI. O carnaval nacional é, anualmente, objeto de cobertura da

imprensa local. Em círculos mais cosmopolitas, a Bossa Nova tem grande entrada, o que se pode notar na trilha sonora dos bares e restaurantes mais sofisticados da capital, assim como em eventos oficiais do governo croata.

Com a abertura da Embaixada em Zagreb, em 2006, foram intensificadas as ações de promoção cultural e de divulgação do Brasil na Croácia. Nesse contexto, valeria registrar o que segue:

- I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X Mostra de Cinema Brasileiro na Croácia, com exibição cada de cinco filmes nacionais, em cinemas da capital e de outras cidades do país, de 2008 a 2019;
- I, II, III, IV, V, VI e VII Ciclo de Cinema Ibero-Americano em Zagreb, promovido pelas Embaixadas do Brasil, Chile, Espanha, Portugal e, eventualmente, Consulado Honorário do Peru e a Embaixada da Argentina em Budapeste, de 2008 a 2014;
- Recital do pianista Reginaldo Mordenti, radicado em Viena, no Instituto Croata de Música, em Zagreb, em paralelo às comemorações da Data Nacional do Brasil, em setembro de 2008;
- Exposição de pinturas “Baianas e Sambistas” da artista plástica brasileira Ligia Spinelli, no Espaço Cultural da Chancelaria, com a degustação de comidas típicas e apresentação de grupos de capoeira radicados em Zagreb, em outubro de 2008;
- Exibições quinzenais de filmes brasileiros no Espaço Cultural da Embaixada. A programação foi iniciada em 2009 e já firmou tradição na vida cultural de Zagreb;
- Apresentação do Grupo de forró “Forró Dapesti” no Bar Kolding, em Zagreb, em 18 de junho de 2009;
- Exposição de fotos do Rio de Janeiro, então candidata a sediar os Jogos Olímpicos de 2016, em restaurante situado em área central e de muito movimento de pedestres em Zagreb, de 30 de setembro a 31 de outubro de 2009;
- Cooperação com a Biblioteca Municipal da cidade de Sisak para: exposição “Viajando pelo Mundo: O Brasil Misterioso, Festival da Vida”; palestra sobre o Brasil; apresentação de grupo de capoeira radicado em Zagreb; projeção do filme infantil “Castelo Rá-Tim-Bum”; “workshops”; concurso sob o tema “O que sei sobre o Brasil”. Os seis estudantes ganhadores e duas professoras visitaram a Embaixada em Zagreb e foram homenageados com feijoada, em dezembro de 2009;
- Em cooperação com a Prefeitura de Bjelovar, foi organizada naquela cidade exposição de fotos do Rio de Janeiro, Ciclo de Cinema brasileiro e concerto do Grupo “Blue Bossa” com a cantora Bruna Carioca, de novembro a dezembro de 2009;

- Exposição filatélica “Selos – Janelas para o Brasil”, de exemplares do Museu dos Correios, em cooperação com o Correio da Croácia. Na inauguração, com presença do Presidente dos Correios da Croácia, foi oferecido coquetel e apresentou-se grupo croata que interpretou bossa nova, de 15 de setembro a 31 de outubro de 2010;
- Exposição de fotos sobre Brasília, com jantar de comidas típicas do Centro-Oeste, no Restaurante "Agava", para celebrar o cinquentenário da fundação da cidade, de 30 de setembro a 31 de outubro de 2010;
- Ciclo de palestras do Arquiteto Guilherme Lassance, Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, sobre o complexo arquitetônico de Brasília e sobre Oscar Niemeyer, organizadas em cooperação com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Zagreb, com associações croatas de arquitetura, e com o simpósio internacional “Days of Oris” (durante o qual foi exibida mostra de fotografias sobre a Brasília atual), em outubro de 2010;
- Participação da Embaixada do Brasil no Baile de Carnaval brasileiro, organizado pelo International Women’s Club de Zagreb, no Hotel Sheraton, em 17 de fevereiro de 2011;
- "Noite do Brasil", no âmbito do "Zagreb Wine and Gourmet Festival", com jantar preparado pelo chef Felipe Bronze, do Rio de Janeiro, e apresentação musical do Duo “Latif – Godoy”, em 25 de fevereiro de 2011;
- "Workshow" de culinária brasileira, no âmbito do mesmo Festival, realizado pelo chef Felipe Bronze, em 26 de fevereiro de 2011;
- Patrocínio da Embaixada do Brasil à Exposição filatélica "Selos contam uma história: Brasil", composta da totalidade dos selos emitidos no País em 2010, em paralelo às comemorações da Data Nacional, em biblioteca pública de Zagreb, em cooperação com a Federação Filatélica Croata, de 8 a 22 de setembro de 2011, e na Sala Cultural da Chancelaria, de 2 de novembro a 2 de dezembro;
- Concerto do Duo Bastos e Borges, denominado "Panorama da Música Brasileira", na celebração do Dia da Independência, na Academia de Artes e Ciências da Croácia, em 7 de setembro de 2012;
- Celebração, em conjunto com a Embaixada de Portugal, do Dia da Língua Portuguesa e das Culturas da CPLP, com palestra do Chefe da Missão e projeção do curta-metragem brasileiro "A Liga da Língua", na sala de espetáculos Art Kino Gric, em maio de 2015;
- Feira do Livro em Pula, com participação de escritores brasileiros Ferréz e João Carrascoza, exibições de filmes brasileiros e concerto do grupo “Bossa Banda”, de 1 a 11 de dezembro de 2016;

- Festival de filmes em homenagem a Héctor Babenco, realizado no cinema de arte “Tuskanac”, com apoio da Associação Croata de Cinema, de 2 e 7 de outubro de 2017;
- Festival “Verão na Cidade Alta”, com projeção de dois filmes nacionais, de 20 de julho a 20 de agosto de 2018,;
- Festival de criança “ZGodionica”, com palestra sobre o Brasil e curso de português para crianças e exibição do filme brasileiro, de 24 de agosto a 4 de setembro;
- Semana da Cultura Brasileira no Museu Etnográfico com oficinas de capoeira, bossa nova e samba, sarau poético, palestras e curso de português para crianças, de 13 a 20 de outubro de 2018;
- Abertura do maior evento audiovisual da Croácia, “Zagreb Film Festival”, com exibição do longa “Benzinho” e participação do diretor Gustavo Pizzi, em 11 de novembro de 2018;
- Festival da cultura brasileira – Capoeira Fest na cidade de Rijeka, em 12 de maio de 2019.
- Festival "Dias do Brasil em Samobor", com palestras sobre a história, a cultura e a culinária brasileiras, além de oficina de capoeira para crianças croatas (outubro de 2021);
- Festival "Dias do Brasil em Pula", com palestras, debates, exposição e exibição de filmes brasileiros (novembro de 2021);
- Recital do pianista brasileiro Pablo Rossi na Academia de Música da Universidade de Zagreb com apresentação de obras de expoentes brasileiros na composição de música erudita (novembro de 2021);
- Concerto de música barroca "Mozart tropical: a versão luso-brasileira do Réquiem de Mozart", pelo grupo Americantiga Ensemble, em celebração ao bicentenário da independência do Brasil e ao aniversário de 30 anos do reconhecimento brasileiro do Estado croata (março de 2022);
- I Sarau de Poesia Portuguesa e Brasileira na Biblioteca "Bogdan Ogrizovic", em celebração ao Dia Mundial da Língua Portuguesa, em parceria com grupo de tradutores português-croata (maio de 2022);
- Exposição "Nova Fotografia Ibero-Americana", em cooperação com as Embaixadas de Chile, Espanha e Portugal na Croácia, com o apoio do Museu Etnográfico de Zagreb (junho de 2022);
- Participação de artistas visuais brasileiros em festival de arte urbana ao ar livre, organizado pelo grupo Lauba, Art&Grad (setembro de 2022);
- I Ciclo de Filmes do Cinema Novo, realizado em cooperação com a Associação Croata de Cinema, no cinema Tuskanac (outubro de 2022);

- Festival "Dias do Brasil em Zagreb", em cooperação com a Associação Vestigium, com show da música brasileira e evento de leitura de contos para crianças brasileiras (novembro de 2022);
- I Semana de gastronomia brasileira em Zagreb, com a participação do chef brasileiro Matheus Zanella (novembro de 2022);
- Exibição da partida Brasil vs Suíça na Copa do Mundo de Futebol no Qatar, em cooperação com a Embaixada da Suíça, com mostra de produtos agroalimentares brasileiros (novembro de 2022).
- Exibição do filme "O Sal da Terra", de Juliano Ribeiro Salgado e Wim Wenders, com mensagem telepresencial de Sebastião Salgado, e apoio da Associação Croata de Cinema (dezembro de 2022);
- Concerto de música barroca "Sons Galantes nos Trópicos – Música no tempo de Pedro I do Brasil e IV de Portugal", em colaboração com a Embaixada de Portugal, com o "Croatian Baroque Ensemble" e com o "Americantinga Ensemble" (dezembro de 2022);
- Concertos do pianista brasileiro Pablo Rossi, nas cidades de Zagreb e Pula, em comemoração do Bicentenário da Independência e ao aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Croácia (janeiro 2023);
- Exposição "As mulheres na Iberoamerica: olhares fotográficos para um novo século", em cooperação com as Embaixadas de Chile, Espanha e Portugal na Croácia, com o apoio do Museu Etnográfico de Zagreb (abril de 2023);
- II Sarau de Poesia Portuguesa e Brasileira na Biblioteca "Bogdan Ogrizovic", em celebração ao Dia Mundial da Língua Portuguesa, em parceria com professores da Catedra de Português da Universidade de Zagreb (maio de 2023).

No plano da cooperação acadêmica, registrem-se:

- Estabelecimento do Leitorado brasileiro na Universidade de Zagreb, em 2008. O primeiro Leitor, Professor José Luiz Foureaux de Souza, que iniciou seus cursos em setembro de 2008 e concluiu seu segundo ano na instituição em junho de 2010, foi substituído, em março de 2011, pelo novo Leitor, Professor Mario Luiz Amorim da Silva, cujo contrato terminou em fevereiro de 2015;
- Palestra da Dra. Maria Cecília Bruzzi Boechat, da UFMG, sobre o conto de Rachel de Queiroz – Menino Pequeno – na Universidade de Zagreb. O evento culminou com concurso de monografias sobre o aludido conto. Os três ganhadores receberam bônus da Embaixada para compra de livros, em 11 de dezembro de 2009;
- A Universidade de Zagreb firmou acordos de cooperação com as Universidades Federais do Paraíba, Piauí, Minas Gerais e Ouro Preto e com a Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília para intercâmbio de professores e

estudantes e atividades acadêmicas conjuntas. Nesse contexto, a Professora visitante Érica Rodrigues Fontes, da Universidade Federal do Piauí, esteve em Zagreb e ministrou cursos na Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, em maio de 2010;

- No “Dia da Cultura Brasileira”, organizado pela Universidade de Zagreb com apoio da Embaixada, o Chefe da Missão diplomática brasileira fez entrega ao Decano da Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais do método de ensino de português para estrangeiros – “Bem-Vindo - A Língua Portuguesa no Mundo da Comunicação”, em 18 de maio de 2010;
- Visita da Professora Sandra de Brito Barreto, geóloga, do Departamento de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para explorar formas de cooperação entre as duas universidades, da qual resultou a assinatura de Protocolo de Intenção ao final de 2011, em setembro de 2010;
- Palestras do Chefe da Missão sobre o tema "Brazil's growing presence on the world stage" na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Zagreb, em 23 de março de 2011, na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1º de abril de 2011, e na Universidade de Karlovac, em 5 de abril de 2011;
- Conferência do Chefe da Missão sobre o tema "Science and Innovation in Brazil, a Path to Economic Growth", no Instituto de Ciências Ruđer Bošković, em 25 de abril de 2012;
- "Semana da Cultura Brasileira", na Universidade de Zagreb, com apresentação de show musical brasileiro, palestras, oficinas, projeções de filmes nacionais e curso ministrado pela professora convidada da UNESP – Marília, Noemia Ramos Vieira, de 21 a 25 de maio de 2012;
- Palestra do Chefe da Missão sobre o tema "Brazil's growing presence on the world stage" na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Zagreb, em 23 de maio de 2012;
- Concurso literário sobre "Lendas Brasileiras", para alunos de português das Universidades de Zagreb e Zadar, de outubro a dezembro de 2012;
- Ciclo de palestras sobre "Lendas Brasileiras", proferidas pela escritora Luciana Savaget, nas Universidades de Zagreb e Rijeka e no Instituto de Etnologia e Pesquisa do Folclore em Zagreb, em dezembro de 2012;
- Palestra sobre o Brasil proferida, sob o patrocínio da Embaixada, pela Professora Marília de Souza aos alunos e funcionários da Escola Primária "Braca Seljan", de Karlovac, em 15 de abril de 2013;
- Palestra do Chefe da Missão sobre o tema "Brazil's growing presence on the world stage" no Parlamento croata (Sabor), em 19 de abril de 2013;

- Palestra do Chefe da Missão sobre o tema "Brazil's growing presence on the world stage" na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Zagreb, em 24 de abril de 2013;
- Palestra do Chefe da Missão sobre o tema "BRICS – Key Element in a Multipolar World" durante a II Conferência Anual da Associação dos Diplomatas Croatas, em 7 de junho de 2013;
- Palestra do Chefe da Missão sobre o tema "Brazil's growing presence on the world stage" na Dag Hammarskjöld University College for International Relations and Diplomacy, em 26 de novembro de 2013;
- Palestra do Chefe da Missão sobre a importância atual do Brasil no cenário internacional para os estudantes de mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Zagreb, em 30 de abril de 2014;
- Apoio ao seminário de estudos literários sobre Romantismo, organizado pelo Leitor Mario Luiz Amorim da Silva, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Zagreb, em 13 e 20 de novembro de 2014;
- Palestra do Chefe da Missão sobre o tema "Brazilian Perspectives on G-20 Brisbane Summit's Agenda" na "Zagreb School of Economics and Management", em 24 de setembro de 2014.
- Palestra do Chefe de Missão sobre o Brasil a 30 estudantes da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Zagreb, em visita à Embaixada dentro do programa "Learning on the Field", de 3 de dezembro de 2014;
- Apoio ao seminário de estudos literários sobre Modernismo, organizado pelo Leitor Mario Luiz Amorim da Silva, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Zagreb, em 14 de janeiro de 2015;
- Palestra do Chefe de Missão sobre o tema "Brazilian presence on the international stage" para estudantes de pós-graduação em Diplomacia, organizado pela Universidade de Zagreb e a Academia Diplomática, em 11 de junho de 2015;
- Palestra do Chefe de Missão sobre a Conselho de Segurança da ONU a estudantes da Dag Hammarskjöld University College for International Relations and Diplomacy, em visita à Embaixada dentro do programa "Learning on the Field", de 6 de junho de 2017;
- Palestra do Chefe de Missão sobre a energia nuclear no Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para estudantes da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Zagreb, em 18 de novembro de 2017;
- Palestras do professor doutor CMG (RM1) William de Sousa Moreira, do Corpo Docente da Escola de Guerra Naval, na Escola de Guerra da Croácia "Josip Ban Jelacic" e na Universidade Libertas sobre temas de Segurança Marítima, Direito

do Mar e Atlântico Sul, em 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2018, respectivamente;

- Palestra do Chefe de Missão sobre Europa, América Latina e Brasil na Academia Diplomática do Ministério de Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus, em 5 de março de 2018;
- Palestra do Primeiro Secretário Vicente de Azevedo Araujo Filho na conferência ‘1st Goodwill Summit’, organizada pela escola primária ‘Stjepan Radic’ em Bedekovcina, no âmbito do projeto europeu “Meu Ambiente, Meu Futuro”, em 5 de dezembro de 2018;
- Palestra do Chefe de Missão para pós-graduados na Universidade de Libertas sobre a América Latina e Mercosul, em 18 de março de 2019.
- Palestras do Chefe de Missão na Faculdade de Engenharia da Universidade de Zagreb ("Embraer: Innovation and Efficiency in The Aerospace Industry", em abril de 2022) e na Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais ("Cultura brasileira e sua diversidade", em maio de 2022);
- Palestra do chefe da Missão sobre Brasil na Faculdade de Ciência Política da Universidade de Zagreb (março de 2023);
- Palestra do chefe da Missão sobre Cultura Brasileira a convite da Associação Ibero-Croata (abril de 2023);

No âmbito da cooperação esportiva, embora de cunho comercial, deve ser mencionada a atuação em diversos clubes de futebol da Croácia de jogadores brasileiros, com destaque para o Dínamo Zagreb, principal time do país. O jogador Eduardo Alves da Silva, que veio para a Croácia quando adolescente e adotou a nacionalidade croata, chegou a ser estrela da seleção local no início da década. Jogou no Dínamo e, após passar pelo Arsenal, da Inglaterra, joga atualmente em time ucraniano.

No plano da cooperação técnica, é importante observar que a Fundação Cardiovascular São Francisco de Assis de Belo Horizonte – SERVCOR e a Sociedade Brasileira de Cardiologia juntamente com a Escola de Medicina de Zagreb organizaram, em Zagreb, o IV Simpósio Conjunto sobre Doenças Cardiovasculares, que reuniu especialistas dos dois países, com participação de 14 cardiologistas brasileiros, em 25 de maio de 2010.

Comércio Brasil-Croácia

A corrente de comércio Brasil-Croácia subiu de US\$ 98 milhões, em 2021, para US\$ 127 milhões, em 2022 (aumento de 29,9%), superando, assim, patamar anterior à

pandemia de COVID-19 (US\$ 117 milhões, em 2018). Contudo, as trocas bilaterais se encontram ainda aquém de seu recorde histórico, de US\$ 216 milhões, registrado em 2013, antes da entrada da Croácia na União Europeia.

O saldo comercial é tradicionalmente superavitário para o Brasil (US\$ 46,8 milhões, em 2021; US\$ 92,2 milhões, em 2022). As exportações brasileiras estão tradicionalmente limitadas a "commodities" (açúcar de cana, café cru em grão, minério de ferro e tabaco). A Croácia vende produtos de maior valor agregado para o Brasil (como produtos da indústria de moagem, partes de motores e turbinas de aviação, guarnições para móveis e carroçarias, medicamentos para medicina veterinária e humana, obras de plástico, construções pré-fabricadas, material elétrico, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos), porém o Brasil é apenas o 65º destino das exportações croatas.

Anexos**Cronologia das relações bilaterais**

24.1.1992 – Brasil reconhece a independência da Croácia.

23.12.1992 – Estabelecimento das relações diplomáticas.

1997 – A Croácia abre embaixada residente em Brasília.

8.11.2006 – Abertura da Embaixada do Brasil em Zagreb (desde julho de 1996 era cumulativa com Viena).

Novembro de 1997 – O então ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Mate Granic, visita o Brasil (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro).

2003 – Abertura do Consulado-Honorário da Croácia em São Paulo.

Outubro de 2003 – O então ministro da Cultura brasileiro, Gilberto Gil visita Zagreb, no contexto de congresso internacional cultural. Foi homenageado com almoço pelo MNE e recebido pelo presidente Stjepan Mesic no Palácio Presidencial.

Abril de 2004 – Visita a Zagreb da delegação parlamentar do Grupo de Amizade Brasil-Croácia, chefiada pelo senador Francisco Turra e integrada pelo assessor internacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que assina o Acordo Bilateral no Campo Veterinário.

Março de 2005 – O embaixador Drazen Margeta, Diretor de Política Bilateral da Chancelaria croata, visita Brasília, onde se encontra com os Diretores do DEU e do DPR. No Congresso é recebido pelo Grupo de Amizade Brasil-Croáta.

Novembro de 2007 – A Diretora do DEU, embaixadora Maria Edileuza Reis, participa em Zagreb de Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, com o diretor de Relações Bilaterais Extra-Européias e Cooperação, embaixador Ivica Tomic.

Maio de 2008 – A segunda delegação parlamentar do Grupo de Amizade Brasil-Croácia, chefiada pelo deputado Eduardo Azeredo e integrada pelo Secretário-Executivo do MAPA, Silas Brasileiro, visita Zagreb e é recebida pelo presidente Stjepan Mesic.

Maio de 2010 – Reunião bilateral entre o então secretário de Estado para Assuntos Políticos da Chancelaria (equivalente a Secretário-Geral), Davor Bozinovic, com a senhora SGAP-I, embaixadora Vera Machado, no Rio de Janeiro, onde assinam o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais e o Acordo sobre Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

2011 – Visita do então Chanceler Gordan Jandrokovic a Brasília, prevista para março, é cancelada, em razão de crise política na Croácia.

Abril de 2012 – Reuniões bilaterais entre o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Josko Klisovic, e o então secretário-geral, embaixador Ruy Nogueira. Kisovic mantém também encontro com o diretor do Instituto Rio Branco, embaixador George Lamazière, com quem assina o Memorando de Entendimento de cooperação entre as academias diplomáticas.

Junho de 2012 – Reunião bilateral entre o vice-primeiro-ministro da Croácia, Neven Mimica, com o então secretário-geral, embaixador Ruy Nogueira.

Março de 2013 – Reuniões entre o Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Tomislav Saucha, a Ministra-Assistente para Assuntos Multilaterais, Dra. Vesna Batistic-Kos e o Ministro-Assistente para Assuntos Bilaterais, Embaixador Nebojsa Koharovic, com a SGAP-I, Embaixadora Vera Machado, emissária especial da Sra. PR, para solicitar apoio à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à OMC.

Julho de 2013 – Visita oficial do ex-chanceler Antonio Patriota à Croácia, com reuniões com a chanceler Vesna Pusic, o ministro da Economia, Ivan Vrdoljak, e o presidente da República, Ivo Josipovic.

Junho de 2014 – Comparecimento do então primeiro-ministro, Zoran Milanovic, à abertura da Copa do Mundo de Futebol em São Paulo a convite da Senhora P.R.

Setembro de 2014 – Visita do Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Ribeiro Nardes para encontros com os dirigentes do "State Audit Office" (SAO), Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) da Croácia.

Fevereiro de 2015 – Visita oficial da Vice-Primeira-Ministra e Chanceler da Croácia, Vesna Pusic, a Brasília, com reuniões com o Secretário-Geral Sérgio Danese, na qualidade de Ministro Interino, e com o Ministro de Defesa, Jacques Wagner.

Junho de 2018 – Visita extra-oficial da presidente Kolinda Grabar-Kitarovic a São Paulo, com encontro com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP).

Julho de 2019 – Visita de delegação croata do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Croácia ao Brasil, com paradas em Brasília (encontros com deputados Eduardo Bolsonaro e Nelsinho Trad, com o Sr. SOMEA e palestra no Instituto Rio Branco), Rio de Janeiro (visita à ALERJ) e São Paulo (confraternização com a diáspora croata).

Junho de 2021 – Quinta Reunião de Consultas Bilaterais, no formato telepresencial, na qual as partes passaram em revista os temas da pauta bilateral e comprometeram-se a iniciar negociações sobre acordos bilaterais nos domínios educacional, cultural e de troca de informações sensíveis.

Fevereiro de 2023 – Visita a Zagreb do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Mauro Vieira, ocasião em que foi recebido pelo presidente Zoran Milanovic, pelo primeiro-ministro Andrej Plenkovic e pelo ministro para Assuntos Estrangeiros e Europeus, Gordan Grlic Radman. Foram também assinados dois acordos bilaterais nos domínios da Cooperão Educacional e Cultural.

Cronologia histórica

Sécs. XVI ao X	A Croácia integra o Império Austríaco e posteriormente o Austro-Húngaro.
1918	Durante a Primeira Guerra Mundial, após a queda do Império Austro-Húngaro, a Croácia une-se ao Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, o qual posteriormente se transformaria no Reino da Iugoslávia (1919).
1941	Durante a Segunda Guerra Mundial, forças alemãs e italianas ocupam a Iugoslávia. Tem início a resistência dos croatas anti-fascistas, sob a liderança de Josip Broz Tito.
1945	Com o fim da guerra, Tito abole a monarquia e proclama a República Federativa Popular (depois Socialista) da Iugoslávia.
1990	As primeiras eleições multipartidárias depois da Segunda Guerra Mundial são organizadas e Franjo Tudjman é eleito o primeiro presidente do país.
1991	A Croácia proclama a independência; inicia-se a guerra contra a Sérvia, que ocupa um terço do território croata.
Maio 1992	A Croácia torna-se membro das Nações Unidas.
1998	O último território que havia sido ocupado pela Sérvia, inclusive Vukovar, é reintegrado à Croácia.
Janeiro 2000	Nas eleições gerais, a coalizão liderada pelo Partido Social Democrata (SDP) vence a União Democrática Croata (HDZ) que governava o país desde a independência.
Fevereiro 2000	Stjepan Mesic, último presidente da Iugoslávia, é eleito presidente da Croácia.
Dezembro 2003	Nas eleições gerais, a União Democrata Croata (HDZ) é vencedora. Ivo Sanader é nomeado primeiro-ministro.
Janeiro 2005	Stjepan Mesic é reeleito presidente da República.

04.10.2005	Iniciadas as negociações para a adesão da Croácia à UE.
01.04.2009	A Croácia torna-se membro da OTAN.
02.07.2009	O primeiro-ministro Ivo Sanader renuncia ao cargo e Jadranka Kosor, (HDZ), é nomeado seu sucessor.
18.02.2010	Ivo Josipovic toma posse como presidente da República.
04.12.2011	Nas eleições gerais, a coligação liderada pelo SDP é vencedora, e Zoran Milanovic, torna-se primeiro-ministro.
01.07.2013	A Croácia torna-se membro da União Europeia.
15.02.2015	Kolinda Grabar-Kitarovic toma posse como presidente da República.
08.11.2015	Nas eleições gerais, a coligação do HDZ e Ponte de Listas Independentes (MOST) é vencedora.
22.01.2016	Tihomir Oreskovic, sem afiliação política, é nomeado primeiro-ministro.
11.09.2016	Nas eleições legislativas antecipadas, a coligação do HDZ e Ponte de Listas Independentes (MOST) é vencedora.
19.10.2016	Andrej Plenkovic, do HDZ, é nomeado primeiro-ministro.
27.04.2017	MOST é expulso da base do governo.
08.06.2017	O Partido Popular Croata – Liberais Democratas (HNS) entra em coligação governista, assegurando a maioria no parlamento.
19.02.2020	Zoran Milanovic toma posse como presidente da República.
01.01.2023	A Croácia adere ao Espaço Schengen e torna-se o vigésimo membro da zona do euro.

Atos bilaterais

Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia

Celebrado em 14/02/2023, com Croácia

Status: Tramitação MRE

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação

Celebrado em 14/02/2023, com Croácia

Status: Tramitação MRE

Memorando de Entendimento entre o Instituto do Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério de Assuntos Estrangeiros e Europeus da República da Croácia sobre Cooperação Mútua sobre o Treinamento de Diplomatas

Celebrado em 16/04/2012, com Croácia

Status: Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Integração Européia da República da Croácia para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais

Celebrado em 29/05/2010, com Croácia

Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico

Celebrado em 29/05/2010, com Croácia

Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns

Celebrado em 25/02/2005, com Croácia

Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária

Celebrado em 20/04/2004, com Croácia

Status: Denunciado

Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia

Celebrado em 07/06/2001, com Croácia

Status: Em Vigor



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2023

(nº 264/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da Senhora SILVANA POLICH, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Croácia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 264

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **SILVANA POLICH**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Croácia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **SILVANA POLICH** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de junho de 2023.

EM nº 00106/2023 MRE

Brasília, 16 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SILVANA POLICH**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República da Croácia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SILVANA POLICH** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 339/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **SILVANA POLICH**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Croácia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 06/06/2023, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4316138** e o código CRC **49FA53C6** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004511/2023-95

SUPER nº 4316138

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ZAGREB

Candidata: SILVANA POLICH

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixadora Silvana Polich**

Nascida em São Paulo (SP), em 31 de março de 1954, a diplomata Silvana Polich graduou-se em Jornalismo e Direito na Universidade de São Paulo (USP), respectivamente, em 1977 e 1979. Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1981. Como diplomata serviu na Delegação Permanente do Brasil junto à União Europeia (UE) em Bruxelas (1986 - 1989), e nas Embaixadas em Praga (1999 -1992), Sofia (1992-1995) e Bruxelas (1999-2003). Foi Ministra-Conselheira nas Embaixadas junto à Santa Sé (2009-2011), em Berlim (2011-2017), Oslo (2017-2020) e Bucareste (2020-2023), onde exerce a chefia, na qualidade de Encarregada de Negócios, desde janeiro de 2023.

Em 1984, foi designada para representar o Brasil no Curso de Especialização em Relações Internacionais para Jovens Diplomatas da América Latina patrocinado pelo Governo da Itália, em Florença (1984).

Atuou nas Divisões de América Central e Setentrional, de Operações Comerciais e de Direitos Humanos e Temas Sociais, entre outras, na qualidade de assessora, tendo chefiado a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, do Ministério das Relações Exteriores. Coordenou, na Delegação junto à UE, os temas e as negociações bilaterais agrícolas entre o Brasil e a Comissão Europeia. Na Embaixada em Berlim, coordenou os setores político e econômico, tendo, no âmbito deste último, organizado os trabalhos da Comissão Mista Bilateral de Cooperação Econômica e dos Encontros Econômicos Brasil-Alemanha (EEBA) ocorridos entre 2012 e 2017.

Em 2008, teve a sua tese intitulada “O Brasil e a desconstrução da antiga Iugoslávia: lições e perspectivas para a diplomacia brasileira” aprovada com menção no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A CROÁCIA

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira, antecessor o posto)

I – Relações diplomáticas:

1. Desde que o Brasil reconheceu a independência da Croácia em 24/01/1992, as relações entre os dois países têm-se caracterizado pela cordialidade. No plano político-diplomático, há diálogo fluido, marcado pelo interesse mútuo em posições nacionais para temas regionais e globais. A Croácia tem sucessivamente emprestado apoio (muitas vezes de forma unilateral) a candidaturas e iniciativas brasileiras em órgãos multilaterais;
2. Fortalecimento dos canais de diálogo sobre temas carentes da política internacional. Os contatos entre diplomatas da Embaixada do Brasil e da Chancelaria croata tornaram-se mais frequentes no contexto da presidência croata do Conselho da Europa (1º semestre de 2020), assim como em vista da atuação do Brasil como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, no mandato 2022-2023. Interlocutores na Chancelaria croata têm, reiteradamente, agradecido a disposição brasileira a acompanhar com interesse as posições do país acerca dos principais temas na complexa política regional nos Balcãs Ocidentais. Têm também elogiado o compromisso histórico do Brasil com a adoção de posicionamentos equilibrados no que tange à manutenção e à construção da paz internacional;
3. Em 15/6/2021, realizou-se, no formato telepresencial, a V Reunião de Consultas Políticas Brasil-Croácia, na qual as partes passaram em revista os temas da pauta bilateral e comprometeram-se a iniciar negociações sobre acordos bilaterais nos domínios educacional, cultural e de troca de informações sensíveis. Concluídas as negociações dos acordos nos domínios cultural e educacional, estes foram assinados em 14/2, por ocasião de visita realizada a Zagreb pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira;

II – Relação econômico-comercial:

4. A corrente de comércio Brasil-Croácia subiu de US\$ 98 milhões, em 2021, para US\$ 127 milhões, em 2022 (aumento de 29,9%), superando, assim, patamar anterior à pandemia de COVID-19 (US\$ 117 milhões, em 2018). Contudo, as trocas bilaterais se encontram ainda aquém de seu recorde histórico, de US\$ 216 milhões, registrado em 2013, antes da entrada da Croácia na União Europeia;
5. O saldo comercial é tradicionalmente superavitário para o Brasil (US\$ 46,8 milhões, em 2021; US\$ 92,2 milhões, em 2022). As exportações brasileiras são majoritariamente compostas por "commodities" (açúcar de cana, café cru em grão, minério de ferro e tabaco). A Croácia vende produtos de maior valor agregado para o Brasil (como produtos da indústria de moagem, partes de motores e turbinas de aviação, guarnições para móveis e carroçarias, medicamentos para medicina veterinária e humana, obras de plástico, construções pré-fabricadas, material elétrico, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos). O Brasil é o 65º destino das exportações croatas;
6. O fortalecimento das relações econômico-comerciais, com base em melhor aproveitamento do amplo potencial existente, realizado nos últimos anos, aponta o caminho para adensar o intercâmbio bilateral nessa área;

7. Continuação dos serviços do Setor de Promoção Comercial na Embaixada (SECOM), por meio do envio de análises econômicas e de inteligência de negócios, assim como pela identificação de oportunidades de negócios na Croácia e prestação de apoio técnico e institucional a empresários brasileiros interessados em exportar ou instalar-se na região;
8. Apoio e facilitação de contatos institucionais por ocasião de série de visitas e missões da EMBRAER com o objetivo de divulgar suas aeronaves a autoridades e potenciais clientes croatas. Desde fevereiro de 2020, a empresa realizou quatro visitas oficiais à Croácia e organizou dois voos-demonstração;
9. Apoio e facilitação de contatos institucionais à instalação da empresa SEAMAX na Croácia. De capital brasileiro, a SEAMAX tenciona vender aeronaves anfíbias de pequeno porte no mercado croata. No momento, a empresa está empenhada na construção de sede em terreno adquirido no país;
10. Organização de série de eventos de promoção de produtos agroalimentares brasileiros na Croácia. Como um dos 10 Postos parte do programa-piloto “Brasil Taste”, organizado pela APEX, a Embaixada organizou, desde julho de 2022, cinco eventos de divulgação de produtos selecionados (tapioca, açaí, guaraná, cachaça e café) junto a consumidores croatas, influenciadores digitais, profissionais dos ramos de gastronomia e representantes de redes de supermercados, restaurantes e “tradings” do ramo alimentício;

III – Cooperação cultural e educacional:

11. Embora ainda exista desconhecimento entre brasileiros e croatas, percebe-se que, nas oportunidades de interação, os dois povos nutrem fortes sentimentos de curiosidade e empatia de lado a outro, alimentados por interesses compartilhados como o gosto pelo futebol e pela música;
12. Encorajado por essas afinidades naturais, o posto buscou fortalecer, ao longo dos últimos anos, os programas cultural e educacional da Embaixada, com foco na realização de eventos e iniciativas capazes de aproximar e ampliar o interesse mútuo entre brasileiros e croatas. Muitas dessas ações foram feitas de forma conjugada a esforços de promoção da imagem do Brasil e da divulgação de produtos brasileiros, com vistas a impulsionar futuras interações e incentivar o estabelecimento de novos negócios;
13. Na área educacional, intensificou-se a cooperação com a Universidade de Zagreb, maior e mais tradicional instituição de Ensino Superior da Croácia, com múltiplas iniciativas em colaboração com as cátedras de Ciência Política; Letras; Engenharia e Música;
14. A assinatura do Acordo de Cooperação Educacional abre oportunidades de intensificar essa colaboração, por meio da reabertura do Leitorado brasileiro em Zagreb e de possíveis iniciativas de cooperação entre instituições de ensino nos dois países;
15. A assinatura do Acordo Cultural abre novas possibilidades de intercâmbio de artistas e iniciativas conjuntas em prol do fortalecimento do conhecimento mútuo entre brasileiros e croatas;
16. Realização de eventos de divulgação da imagem, cultura e história do Brasil junto a estudantes croatas de ensino fundamental e médio;

IV - Imprensa e diplomacia pública:

17. Criação do Setor de Imprensa e Diplomacia Pública na Embaixada, responsável pela interlocução com jornalistas e influenciadores digitais, pela divulgação de eventos culturais associados ao Brasil e outras iniciativas da Embaixada, bem como pela promoção da imagem do Brasil junto à população croata;
18. Criação de novas mídias digitais para a Embaixada – Flickr, Instagram, Linktree e Youtube – associada à dinamização das postagens, com publicações regulares e conteúdo interativo. O engajamento do público externo com as postagens da Embaixada cresceu em 56%. O número de seguidores da conta do Posto no Facebook superou a marca de 20 mil;
19. Realização de sucessivas reuniões e almoços de trabalho com jornalistas locais, de diferentes meios (impressos, rádio e televisão), e responsáveis por variados setores (análise política, temas culturais e esportivos), o que resultou em ampliação significativa da cobertura midiática a iniciativas da Embaixada, inclusive projetos voltados a divulgar a imagem e a cultura do Brasil;

VI – Temas consulares:

20. Segundo as estatísticas mais atuais, cerca de 80 mil croatas e seus descendentes residem hoje no Brasil, concentrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. De outro lado, se a comunidade brasileira na Croácia pode ser calculada em cerca de 400 habitantes, a cada ano, dezenas de milhares de turistas brasileiros visitam a costa croata nos meses de verão (43 mil, em 2022);
21. Contratação de advogado fluente em português para prestação de serviço de orientação jurídica para a comunidade brasileira residente na Croácia;
22. Atendimento a cidadãos de países do Mercosul (apenas o Brasil possui embaixada na capital croata).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido como entidade de referência nas relações Brasil-Croácia, capacitado a promover e administrar, com integridade e visão global, as relações entre o Brasil e a Croácia, em todos os seus níveis e domínios temáticos, bem como a defender, apoiar e avançar a boa imagem do Brasil e interesses brasileiros na Croácia, por intermédio de atuação diplomática de excelência, maximizando a geração de benefícios concretos para a população brasileira e contribuindo ativamente para o desenvolvimento nacional.

MISSÃO DO POSTO

Informar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República da Croácia, tanto em contatos com o governo quanto com o setor privado locais e com a sociedade croata de maneira geral, assim como no que toca ao fomento da cooperação bilateral em todos os níveis. Prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, tendo em vista contribuir para a prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover os interesses econômicos e comerciais brasileiros na Croácia e prospectar e divulgar oportunidades de novos negócios que possam interessar empresários ou diferentes setores da sociedade brasileira.
3. Estimular a cooperação educacional e o intercâmbio científico entre o Brasil e a Croácia, em benefício do aprofundamento das relações bilaterais, da ampliação do conhecimento mútuo, assim como do desenvolvimento socioeconômico nacional.
4. Promover, junto a diferentes segmentos da sociedade local, a imagem e a cultura do Brasil, em toda sua diversidade, e nas mais distintas linguagens artísticas, bem como a língua portuguesa, na variante brasileira.
5. Promover cooperação ampla e produtiva com a Croácia em todas as áreas de interesse comum, explorando mecanismo de diálogo e oportunidades de intercâmbio de boas práticas em áreas de interesse comum.
6. Fortalecer as relações bilaterais com a Croácia, assim como com blocos regionais aos quais a Croácia está vinculada, a exemplo da União Europeia.
7. Apoiar a intensificação do diálogo interparlamentar, em especial por meio dos Grupos Parlamentares de Amizade.

8. Monitorar e, quando possível, influenciar as tendências políticas, legais e regulatórias com potenciais efeitos sobre interesses brasileiros relativos às relações econômico-comerciais e socioambientais;
9. Ampliar o conhecimento brasileiro e informar a Secretaria de Estado sobre a realidade política, econômica, cultural e tecnológica da Croácia, com vistas a subsidiar a condução das relações bilaterais;
10. Fomentar a imagem e a cultura do Brasil na Croácia, com a promoção ativa da língua;
11. Promover destinos turísticos brasileiros na Croácia;
12. Fortecer o diálogo fluído no que concerne a temas de política internacional e a processos e iniciativas em mecanismos e foros regionais e multilaterais, explorando oportunidades de trocas de apoio e de concertação em áreas de convergência de interesses;
13. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho cotidiano do Posto, de forma a manter o nível de excelência dos serviços diplomáticos da Embaixada e a adequada prestação de contas à sociedade brasileira.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Intensificar eventos de promoção comercial e participação em feiras. Ainda que detenha um mercado doméstico de dimensões limitadas, a Croácia é um "hub" do Sudeste europeu e abriga feiras internacionais de grande porte que podem oferecer oportunidades comerciais a empresas brasileiras;
- Fortalecer contatos entre empresários do setor de turismo. O setor responde por 20% da economia local e atrai cerca de 20 milhões de visitantes por ano. Existe também boa oportunidade para venda de produtos brasileiros para os grandes prestadores de serviços do setor, como redes de hotelaria e mercados atacadistas na costa croata;
- Fortalecer o diálogo com a EMBRATUR para a organização de eventos, seminários e iniciativas de promoção do Brasil como destino turístico junto a operadores de turismo emissivo e ao público croata;
- Explorar a possibilidade de estabelecimento de Câmara de Comércio Brasil-Croácia. Após a instituição do SECOM na Embaixada do Brasil em Zagreb, a criação de Câmara de Comércio bilateral contribuiria para a aproximação dos setores produtivos brasileiro e croata;
- Elaborar e enviar regularmente análises econômicas e de inteligência de negócios, assim como identificar oportunidades de negócios na Croácia e prestar apoio técnico e institucional a empresários brasileiros interessados em exportar ou instalar-se na região;
- Elaborar análises regulares do comércio bilateral com a Croácia, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos dois países e de organismos internacionais;
- Identificar estratégias de promoção de produtos e de serviços brasileiros no mercado croata, em parceria com a Apex-Brasil e com as associações profissionais, no âmbito dos projetos setoriais desenvolvidos por essas entidades;
- Divulgar o potencial e as oportunidades de investimento no Brasil, assim como medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, para empresas e investidores da Croácia;
- Apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;
- Monitorar e dar divulgação a concorrências públicas abertas na Croácia que possam ser de interesse para empresas brasileiras;
- Promover a imagem do agronegócio brasileiro e do Brasil como fornecedor seguro e confiável de alimentos, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a desfazer percepções equivocadas acerca do agronegócio brasileiro;

- Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa croatas que tenham potencial para causar dano à imagem e à reputação do agronegócio brasileiro, bem como aos fluxos comerciais regulares, com particular atenção para aspectos de sustentabilidade, e apresentar resposta, quando cabível;
- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo croata, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceria na área energética.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de contatos e gestões realizados junto a atores locais (representantes do governo e do setor privado croata) para promover interesses brasileiros;
- Número de compilações de notícias e indicadores estatísticos publicados em meios oficiais ou privados croatas com implicações sobre o agronegócio brasileiro;
- Número de iniciativas e eventos organizados pela Embaixada ou com apoio dela, para promover produtos brasileiros na Croácia, assim como para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;
- Número de iniciativas realizadas com apoio da Embaixada para divulgar informações sobre a economia brasileira;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre a economia croata, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional ou à relação entre a Croácia e terceiros países e organizações;
- Número de análises setoriais sobre segmentos que apresentam possibilidades de negócios para os produtos e serviços brasileiros;
- Número de atendimentos a empresas croatas em busca de informações sobre o mercado brasileiro;
- Número de atendimentos a empresas brasileiras em busca de informações sobre o mercado croata;
- Número de reuniões com empresas brasileiras com interesse em investir na Croácia.

II - relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Realizar gestões pela realização de visitas de altas autoridades croatas ao Brasil. Durante a visita do ministro das Relações Exteriores a Zagreb, em fevereiro de 2023, foram formalizados convites para que o presidente Zoran Milanovic, o primeiro-ministro Andrej Plenovic e o ministro dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus Gordan Grlic Radman considerem realizar, oportunamente, visitas ao Brasil;
- Intensificar a cooperação entre parlamentos. O grupo de amizade parlamentar Brasil-Croácia foi estabelecido em 2003. Em 2019, a contraparte croata realizou visita ao Brasil. Cabe considerar novas formas de manter ativa essa modalidade de diálogo, inclusive uma possível visita de parlamentares brasileiros à Croácia;
- Fortalecer o diálogo entre as Missões Permanentes dos dois países junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York, sobretudo no que se refere a temas

de paz e segurança. Em 2023, a Croácia assumiu a presidência da Comissão de Construção da Paz (PBC), órgão criado com o apoio do Brasil para assessorar o Conselho de Segurança (CSNU). De outro lado, até fins de 2023, o Brasil ocupa assento não-permanente no CSNU. Entre as prioridades definidas pelo Brasil para seu mandato naquele órgão, cabe destacar o fortalecimento da capacidade de aconselhamento institucional regular da PBC ao CSNU;

- Intensificar a cooperação entre as Academias Diplomáticas. A concessão de bolsa de estudos a diplomata croata para realizar estágio no Instituto Rio Branco constituiria ferramenta de aproximação diplomática entre os dois países;
- Apoiar os trabalhos do Mecanismo de Consultas Políticas, a fim de assegurar seu pleno funcionamento, conferindo maior nível de implementação aos compromissos assumidos em seu âmbito;
- Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo croata, particularmente por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus;
- Acompanhar, desde a perspectiva do interesse nacional brasileiro, a evolução das políticas interna e externa da Croácia;
- Elaborar informações regulares com registro e análise sobre a situação política croata, de modo a permitir que o governo brasileiro conheça o processo decisório e as principais tendências da política croata, em diferentes áreas, assim como as disputas partidárias e o cenário eleitoral local, com destaque para as próximas eleições gerais e presidenciais no país a serem realizadas em 2024;
- Realizar gestões e coordenar posições com a Croácia em organismos multilaterais, sempre que possível e à luz do interesse nacional;
- Buscar o apoio croata a candidaturas de interesse brasileiro a cargos e mandatos em organismos multilaterais, bem como à realização de eventos internacionais no Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras e croatas, inclusive representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos brasileiros;
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus;
- Número de gestões realizadas junto a autoridades croatas em favor de posições e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais;
- Número de expedientes telegráficos que versem sobre as políticas interna e externa croata;
- Número de missões, visitas, reuniões e encontros de parlamentares dos dois países.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Acompanhar e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pela Croácia em foros multilaterais, tais como as Nações Unidas e seus órgãos, agências e programas especializados;
- Promover o diálogo com representantes governamentais croatas sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;
- Encaminhar pedidos de apoio e realizar gestões a candidaturas e iniciativas brasileiras em organismos multilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações relativas à concertação entre os dois países em mecanismos multilaterais;
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações efetuadas junto ao governo croata em apoio a candidaturas de interesse do Brasil a cargos internacionais.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover a imagem e a cultura brasileiras na Croácia;
- Apoiar a difusão e promoção da cultura brasileira junto à sociedade croata, estimulando a diversificação das referências culturais brasileiras para além daquelas já conhecidas pelo público local;
- Apoiar a publicação de traduções para o croata de obras literárias brasileiras, assim como a participação de autores brasileiros em festivais literários na Croácia;
- Apoiar a participação de artistas brasileiros, de todas as linguagens artísticas, inclusive artes plásticas, teatro, dança, cinema e música, em festivais e eventos culturais na Croácia;
- Apoiar a realização de debates, seminários e palestras sobre aspectos da cultura e da sociedade brasileira em universidades e instituições culturais e de pesquisa croatas;
- Apoiar parcerias e colaborações entre instituições culturais brasileiras e croatas;
- Apoiar a promoção de filmes brasileiros na Croácia. A produção cinematográfica nacional goza de grande apelo na Croácia e constitui vetor crucial da promoção cultural no país;
- Participar de festivais culturais. A Croácia (sobretudo Zagreb) vem-se transformando em centro cultural do Sudeste europeu e promove, anualmente, grandes festivais culturais, como o "ZagrebDox" (documentários), o "Zagreb Film Festival" e o "Festival de teatro mundial", atraindo grande público local e internacional;
- Fomentar a colaboração Brasil-Croácia na área de economia criativa por meio de projetos de cooperação bilateral e a produção binacional de eventos e realizações culturais;

- Fortalecer a cooperação com a Academia de Música de Zagreb. Ao abrigo do acordo cultural assinado em fevereiro último, é possível encorajar aquela instituição a formar acordo institucional com homólogas no Brasil, facilitando a organização de eventos colaborativos e o intercâmbio de artistas;
 - Realizar ações de diplomacia pública e ampliar os canais de comunicação da Embaixada para reforçar a imagem do Brasil como sociedade democrática, diversa e aberta;
 - Manter contatos com jornalistas com vistas a ampliar a compreensão e o interesse dos formadores de opinião croatas com relação à realidade brasileira;
 - Continuar o processo de dinamização dos perfis do Posto em redes sociais, inclusive por meio do fortalecimento dos contatos e da interação com influenciadores digitais locais;
 - Apoiar iniciativas de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa na Croácia, inclusive por meio da celebração anual do Dia Mundial da Língua Portuguesa, em colaboração com a embaixada de Portugal, única missão estrangeira lusófona residente em Zagreb;
 - Apoiar a divulgação dos destinos turísticos brasileiros no mercado croata, inclusive aqueles menos conhecidos localmente, mediante publicações em mídias sociais, interlocução com formadores de opinião locais e participação em feiras e eventos relacionados ao turismo.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- Número de eventos culturais (nas áreas de cinema, música, literatura, artes visuais e performáticas brasileiras) realizados na Croácia com apoio financeiro ou institucional da Embaixada;
 - Número de seminários, debates e palestras sobre aspectos da cultura e sociedade brasileiras realizados com apoio financeiro ou institucional da Embaixada;
 - Número de atendimentos a instituições e interlocutores brasileiros e croatas em busca de apoio a eventos e realizações culturais;
 - Número de contatos realizados com vistas a estabelecer parcerias para a realização de projetos culturais;
 - Número de parcerias firmadas com instituições croatas do setor cultural;
 - Número de contatos realizados com agências, empresas e operadores de turismo croatas para divulgar os destinos culturais brasileiros;
 - Número de feiras e eventos de turismo de que a Embaixada participou com o objetivo de divulgar os destinos turísticos brasileiros;
 - Número de publicações realizadas com o objetivo de promover a imagem, a cultura e os destinos turísticos brasileiros;
 - Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas relacionados à imagem, cultura e destinos turísticos do Brasil.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Ampliar o diálogo bilateral em temas ambientais, para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, e avaliar áreas onde há potencial para a cooperação bilateral;
- Promover o diálogo bilateral sobre posições defendidas nacionalmente em organismos multilaterais em relação a temas ambientais, inclusive sobre mudança do clima, e coordenar posições, sempre que possível;
- Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre iniciativas e ações croatas nas áreas de mudança do clima, promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões e gestões bilaterais sobre temas ambientais, inclusive mudança do clima, proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e transição energética;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas ambientais.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover a imagem do Brasil como país detentor de ciência de excelência.
- Estimular o aprofundamento de parcerias entre universidades brasileiras e croatas, mediante o estabelecimento de contatos com instituições locais e o apoio à realização de pesquisas conjuntas e intercâmbio de pesquisadores e professores, em áreas de excelência de cada país, como é o caso da tecnologia da informação e comunicação na Croácia;
- Manter informado o governo brasileiro sobre temas relevantes relacionados ao sistema de CT&I e ao ecossistema de inovação croata.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões e contatos estabelecidos com instituições de pesquisa e inovação croatas;
- Número de projetos, iniciativas e acordos de cooperação bilateral relacionados à ciência, tecnologia e inovação realizados;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação na Croácia.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil e da Croácia, com foco em programas de intercâmbio acadêmico;
- Fomentar a interlocução com estudantes e acadêmicos brasileiros em instituições de ensino superior croatas, bem como prestar-lhes apoio quando necessário;

- Difundir oportunidades de intercâmbio acadêmico e pesquisa conjunta entre estudantes e pesquisadores brasileiros e croatas;
 - Gestionar em favor do restabelecimento do Leitorado Brasileiro na Croácia. O programa foi iniciado em 2008 e contou com a participação de dois professores brasileiros que prestaram importantes contribuições para a divulgação da cultura nacional junto a estudantes de português na Universidade de Zagreb (cerca de 40 alunos por semestre), assim como para a difusão do idioma português em sua vertente brasileira (os demais professores do curso em Zagreb possuem formação e especialização associada a Portugal). Após sua acessão à União Europeia, em 2013, a Croácia passou a depender da assinatura de acordo de cooperação educacional para arcar com suas obrigações no âmbito do programa de leitorado. Em 2015, o programa de leitorado foi suspenso, no aguardo de que os dois países pudessem negociar acordo bilateral no campo educacional, o qual foi finalmente assinado em fevereiro último.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- Número de contatos e reuniões realizadas com universidades e instituições de ensino superior croatas;
 - Número de estudantes e pesquisadores brasileiros e croatas realizando intercâmbio no outro país e apoiados pela Embaixada;
 - Número de parcerias e acordos relacionados à educação estabelecidos entre instituições brasileiras e croatas;
 - Número de iniciativas lançadas na área de cooperação educacional e intercâmbio de estudantes.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
- Acompanhar os debates sobre direitos humanos no âmbito das instituições croatas, com especial enfoque em temas que tenham relevância para a imagem e os interesses do Brasil;
 - Examinar a possibilidade de fomentar o diálogo bilateral em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos;
 - Número de expedientes telegráficos sobre iniciativas de promoção de direitos humanos e diálogo bilateral em referida matéria.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Ampliar a rede de Cônsules Honorários. Ainda que tenha dimensões restritas, a forma do território croata (estreita e alongada) faz com que os principais centros turísticos estejam a centenas de quilômetros de Zagreb, dificultando o atendimento consular. Atualmente há um Cônsul Honorário em Split. Poder-se-ia considerar o estabelecimento de consulados honorários em outros centros turísticos, como Dubrovnik (600km da capital) e Pula (270km de Zagreb);
- Estabelecer mecanismo de cooperação policial, com vistas a receber policiais brasileiros para apoiar o atendimento de turistas brasileiros durante os meses do verão. A Croácia mantém cooperação nesse domínio com outros países parceiros, inclusive fora do espaço europeu, como a China e os Estados Unidos;
- Contratar profissional de psicologia para prestar assistência à comunidade residente no país. Há um número considerável de nacionais que vivenciam situações de fragilidade emocional, inclusive por terem sido vítimas de ameaças ou de violência doméstica;
- Considerar a oportunidade de sugerir negociação de Acordo de transferência de presos. Com o crescente número de turistas brasileiros que visitam a Croácia anualmente, esse instrumento poderá ser de valia no médio e no longo prazos;
- Aperfeiçoar os métodos de trabalho do Setor Consular da Embaixada, de modo a assegurar eficiência e eficácia na prestação de assistência consular a brasileiros na Croácia, inclusive em situações de emergência, desvalimento e encarceramento, entre outras;
- Aprimorar e intensificar o uso dos canais de comunicação entre a Embaixada e a comunidade brasileira residente na Croácia;
- Manter a comunidade brasileira residente na Croácia informada sobre situações de emergência ou que requeiram atenção e cuidados especiais;
- Manter o governo brasileiro informado sobre temas de natureza consular relevantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de brasileiros assistidos pela Embaixada, inclusive aqueles detidos em penitenciárias croatas;
- Número de documentos expedidos pela Embaixada, tanto para cidadãos brasileiros quanto estrangeiros;
- Número de campanhas e ações de divulgação de assuntos de interesse consular realizadas pela Embaixada, inclusive em mídias sociais;
- Número de eventos realizados para a comunidade brasileira residente na Croácia;
- Número de iniciativas e ações realizadas com o objetivo de aprimorar os métodos de trabalho do Setor Consular da Embaixada;
- Número de iniciativas e ações realizadas com o objetivo de aprimorar e intensificar o uso dos canais de comunicação da Embaixada com a comunidade brasileira residente na Croácia.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 31, de 2023, da Presidência da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição, e com o art. 39, combinado com o
art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da
Senhora SILVAN POLICH, Ministra de Segunda
Classe do Quadro Especial da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil
na República da Croácia.*

Relator: Senadora **MARGARETH BUZETTI**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Silvana Polich, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Croácia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata, bem como informações sobre o país no qual deverá servir.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

A Senhora Silvana Polich é filha de Stojan Polich e de Zora Mandic Polich e nasceu em São Paulo, em 31 de março de 1954. É Bacharel em Comunicação Social (1973) e Direito (1979) pela Universidade de São Paulo. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1981. Também nesse Instituto completou, no ano de 2008, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada: “Brasil e a desconstrução da antiga Iugoslávia: lições e perspectivas para a diplomacia brasileira”. Ainda no plano acadêmico, a indicada fez curso de especialização em Relações Internacionais em Florença, Itália (1984).

Ingressou na carreira diplomática no ano de 1982, como Terceira-Secretária. Ascendeu a Conselheira em 2004; e a Ministra de Segunda Classe, em 2008. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas em sua carreira destacam-se as de chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (2003/04); chefe da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (2004/09); Ministra-Conselheira nas embaixadas do Vaticano (2009/11), Berlim (2011/17), Oslo (2017/20) e Budapeste (desde 2020).

No tocante à Croácia, observamos o seguinte.

No contexto do processo de dissolução da ex-Iugoslávia, o país declarou independência em 1991 e, à vista da reação contrária de milícias sérvias, que contavam com o apoio do exército iugoslavo, tem início a guerra pela independência. No ano seguinte, forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) põem fim às hostilidades.

O país tem reconhecida sua independência pela então Comunidade Europeia em 1992. Na sequência, a Croácia ingressou na ONU, no Conselho da Europa, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na União Europeia (UE).

No momento atual, a Croácia conta com população de 3,9 milhões de pessoas de maioria católica (85%). Na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), os croatas figuram, no momento presente, na posição de número 40.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

Trata-se, nos dias de hoje, de uma das repúblicas mais prósperas da ex-Iugoslávia. Sua economia está baseada nos setores de serviços e industriais e na agricultura. Desde a independência, o governo investe no turismo, uma das maiores fontes de receita do país, que é banhado pelo mar Adriático e possui litoral recortado por penínsulas, baías e diversas ilhas.

No plano bilateral, o Brasil também reconheceu a Croácia como país independente em 1992. Desde então, o relacionamento bilateral é pautado pela cordialidade e pela cooperação. A Croácia mantém embaixada residente em Brasília desde 1997; já o Brasil abriu embaixada com residência em Zagreb em 2006. Merece destaque o crescente histórico de visitas e eventos de alto nível. Nesse sentido, a viagem do Chanceler Mauro Vieira a Zagreb em fevereiro deste ano é indicação eloquente desse contexto.

Percebe-se expressivo sentimento de empatia bilateral à vista da circunstância de que ambos os povos nutrem gostos semelhantes, entre outras manifestações culturais, por futebol e música. Há, portanto, destacadas possibilidade de maior aproximação bilateral.

Na esfera comercial, as trocas entre os dois países alcançaram a cifra de US\$ 127 milhões em 2022; número significativo, mas aquém do recorde histórico de US\$ 216 milhões, registrado em 2013. O saldo comercial, no entanto, é tradicionalmente superavitário para o Brasil. Nossas exportações estão concentradas em *commodities* (açúcar de cana, minérios de ferro, café cru em grão e tabaco). A Croácia, por sua vez, vende produtos de maior valor agregado para nosso país (partes de motores e turbinas de aviação, guarnições para móveis e carroçarias, medicamentos para medicina veterinária e humana, obras de plástico, construções pré-fabricadas).

A comunidade brasileira residente na Croácia é calculada em 400 pessoas. Para além disso, registra-se crescente número de turistas brasileiros na costa croata nos meses de verão (43 mil, em 2022).



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE CLAUDIA VIEIRA SANTOS
CPF.: 462.754.870-20

1963 Nascida no Rio de Janeiro (RJ), em 31 de agosto de 1963, filha de Saul Santos e Marilu Vieira Santos

Dados Acadêmicos:

1982-86 Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1989-91 Mestrado em Relações Internacionais e Comunicação pela Boston University, Massachusetts/EUA
1994-95 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – IRBr
2013 Curso de Altos Estudos - IRBr. Tese: "A diplomacia dos biocombustíveis: oportunidades e desafios para a política externa brasileira"

Cargos:

1995 Terceira-secretária
2000 Segunda-secretária
2005 Primeira-secretária, por merecimento
2008 Conselheira, por merecimento
2014 Ministra de segunda classe, por merecimento
2022 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1996-97 Divisão de Ásia e Oceania I, assistente e assessora
1997-98 Divisão do Meio Ambiente, assessora
1998-01 Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária
2001-04 Embaixada em Roma, segunda-secretária
2004-06 Embaixada em Tóquio, segunda e primeira-secretária
2006-10 Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis, chefe
2010-13 Embaixada em Paris, conselheira
2013 Embaixada em Moscou, conselheira e ministra-conselheira, comissionada
2013-15 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessora
2015 Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania, assessora técnica
2015-18 Embaixada em Nova Delhi, ministra-conselheira
2018-20 Consulado-Geral em Los Angeles, cônsul-geral adjunta
2020 Divisão da Europa I e II, chefe
2020-22 Departamento de China, Mongólia e Mecanismos Bilaterais e Regionais, diretora
2022- Departamento de Energia, diretora

Condecorações:

2012 Ordem do Rio Branco, Comendador

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 33, DE 2023

(nº 265/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA VIEIRA SANTOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 265

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **CLAUDIA VIEIRA SANTOS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **CLAUDIA VIEIRA SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de junho de 2023.

EM nº 00081/2023 MRE

Brasília, 11 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLAUDIA VIEIRA SANTOS**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O último ocupante do cargo, **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria nº 260, de 8 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 10 de fevereiro de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CLAUDIA VIEIRA SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 338/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **CLAUDIA VIEIRA SANTOS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 06/06/2023, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4316129** e o código CRC **7BEF74E2** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004392/2023-71

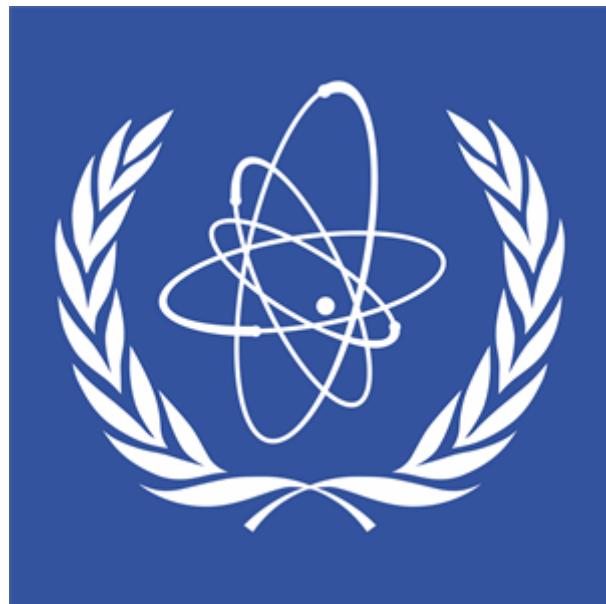
SUPER nº 4316129

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS)

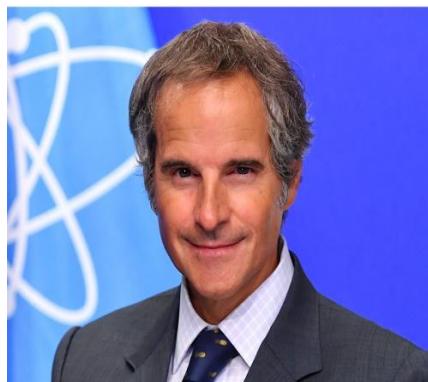
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA)



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2023

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
Número de Estados Partes	176 ¹
Data de fundação	29/07/1957
Ano de adesão do Brasil	1957 (membro fundador)
Sede	Viena (Áustria)
Principais órgãos	Conferência Geral (todos os Estados Membros), Junta de Governadores (35 países, entre os quais o Brasil) e Secretariado (chefeado pelo Diretor-Geral)
Principal chefia	Rafael Mariano Grossi (Argentina), Diretor-Geral

¹ 1957: Afghanistan; Albania; Argentina; Australia; Austria; Belarus; Brazil; Bulgaria; Canada; Cuba; Denmark; Dominican Republic; Egypt; El Salvador; Ethiopia; France; Germany; Greece; Guatemala; Haiti; Holy See; Hungary; Iceland; India; Indonesia; Israel; Italy; Japan; Republic of Korea; Monaco; Morocco; Myanmar; Netherlands; New Zealand; Norway; Pakistan; Paraguay; Peru; Poland; Portugal; Romania; Russian Federation; South Africa; Spain; Sri Lanka; Sweden; Switzerland; Thailand; Tunisia; Türkiye; Ukraine; United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland; United States of America; Bolivarian Republic of Venezuela; Viet Nam 1958: Belgium; Ecuador; Finland; Islamic Republic of Iran; Luxembourg; Mexico; Philippines; Sudan 1959: Iraq 1960: Chile; Colombia; Ghana; Senegal 1961: Democratic Republic of the Congo; Lebanon; Mali 1962: Liberia; Saudi Arabia 1963: Algeria; Plurinational State of Bolivia; Côte d'Ivoire; Libya; Syrian Arab Republic; Uruguay 1964: Cameroon; Gabon; Kuwait; Nigeria 1965: Costa Rica; Cyprus; Jamaica; Kenya; Madagascar 1966: Jordan; Panama 1967: Sierra Leone; Singapore; Uganda 1968: Liechtenstein 1969: Malaysia; Niger; Zambia 1970: Ireland 1972: Bangladesh 1973: Mongolia 1974: Mauritius 1976: Qatar; United Arab Emirates; United Republic of Tanzania 1977: Nicaragua 1983: Namibia 1984: China 1986: Zimbabwe 1992: Estonia; Slovenia 1993: Armenia; Croatia; Czech Republic; Lithuania; Slovakia 1994: Kazakhstan; Marshall Islands; North Macedonia; Uzbekistan; Yemen 1995: Bosnia and Herzegovina 1996: Georgia 1997: Latvia; Malta; Republic of Moldova 1998: Burkina Faso 1999: Angola; Benin 2001: Azerbaijan; Central African Republic; Serbia; Tajikistan 2002: Botswana; Eritrea 2003: Honduras; Kyrgyzstan; Seychelles 2004: Mauritania 2005: Chad 2006: Belize; Malawi; Montenegro; Mozambique 2007: Palau 2008: Nepal 2009: Bahrain; Burundi; Cambodia; Congo; Lesotho; Oman 2011: Lao People's Democratic Republic 2012: Dominica; Fiji; Papua New Guinea; Rwanda; Togo; Trinidad and Tobago 2013: Eswatini; San Marino 2014: Bahamas; Brunei Darussalam 2015: Antigua and Barbuda; Barbados; Djibouti; Guyana; Vanuatu 2016: Turkmenistan 2017: Saint Vincent and the Grenadines 2018: Grenada 2019: Saint Lucia 020: Comoros 2021: Samoa 2022: Saint Kitts and Nevis; Tonga 2023: The Gambia

PERFIL BIOGRÁFICO

Rafael Mariano Grossi
Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica
(Mandato 2019-2023)

Rafael Mariano Grossi assumiu o cargo de Diretor-Geral da AIEA em 3 de dezembro de 2019, em candidatura que contou com o expresso apoio do Brasil. De nacionalidade argentina e diplomata de carreira, Grossi tem larga experiência em temas relativos a não proliferação e desarmamento. Em 2013, foi embaixador da Argentina na Áustria, representante argentino na AIEA e em outras organizações internacionais com sede em Viena. De 2014 a 2016, atuou como presidente do Grupo de Supridores Nucleares (NGS), no qual foi o primeiro presidente a servir dois mandatos sucessivos. Em 2019, atuou como presidente-designado para a X Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (X ConfEx TNP), posição transmitida ao embaixador Gustavo Zlauvinen, também da Argentina, quando da eleição de Grossi para DG-AIEA.

Entre 2010 e 2013, atuou como diretor-geral da Política e Chefe de Gabinete na AIEA. Entre 2002 e 2007, foi chefe de gabinete na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), a Haia. Na chancelaria argentina, onde ingressou em 1985, exerceu cargos elevados, como diretor-geral de assuntos políticos, entre 2007 e 2009. Nascido em 1961, Rafael Grossi é casado e tem oito filhos.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) foi estabelecida em 29/07/1957 e tem sede em Viena. Segundo seu Estatuto, a Agência tem como objetivo "*acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade mundiais*", bem como "*assegurar, na medida de suas capacidades, que a assistência prestada pela Agência, ou a seu pedido, ou ainda sob sua supervisão e controle, não seja utilizada de maneira a promover qualquer finalidade militar*".

As principais áreas de atuação da AIEA são: (1) energia nuclear (apoio a programas nucleares nacionais em suas vertentes de planejamento, análise, operação e conhecimento na área nuclear); (2) salvaguardas (fornecimento de comprovação crível de que material nuclear declarado pelos países não foi desviado para a fabricação de explosivos nucleares); (3) segurança técnica (operação segura de materiais e instalações nucleares) e segurança física (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares); (4) aplicações e ciências nucleares (atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e social, como agricultura, alimentação e saúde); e (5) cooperação técnica (capacitação, treinamento e disseminação de conhecimentos e técnicas no campo nuclear).

A AIEA é uma organização internacional independente, mas relacionada ao sistema das Nações Unidas. A Agência apresenta anualmente relatório sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, informa o Conselho de Segurança sobre o descumprimento, por parte de Estados, de suas obrigações no tocante a salvaguardas nucleares, bem como sobre questões de sua competência relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

O Secretariado da Agência é composto por cerca de 2300 profissionais e funcionários de apoio, provenientes de mais de 90 países, e é conduzido pelo Diretor-Geral Rafael Grossi (Argentina) e por seis Diretores-Gerais Adjuntos, responsáveis pelos Departamentos de Administração; Aplicações e Ciências Nucleares; Cooperação Técnica; Energia Nuclear; Segurança Técnica e Segurança Física Nucleares, e Salvaguardas Nucleares (verificação).

Rafael Grossi é o primeiro latino-americano a ocupar o cargo, tendo sido antecedido pelo japonês Yukiya Amano (2009 -2019). O Brasil

contribuiuativamente para a eleição do embaixador Rafael Mariano Grossi a Diretor-Geral da AIEA em 2019, tendo sido o primeiro país a apoiar oficialmente seu pleito. Ademais do reconhecimento das sólidas credenciais do embaixador Grossi, o apoio brasileiro à candidatura argentina se inscreve no âmbito de tradicional parceria bilateral na área nuclear, cuja expressão mais eloquente é a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), criada há mais de 30 anos.

Em março de 2023, a Junta de Governadores da AIEA decidiu, por aclamação, recomendar à Conferência Geral (CG) a recondução de Grossi ao cargo para novo mandato de quatro anos. Espera-se que tal recomendação seja referendada pela CG, que se reunirá em setembro de 2023.

Os programas e o orçamento da AIEA são definidos por seus órgãos políticos: a Junta de Governadores, integrada por 35 Estados Membros, entre os quais o Brasil, e a Conferência Geral, composta por todos os Estados Membros. A Junta de Governadores reúne-se cinco vezes ao ano; a Conferência Geral, uma vez.

As atividades da AIEA são financiadas pelas contribuições dos Estados Membros ao orçamento regular e por contribuições voluntárias. O orçamento regular para 2023 foi determinado em EUR 442.500.000,00.

A Agência tem papel fundamental no fomento aos usos pacíficos da energia nuclear, bem como na discussão, elaboração e aprimoramento dos padrões globais de segurança nuclear. Esse papel torna-se mais importante na medida em que se renova o interesse pela energia nuclear em muitos países (entre os quais o Brasil), com base na avaliação de que ela pode constituir alternativa ambientalmente vantajosa ao uso de combustíveis fósseis.

As atividades de cooperação técnica da AIEA são desenvolvidas principalmente com os recursos de fundo específico, o Fundo de Cooperação Técnica (FCT). Apesar de as contribuições para o Fundo serem classificadas como voluntárias, os Estados Membros têm o compromisso político de prover recursos suficientes para que as atividades de cooperação técnica possam ser implementadas. O orçamento do Fundo de Cooperação Técnica (FCT) para o ano de 2023 – que é determinado separadamente do orçamento geral da AIEA – foi aprovado no montante de EUR 93.686.000,00.

Salvaguardas e Protocolo Adicional

A AIEA tem como uma de suas principais atribuições a de fiscalizar o uso pacífico das instalações nucleares e do material nuclear físsil por seus Estados membros, com o objetivo de identificar eventuais desvios para programas bélicos. O conjunto de medidas técnicas utilizadas para tal fim é chamado de “salvaguardas nucleares” (“nuclear safeguards”), e sua natureza e abrangência variam em função dos acordos adotados pela agência com seus Estados Membros.

Atualmente, o tipo mais comum de salvaguardas da AIEA são aquelas previstas pelos acordos de salvaguardas abrangentes (“comprehensive safeguards agreements”), aplicáveis a toda e qualquer atividade envolvendo material nuclear, cuja adoção constitui obrigação de todos os Estados não-nuclearmente armados Partes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). As salvaguardas implicam o monitoramento permanente, inclusive em tempo real, por meios informatizados, da circulação e do processamento de todo o material nuclear presente em tais Estado. Esse monitoramento é reforçado por sistema de inspeções *in loco*, em que os Estados-membros provêm acesso à AIEA, a qualquer tempo, a quaisquer das suas instalações nucleares, as quais devem ser declaradas à Agência desde o estágio de planejamento inicial.

Originalmente, a AIEA aplicava salvaguardas apenas a instalações específicas declaradas pelos Estados Partes, no âmbito das chamadas “item-specific safeguards”. Atualmente, tais salvaguardas são aplicadas apenas a instalações em Estados não-partes do TNP (Índia, Israel e Paquistão).

Em Estados Partes do TNP com pouca ou nenhuma atividade nuclear, as obrigações de salvaguardas são regidas pelos chamados “protocolos de pequenas quantidades” (“Small Quantities Protocols” – SQP), que reduzem as obrigações de prestação de informações.

Já os cinco países nuclearmente armados reconhecidos pelo TNP (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) adotaram os chamados “acordos de salvaguardas de oferta voluntária” (“voluntary offer agreements” – VOA), que permite à AIEA aplicar salvaguardas nas instalações nucleares pacíficas de tais países, sujeitas à discricionariedade dos mesmos.

A descoberta, em 1992, de que o Iraque, embora sujeito ao mecanismo de salvaguardas da AIEA, vinha desenvolvendo programa nuclear clandestino, contribuiu para que alguns países passassem a insistir

na necessidade de reforçar o sistema de salvaguardas da Agência, de forma que esse deixasse de ter por base a estrita contabilidade do material nuclear, e passasse a centrar-se na análise mais ampla de informações sobre atividades ligadas ao ciclo de combustível nuclear, independentemente da existência de material nuclear. O resultado desse processo foi a aprovação de um modelo suplementar de verificação chamado Protocolo Adicional, em 1997, de caráter voluntário.

Enquanto os acordos abrangentes de salvaguardas, obrigatórios a todos os países não nuclearmente armados que são partes do TNP, têm seu foco na fiscalização e contabilidade de material nuclear, o Protocolo Adicional introduz medidas de verificação relacionadas a toda e qualquer atividade, inclusive de pesquisa/teórica, que envolva a energia nuclear.

Nos casos dos países que possuem um Protocolo Adicional em vigor, o mandato da AIEA é ampliado para permitir o acesso dos inspetores a todas as instalações onde são realizadas atividades relacionadas ao ciclo do combustível, inclusive aquelas que não operam com material físsil (por exemplo, fábricas de centrífugas e/ou de partes e peças para as mesmas, entre outras). O Estado é obrigado também a informar sobre toda pesquisa em andamento no campo do ciclo do combustível, inclusive as que se referem a projetos que não utilizem material nuclear.

O Brasil é recorrentemente instado a celebrar protocolo adicional a seu acordo de salvaguardas abrangentes. O modelo, contudo, impõe medidas consideradas excessivamente intrusivas ao programa nuclear brasileiro, o qual já é salvaguardado duplamente, pela AIEA e pela ABACC.

Propulsão naval nuclear - Procedimentos Especiais

Desde 1979, o Brasil possui um projeto de desenvolvimento de propulsão nuclear que visa ao desenvolvimento de submarinos convencionais a propulsão naval (SCPN), que atualmente se encontra em suas fases finais. Trata-se de projeto totalmente autônomo e autônomo: o submarino, seu reator nuclear e combustível estão sendo projetados, desenvolvidos, construídos e montados no Brasil. O combustível do futuro SCPN será fabricado com urânio de baixo teor de enriquecimento (“low-enriched uranium” – LEU).

O uso da energia nuclear para propulsão naval por Estados não-nuclearmente armados é uma possibilidade expressamente prevista pelos

acordos de salvaguardas abrangentes. Segundo tais acordos, o material nuclear a ser empregado para tal fim deverá ser sujeito a arranjo especial de verificação, a ser adotado de comum acordo pelo Estado parte interessado e pela AIEA.

Em dezembro de 2021, o Governo brasileiro notificou a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) acerca de sua intenção de dar início a negociações com aquele organismo com vistas à adoção de procedimentos especiais para a inspeção de material nuclear a ser empregado para propulsão naval nuclear, no marco do Artigo 13 do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA (base legal para a aplicação de salvaguardas nucleares no País). Trata-se de iniciativa inédita, uma vez que o Brasil deverá ser o primeiro país não-nuclearmente armado a dotar-se de tais meios navais.

Até o momento, foram realizadas três rodadas de negociações, sendo a última em novembro de 2022. Participam das negociações, pelo lado brasileiro, representantes do MRE, da Marinha do Brasil e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Pela AIEA, as reuniões têm sido coordenadas pelo Vice-Diretor-Geral para Salvaguardas, Massimo Aparo. Até o momento, as discussões vêm-se dando de forma construtiva.

Parceria AUKUS

Lançada em setembro de 2021, a parceria AUKUS é uma iniciativa tripartite de cooperação militar cujo principal elemento é o fornecimento à Austrália, por EUA e Reino Unido, de submarinos de propulsão nuclear dotados de armamento convencional. Será a primeira vez que país não nuclearmente armado receberia transferência de submarinos com propulsão nuclear.

No último dia 13/3, os líderes dos três países anunciaram o “caminho ótimo” (“optimal pathway”) para auxiliar a Austrália na aquisição de um submarino de propulsão nuclear. Esse caminho é um plano de fases múltiplas (“multi-phased plan”) que durará décadas e que culminará na construção do futuro submarino australiano convencionalmente armado com propulsão nuclear. O SSN-AUKUS será a nova classe de submarinos a ser desenvolvida trilateralmente e será usado pela Austrália e pelo Reino Unido. A construção será baseada na planta do submarino britânico SSN-R e incorporará tecnologia dos três países.

A iniciativa prevê a transferência de quantidade considerável de urânio altamente enriquecido (“highly-enriched uranium”) para uso como combustível nos futuros submarinos nucleares australianos

Após o anúncio, a Austrália deverá iniciar negociações de arranjos com a AIEA no âmbito do seu acordo de salvaguardas abrangentes com vistas à elaboração de um pacote de “medidas robustas de verificação” a serem aplicadas ao programa australiano de propulsão naval.

A iniciativa AUKUS incrementou substancialmente a visibilidade do tema de propulsão naval nuclear e ocasionou forte reação por parte da China, que contesta a legalidade da iniciativa à luz do TNP e do Estatuto da AIEA, principalmente em razão de envolver a transferência de HEU (material que pode, em tese, ser usado para a fabricação de armas nucleares).

Irã

Entre os principais temas tratados pela AIEA nos últimos anos encontra-se o dossiê nuclear iraniano. O histórico da questão remonta a setembro de 2002, quando fontes alegaram que o Irã conduzia programa não declarado que incluía instalações de enriquecimento de urânio. Após três anos de intensas discussões no âmbito da AIEA, esta decidiu, em 2006, encaminhar o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. De 2006 a 2010, o Conselho adotou quatro resoluções impondo pesadas sanções ao Irã.

Em 2015, após sucessivas rodadas de negociações, foi o Plano de Ação Conjunto Abrangente (“Joint Comprehensive Plan of Action”/JCPOA, em inglês), negociado entre o P5+1 (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido mais a Alemanha), o Irã e a AIEA. O JCPOA foi referendado pela Resolução 2231 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada ao abrigo do Capítulo VII da Carta (o que lhe conferiu caráter juridicamente vinculante).

O Plano estabelecia limitações e medidas de verificação *sui generis* ao programa nuclear iraniano em troca do levantamento de sanções aplicadas ao país. Na sequência, a AIEA passou a divulgar relatórios trimestrais de medidas de verificação e monitoramento dos compromissos assumidos pelo Irã sob acordo.

A retirada unilateral dos Estados Unidos do JCPOA, a partir de maio de 2018; a reação iraniana, que passou a adotar sucessivas medidas de limitação do cumprimento de seus compromissos perante o acordo; bem como as dificuldades de negociação com os europeus e os Estados Unidos, mesmo após a assunção da administração Biden, representam significativos desafios à continuidade do JCPOA.

Não obstante isso, a AIEA tem levado a cabo seu papel precípua de monitoramento e verificação das atividades nucleares no país. Os relatórios trimestrais sobre a implementação do JCPOA continuam a ser publicados, em que se registram informações técnicas sobre os passos adotados pelo Irã e a redução do nível de atividade de verificação da AIEA no país. O último relatório (fevereiro de 2023), indicou que o Irã está conduzindo atividades de enriquecimento de urânio a 60%, na Planta de Enriquecimento de Combustível de Fordow (FFEP).

Cabe assinalar que, na eventualidade de abandono do JCPOA, a AIEA deverá continuar com suas tarefas de monitoramento do programa nuclear iraniano por força do acordo bilateral de salvaguardas abrangentes com o Irã, anterior ao Plano de Ação.

Coreia do Norte

A AIEA não tem conduzido atividades de verificação *in loco* na República Popular Democrática da Coreia (RPDC) desde abril de 2009, quando seus inspetores foram expulsos do país. O item "Aplicação de Salvaguardas na República Democrática Popular da Coreia" consta da agenda das sessões da Junta de Governadores da AIEA e da Conferência Geral. A AIEA, contudo, monitora o programa nuclear norte-coreano com base em informações de fontes abertas e de satélites e tem declarado estar pronta para retomar atividades de verificação caso compromisso político seja obtido nesse sentido.

Desde janeiro de 2003, quando se retirou do TNP, a RPDC realizou seis testes com explosivos nucleares e dezenas de testes com mísseis balísticos.

Segurança Técnica e Física Nuclear

O tema da *segurança técnica* ("safety") nuclear adquiriu importância renovada após os acidentes na usina de Fukushima-Daichii, em março de 2011. Como principal organismo multilateral nessa área, a AIEA tem envidado esforços para prover assessoria técnica de forma a minimizar o risco de acidentes por falha operacional ou técnica. Conforme mencionado, a Agência tem papel fundamental na discussão, elaboração e aprimoramento dos padrões globais de segurança nuclear.

No que diz respeito à *segurança física* (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares), o tema adquiriu relevo após os ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA e

em decorrência de iniciativa americana, em 2010, de realizar Cúpulas sobre Segurança Física Nuclear.

A primeira Cúpula, realizada em 2010, em Washington, definiu o terrorismo nuclear como uma das "principais ameaças à segurança internacional". O Brasil apoiou a iniciativa por reconhecer a necessidade de que a operação das instalações nucleares e o manejo do material nuclear sejam realizados da forma mais segura possível. Outras três Cúpulas sobre Segurança Física Nuclear foram realizadas em Seul (2012), na Haia (2014) e em Washington (2016). A AIEA, única instituição multilateral de âmbito universal com competência e *expertise* no assunto, realiza desde 2013, em sua sede, em Viena, conferências internacionais ("International Conference on Nuclear Security" ou ICONS), a cada quatro anos, com segmento ministerial sobre o tema. O Brasil participou da III ICONS, em fevereiro de 2020, com delegação de alto nível, liderada pelo Secretário-Executivo do GSI, General-de-Divisão Douglas Bassoli. A próxima edição da ICONS está prevista para 2024.

Situação nas instalações nucleares da Ucrânia

A questão da segurança física e técnica das usinas nucleares em território ucraniano tem ocupado a agenda das reuniões da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) desde março de 2022, quanto foi convocada sessão especial da Junta de Governadores para tratar das atividades militares conduzidas pela Rússia na região da usina nuclear desativada de Chernobyl. Na ocasião, Canadá e Polônia propuseram projeto de resolução intitulado "The safety, security and safeguards implications of the situation in Ukraine".

Na Junta de Governadores realizada em setembro de 2022, a ênfase da proposta conjunta canadense e polonesa passou a ser os conflitos ocorridos no entorno da usina nuclear de Zaporizhzhia (ZNPP) e na subsequente tomada de controle do território pela Rússia. A precariedade da situação de segurança dessa usina nuclear motivou visitas técnicas da AIEA à área e a produção de relatórios pelo Diretor-Geral da AIEA, Rafael Grossi.

Nesse contexto, as resoluções apresentadas na Junta sobre esse tema foram atualizadas para contemplar a situação de vulnerabilidade da ZNPP.

O Brasil votou favoravelmente a esse projeto de resolução nas três ocasiões em que foi tabulado. O apoio, contudo, sempre foi qualificado por intervenções e explicações de voto que pontuaram as prioridades brasileiras, quais sejam: preservação da integridade das instalações

nucleares civis; garantia de acesso dos técnicos da AIEA; observância dos sete pilares de segurança física e técnica; a necessidade de prevenir um acidente nuclear; garantia do engajamento de todas as partes com a proteção das instalações.

A posição brasileira tem buscado favorecer o caráter técnico da discussão em detrimento da politização naturalmente trazida pelo texto.

Na última Junta de Governadores, em março de 2023, o Canadá leu declaração, subscrita por 52 países, condenando a ação militar russa na região da usina nuclear de Zaporizhzhia.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

Agência Internacional de Energia Atômica

Membro fundador da AIEA, o Brasil tem histórico de ativa participação nos trabalhos da Agência, especialmente à luz de seu relevante papel no campo da utilização pacífica da energia nuclear e por sua importante contribuição ao desenvolvimento de atividades nucleares. A participação brasileira ganhou relevo e intensidade nos anos 90, após o domínio do ciclo do combustível nuclear e, subsequentemente, a partir da entrada em operação do Centro Experimental Aramar (Iperó-SP) e da Planta de Enriquecimento Isotópico de Urânia (Resende-RJ).

Nesse contexto, por meio do Decreto N° 5.582, de 16 de novembro de 2005, foi criada a Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena. A Missão tem como função principal o acompanhamento dos temas constantes da agenda da AIEA, bem como os da Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom/CTBTO) e os do Grupo de Supridores Nucleares, cujo secretariado é exercido pela missão do Japão em Viena.

Desde a criação da AIEA, o Brasil tem ocupado ininterruptamente assento na Junta de Governadores da Agência (órgão político que, conforme mencionado, reúne 35 dos 176 países membros da Agência, boa parte dos quais em caráter rotativo).

Como Estado Membro da AIEA e integrante da Junta de Governadores, o Brasil tem atuado no sentido de ampliar o uso pacífico da energia nuclear como ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Nesse sentido, o País defende que se reforcem as atividades de cooperação técnica da AIEA, em particular com os países em desenvolvimento.

O Brasil também apoia as atividades de verificação e aplicação de salvaguardas pela Agência, defendendo que sejam desempenhadas de maneira imparcial, independente, objetiva e profissional, e em plena conformidade com os acordos de salvaguardas firmados entre a AIEA e seus Estados membros.

Está em vigor para o Brasil, desde 1991, Acordo com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas (o chamado "Acordo Quadripartite"). Trata-se de acordo de salvaguardas abrangentes, pelo qual o Brasil e a Argentina, ademais das salvaguardas estabelecidas pela ABACC, submeteram-se ao sistema de salvaguardas da AIEA, em linha com as obrigações previstas pelo Tratado sobre Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que ambos os países ratificaram em 1998 e 1995, respectivamente.

O Brasil recebeu visitas de Diretores-Gerais da AIEA em dezembro de 2007 (Mohammad El Baradei), março de 2010, novembro de 2016 (Yukiya Amano), e março de 2021 (Rafael Grossi). A visita do DG Grossi, que incluiu visitas em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília, deu-se no contexto da celebração do 30º aniversário da ABACC.

Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares

Conforme mencionado, a Missão do Brasil também acompanha os temas referentes à Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom/CTBTO).

O Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês), que proscreve testes explosivos nucleares na atmosfera, sob o solo e sob a água, foi adotado em 1996 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas. O Brasil esteve entre os primeiros signatários do Tratado, tendo procedido à sua ratificação dois anos depois. A entrada em vigor do CTBT depende da adesão e ratificação por parte de 44 Estados detentores de capacidades nucleares relevantes, dos quais oito ainda não cumpriram integralmente aquelas formalidades: China, Egito, Estados Unidos, Irã e

Israel assinaram, mas não ratificaram; ao passo que Índia, Paquistão e Coreia do Norte se mantêm ao largo do tratado.

Convencido dos longevos danos à saúde humana e ao meio-ambiente decorrentes de testes nucleares e da contribuição do tratado para o avanço do desarmamento nuclear, ao constranger o desenvolvimento de novos artefatos, o Brasil tem sido um dos principais vocais sobre a especial importância da entrada em vigor do CTBT.

A Comissão Preparatória à Organização do CTBT (PrepCom-CTBTO) é a instituição responsável pelo estabelecimento e capacitação do sistema de monitoramento internacional (SIM, na sigla em inglês), necessário para a verificação do cumprimento do CTBT. Dentre as 337 estações previstas pelo SIM, 282 estações sismológicas, de detecção de infrassom e de radionuclídeos encontram-se hoje em funcionamento, sendo 5 no Brasil. O SIM foi capaz de detectar os seis testes nucleares realizados pela República Popular Democrática da Coreia do Norte entre 2006 e 2017.

A delegação do Brasil junto à AIEA representa o País na Comissão Preparatória, tendo como principais objetivos promover a entrada em vigor do tratado, garantir a eficiência do sistema de monitoramento, promover a cooperação científica e o treinamento de pessoal especializado nas tecnologias de detecção de explosões nucleares e evitar que sejam impostas restrições aos usos pacíficos da energia nuclear. A falta de perspectiva quanto à entrada em vigor do CTBT e os relativamente elevados custos de manutenção de seu regime de verificação são os principais desafios enfrentados pela PrepCom-CTBTO.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Data	Evento
26/10/1956	Abertura para assinaturas do Estatuto da AIEA
29/07/1957	Entrada em vigor do Estatuto da AIEA entra em vigor no plano internacional
27/08/1957	Promulgação no Brasil do Decreto 42.155, que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro o Estatuto da AIEA
30/03/1961	Estabelecimento pela AIEA de seu primeiro sistema de salvaguardas
21/05/1963	Abertura para assinaturas da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares
01/07/1968	Abertura para assinaturas do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). O

	instrumento entra em vigor em 5/3/1970
01/06/1972	Adoção pela Junta de Governadores da AIEA do modelo de acordo de salvaguardas abrangentes previsto no TNP
26/10/1979	Adoção da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear
16/04/1991	Promulgação no Brasil do Decreto 95, que incorpora a Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear
13/12/1991	Assinatura do "Acordo Quadripartite" entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, para a aplicação de salvaguardas nucleares
1992	Descoberta de programa nuclear não declarado no Iraque
03/09/1993	Promulgação no Brasil do Decreto 911, que incorpora a Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares
24/02/1994	Promulgação no Brasil do Decreto 1.065, que incorpora o "Acordo Quadripartite" entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, para a aplicação de salvaguardas nucleares
20/09/1994	Abertura para assinaturas da Convenção de Segurança Nuclear
17/04-12/05/1995	Durante Conferência de Revisão, a vigência do TNP é estendida indefinidamente (o prazo inicial era de 25 anos, com possibilidade de extensão)
16/05/1997	Aprovação pela Junta de Governadores da AIEA do modelo de Protocolo Adicional aos acordos de salvaguardas
01/07/1998	Promulgação no Brasil do Decreto 2.648, que incorpora a Convenção de Segurança Nuclear
07/12/1998	Promulgação no Brasil do Decreto 2.864, que incorpora o Tratado para a Não Proliferação de Armas Nucleares
08/07/2005	Assinatura (inclusive pelo Brasil) da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear
07/07/2017	Adoção do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares (TPAN)

ATOS INTERNACIONAIS			
Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (no Brasil)	Publicação
Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	26/10/1956	29/07/1957	27/08/1957
Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares	21/05/1963	03/09/1993	03/09/1993
Acordo para Aplicação de Salvaguardas entre Brasil, Estados Unidos da América e Agência Internacional de Energia Atômica)	10/03/1967	31/10/1968	29/11/1968
Emenda ao artigo VI do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	28/09/1970	01/06/1973	26/12/1973
Emenda ao Acordo entre a Agência Internacional de Energia Atômica, o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil para a Aplicação de Salvaguardas	27/07/1972	20/09/1972	05/10/1972
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Federativa da Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a Aplicação de Salvaguardas	26/02/1976	26/02/1976	
Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear	26/10/1979	08/02/1987	16/04/1991
Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear	26/09/1986	04/01/1991	15/01/1991
Convenção sobre Assistência no Caso de Acidente Nuclear ou	26/09/1986	04/01/1991	15/01/1991

Emergência Radiológica			
Acordo entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas	13/12/1991	04/03/1994	24/02/1994
Convenção de Segurança Nuclear	20/09/1994	02/06/1997	01/07/1998
Protocolo para a Suspensão de Aplicação de Salvaguardas Relativas ao Acordo de 10 de Março de 1967, entre a Agência, Brasil e os Estados Unidos da América à Luz das Providências para a Aplicação de Salvaguardas Relativas ao Acordo Quadripartite de Salvaguardas	27/03/1996	22/10/1996	
Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro do Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos	29/09/1997	19/10/2006	19/10/2006
Protocolo para Suspender a Aplicação de Salvaguardas Decorrentes do Acordo de 26 de fevereiro de 1976 entre a Agência, o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha à Luz dos Dispositivos para a Aplicação de Salvaguardas conforme o Acordo Quadripartite de Salvaguardas entre a Argentina, o Brasil, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a AIEA	16/10/1998	21/10/1999	15/03/1999
Emenda à Convenção sobre a	08/07/2005	18/03/2022	18/03/2022

Proteção Física do Material Nuclear			
-------------------------------------	--	--	--

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À AIEA E A ORGANISMOS INTERNACIONAIS CONEXOS**

Candidata: CLAUDIA VIEIRA SANTOS

PERFIL DA CANDIDATA**Embaixadora Claudia Vieira Santos**

Claudia Vieira Santos, natural do Rio de Janeiro (RJ), ingressou no Instituto Rio Branco em 1994. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é mestre em Relações Internacionais e Comunicação pela Boston University, Massachusetts/EUA e possui Formação Executiva em Energia Nuclear, na International Nuclear Academy, Le Creusot (França). Em 2013, foi aprovada no LVIII Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, com a tese "A diplomacia dos biocombustíveis: oportunidades e desafios para a política externa brasileira".

Desde janeiro de 2023, exerce a função de Diretora do Departamento de Energia, Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Ao longo de sua carreira no Ministério das Relações Exteriores exerceu as funções de Diretora do Departamento de China, na Subsecretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (2020 a 2023); Chefe da Divisão da Europa I, Departamento da Europa (2020); Chefe da Divisão da Europa II, Departamento da Europa (2020); Chefe de Gabinete da Diretora do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania (2015); Assessora do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013 a 2015); Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (2007 a 2010); Assessora da Divisão do Meio Ambiente (1997 a 1998); e Assessora na Divisão de Ásia e Oceania I (1995 a 1997).

No exterior, desempenhou funções no Setor de Promoção Comercial e de Ciência e Tecnologia da Embaixada em Moscou (1998-2001); no Setor Político e de Relações Parlamentares na Embaixada em Roma (2001-2004); no Setor de Promoção Comercial da Embaixada em Tóquio (2004-2007); no Setor Econômico e de Energia da Embaixada em Paris (2010-2013). Foi Ministra-Conselheira na Embaixada em Nova Delhi (2015 a 2018) e Cônsul-Geral Adjunta, no Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles (2018 a 2020).

ASPECTOS DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA AIEA E NA PREPCOM-CTBTO

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, antecessor no posto)

I – Principais áreas de atuação das Organizações Internacionais sob responsabilidade do posto:

1. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) foi criada em 1957 e está localizada em Viena, Áustria. Atualmente, a Agência tem 176 Estados Membros. A AIEA é uma organização internacional independente, porém relacionada ao sistema das Nações Unidas. A Agência apresenta anualmente relatório sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, informa o Conselho de Segurança sobre o descumprimento, por parte de Estados, de suas obrigações no tocante a salvaguardas nucleares, bem como sobre questões de sua competência relacionadas à paz e a segurança internacionais.
2. De acordo com o Estatuto da Agência, em cuja elaboração o Brasil teve participação ativa na década de 1950, a AIEA tem três áreas principais de atuação: (i) estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à aplicação prática da energia nuclear para fins pacíficos, concretizado, entre outros, por meio de atividades de cooperação técnica (capacitação, treinamento e disseminação de conhecimento); (ii) aplicação de medidas de verificação (“salvaguardas”) com vistas a assegurar que as instalações e materiais nucleares nos respectivos países com os quais conclui acordos sejam utilizados apenas com propósitos pacíficos e (iii) desenvolvimento de padrões de segurança técnica para a operação segura das instalações nucleares e a proteção da saúde humana e do meio ambiente.
3. O Secretariado da Agência é conduzido pelo seu diretor-geral (atualmente, o argentino Rafael Mariano Grossi) e por seis diretores-gerais adjuntos (DDGs), responsáveis pelos Departamentos de (i) Administração; (ii) Aplicações e Ciências Nucleares; (iii) Cooperação Técnica; (iv) Salvaguardas; (v) Energia Nuclear; (vi) Segurança Técnica e Segurança Física Nucleares.
4. A Junta de Governadores (“Board of Governors”) e a Conferência Geral (GC) são as principais instâncias de tomada de decisão da AIEA e definem seus programas e orçamento.
5. A Junta de Governadores é integrada por 35 Estados Membros, que são eleitos ou designados. Estes últimos são escolhidos segundo critérios estabelecidos no Estatuto da Agência com base no nível de desenvolvimento nacional na área nuclear. Com base em “acordo de cavalheiros” a que chegaram os países da região no início da década de 1960, Brasil e Argentina, os dois países com programas nucleares mais desenvolvidos na América Latina e Caribe, integram a Junta de Governadores ininterruptamente (o Brasil desde a criação da AIEA; a Argentina, a partir de 1961). A Junta reúne-se cinco vezes ao ano e tem por atribuição zelar pelo desempenho das funções da Agência em conformidade com o Estatuto, sujeita à responsabilidade última da Conferência Geral. A presidência da Junta é exercida em caráter rotativo, por representante de Estado Membro proveniente de um dos grupos regionais mencionados no Estatuto.
6. Atualmente, preside a Junta a República Tcheca (do grupo do “Leste Europeu”). Entre as matérias de maior relevância discutidas em seu âmbito encontram-se, no momento, o dossiê nuclear iraniano; as implicações da situação na Ucrânia para a segurança

técnica e física nucleares, bem como para as salvaguardas aplicadas nas instalações nucleares daquele país; questões afetas a projetos de submarinos com propulsão nuclear, que se relacionam tanto à iniciativa trilateral AUKUS, que reúne Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, lançada em setembro de 2021, como ao projeto autóctone brasileiro; desdobramentos relacionados ao programa nuclear da República Popular Democrática da Coreia (RPDC).

7. O Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês) proscreve testes explosivos de qualquer tipo e em qualquer localidade. Foi adotado em 1996 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ocasião em que o Brasil o firmou, tendo procedido à sua ratificação dois anos depois. A entrada em vigor do CTBT depende da adesão e ratificação por parte de 44 Estados listados em seu Anexo 2, detentores de capacidades nucleares relevantes. Entre esses, oito ainda não cumpriram integralmente aquelas formalidades: China, Egito, Estados Unidos, Irã e Israel assinaram, mas não o ratificaram; ao passo que Índia, Paquistão e Coreia do Norte se mantêm ao largo do tratado. Não há perspectiva clara quanto à intenção desses países de avançar nesse processo, o que coloca em dúvida a entrada em vigor do Tratado no futuro previsível.
8. Os Estados Signatários do CTBT estabeleceram, em novembro de 1996, a Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom-CTBTO). Sediada em Viena, a PrepCom-CTBTO possui um Secretariado Técnico Provisório (STP), formado por cerca de 300 funcionários, cuja principal tarefa, além de promover a entrada em vigor do Tratado, é realizar os preparativos técnicos para o estabelecimento do regime de verificação.
9. A PrepCom-CTBTO congrega todos os Estados Signatários do CTBT. A Comissão é o órgão decisório máximo e se reúne em ao menos duas sessões por ano. Os outros órgãos gestores da Comissão Preparatória são o Grupo de Trabalho A (GT-A), que trata de temas administrativos e orçamentários, e o Grupo de Trabalho B (GT-B), que trata de temas técnicos. Há ainda o Grupo Consultivo (GC), que assessorá a Comissão e o GT-A em questões financeiras, orçamentárias e administrativas.
10. A PrepCom-CTBTO é dirigida por seu secretário-executivo, o australiano Robert Floyd, cujo mandato teve início em agosto de 2021.
11. A PrepCom-CTBTO, por meio do STP, vem aplicando consideráveis recursos financeiros na constituição do regime de verificação do Tratado, obtidos, principalmente, por meio das contribuições nacionais anuais pagas pelos Estados Signatários. No centro desse regime de verificação está o Sistema Internacional de Monitoramento ("International Monitoring System"), uma rede que, quando finalizada, será composta por 321 estações e 16 laboratórios capazes de detectar explosões nucleares em qualquer ponto do planeta, seja na atmosfera, no subsolo ou em ambiente submarino; 90% dessas instalações já se encontram em funcionamento.
12. O regime de verificação do CTBT conta ainda com inspeções "in situ" (IIS), as quais, com a entrada em vigor do Tratado, poderão ser solicitadas por qualquer Estado Parte em casos de suspeita justificada de realização de um teste nuclear por outro Estado. A PrepCom-CTBTO tem realizado simulações das IIS, inclusive com participação de oficiais do Exército brasileiro.

13. As tecnologias utilizadas para o monitoramento de testes nucleares podem também ter aplicação civil. Nesse sentido, especial atenção se dá à cooperação com organizações internacionais (OMM, OACI, UNESCO e outras) para a notificação de tsunamis, terremotos e de erupções vulcânicas.
14. O Grupo de Supridores Nucleares (NSG) é o principal mecanismo de coordenação internacional voltado para o controle de exportações de bens sensíveis na área nuclear. O Grupo foi criado em 1974, na esteira da primeira explosão atômica pela Índia, que utilizou então equipamentos e materiais que havia importado, alegadamente para usos pacíficos. Integram o NSG 48 Governos Participantes; o Brasil é membro do arranjo desde 1996.
15. O objetivo do NSG é contribuir para a não-proliferação de armas nucleares por meio da implementação de regras comuns para disciplinar e controlar a exportação de materiais e equipamentos de uso nuclear e de uso dual. A condição básica de suprimento é a de que o país receptor tenha concluído acordo para aplicação de salvaguardas abrangentes com a AIEA.
16. Os principais conjuntos de regras em que se baseia o trabalho do NSG são as Diretrizes, Parte 1, e as Diretrizes, Parte 2. As primeiras governam a exportação de bens que são especificamente projetados e produzidos para uso nuclear, mencionados na chamada "Trigger List". As Diretrizes, Parte 2, governam a exportação de materiais, equipamentos e tecnologias de uso dual, isto é, itens que podem contribuir para a produção de explosivos nucleares, mas que também são usados em atividades não nucleares.
17. De acordo com os Arranjos de Procedimento do NSG, para ser admitido no Grupo, um país deve ser Parte no Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) ou em um dos acordos que estabeleceram zonas livres de armas nucleares e ter concluído um acordo de salvaguardas abrangentes com a AIEA. Em 2010, os EUA expressaram apoio à participação da Índia no NSG e intensificaram gestões nesse sentido.
18. Em 2016, Índia e Paquistão apresentaram formalmente candidaturas a membros do NSG. Naquele mesmo ano, na Plenária de Seul, não foi possível obter consenso a respeito do assunto. A China, em especial, manifestou clara oposição e permanece sendo o Governo Participante mais vocal na oposição ao pleito dos dois países vizinhos. O Brasil e outros integrantes do NSG sublinharam que a consideração do ingresso de novos membros deveria ser feita de forma equilibrada, não-discriminatória e baseada em critérios. O tema segue em debate, porém não há perspectiva de avanço, dada a firme oposição da China.
19. Atualmente, a presidência do NSG é exercida pela Argentina. Em julho próximo, o Brasil assumirá o cargo e sediará a plenária do Grupo em 2024.
20. O Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica (UNSCEAR) foi criado em 1955, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o mandato de analisar as fontes e os efeitos da exposição à radiação ionizante, bem como elaborar relatórios sobre o assunto. O Comitê conta com a participação de 31 países, inclusive o Brasil, que é membro fundador. Os participantes do Comitê são cientistas e técnicos com experiência na área.

21. O Comitê, cujo Secretariado está sediado em Viena, reúne-se em sessão anual. As análises e os dados produzidos por estudos do UNSCEAR são usados como base científica por governos, agências das Nações Unidas e outras organizações para formular padrões e programas de proteção contra possíveis efeitos nocivos da radiação ionizante na saúde humana e no meio ambiente. Nos últimos anos, o Comitê realizou análises e estudos, entre outros temas, sobre os efeitos da exposição à radiação decorrente do acidente nuclear de Fukushima.
22. O Arranjo de Wassenaar (AW) foi estabelecido em 1996 e institui regime de controle de exportações para armamentos convencionais e bens e tecnologias de uso dual. Sediado em Viena, o AW realiza plenária anual e outras reuniões técnicas. O Arranjo conta com 42 participantes (da América Latina, fazem parte Argentina e México, havendo o Chile apresentado candidatura). O Brasil não faz parte do AW, mas a Missão, quando convidada, participa das atividades organizadas pelo grupo. Nessas ocasiões, os países membros e o Secretariado costumam expressar grande interesse no tocante à possibilidade de ingresso do Brasil no Arranjo.

II – Temas de particular interesse do Brasil na AIEA, na PrepCom-CTBTO e no NSG, com indicação dos posicionamentos nacionais vigentes e aspectos mais sensíveis:

1. O papel fundamental da AIEA no fomento aos usos pacíficos da energia nuclear, na verificação de que não haja desvios nos programas nucleares para atividades não pacíficas, bem como na discussão, elaboração e aprimoramento dos padrões globais de segurança nuclear torna-se mais importante à medida que se renova, em diversos países o interesse pela energia nuclear, como uma das alternativas ao uso de combustíveis fósseis.
2. O Brasil assumiu compromisso inequívoco com a aplicação exclusivamente pacífica da energia nuclear, consubstanciado na Constituição Federal de 1988. O país é parte no TNP e no Tratado de Tlatelolco, o qual estabeleceu zona livre de armas nucleares na América Latina e no Caribe.
3. O Brasil e a Argentina estabeleceram ainda a ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, que administra e aplica o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), que tem por finalidade verificar que os materiais nucleares em todas as atividades nucleares dos dois países são usados para fins não proscritos.
4. A implementação dos acordos de salvaguardas assinados pela AIEA com os Estados membros permite à Agência fiscalizar o uso pacífico das instalações e do material nuclear físsil nesses países, com o objetivo de identificar eventuais desvios para programas bélicos, proibidos para todos os signatários do TNP, à exceção dos cinco países nuclearmente armados reconhecidos sob o Tratado (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia).
5. As instalações brasileiras estão submetidas a salvaguardas abrangentes (“comprehensive safeguards”), regime extenso de verificação que implica monitoramento permanente e comprehende medidas de contenção e vigilância, tais como instalação de câmeras para acompanhamento contínuo das instalações, em tempo real; exame do “design” das instalações pertinentes, assim como análises físicas

- posteriores; inspeções “in loco”, inclusive não anunciadas para verificar, por exemplo, atividades relacionadas a enriquecimento de urânio.
6. Essas medidas são implementadas no marco do Acordo Brasil-Argentina, de 1991, que instituiu a ABACC, bem como do Acordo Quadripartite, firmado naquele mesmo ano entre o Brasil, a Argentina, a AIEA e a ABACC. O programa nuclear brasileiro, portanto, submete-se a regime duplo de verificação: o da ABACC e o da AIEA, que aplicam salvaguardas aos dois países de forma independente.
 7. O Brasil apoia as atividades de verificação e aplicação de salvaguardas pela AIEA e avalia que estas devem continuar a ser desempenhadas sempre de maneira imparcial, independente, objetiva e profissional.
 8. O Brasil ressalva, no entanto, que essas atividades devem ser implementadas em pleno acordo com as respectivas obrigações jurídicas assumidas por cada Estado membro e em modalidades que atendam aos interesses nacionais quanto à preservação dos segredos tecnológicos e das informações estratégicas e comerciais relevantes.
 9. O Brasil acredita que o fortalecimento do regime de verificação da Agência passa, sobretudo, pela universalização dos acordos de salvaguardas abrangentes (“comprehensive safeguards agreements”), antes de que se cogite exigir dos países não nuclearmente armados que já concluíram tais acordos que aceitem a obrigatoriedade de novas medidas na área da não proliferação nuclear.
 10. O Protocolo Adicional (PA), aprovado pela Junta de Governadores da AIEA, em 1997, como instrumento de caráter voluntário, teve como motivação a descoberta, em 1992, de que o Iraque, embora sujeito ao mecanismo de salvaguardas da AIEA, vinha desenvolvendo programa nuclear clandestino. O PA permite que os inspetores tenham maior acesso a informações e aos locais das instalações nucleares, a fim de procurar detectar eventuais materiais e atividades nucleares não declarados. Com a aprovação do Protocolo Adicional, iniciou-se movimentação com vistas a caracterizá-lo como instrumento de natureza obrigatória.
 11. Na década de 2000, essa movimentação deu-se principalmente no âmbito do NSG, mas a discussão foi suspensa a partir da Plenária de Brasília, em 2006. Desde então, o Grupo apenas passa em revista o status de novas adesões ao PA. A Conferência de Exame do TNP de 2010, de sua parte, aprovou documento final que continha redação na linha das posições defendidas pelo Brasil. Segundo o documento, a conclusão de um PA constitui “decisão soberana” do Estado. Essa mesma redação passou a integrar a resolução de salvaguardas da AIEA a partir de 2010 e tornou mais difícil que se avançasse na caracterização do instrumento como obrigatório.
 12. O Brasil sempre atuou para evitar a caracterização do PA como obrigatório. Em discussões sobre o assunto, o País reitera possuir credenciais impecáveis no campo da não proliferação e sublinha não tencionar, no momento, concluir um PA com a Agência. Destaca, ademais, que fornece à comunidade internacional todas as garantias de que suas atividades nucleares têm fins exclusivamente pacíficos. O Brasil deverá continuar a manter-se atento a tentativas de caracterização do Protocolo Adicional como instrumento obrigatório.
 13. Em dezembro de 2021, em conformidade com os termos do Acordo Quadripartite, o Brasil informou a AIEA sobre sua decisão de iniciar discussões a respeito de arranjo de Procedimentos Especiais (PE) para uso de material nuclear sob salvaguardas em seu

- projeto de propulsão nuclear naval. Em maio de 2022, o Brasil apresentou uma proposta à AIEA, e conversações foram iniciadas, já havendo ocorrido duas reuniões de negociação, envolvendo Brasil, ABACC e AIEA.
14. O projeto brasileiro de submarino convencional a propulsão nuclear é integralmente compatível com as obrigações de não-proliferação assumidas pelo país. A propulsão nuclear naval (PNN) não é proibida pelo TNP, é expressamente permitida pelo Acordo Brasil – Argentina de 1991 e pelo Acordo Quadripartite do mesmo ano.
 15. Ao apresentar sua proposta de arranjo de PE à AIEA, o Brasil buscou garantir a preservação da confidencialidade de informações relacionadas à tecnologia empregada no projeto, bem como aspectos sensíveis relativos a parâmetros operacionais da nave; buscou, igualmente, demonstrar estrito cumprimento das obrigações de não proliferação assumidas, sempre dentro jurídico dos acordos internacionais firmados pelo País.
 16. Concomitantemente às tratativas que deram início ao processo negociador acerca do projeto brasileiro de propulsão nuclear naval, foi anunciada, em setembro de 2021, a iniciativa do AUKUS, que deverá permitir à Austrália a aquisição de submarinos convencionais a propulsão nuclear.
 17. Com implicações globais, inclusive para o Brasil, o anúncio sobre o AUKUS vem tendo ampla repercussão na Junta de Governadores e na Conferência Geral da AIEA. Cabe ressaltar a reação imediata e contundente da China, que passou a singularizar o assunto por meio da inscrição de item específico na agenda da Junta. Desde então, o tratamento do tema vem-se caracterizando por exacerbada polarização entre, de um lado, China e Rússia e, de outro, os integrantes do AUKUS e aliados.
 18. Diferentemente do AUKUS, no entanto, o projeto brasileiro não tem provocado a mesma polêmica. Em termos comparativos, a decisão brasileira foi recebida sem sobressaltos, pelos demais Estados Membros e pelo Secretariado da AIEA. Entre os motivos para essa situação podem-se identificar, de uma parte, os elementos que diferenciam o projeto brasileiro do projeto do AUKUS: o caráter autóctone do programa da Marinha brasileira; a utilização de urânio com baixo teor de enriquecimento no reator do submarino e a não transferência de urânio altamente enriquecido de um Estado para outro.
 19. Entretanto, alguns países vêm manifestando preocupação de que arranjos para a PNN estabelecidos no contexto do AUKUS venham a criar precedentes ou critérios que dificultem, ou mesmo impeçam, outros países de desenvolver esse tipo de tecnologia, preocupação que os têm levado a defender o estabelecimento de mecanismo de aplicação universal para a PNN.
 20. Em sessões da Junta de Governadores e da Conferência Geral, o Brasil tem articulado suas posições em torno dos seguintes pontos básicos: (i) a PNN é uso legítimo e não proibido da energia nuclear, previsto nos principais acordos internacionais na seara nuclear, inclusive em todos aqueles em que o País é parte; (ii) as questões de verificação atinentes à PNN devem ser tratadas diretamente entre o Estado interessado e a Agência; (iii) no caso brasileiro, a base jurídica aplicável à PNN é o Acordo Quadripartite, que foi aprovado pela Junta de Governadores; (iv) não se justifica a criação de novas instâncias para o tratamento do assunto, uma vez que envolvem procedimentos

específicos ao Estado que desenvolve tal tecnologia e, no caso de PNN, questões de segurança nacional.

21. Em março último, os países do AUKUS anunciaram o “caminho ótimo” (“optimal path”) para a aquisição de submarinos a propulsão nuclear pela Austrália, conferindo maior concretude às etapas em que se desdobrará o projeto trilateral. Esse novo contexto recomenda avaliação atenta e frequente da evolução do quadro político sobre AUKUS e PNN para a preparação dos posicionamentos brasileiros na Junta de Governadores e na Conferência Geral da AIEA, de forma a assegurar o avanço desimpedido das tratativas em curso com a Agência sobre a aplicação de Procedimentos Especiais ao projeto de PNN nacional.
22. Outro tema importante na agenda da AIEA é o relativo ao dossiê nuclear iraniano. Sob o governo Biden, os Estados Unidos decidiram, no início de 2021, engajar-se em tratativas para a retomada do “Joint Comprehensive Plan of Action” (JCPOA) – plano adotado pela Resolução 2231 (2015) do CSNU, que estabelecia limitações e medidas de verificação do programa nuclear iraniano, em troca do levantamento de sanções aplicadas ao país. Os EUA haviam se retirado do acordo em maio de 2018.
23. Embora ao longo de 2021 o avanço das negociações em nível técnico tenha dado margem a algum otimismo, os contextos políticos internos tanto nos EUA como no Irã não permitiram que se fechasse acordo. A AIEA tem, de todo modo, prosseguido seu papel de monitoramento e verificação das atividades nucleares no Irã. Contudo, as medidas de flexibilização dos compromissos adotados pelo Irã sob o JCPOA desafiam a “continuidade do conhecimento” de seu programa nuclear pela Agência e incluem diversas ações criticadas por países ocidentais, tais como enriquecimento de urânio em alto nível.
24. Nos debates da Junta de Governadores, o Brasil tem defendido o diálogo entre as Partes para que se possa chegar a solução diplomática que leve à retomada do acordo. Advoga, ainda, que, enquanto se aguarda a conclusão dessas negociações, as Partes deveriam abster-se de qualquer ação que possa comprometer a conclusão das tratativas para a retomada do JCPOA.
25. Paralelamente à questão do JCPOA, o Secretariado da Agência continua a solicitar ao Irã esclarecimentos sobre questões pendentes (“outstanding issues”) atinentes às obrigações do país no âmbito de seu acordo de salvaguardas abrangentes. O Brasil tem exortado o Irã a cumprir suas obrigações sob aquele acordo e a cooperar com a Agência de modo construtivo para solucionar as questões pendentes.
26. Quanto ao conflito na Ucrânia, seus desdobramentos repercutem nos órgãos deliberativos da Agência, como também nos foros de caráter mais específico, caso da Convenção sobre Segurança Técnica Nuclear. O Brasil votou favoravelmente às resoluções no âmbito da Junta de Governadores que instavam a Rússia a cessar as hostilidades contra a Ucrânia. Em novembro último, a Junta adotou, também com voto favorável do Brasil, resolução que deplorava a tentativa russa de anexar a planta de nuclear de Zaporizhzhya (ZNPP), a maior da Europa.
27. Os recorrentes bombardeios na região da ZNPP, com frequentes cortes no fornecimento externo de energia para a planta, têm sido um teste para a capacidade de resposta da

AIEA diante de uma grave ameaça, aliás sem precedentes, que seria um acidente nuclear decorrente de ataque a uma usina nuclear. Desde o início da crise, o DG mostrou-se pessoalmente envolvido na proteção das instalações nucleares ucranianas. Definiu “sete pilares” indispensáveis para a segurança técnica e física das instalações e tem propugnado o estabelecimento de zona de proteção da segurança técnica e física da ZNPP. O Brasil apoia as duas iniciativas.

28. O Brasil contribuiu ativamente para a eleição de Rafael Grossi como DG, em 2019, tendo sido o primeiro país a apoiar oficialmente seu pleito. Ademais do reconhecimento das sólidas credenciais de Grossi, o apoio brasileiro à candidatura argentina se inscreve no âmbito de consolidada parceria bilateral na área nuclear, cuja expressão mais eloquente é a ABACC. Rafael Grossi é o primeiro latino-americano a ocupar o cargo de Diretor-Geral da AIEA.
29. No contexto do processo de candidatura do DG à reeleição, em janeiro de 2023, o Brasil manifestou seu pronto apoio à recondução de Grossi. Reconfirmado para a função em março último, o DG deverá ser endossado pela Conferência Geral em setembro próximo, para mandato a ter início em dezembro do corrente ano.
30. Grossi manifestou interesse em empreender nova visita ao Brasil, possivelmente em 2024, após sua esperada reeleição. Tendo em conta o saldo positivo da visita que realizou ao Brasil em 2021, assim como os desafios que o Brasil terá na AIEA nos próximos anos, nova visita de Grossi poderia constituir oportunidade para aprofundar a parceria com a Agência e consolidá-la em níveis sem precedentes.
31. A AIEA promove os usos pacíficos da energia nuclear por meio de inúmeras atividades desenvolvidas pelos Departamentos de Cooperação Técnica, Aplicações e Ciências Nucleares, Energia Nuclear, e Segurança Técnica e Segurança Física Nucleares.
32. O Brasil tem atuado em favor das atividades de promoção dos usos pacíficos da energia nuclear como instrumento para o desenvolvimento sustentável das nações. Defende, ao mesmo tempo, que novos padrões e controles não terminem por restringir o acesso a tecnologias que, como divulgado pela própria AIEA, apresentam grande potencial de emprego em benefício do desenvolvimento.
33. Os projetos de cooperação técnica constituem o principal veículo utilizado pela AIEA para a promoção desses usos, e o Brasil tem atuação destacada ao lado de outros países em desenvolvimento agrupados no G-77, na defesa da relevância das atividades de cooperação técnica da Agência, sendo reconhecido e respeitado por sua liderança nesse campo.
34. O Brasil contribuiu para o projeto de Renovação dos Laboratórios de Aplicações Nucleares (ReNuAL), localizados em Seibersdorf, Áustria. Em setembro de 2020, foi lançada a fase final de modernização dos laboratórios – ReNuAL 2. Há expectativa da Agência em relação a eventual contribuição financeira, ainda que modesta, do governo brasileiro em apoio a essa etapa, o que sinalizaria o apoio do país às atividades promocionais da energia nuclear com fins pacíficos.
35. O Brasil está na vanguarda das iniciativas globais no campo das aplicações nucleares, o que permite ao país expandir significativamente o uso dessas tecnologias. Na área médica, destaca-se a cooperação da Agência com a Marinha com vistas a prover atendimento às populações ribeirinhas. Existe interesse do país em realizar atividade de

- cooperação em matéria de detecção e combate à poluição marinha, utilizando técnicas nucleares.
36. O Brasil é ainda pioneiro na adaptação da técnica do inseto estéril (TIE), em particular na Biofábrica MOSCAMED, em Juazeiro-BA. Tradicionalmente aplicada à mosca da fruta, a TIE está sendo utilizada também na saúde humana, com vistas a combater mosquitos vetores de doenças como dengue, chikungunya e zika. Por essa razão, a MOSCAMED atualmente lidera projeto regional da AIEA voltado ao controle da população de mosquitos “Aedes”, e foi designada, em julho de 2022, Centro Colaborador da AIEA.
37. O projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), cuja conclusão está prevista para 2026, deverá proporcionar autonomia nacional na produção de radioisótopos. O RMB insere-se, ainda, no âmbito da agenda de cooperação binacional no campo nuclear, uma vez que envolve parceria com a empresa argentina INVAP. Serão construídos dois reatores gêmeos, o RMB e seu similar argentino, RA-10, que deverão resultar em benefício não apenas dos dois países, como também dos demais países da região. Criará oportunidades para o desenvolvimento tecnológico e a cooperação técnica no âmbito do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologias Nucleares na América Latina e Caribe (ARCAL), conduzido em parceria com a AIEA.
38. Cabe destacar ainda a participação brasileira em iniciativa que visa a impulsionar a aplicação de técnicas nucleares para a preservação e a investigação do patrimônio cultural e natural, a “Atoms4Heritage”, que conta com a participação também de França, Egito, Países Baixos e, mais recentemente, Austrália.
39. O atual momento coincide com o aprofundamento de uma já prenunciada mudança na percepção internacional sobre o papel que a energia nuclear poderá vir a desempenhar no futuro, tanto para a garantia da segurança energética dos países, como também para o cumprimento das metas visando à descarbonização de suas economias. Ainda em 2021, pela primeira vez desde o acidente de Fukushima no Japão (2011), a AIEA revisou para cima sua projeção sobre o crescimento potencial da capacidade de geração de energia nuclear para as próximas décadas, tendência que se repetiu em 2022. Estima-se que a energia nuclear poderá vir a representar até 14% da matriz mundial de eletricidade em 2050 (atualmente, essa proporção é de 9,8%). Segundo o relatório “Nuclear Technology Review”, recém-divulgado pela AIEA, o número de países que teriam demonstrado interesse em desenvolver um programa nuclear (“embarking countries”) se elevaria a 50.
40. O desenvolvimento de pequenos e médios reatores modulares (SMRs) tem atraído, em particular, a atenção de diversos países. Como forma de lidar com o desafio que deverá representar o desenvolvimento de distintas abordagens industriais e práticas regulatórias envolvendo SMRs, com implicações para seu processo de licenciamento para comercialização, o DG lançou, em 2022, a Iniciativa para Harmonização e Padronização Nuclear (NHSI), de que o Brasil tem participado.
41. Recorde-se que o Plano Nacional de Energia para 2050 prevê a expansão da geração de energia nuclear entre 8 e 10GW ao longo das próximas três décadas. A atual capacidade instalada no Brasil, correspondente à geração nas usinas de Angra 1 e 2, gira em torno de 1,99 GW. Em 2022, teve início a retomada das obras de construção civil de Angra 3 pela empresa francesa Framatome. Por outro lado, avançaram os procedimentos para

- garantir a segurança e a sustentabilidade das operações de longo prazo da usina de Angra 1, iniciadas em 2019.
42. Além de o país dominar a tecnologia de enriquecimento de combustível e deter importantes reservas de minério de urânio, a extensão e a heterogeneidade do território brasileiro tornam a fonte nuclear alternativa estratégica para garantir a segurança energética do país, sobretudo em áreas remotas.
43. Na implementação e consolidação das vertentes do programa nuclear relativas à energia nuclear, o Brasil só tem a ganhar no aprofundamento de sua parceria nesse campo com a AIEA, que reúne conhecimento e experiência sem paralelo na área.
44. Desde sua criação, a Agência elabora padrões e recomendações destinados a proteger a saúde e a reduzir os perigos para a vida, a propriedade e o meio ambiente das atividades envolvendo material nuclear e radiação. Diferentemente do que ocorre com salvaguardas, as recomendações em matéria de segurança técnica nuclear não têm caráter vinculante, mas há interesse de se aplicar o mais alto nível de segurança, preocupação que se reforçou após o acidente de Fukushima.
45. O principal desenvolvimento recente no Brasil no campo da segurança técnica nuclear foi a promulgação em 2022 da lei que criou a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), a partir da cisão da CNEN. Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a ANSN aguarda a nomeação dos membros de sua Diretoria Colegiada, que deverá ser aprovada pelo Senado, para se tornar operacional.
46. Tendo em vista o impacto direto que os padrões de segurança publicados pela AIEA pode ter sobre o setor nuclear nacional, antecipa-se que o funcionamento pleno da ANSN permitirá ao Brasil aprimorar a implementação dos padrões de segurança técnica nuclear e seu aperfeiçoamento no âmbito da Agência.
47. A segurança técnica nuclear é objeto de diversos instrumentos internacionais, cujos principais são: a Convenção sobre Segurança Técnica Nuclear (CNS); a Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro do Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos (Convenção Conjunta); a Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear; a Convenção sobre Assistência no Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica; e o Código de Conduta sobre a Segurança Técnica das Fontes Radioativas, este sem força vinculante. O Brasil é parte em todos esses instrumentos e participa ativamente das discussões a eles relacionadas.
48. Diferentemente dos temas de salvaguardas e de segurança técnica, previstos expressamente no Estatuto da AIEA, a segurança física nuclear ("nuclear security") constitui campo de atuação mais recente da AIEA, e ganhou ímpeto nas últimas duas décadas após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA.
49. O principal instrumento na área de segurança física nuclear é a Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear (CPPNM), de 1979, e sua Emenda, de 2005. A CPPNM versa sobre a proteção física de material nuclear usado para fins pacíficos durante o transporte internacional; não cobre, contudo, a proteção de instalações nucleares ou materiais nucleares de uso doméstico, armazenamento e transporte. Por essa razão, em 2005, as Partes na CPPNM adotaram a Emenda (A/CPPNM), de modo a ampliar o âmbito da convenção original.
50. O Brasil ratificou a Emenda à CPPNM em 2022 e participou ativamente da I Conferência das Partes à A/CPPNM naquele mesmo ano.

51. No que tange à PrepCom-CTBTO, seu secretário-executivo, Robert Floyd, visitou o Brasil em 2022, a primeira visita de um SE daquele organismo ao país. A visita consubstanciou a designação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) como Centro Nacional de Dados (CND) do Brasil, o que permitiu o compartilhamento de informações de uso civil proporcionadas pelo IMS e pelo Centro Internacional de Dados (IDC). Em consequência, pesquisadores brasileiros poderão utilizar com maior facilidade o volume de informação disponibilizado pelo IMS e pelo IDC, que se baseia nas quatro tecnologias que compõem o sistema de verificação do tratado: sísmica, infrassom, hidroacústica e de radionuclídeos.
52. O Brasil segue engajado no esforço de obter a entrada em vigor do CTBT tão pronto possível e assim assegurar o cumprimento do seu propósito último: a proibição de testes nucleares.
53. Por fim, vale destacar a futura presidência brasileira do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), no período de julho de 2023 a julho de 2024. Essa será a segunda vez que o Brasil presidirá o NSG (a primeira foi em 2006). Em cenário de polarização do contexto internacional, a presidência brasileira deverá avaliar as melhores ações para assegurar o caráter técnico do arranjo e explorar iniciativas de diálogo com a indústria sobre regulamentação acerca das novas tecnologias em desenvolvimento, como os Pequenos e Médios Reatores Modulares (SMRs).

III – Calendário de atividades, com referência a ciclos de governança, conferências e outros debates de interesse no futuro próximo:

1. A Junta de Governadores da AIEA, cuja vice-presidência é atualmente co-exercida pelo Brasil, reúne-se ordinariamente cinco vezes ao ano. As próximas reuniões da Junta, em 2023, estão previstas para setembro (11-15/9) e novembro (23/11). Ademais, entre 20-22/11/2023, deverá ocorrer reunião do Comitê de Assistência e Cooperação Técnica (TACC), integrado pelos mesmos membros da Junta.
2. A Conferência Geral (CG) da AIEA é anualmente realizada no mês de setembro. A 67^a CG está prevista para ocorrer entre 25-29/9/2023. Paralelamente à CG, é tradicionalmente organizado o Fórum Científico da Agência, cuja próxima edição deve ocorrer nos dias 26 e 27/9/2023.
3. Em relação à Comissão Preparatória da CTBTO (PrepCom-CTBTO), estão previstas para 2023: a 60a (08-12/05) e a 61a (26-29/09) sessões do Grupo Consultivo, em que diplomata brasileiro é representante a título pessoal; a 63a (24-25/05) e a 64a (16-18/10) sessões do Grupo de Trabalho A, sobre temas administrativos do organismo; a 61a sessão do Grupo de Trabalho B (21/08-01/09), de caráter técnico; e a 60a (12-14/06) e a 61a (13-15/11) sessões da Comissão Preparatória, órgão de caráter político em que os Estados Signatários do Tratado participam.
4. A primeira sessão do Comitê Preparatório para a 11^a Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação Nuclear-TNP (2026) será realizada em Viena, entre os próximos dias 31/7-11/8/2023.
5. O Brasil deverá assumir a presidência do Grupo de Supridores Nucleares (NSG) em julho de 2023, durante a plenária de Buenos Aires (10-14/7/2023). Em meados de 2024, o país deverá sediar a plenária do Grupo.

6. Além da plenária, o NSG tradicionalmente mantém reuniões na primavera e no outono setentrional.
7. O Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica (UNSCEAR) reúne-se anualmente em Viena. A 70ª sessão do UNSCEAR está prevista para o período de 19-23/6/2023.
8. Em 26/6/2023, será realizada a segunda reunião plenária da Iniciativa de Harmonização e Padronização Nuclear (NHSI), promovida pelo DG-AIEA.
9. Entre 19-23/6/2023, a AIEA organizará a Conferência Internacional sobre Segurança Computacional em um Mundo Nuclear, em Viena. Trata-se da segunda vez que a Agência organiza reunião sobre o tema.
10. Conferência Internacional sobre Segurança Física Nuclear (ICONS) é organizada a cada quatro anos, em nível ministerial. Entre 31/10-2/11/2023, será realizada a segunda reunião do Comitê do Programa, em caráter preparatório para a ICONS.

IV – Grupos de interesse e coalizões de países que atuam nos diversos temas nas organizações sob alcada do Posto, assim como indicação da participação brasileira nesses grupos/coalizões:

1. Os principais grupos de países na AIEA e na PrepCom-CTBTO são os seguintes: (i) GRULAC: países da América Latina e do Caribe; (ii) G-77: grupo de países em desenvolvimento.
2. Em relação ao G-77, diplomata brasileiro ocupa, no ano de 2023, a posição de coordenador para os temas da AIEA.

V – Situação do pagamento das contribuições à AIEA e à PrepCom-CTBTO e outras possíveis pendências brasileiras relacionadas aos mandatos em particular:

1. No que se refere à AIEA, a contribuição do Brasil para 2023 foi definida, pela Conferência Geral, em € 6.986.066,00 e US\$ 1.130.391,00. O país figura como o 12º maior contribuinte para o organismo, representando 1.937% do orçamento total para 2023.
2. Do exercício de 2022, ainda restam € 9.681.681,00 e US\$ 1.292.079,00 a serem pagos pelo Brasil; a contribuição referente ao exercício de 2023 (€ 6.986.066,00 US\$ 1.130.391,00) está ainda inteiramente por pagar. Dessa forma, o Brasil, atualmente, detém a quinta maior dívida referente a exercícios passados (€ 16.667.747,00 e US\$ 1.130.391,00) junto à Agência dentre todos os Estados Membros. A se contar apenas os exercícios anteriores a 2023, o Brasil é o segundo maior devedor, atrás apenas da Venezuela.
3. Há previsão, nos marcos normativos da Agência, de perda de voto para o país que estiver em atraso com quantia maior do que a soma de contribuições integrais de dois anos.
4. Além do orçamento regular, há o compromisso de se pagar as contribuições anuais para o Fundo de Cooperação Técnica (FCT) da AIEA. No exercício 2023, foi estabelecida contribuição de € 1.814.698,00, ainda a ser paga. Além dessa soma, há saldo de € 2.946.130,00 dos três anos anteriores a 2023, totalizando débito de € 4.760.828,00.
5. A Agência pode sancionar a inadimplência de Estados Membros com o FCT por meio da aplicação dos termos do “mecanismo de grau de pagamento” (DAM, na sigla em inglês). Por esses termos, caso a média de pagamentos ao FCT nos últimos seis anos (denominada “taxa de consecução”) esteja abaixo de 50%, o país pode ser limitado nos

programas nacionais de cooperação técnica. Atualmente, a taxa de consecução brasileira está em 81.1%.

6. No caso da PrepCom-CTBTO, o valor da contribuição obrigatória do Brasil para 2023 é de US\$ 1.532.142,00 e €, 1.108.108,00 o que representa 2.062% da escala de contribuições. O prazo para pagamento é 31/12/2023. O Brasil é também na PrepCom-CTBTO o 12º maior contribuinte.
7. De exercícios anteriores a 2023, ainda restam US\$ 8.921.820,00 a serem pagos pelo Brasil. O Brasil, atualmente, detém a maior dívida referente a exercícios passados (US\$ 10.367.421,00 e € 1.108.108,00) junto à PrepCom-CTBTO dentre todos os Estados Membros.
8. Conforme os marcos normativos da Comissão Preparatória, perde o direito a voto o país que estiver em atraso com quantia maior do que a soma de contribuições integrais de um ano. O Brasil perdeu direito a voto na Prepcom/CTBTO por inadimplência em 01/01/2019 e permanece nessa situação.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser modelo de eficiência na projeção e na defesa dos interesses do Brasil no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), da Comissão Preparatória para a Organização do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom-CTBTO) e dos organismos e grupos conexos, com vistas à geração de benefícios concretos para a população brasileira e à promoção do desenvolvimento nacional.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), à Comissão Preparatória para a Organização do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom-CTBTO) e aos organismos e grupos conexos.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios da AIEA e da PrepCom-CTBTO, com vistas à promoção dos interesses brasileiros e do uso seguro e exclusivamente pacífico da tecnologia nuclear no país e no mundo;
2. Contribuir para o diálogo, a construção de consensos e a busca de soluções negociadas, respaldadas no parecer técnico da AIEA, com vistas ao fortalecimento do regime internacional de não proliferação nuclear;
3. Conferir sentido prático ao direito legítimo dos Estados signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear ao desenvolvimento dos usos pacíficos da tecnologia nuclear, por meio da promoção das aplicações nucleares e do fortalecimento das atividades de cooperação técnica da AIEA;
4. Aprofundar as interações do Brasil com a AIEA, inclusive por meio da intensificação da presença de técnicos brasileiros em suas reuniões, seminários e outras atividades, com vistas ao aprimoramento das diretrizes adotadas pela Agência, garantindo transparência e representatividade, em particular no que diz respeito à segurança técnica e física nuclear;
5. Fortalecer o engajamento dos diversos interlocutores do setor nuclear brasileiro na diversificada agenda de cooperação técnica da AIEA;
6. Facilitar a identificação de novas oportunidades de cooperação entre o setor nuclear brasileiro e a AIEA, em vista dos objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável e a geração de ganhos concretos para a população brasileira;

7. Contribuir, por meio do diálogo político, da construção de consensos e da negociação, para a entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), tão logo possível;
8. Divulgar a cooperação e o engajamento brasileiros na AIEA, na PrepCom-CTBTO e em outros grupos e organismos conexos, por meio da dinamização do uso de redes sociais e outras ações de diplomacia pública, contribuindo para a prestação de contas ao público das atividades realizadas.
9. Contribuir para aprimorar práticas de governança, gestão e transparência da AIEA, da PrepCom-CTBTO e outros organismos e grupos conexos.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

À luz da função precípua da Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica e a Organismos Internacionais Conexos, a promoção do comércio e do investimento não está diretamente relacionada com a atuação do Posto. Não obstante, no contexto atual de retomada e desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, o trabalho da Missão contribui para incrementar sua projeção internacional, favorecendo fluxos de investimentos produtivos no setor. Quanto a isso, destaca-se o papel do Posto, por um lado, em dar visibilidade aos altos padrões de segurança técnica e física nuclear implementados no país e, por outro, em assegurar que as negociações desses padrões na AIEA não seja desviada de seu propósito e venha a criar obstáculos ao desenvolvimento e à aplicação da tecnologia nuclear no país. No mesmo sentido, a participação da Missão no Grupo de Supridores Nucleares (NSG) busca assegurar que o controle de exportação de componentes com aplicação na área nuclear se limite ao necessário para evitar os riscos de proliferação de armas nucleares, e não crie óbices ao desenvolvimento do setor nuclear nacional. Além disso, o Posto busca acompanhar e relatar os principais desenvolvimentos e inovações atinentes à tecnologia nuclear, as tendências comerciais do setor e as atividades da Agência de potencial interesse para a indústria nuclear brasileira.

II - relações políticas bilaterais;

O tema não está diretamente relacionado às áreas de competência do Posto. Não obstante, a atuação externa do Brasil na área nuclear, em particular o compromisso do país com o regime internacional de não-proliferação, tem relevância para o bom encaminhamento das relações bilaterais com outros países, sobretudo com os vizinhos. No caso da Argentina, a sinergia e o processo de construção da confiança nos temas nucleares constituiu, historicamente, importante pilar da relação entre os dois países desde o período de seus respectivos processos de redemocratização, em meados dos anos 1980.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****Meta 1: Fortalecer a atuação do Brasil junto à AIEA e à PrepCom-CTBTO e a outros organismos e grupos conexos:**

- a) Contribuir para o contínuo aprimoramento do diálogo político de alto nível, de modo a favorecer soluções negociadas para os desafios do sistema internacional de não-proliferação nuclear;

- b) Contribuir para o planejamento e o desenvolvimento das atividades no âmbito da AIEA consoante os interesses e as necessidades dos Estados membros nas cinco áreas de sua competência, a saber: cooperação técnica, energia, segurança técnica e física, aplicações e salvaguardas;
- c) Buscar aumentar o peso político relativo da cooperação técnica e das aplicações no âmbito da AIEA, de modo a assegurar o equilíbrio entre não proliferação e usos pacíficos, com o sentido prático de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos Estados membros por meio da tecnologia nuclear;
- d) Ampliar as áreas de cooperação bilateral entre o Brasil e a AIEA, consoante os interesses prioritários do setor nuclear brasileiro;
- e) Participar ativamente das atividades da PrepCom-CTBTO, com o objetivo de favorecer a entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), tão logo possível;
- f) Apoiar candidaturas brasileiras e respaldar indicações de especialistas brasileiros no âmbito da AIEA, da PrepCom-CTBTO e de outros organismos e grupos conexos;
- g) Aumentar a presença de funcionários brasileiros na AIEA, na PrepCom-CTBTO e em outros organismos e grupos conexos.

Meta 2: Cooperar para o fortalecimento do regime de não-proliferação nuclear.

- a) Atuar nas discussões sobre verificação e salvaguardas em países específicos, em linha com as diretrizes e posições da política externa brasileira, buscando o fortalecimento da cooperação por meio do diálogo político e da negociação diplomática;
- b) Manter engajamento nas negociações sobre a resolução de salvaguardas e outros debates visando a orientar a atuação da AIEA nessa área;
- c) Promover e valorizar a contribuição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para o regime internacional de não proliferação;
- d) Contribuir, durante a presidência do Brasil em 2023-2024, para a continuidade e o fortalecimento das atividades do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), com vistas à redução dos riscos de proliferação nuclear.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões com participação da Missão, de gestões bilaterais ou pessoais realizadas, de intervenções realizadas e dos relatos de resultados concretos dessas ações, à luz das diretrizes e posições da política externa brasileira;
- b) Número de resoluções e declarações negociadas e copatrocínadas pelo Brasil;
- c) Número de relatórios com análise conjuntural enviados a Brasília;
- d) Número de candidaturas brasileiras bem sucedidas nos processos eleitorais da AIEA, da PrepCom-CTBTO e de outros organismos e grupos conexos;
- e) Número de funcionários brasileiros na AIEA, na PrepCom-CTBTO e em outros organismos e grupos conexos;

- f) Número de especialistas brasileiros nos grupos técnicos, comitês e outras instâncias consultivas no âmbito da AIEA, da PrepCom-CTBTO e de outros organismos e grupos conexos;
- g) Evolução sustentável do Fundo de Cooperação Técnica da AIEA, em sintonia com a de seu orçamento regular;
- h) Valor da contribuição brasileira para o Fundo de Cooperação Técnica da AIEA e para ações específicas de apoio à cooperação técnica e às aplicações nucleares;
- i) Número de treinamentos regionais, capacitações e outras ações de cooperação técnica promovidas pela AIEA no Brasil;
- j) Número de projetos de cooperação técnica da AIEA desenvolvidos no Brasil ou com participação do Brasil;
- k) Número de missões técnicas da AIEA e de visitas de seus representantes organizadas ao Brasil;
- l) Presença de referências à ABACC nos principais documentos da AIEA sobre salvaguardas, relato de ações e gestões visando a sua valorização e promoção;
- m) Número de reuniões preparatórias da plenária do NSG no Brasil, em 2024.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta 1: Fortalecer ações de divulgação da imagem do Brasil pelas redes sociais e por meio da participação em eventos paralelos promovidos pela AIEA e por outros grupos e organismos conexos, bem como por outros Estados membros e por entidades não-governamentais.

- a) Intensificar o uso das mídias sociais do Posto para promoção de temas, ações e eventos de interesse do Brasil nas áreas sob sua responsabilidade;
- b) Participar de eventos, seminários e colóquios organizados por outros Estados membros, pela AIEA e por grupos e organismos conexos, bem como por entidades não-governamentais para divulgar as posições do Brasil e reforçar a imagem do país como um construtor de consensos e facilitador do diálogo;
- c) Dialogar com representantes dos chamados “think tanks” especializados em temas de desarmamento e não proliferação nuclear, com o intuito de divulgar e explicar as posições do Brasil conforme as diretrizes da política externa.

Meta 2: Organizar, promover ou contribuir para eventos de projeção da imagem do Brasil e da cultura brasileira junto à AIEA e a interlocutores do Posto.

- a) Apoiar a Embaixada do Brasil em Viena, quando cabível, em atividades relacionadas à promoção da imagem do Brasil e de sua cultura;
- b) Promover e divulgar o setor nuclear brasileiro durante os principais eventos da AIEA e da Prepcom/CTBTO;
- c) Uso ativo das redes sociais para divulgar iniciativas do Posto, informações sobre o setor nuclear brasileiro e eventos com a participação da Missão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de postagens em redes sociais relativas a temas, ações e eventos de interesse do Brasil nas áreas sob responsabilidade do Posto;
- b) Número de seguidores dos perfis da Missão nas redes sociais;
- c) Número de seminários, colóquios e encontros não-oficiais que contam com a participação do Posto;
- d) Número de reuniões e conversas com formadores de opinião de “think tanks” e da sociedade civil sobre temas sob responsabilidade do Posto;
- e) Apoio da Missão em atividades relacionadas à comemoração da data nacional brasileira;
- f) Apoio da Missão na montagem do estande do Brasil na Conferência Geral da AIEA.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta 1: Acompanhar eventual tratamento do tema de desenvolvimento sustentável e mudança do clima na AIEA.

- a) Contribuir para a conscientização sobre o caráter limpo e sustentável da energia nuclear nos debates promovidos pela AIEA sobre o tema;
- b) Atuar para que as atividades da Agência no tocante à energia nuclear e às aplicações nucleares tenham presente considerações sobre desenvolvimento sustentável e mudança do clima;
- c) Participar de reuniões, seminários e outras iniciativas organizadas pela AIEA e pelos Estados membros relacionadas a essa temática.
- d) Apoiar iniciativas da Agência de catalisação do uso das aplicações nucleares para apoiar a mitigação das mudanças do clima;
- e) Engajar-se em iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas pela AIEA com foco no desenvolvimento sustentável e na mitigação de mudanças do clima.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões com participação da Missão, de gestões e intervenções realizadas e dos relatos de resultados concretos dessas ações em que se buscou ressaltar o caráter limpo e sustentável da energia nuclear;
- b) Número de relatórios com análise sobre o tratamento do tema de desenvolvimento sustentável e mudança do clima na AIEA enviados a Brasília;
- a) Presença de referências a questões afetas ao desenvolvimento sustentável e à mitigação das mudanças climáticas nos principais documentos da AIEA sobre energia e aplicações nucleares;
- b) Número de iniciativas da Agência relacionadas com o desenvolvimento sustentável e mudança do clima com participação brasileira;
- c) Número e valor dos projetos de cooperação técnica ou de programas da Agência aprovados com foco nessa temática.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATA

Meta: Acompanhar a publicação de relatórios e outras iniciativas da AIEA e dos organismos e grupos conexos sobre tecnologia e inovação no setor nuclear.

- a) Identificar e relatar novos fatos e análises sobre o desenvolvimento tecnológico e as inovações na geração de energia e nas aplicações nucleares;
- b) Fortalecer a representação brasileira nas negociações e debates sobre regulamentação e normatização de novas tecnologias no campo nuclear, à luz dos potenciais interesses do setor nuclear brasileiro;
- c) Fomentar a participação brasileira nas iniciativas da AIEA voltadas para a capacitação e a troca de experiências na aplicação energética e não energética das técnicas nucleares;
- d) Acompanhar a Iniciativa de Harmonização e Padronização Nuclear (NHSI), lançada pelo DG-AIEA, com particular foco em pequenos reatores modulares (SMRs), e promover a participação brasileira em suas reuniões;
- e) Atuar no âmbito do NSG de modo que os controles de exportação vigentes estejam adequados ao atual estado da tecnologia nuclear e não criem empecilhos ao seu desenvolvimento futuro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de relatórios sobre o desenvolvimento tecnológico e as inovações na área nuclear enviados a Brasília;
- b) Número de reuniões com participação da Missão, de gestões bilaterais ou pessoais realizadas, de intervenções realizadas e dos relatos de resultados concretos dessas ações, à luz das diretrizes e posições da política externa brasileira;
- c) Número de resoluções e declarações negociadas e copatrocinadas pelo Brasil.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATA****Meta 1: Promover a cooperação técnica.**

- a) Intensificar a participação do Brasil nos programas de cooperação técnica da Agência nas vertentes da saúde humana, meio ambiente e agricultura.
- b) Seguir participando dos projetos regionais de cooperação técnica, inseridos no Acordo Regional de Cooperação para a Promoção de Ciência e Tecnologia Nuclear na América Latina e Caribe (ARCAL).

Meta 2: Intensificar o uso de tecnologia nuclear para proteção do patrimônio cultural.

- a) Intensificar a colaboração com outros Estados Membros na iniciativa “Atoms4Heritage”, para a proteção do patrimônio cultural, inclusive com a organização de seminários, publicação de documentos e outras ações visando a conferir visibilidade ao tema.

- b) Nesse sentido, promover e facilitar a participação de novas instituições brasileiras na “Atoms4Heritage”.

Meta 3: Fortalecer a colaboração dos parceiros brasileiros em usos pacíficos com a Agência e a PrepCom-CTBTO.

- a) Auxiliar as demais instâncias do governo e sociedade brasileiros com interesse na Agência e na PrepCom-CTBTO a ter acesso aos usos pacíficos disponíveis.

Meta 4: Aprofundar o uso civil e científico da base de dados disponibilizada pela PrepCom-CTBTO.

- a) Incentivar o uso da base de dados disponibilizada pelo Sistema Internacional de Monitoramento (IMS) e do Centro Internacional de Dados (IDC) por instituições brasileiras interessadas. Em 2022, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) foi designado o Centro Nacional de Dados (NDC) do Brasil. A base de dados da PrepCom-CTBTO pode auxiliar na prevenção de desastres naturais, proteção do meio ambiente e outros usos relacionados à sismologia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de projetos de cooperação técnica com participação do Brasil;
- b) Número de projetos no âmbito da ARCAL;
- c) Iniciativas no âmbito da “Atoms4Heritage” com participação do Brasil;
- d) Participação de entes e especialistas brasileiros em eventos da Agência e da PrepCom-CTBTO;
- e) Número de usuários da base de dados da PrepCom-CTBTO.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

Meta 1: Fortalecer a cooperação regional e a cooperação bilateral para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

- a) Seguir participando dos projetos regionais de cooperação técnica, inseridos no Acordo Regional de Cooperação para a Promoção de Ciência e Tecnologia Nuclear na América Latina e Caribe (ARCAL);
- b) Intensificar os contatos com a contraparte argentina para o desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). Ademais de proporcionar autonomia nacional na produção de grande número de radioisótopos e radiofármacos, o RMB será uma das sete maiores instalações do tipo em escala mundial e fará do Brasil centro de referência internacional em matéria de pesquisa em tecnologias nucleares. A conclusão do reator está prevista para 2026.

Meta 2: Atuar em favor da facilitação do acesso a inovações nas aplicações energéticas e não energéticas da tecnologia nuclear com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades

- a) Acompanhar e relatar novos fatos e análises sobre o desenvolvimento tecnológico e as inovações na geração de energia e nas aplicações nucleares com potencial impacto positivo sobre o desenvolvimento nacional e a mitigação das desigualdades regionais, em particular os avanços com relação a pequenos reatores modulares (SMRs);
- b) Atuar para que as atividades da Agência no tocante à energia nuclear e às aplicações nucleares tenham presente considerações sobre o desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades em nível mundial;
- c) Fortalecer a representação brasileira nas negociações e debates sobre regulamentação e normatização de novas tecnologias no campo nuclear, de modo a evitar a criação de obstáculos injustificados a seu acesso pelos países em desenvolvimento;
- d) Intensificar a participação do Brasil nos programas de cooperação técnica da Agência com impacto potencial sobre o desenvolvimento nacional e a mitigação das desigualdades regionais.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número e valor de projetos de cooperação técnica da AIEA desenvolvidos no âmbito da ARCAL;
- b) Número de contatos com a contraparte argentina para o desenvolvimento do RMB;
- c) Número de reuniões com participação da Missão, de gestões e intervenções realizadas e dos relatos de resultados concretos dessas ações;
- d) Número de relatórios com análise enviados a Brasília;
- e) Presença de referências a questões afetas ao desenvolvimento socioeconômico e ao combate às desigualdades nos principais documentos da AIEA sobre energia e aplicações nucleares;
- f) Número de iniciativas da Agência relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades com participação brasileira;
- g) Número e valor dos projetos de cooperação técnica ou de programas da Agência aprovados com foco nessa temática.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

O tema não está diretamente relacionado às áreas de atuação do Posto. Contudo, os contatos do Representante Permanente do Brasil com os homólogos de países membros e observadores permanentes podem propiciar canais adicionais de diálogo e de intercâmbio de informações, como, por exemplo, as relacionadas a cientistas e pesquisadores brasileiros, que possam ter utilidade para a condução de políticas migratórias e de assistência a brasileiros no exterior.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

RELATÓRIO N° , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 33, de 2023, da Presidência da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição, e com o art. 39, combinado com o
art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da
Senhora CLAUDIA VIEIRA SANTOS, Ministra de
Primeira Classe da Carreira de Diplomata do
Ministério das Relações Exteriores, para exercer
o cargo de Representante Permanente do Brasil
junto à Agência Internacional de Energia Atômica
(AIEA) e Organismos Internacionais Conexos.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

Este Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação, pelo Presidente da República, da Senhora CLAUDIA VIEIRA SANTOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Esclareço que, nos termos do art. 39 da Lei do Serviço Exterior, a exigência constitucional de aprovação prévia, por voto secreto, também se aplica à indicação de chefes de missão ou delegação permanente junto a organismo internacional. Por sua vez, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possui competência regimental para a matéria.

Foi recebido o currículo da indicada, que sintetizo a seguir.

Nascida no Rio de Janeiro, a Embaixadora Claudia Vieira Santos concluiu bacharelado e licenciatura em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrado em relações internacionais e comunicação pela Universidade de Boston, Estados Unidos. Tornou-se Ministra de Primeira Classe em 2022, com sucessivas promoções por merecimento. Sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tratou da diplomacia dos biocombustíveis.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Moscou, Roma, Tóquio, Paris e Nova Déli e foi Cônsul-Geral Adjunta em Los Angeles. Na Secretaria de Estado, assessorou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, chefiou a Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis, a Divisão da Europa e o Departamento de China, Mongólia e Mecanismos Bilaterais e Regionais. Atualmente, é Diretora do Departamento de Energia.

A Mensagem também veio acompanhada de sumário executivo sobre a AIEA, contendo informações gerais, dados sobre a participação e a atuação do Brasil e atos internacionais relevantes, com breve apresentação sobre a Comissão Preparatória para uma Futura Organização para a Proibição Completa de Testes Nucleares e o Grupo de Supridores Nucleares.

A AIEA foi estabelecida em 1957, com sede na cidade de Viena, Áustria, e tem como objetivos fomentar e garantir os usos pacíficos da energia atômica. Em 1959, a Agência firmou acordo de associação com a Organização das Nações Unidas, apresentando anualmente relatório de atividades e podendo informar o Conselho de Segurança sobre situações que ponham em risco a paz e a segurança internacionais.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

A principal tarefa da AIEA é supervisionar a produção, a comercialização, a circulação e o uso de materiais, equipamentos e tecnologias nucleares. Em países, como o Brasil, onde a atividade nuclear não é irrigária, há o dever de contabilizar e comunicar, com a possibilidade de visitas de verificação. Na dimensão da cooperação técnica para usos pacíficos, a AIEA possui fundo de financiamento, com montante atual de quase noventa e quatro milhões de euros.

O Brasil participa da AIEA desde o ano de sua fundação, integra a Junta de Governadores de forma ininterrupta, e mantém firme cooperação com a organização, inclusive por meio da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, o primeiro sistema bilateral da espécie em todo o mundo, que representa alternativa eficiente para o mecanismo de supervisão aprofundada dos protocolos adicionais.

Pela primeira vez em sua história, a AIEA é presidida por um latino-americano, o diplomata argentino Rafael Grossi, cuja eleição foi apoiada pelo Brasil, devendo ocorrer em breve a renovação de seu mandato.

Passo a tratar dos assim chamados Organismos Internacionais Conexos, na terminologia adotada pelo Ministério das Relações Exteriores para a denominação do posto.

Destaco que a Comissão Preparatória está associada ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, de 1996, do qual o Brasil é parte. Apesar de 177 países já terem ratificado o instrumento, a instituição definitiva da organização internacional nele prevista é impedida enquanto não ratificado por Israel, China, Egito, Estados Unidos, Irã, Coreia do Norte, Índia e Paquistão, países de reconhecida capacidade nuclear. Contudo, no marco da Comissão Preparatória, já são adotadas medidas voltadas à consolidação do sistema internacional de monitoramento, com a instalação e a intercomunicação de estações de detecção.

Quanto ao Grupo de Supridores Nucleares, integrado desde 1996 pelo Brasil, trata-se de coalizão formada por países exportadores de tecnologias, materiais e equipamentos de uso nuclear. Visa a regular o comércio, estabelecendo orientações para evitar o desvio dos bens e serviços para usos violentos. Já foi presidido pelo Brasil no biênio 2006/2007.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Passo, em seguida, a destacar questões importantes que se referem ao uso e à segurança de materiais, equipamentos e tecnologias nucleares, nos contextos interno e internacional.

O uso da energia nuclear representa questão de grande interesse estratégico para o Brasil. Contamos com usinas nucleares (Angra 1 e 2) em nosso país, supervisionadas pela AIEA, havendo a possibilidade de nova construção (Angra 3) ser concluída nos próximos anos. Produzimos e comercializamos materiais nucleares, como o urânio enriquecido. Além disso, está em fase final o desenvolvimento de sistema de propulsão nuclear de submarinos brasileiros, com a realização de teste de imersão em grande profundidade do Submarino Humaitá no último mês de março.

Ainda em âmbito doméstico, acrescento que este Congresso Nacional recentemente promulgou a Emenda Constitucional nº 118, de 26 de abril de 2022, viabilizando a produção de radioisótopos para pesquisa e uso médico pela iniciativa privada, no interesse de viabilizar a expansão da oferta de procedimentos de medicina nuclear no país.

Por sua vez, na esfera internacional, destaco que a AIEA e os Organismos Internacionais Conexos têm historicamente enfrentado desafios para o monitoramento dos programas nucleares norte-coreano e iraniano. Mais recentemente, a transferência direta de submarinos nucleares para a Austrália, no âmbito de cooperação militar com os Estados Unidos e o Reino Unido, também tem suscitado a oposição de países-membros, por se tratar da primeira venda do tipo para país não nuclearmente armado, com a entrega de urânio de alto teor de enriquecimento.

Por fim, ressalto que o conflito armado entre Rússia e Ucrânia é motivo de preocupação para todos os atores internacionais responsáveis pelo monitoramento dos usos pacíficos da energia nuclear. Os receios associados a eventual emprego de armas nucleares são agravados pelo fato de as operações militares terem se aproximado da maior usina nuclear da Europa, situada em Zaporíjia. O recente rompimento de represa que tinha, entre suas destinações, o resfriamento dos reatores da usina nuclear, reforça os riscos de um acidente nuclear, exigindo grande atenção da AIEA e dos Organismos Internacionais Conexos.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Diante da natureza da matéria, sujeita a voto secreto, não cabem outras considerações por parte desta Relatora.

Sala da Comissão, de junho de 2023.

Senador RENAN CALHEIROS, Presidente.

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA, Relatora

3

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SIDNEY LEON ROMEIRO
CPF.: 028.859.838-50

1962 Filho de Pedro Leon Peres e Leopoldina Romeiro Leon, nasce em São Caetano do Sul/SP, em 16 de abril

Dados Acadêmicos:

- 1989 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Pós-graduação em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP
1995 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – IRBr
2003 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2011 Curso de Altos Estudos - IRBr. Tese: "O impacto do conflito intrapalestino no processo de paz israelo-palestino")

Cargos:

- 1995 Terceiro-secretário
2002 Segundo-secretário
2006 Primeiro-secretário, por merecimento
2009 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe, por merecimento
2021 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1996-97 Coordenação-Geral de Ensino, IRBr
1997-98 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assistente e subchefe
1998-02 Presidência da República, Cerimonial, assessor
2002-06 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, segundo-secretário
2006-10 Embaixada em Tel Aviv, segundo-secretário, conselheiro comissionado e ministro-conselheiro comissionado
2010-13 Embaixada em Amã, conselheiro e ministro-conselheiro comissionado
2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2015 Departamento do Oriente Médio, subchefe
2015-18 Embaixada em Londres, ministro-conselheiro
2018-19 Consulado-Geral em Londres, cônsul-geral adjunto
2019- Departamento do Oriente Médio, diretor

Condecorações:

- 1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
2000 Ordem do Sol, Peru, Cavaleiro
2009 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2014 Ordem do Rio Branco, Comendador

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 30, DE 2023

(nº 263/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SIDNEY LEON ROMEIRO, Ministro de primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 263

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SIDNEY LEON ROMEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SIDNEY LEON ROMEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de junho de 2023.

EM nº 00092/2023 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SIDNEY LEON ROMEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Emirados Árabes Unidos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SIDNEY LEON ROMEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 337/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **SIDNEY LEON ROMEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 06/06/2023, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4316094** e o código CRC **2C1F9C91** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004254/2023-91

SUPER nº 4316094

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO E ÁFRICA (SAOM)
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO (DOMA)
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO (DPGO)

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
ABRIL DE 2023

Sumário

<i>DADOS BÁSICOS</i>	3
<i>PERFIL BIOGRÁFICO</i>	4
<i>PRESIDENTE DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E EMIR DE ABU DHABI, MOHAMMED BIN ZAYED AL NAHYAN</i>	4
<i>VICE-PRESIDENTE DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E EMIR DE DUBAI, MOHAMMED BIN RASHID AL MAKTOUM</i>	4
<i>MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, ABDULLAH BIN ZAYED AL NAHYAN</i>	4
<i>APRESENTAÇÃO</i>	5
<i>DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL</i>	6
<i>COMÉRCIO BILATERAL E AGRONEGÓCIO</i>	7
<i>LOGÍSTICA E INVESTIMENTOS</i>	8
<i>NOVAS FRENTES DE COOPERAÇÃO</i>	10
<i>ECONOMIA</i>	12
<i>POLÍTICA INTERNA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS</i>	14
<i>POLÍTICA EXTERNA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS</i>	17
<i>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</i>	21
<i>ACORDOS BILATERAIS</i>	24

DADOS BÁSICOS								
NOME OFICIAL:	Emirados Árabes Unidos							
CAPITAL:	Abu Dhabi							
ÁREA:	83.600 km ²							
POPULAÇÃO:	9,85 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 10% são nacionais							
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe							
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (religião oficial, praticada por 76% da população), cristianismo (9%) e outras (principalmente budismo e hinduísmo – 15%)							
SISTEMA DE GOVERNO:	Federação de sete emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Umm Al Quwain, Fujairah, Ajman e Ras Al Khaimah.							
PODER LEGISLATIVO:	Majlis Al Ittihad Al Watani (Conselho Nacional Federal) – parlamento essencialmente consultivo com 40 membros.							
CHEFE DE ESTADO:	<i>Presidente Xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan</i> (emir de Abu Dhabi)							
CHEFE DE GOVERNO:	Vice-presidente e primeiro-ministro Xeque Mohamed bin Rashid Al Maktoum (emir de Dubai)							
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	<i>Xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan</i>							
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI):	US\$ 410 bilhões (2021, est.), US\$ 358,9 bilhões (2020), US\$ 417,2 bilhões (2019)							
PIB PER CAPITA (2021, est.):	US\$ 42.883 mil							
VARIAÇÃO DO PIB:	2,2% (2021, est.); -6,1% (2020); 3,4% (2019)							
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,890 (31 ^a posição entre 188 países)							
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	78 anos							
ALFABETIZAÇÃO (2018):	93,8%							
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2020 est.):	2,3%							
UNIDADE MONETÁRIA:	Dirham emirático (AED)							
EMBAIXADOR DOS EAU EM BRASÍLIA:	Embaixador Saleh Ahmad Salem Alzaraim Alsuwaidi							
<i>Brasil → EAU</i> (em milhões de USD)	2011	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	2.649	3.199	2.965	2.695	2.767	2.790	3.305	5.767
Exportações	2.169	2.589	2.504	2.508	2.213	2.056	2.327	3.253
Importações	480	610	461	187	554	734	977	2.514
Saldo	1.689	1.979	2.043	2.321	1.659	1.322	1.349	739

PERFIL BIOGRÁFICO

PRESIDENTE DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E EMIR DE ABU DHABI, MOHAMMED BIN ZAYED AL NAHYAN



Nasceu em Al Ain (Emirado de Abu Dhabi) em 1961, filho do Xeique Zayed bin Sultan, fundador dos EAU. Estudou na Academia Militar de Sandhurst no Reino Unido e desempenhou diversas funções nas Forças Armadas emiráticas. Em 2004, foi nomeado Príncipe-Herdeiro de Abu Dhabi, após a morte de seu pai. Em 2005, foi designado Vice-Comandante Supremo das Forças Armadas dos EAU. Assumiu oficialmente como chefe de Estado e Emir de Abu Dhabi em 2022, após o falecimento de seu meio-irmão e ex-presidente dos EAU, Khalifa Bin Zayed Al Nahyan, atua de fato nas duas funções, contudo, desde 2014, em razão de complicações de saúde de seu antecessor.

VICE-PRESIDENTE DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E EMIR DE DUBAI, MOHAMMED BIN RASHID AL MAKTOUM



Nascido em Al Shindagha (Emirado de Dubai) em 1949, é o terceiro filho de Rashid bin Saeed Al Maktoum, um dos fundadores dos EAU. Frequentou a Bell School of Languages em Cambridge. Tornou-se Emir de Dubai em janeiro de 2006, após o falecimento de seu irmão mais velho, Maktoum bin Rashid Al Maktoum. Ao se tornar Emir de Dubai, foi nomeado Primeiro-Ministro e Vice-Presidente dos EAU. Supervisionou numerosos projetos de construção civil e desenvolvimento urbano em Dubai. Em 2014, visitou oficialmente o Brasil, acompanhado de delegação empresarial.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, ABDULLAH BIN ZAYED AL NAHYAN



Nascido em 30 de abril de 1972, é filho do fundador e primeiro presidente dos EAU, Zayed bin Sultan Al Nahyan. Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade dos Emirados Árabes Unidos, iniciou sua vida pública como subsecretário do Ministério de Informação e Cultura, em 1995; assumindo, no ano seguinte, a chefia da mesma pasta, que ocupou por 10 anos. Em 2006, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional. É irmão do atual Presidente e Emir de Abu Dhabi, Mohammed bin Zayed. Visitou o Brasil em 2009, 2010 (Mercosul), 2012, 2017 e 2019.

APRESENTAÇÃO

Data de pelo menos 130 mil anos atrás a habitação humana no território que hoje constitui os Emirados Árabes Unidos, uma faixa costeira de 83.600 km² no sudeste do Golfo Pérsico, de paisagem majoritariamente desértica. A área foi apenas esparsamente habitada ao longo de boa parte de sua história, servindo de lar temporário a grupos nômades e abrigando pequenos povoados.

Por volta de 630 o islã chegou à região, logo incorporada ao nascente Califado Islâmico. Durante o processo de expansão europeia iniciado no século XVI, as rotas comerciais ligando o Oriente Médio ao sul e ao leste da Ásia tornaram-se estratégicas, gerando interesse crescente por parte de agentes otomanos e europeus, inclusive de portugueses, que erigiram fortificações na região. O adensamento do tráfego naval ocorrido nos séculos seguintes ocasionou o surgimento de intensa atividade de pirataria. Depois de campanha naval repressiva empreendida no início do século XIX pela marinha britânica, os pequenos Estados do sudeste do Golfo tornaram-se protetorados britânicos ("Estados da Trégua").

A economia local, até meados do século XX centrada em comércio, pesca e extração de pérolas, permitiu apenas a subsistência de pequenos povoados na costa. Em 1930, no entanto, começam as primeiras sondagens geológicas e, em 1962, dá-se a primeira exportação de petróleo a partir do protetorado britânico de Abu Dhabi, inaugurando novas possibilidades de crescimento econômico.

O governo britânico anunciou, em 1968, sua intenção de retirar-se da região. Sob a liderança do xeique Zayed bin Sultan Al Nahyan, de Abu Dhabi, juntamente com o xeique Rashid bin Saeed Al Maktoum, de Dubai, iniciou-se o processo negociador que, em 2 de dezembro de 1971, uniu os "Estados da Trégua" em um único Estado independente: os Emirados Árabes Unidos (EAU), uma federação de sete emirados.

A renda advinda da indústria de hidrocarbonetos permitiu investimentos pioneiros em infraestrutura e serviços, tornando o país, em poucas gerações, um dos principais centros financeiros, comerciais e empresariais da região, um hub logístico de ponta e um destino turístico popular. Apesar das receitas petrolíferas responderem, ainda, por grande parte da renda nacional, as últimas décadas têm visto esforço de diversificação econômica, inclusive mediante a criação de diversos fundos de investimentos. Somados, os ativos desses fundos superam US\$ 1 trilhão.

A prosperidade dos EAU atrai intenso fluxo de imigrantes, os quais representam quase 90% dos habitantes do país, incluindo cerca de 10.000 brasileiros. As relações econômicas com o exterior e a grande comunidade estrangeira fazem dos EAU, hoje, o país culturalmente mais aberto no Golfo.

DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

As relações diplomáticas entre o Brasil e os EAU foram estabelecidas formalmente em 1974 e a embaixada do Brasil em Abu Dhabi foi instalada em 1978. Em 1991, os EAU instalaram sua embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. O país mantém também consulado-geral em São Paulo, cuja nova sede foi inaugurada pelo chanceler emirático em março de 2017.

As relações bilaterais registraram aprofundamento político e econômico nos últimos anos e passam, atualmente, por seu melhor momento histórico. Esse processo tem sido fortalecido por intensa agenda de visitas oficiais em anos recentes.

A Ministra de Estado para a Cooperação Internacional dos Emirados Árabes, Reem bint Ibrahim Al Hashimy representou seu país na posse presidencial de 1 de janeiro de 2023. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos EAU, xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan, visitou o Brasil em 2009, 2010 (Mercosul), 2012, 2017 e 2019. Seu antecessor participou da I cúpula da ASPA em 2005. Em sua última visita a Brasília, em 15 de março de 2019, o chanceler Abdullah foi recebido pelo Presidente da República e manteve reuniões com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Defesa.

Registra-se, ainda, diversas visitas de autoridades brasileiras aos Emirados Árabes: Secretário de assuntos Estratégicos da Presidência da República (2022); os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, da Economia, das Minas e Energia, da Mulher, Família e Direitos Humanos, do Turismo; Governadores dos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo; bem como diversas outras autoridades brasileiras; ministros da Agricultura, da Cidadania (em 2021, no âmbito da participação brasileira na Expo 2020); da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, do Meio Ambiente e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados (2019); presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (2018); ministros da agricultura, da Defesa e da Saúde (2017); ministra da Agricultura (2015); ministro da Agricultura (2014); ministro-chefe da secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República (2013); e ministros da Defesa e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010).

Pela parte emirática, afora as mencionadas visitas de chanceler, foram realizadas visitas ao Brasil por parte de: presidente do Conselho Nacional Federal e o ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros (parlamento) (2022); ministra da Segurança Alimentar (2019); ministro da Defesa (2017); ministros da Energia e do Meio-Ambiente e dos Recursos Hídricos (2015); e o ministro da Economia (2013).

Em nível de chefes e vice-chefes de estado e governo, registrou-se visitas presidências aos Emirados em 2003, 2019, 2021 e 2023 e dos vice-presidentes em 2013 e 2021. Pela parte emirática, o primeiro-ministro e vice-presidente dos EAU e emir de Dubai, xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum, visitou o Brasil em 2014.

Destaca-se as relações bilaterais terem sido alçadas ao patamar de Parceria Estratégica – incluindo as áreas de paz e segurança, cooperação econômica, cooperação em energia e cooperação em turismo, cultura e esportes – durante visita presidencial aos Emirados Árabes em outubro de 2019.

Na visita mais recente, realizada em Abu Dhabi, em 15 de abril de 2023, o Presidente dos EAU afirmou a centralidade do relacionamento de seu país com o Brasil, traduzida em novos investimentos e em coordenação política ainda mais estreita, inclusive no que concerne à mudança climática e às energias renováveis, no marco da parceria estratégica entre Brasil e EAU. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou, por sua vez, interesse em traduzir em resultados concretos o potencial do relacionamento bilateral. Três instrumentos bilaterais foram assinados, ademais de memorando com a Bahia, que prevê até USD 2,5 bilhões em investimentos.

Não há registro de visita de Chefe de Estado, de fato ou de direito, dos EAU ao Brasil. Convites para visita do mandatário emirático ao Brasil foram reiterados em ocasiões diversas no último governo.

Entre 12 e 14 de setembro de 2022 foi realizada a primeira visita de missão parlamentar emirática ao Brasil, desde a criação do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil/EAU. Foi realizada em reciprocidade a missões oficiais de parlamentares brasileiros aos EAU: em dezembro de 2019, chefiada pelo então presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN); em outubro de 2021, chefiada pelo Senador Marcos do Val e em abril de 2018, chefiada pelo então presidente da CREDN.

O então Ministro de Estado das Relações Exteriores recebeu a delegação parlamentar, liderada pelo presidente do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos (FNC, na sigla em inglês), Saqr Ghobash. O FNC é equivalente ao parlamento emirático, ainda que o mesmo não tenha iniciativa legislativa. Trata-se de órgão essencialmente consultivo, espécie de foro de aconselhamento, com função mediadora entre a sociedade civil e o governo. Ghobash também foi recebido pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco e pelo Senador Marcos do Val.

COMÉRCIO BILATERAL E AGRONEGÓCIO

O avanço na agenda política bilateral ao longo da última década e meia foi acompanhado pelo aprofundamento das relações econômicas. Desde 2008, os EAU constam entre os três principais parceiros do Brasil no Oriente Médio, atrás apenas de Arábia Saudita e, ocasionalmente, da Turquia.

Em 2022, o comércio bilateral alcançou USD 5,7 bilhões (↑74% em relação a 2021), com superávit brasileiro de US\$ 739 milhões. O país foi o principal destino das exportações brasileiras entre os países árabes em 2022. O Brasil vende aos EAU carne de aves (29% do total), ouro (14%), açúcar (14%), celulose (8,2%) e carne bovina (8%). Por sua vez, o Brasil compra sobretudo petróleo (89%), com demais produtos de indústria de transformação (4,9%), enxofre (3,6%) e fertilizantes químicos (2,3%).

completando os principais produtos da pauta. Os dados de 2022 registraram aumento da pauta comercial como um todo ($\uparrow 39\%$ em relação a 2021) e redução do superávit brasileiro ($\downarrow 43\%$).

O agronegócio brasileiro desempenha importante papel para garantir a segurança alimentar emirática e responde por quase 60% da pauta de exportações brasileiras ao país. A importância do agronegócio é reconhecida no documento que estabelece a Parceria Estratégica, cuja seção sobre agricultura menciona, entre outros tópicos, o objetivo de “estimular a cooperação no desenvolvimento contínuo de sistemas agrícolas sustentáveis”. Os EAU possuem considerável expertise no emprego de técnicas para produção agrícola em regiões áridas. Nesse sentido, destacam-se as possibilidades para o estabelecimento de cooperação em pesquisa e intercâmbio de tecnologias agrícolas.

LOGÍSTICA E INVESTIMENTOS

O setor de logística desempenha papel central na estratégia de diversificação econômica empreendida pelos EAU e, principalmente, pelo emirado de Dubai. A estratégia baseou-se na consolidação de empresas globais de logística, como a companhia aérea Emirates, a administradora portuária DP World e a gerenciadora de aeroportos DNATA, e no estabelecimento de “zonas de processamento de exportação” em Dubai.

Buscou-se, nesse sentido, consolidar Dubai como principal ponto de ligação entre o “Oriente” e o “Ocidente”. Nesse contexto insere-se a iniciativa World Logistics Passport, programa de fidelização de operadores logísticos que utilizam serviços das empresas emiráticas.

O Governo brasileiro manifestou apoio à WLP, incentivando a adesão de operadores logísticos brasileiros. No Brasil, aderiram à iniciativa o porto de Santos (DP World Santos, antigo Embraport) e o aeroporto de Viracopos.

Durante a III sessão da Comissão Mista Bilateral realizada em março de 2021, os EAU sinalizaram interesse em negociar acordos no setor portuário e marítimo. Aguarda-se proposta inicial pelo lado emirático.

Estima-se que os investimentos emiráticos no Brasil superem US\$ 10 bilhões. Existe grande potencial para atração para o Brasil de recursos provenientes dos fundos soberanos de investimento dos EAU, os quais, juntos, controlam ativos que superam um total de US\$ 1 trilhão. Entre os quatro principais fundos soberanos emiráticos, dois – a Abu Dhabi Investment Authority (ADIA) e a Mubadala Development Company – mantêm presença ativa no mercado brasileiro. Os outros dois são o Dubai Investment Corporation, que controla US\$ 305 bilhões em ativos, e a Emirates Investment Authority, controladora de US\$ 44 bilhões em ativos.

O Mubadala tem realizado mais operações no Brasil, especialmente no setor de infraestrutura. Os empreendimentos de propriedade da Mubadala no Brasil hoje seriam o Porto Sudeste; a Prumo (porto); a Mineração Morro do Ipê; a IMM (empresa de esportes e entretenimento); a LET (propriedades imobiliárias no Rio de Janeiro); e empreendimentos onde há investimento dos fundos “Brazil Opportunity” I e II,

gerenciados pela Mubadala Capitals seriam a Rota das Bandeiras; o Metrô Rio; a Fórmula 1 em São Paulo; a Refinaria Mataripe, conhecida como ACELEN (antiga refinaria Landulpho Alves, a segunda maior do Brasil); e a FTC (universidade de medicina na Bahia).

A ADIA possui perfil de investimento voltado para aquisição de ações – entre 40% e 60% da totalidade do portfólio do fundo – sendo que entre 10% a 20% do total estariam aplicados em mercados emergentes. O fundo tem demonstrado interesse no setor imobiliário (BR Properties) e hoteleiro (Rede Four Seasons).

Os investimentos emiráticos têm-se centrado na modalidade brownfield (com aproveitamento de infraestrutura preexistente). Espera-se que os fundos soberanos emiráticos se engajem na realização de projetos greenfield (sem estrutura prévia) no setor de infraestrutura, de grande importância para o Brasil.

Nesse sentido, pode-se dar como exemplo, Memorando de Entendimento celebrado entre a ACELEN e o Governo do Estado da Bahia que prevê estudos e investimentos em nova biorrefinaria de larga escala, com foco na produção de diesel renovável e combustível sustentável de aviação utilizando macaúba (palmeira nativa do Brasil) como matéria-prima.

O projeto poderá vir a beneficiar os Estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão, entre outros, com investimento que poderiam alcançar cerca de US\$ 2,5 bilhões. O planejamento contempla início da operação com a macaúba no primeiro trimestre de 2026, com produção de 20 mil barris, entre “diesel verde” e combustível para aviação (SAF), e com a possibilidade de antecipação da operação da refinaria para 2024, utilizando óleo à base de soja.

O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), assinado em 2019 e em tramitação no Congresso Nacional, e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação (ADT), em vigor, poderão contribuir para o incremento dos investimentos bilaterais. Ademais, verifica-se maior interesse de entes subnacionais, agências e outras organizações brasileiras em atrair investimentos dos EAU para o Brasil.

Em fevereiro de 2020, a Investe SP, agência de atração de investimentos do Estado de São Paulo, inaugurou escritório em Dubai. Durante o ano de 2020, os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (julho), e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (agosto), realizaram videoconferências com o Ministro da Indústria e Tecnologias Avançadas dos EAU, Sultan Al Jaber, com vistas à atração de investimentos em infraestrutura nos seus Estados.

Os Emirados teriam interesse em ampliar investimentos nos setores de energias renováveis, infraestrutura, produção de alimentos e saúde, apontando o Brasil como o principal mercado para o aporte de capital nessas áreas.

No que tange a investimentos brasileiros nos EAU, destaca-se a instalação, em 2013, de fábrica de produção de proteína animal da BRF em Abu Dhabi – a OneFoods – estimada em US\$ 160 milhões. A unidade é voltada para o mercado muçulmano (cerca de 200 milhões de pessoas), oferece 15 mil empregos diretos, sendo atendida por dez plantas fornecedoras, sendo oito do Brasil, uma dos EAU e outra da Malásia, todas com as certificações halal exigidas pela religião islâmica. O lançamento, em julho de 2017,

da iniciativa do Dubai Food Park (DFP) – que pretende transformar Dubai em um hub para o comércio alimentar – pode atrair mais investimentos brasileiros para os EAU.

Como mencionado, os Emirados Árabes Unidos são importante hub logístico com excelente ambiente de negócios para empresas estrangeiras. Os exportadores brasileiros podem beneficiar-se das facilidades de operação no país para melhorar suas condições de acesso aos mercados vizinhos. Aproximadamente 30 empresas brasileiras contam com escritórios comerciais nos EAU (entre elas, Vale, Embraer, Tramontina, WEG, Marcopolo, Itaú, BRF, JBS, Odebrecht, Copacol), utilizando-os como plataforma para exportações e contatos de negócios na região. A APEX-Brasil mantém um escritório em Dubai, o único no Oriente Médio. Em fevereiro de 2019, a Câmara de Comércio Árabe- Brasileira (CCAB) também abriu escritório em Dubai.

NOVAS FRENTE DE COOPERAÇÃO

Além do intenso diálogo político e das profundas relações econômicas, Brasil e Emirados Árabes Unidos vêm buscando aprofundar a cooperação em novas áreas, como Defesa e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nas últimas décadas, os EAU promoveram ampla reforma de suas forças armadas e políticas de estímulo à indústria de Defesa (os EAU são o 9º maior importador global de armas). As forças armadas emiráticas são consideradas hoje uma das mais competentes do Oriente Médio.

A assinatura do Acordo bilateral Referente à Cooperação no Campo da Defesa, em 2014, ampliou as possibilidades de cooperação na área. Trata-se do primeiro instrumento nesses moldes em vigor entre o Brasil e um país do Oriente Médio. Em maio de 2017, foi anunciada a criação de um Comitê Conjunto de Cooperação em Defesa Brasil-EAU, em nível de oficial general, que se reuniu em 2018 (Abu Dhabi) e 2019 (Brasília). Em 2017, foram concedidas anuências recíprocas para a abertura de adidâncias militares do Brasil em Abu Dhabi e dos EAU em Brasília. O adido militar emirático instalou-se em Brasília em outubro de 2018. A Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico em Abu Dhabi foi criada em 18/10/19, tendo sido inaugurada em fevereiro de 2020.

Os EAU são, atualmente, o nono maior importador de armas do mundo, de acordo com dados do Stockholm International Peace Research Institute. O mercado emirático é amplamente dominado pelos Estados Unidos. Em razão das políticas de estímulo à indústria local, o país tornou-se, também, exportador de produtos de Defesa, tendo como principal mercado países árabes como Egito, Jordânia e Argélia.

O Brasil enviou delegação para a feira Dubai Air Show, de 14 a 18 de novembro de 2021, que contou com a participação do então PR. Houve um “Pavilhão Brasil”, onde empresas brasileiras puderam expor seus produtos. A EMBRAER contou com estande próprio e exposição de C-390 Millenium e A-29 Super Tucano.

O Exército Brasileiro lançou consulta pública para aquisição de carros de combate 8x8. Entre os produtos que passaram por uma primeira etapa de avaliação, está o carro Wahash, produzido pela empresa emirática Calidus. Não há prazo definido para o fim do processo licitatório.

Além de exportações, poderia haver espaço para cooperação entre empresas de defesa emirática e brasileiras. Em visita do SAE/PR aos EAU, em maio, acompanhado de delegação empresarial, a delegação reuniu-se com o CEO do conglomerado de defesa emirático EDGE, Mansour Mohammed Al Mulla, que assistiu apresentação das empresas brasileiras que têm buscado desenvolver parcerias com empresas emiráticas. Tais parcerias poderão ser facilitadas tendo em conta a EDGE estar em processo de abertura de escritório de representação em Brasília, o primeiro do grupo na América Latina, o que sinaliza clara opção estratégica da liderança deste país em prol da diversificação de parcerias no setor de defesa e da busca pelo estreitamento da parceria o Brasil. Segundo o CFO da empresa, a abertura do escritório da EDGE em Brasília está tentativamente agendada para abril de 2023.

Cabe registrar nesse sentido, que, em encontro entre os chanceleres à margem de reunião do G20, em março de 2023, o MNE emirático destacou o setor de indústrias de defesa, que já representa uma das principais áreas de exportação do país, ao gerar receitas da ordem de US\$ 3 bilhões por ano. Ressaltou os produtos das áreas de drones, munições, blindados e defesa cibernética e mencionou programas de cooperação para pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa atualmente em andamento com França, Índia, Turquia e Egito.

O SAE/PR esteve também com o Vice-Ministro da Defesa, ocasião em que convieram igualmente necessidade de que os avanços no campo dos produtos de defesa seja acompanhado também por uma intensificação do relacionamento institucional entre as Forças Armadas dos dois países, com programas de intercâmbio de oficiais e participação conjunta em treinamentos militares.

Durante a visita do então Presidente da República aos EAU em outubro de 2019, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Ministério da Inteligência Artificial dos EAU, celebrado naquela ocasião. Sobre a implementação do MdE, concordou-se, por ocasião da III sessão da Comissão Mista Brasil – EAU em março de 2021, realizar a primeira reunião do Grupo de Trabalho do MdE e, posteriormente, workshop técnico sobre o tema.

Em agosto de 2021, o lado brasileiro encaminhou consulta sobre o interesse dos EAU em cooperar em diversos campos além da inteligência artificial, notadamente aqueles abarcados pelo Ministério da Indústria e da Tecnologia Avançada.

Na área de relações entre as sociedades, destacam-se as possibilidades na área de Turismo, Esportes e Educação.

O intercâmbio turístico entre Brasil e Emirados Árabes Unidos é reduzido: nenhum dos países consta entre as 20 maiores origens de turistas recebidos pela contraparte. Os governos do Brasil e dos EAU têm empreendido esforços para intensificar os fluxos de parte a parte. Há a ideia de abertura de escritório da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) em Dubai.

Estão em vigor Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum e Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomáticos e Oficiais.

Também seria importante a intensificação das conexões aéreas. Atualmente, há apenas um voo diário, da Emirates, entre Brasil e EAU. No período pré-pandemia da

COVID-19, a Emirates realizava três voos diários para o Brasil (2 para São Paulo e 1 para o Rio de Janeiro). Em encontro com sua contraparte brasileira, em março de 2023, o MNE emirático indicou a intenção de ampliar o número de rotas operadas para o Brasil, bem como de tornar diário o voo a partir do Rio de Janeiro.

Os Emirados Árabes Unidos têm investido pesadamente em esportes em que o Brasil é tido como referência, como o futebol e o jiu-jitsu. O jiu-jitsu brasileiro é um dos esportes mais populares do país e possui importante relação com a família real de Abu Dhabi, sendo praticado pelo presidente dos Emirados Árabes e Emir de Abu Dhabi, Mohammed bin Zayed Al Nahyan, e pelo Conselheiro de Segurança Nacional, Tahnoon bin Zayed Al Nahyan.

Brasil e Emirados Árabes Unidos assinaram, em 2014, Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva. Faltam, entretanto, iniciativas bilaterais com vistas a estreitar os laços entre nossas comunidades esportivas.

O sistema educacional emirático é sólido, com destaque para a área de educação superior. Há forte presença de universidades estrangeiras, como a New York University e a Université Paris-Sorbonne. A assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional, em novembro de 2021, abre a possibilidade de elaboração de iniciativas mutuamente benéficas na área, como o estabelecimento de programa de bolsas de pesquisa e de intercâmbio entre estudantes.

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) demonstram interesse em negociar acordo de parceria econômica abrangente (APEA) bilateral com o Brasil. A parte brasileira, por sua vez, reiterou que deve negociar acordos tarifários em conjunto com os sócios do MERCOSUL. Em reação, os EAU enviaram carta à Secretaria do bloco, indicando querer negociar um APEA com os quatro sócios conjuntamente. Os membros do MERCOSUL coincidiram serem os Emirados uma frente potencialmente interessante. Ficou-se de avaliar o momento mais oportuno para se iniciar o processo, tendo em conta recursos limitados para iniciar novas negociações.

Cabe recordar que as negociações para um ALC entre o MERCOSUL e o CCG estão suspensas desde 2007.

Acordo com os EAU pode ter implicações sobre potencial negociação com o CCG futuramente. A propósito, segundo estudo contratado pela APEX, eventual acordo com o CCG promoveria um crescimento de 61,3% nas exportações do Brasil para o bloco até 2035, em relação ao que ocorreria na ausência do acordo. Todos os setores teriam ganho, alguns com taxas de crescimento superiores a 100%.

ECONOMIA

A exploração e a exportação de petróleo e gás constituem a base da economia dos EAU, especialmente no emirado de Abu Dhabi. O país detém a oitava maior reserva comprovada de petróleo do Oriente Médio (97,8 bilhões de barris) e a oitava maior reserva comprovada de gás do mundo (5,9 trilhões de metros cúbicos). Os EAU são dependentes da renda dos hidrocarbonetos (cerca de um terço do PIB) e são o terceiro maior exportador da OPEP.

Em 2020, ano dos últimos dados disponíveis, o PIB nominal dos EAU atingiu US\$ 421,14 bilhões e o PIB per capita nominal, US\$ 43.103. As reservas em moeda estrangeira dos EAU ao final de 2019 registraram estoque de US\$ 108 bilhões. Em 2018, as exportações emiráticas somaram US\$ 242 bilhões, e as importações, US\$ 232 bilhões.

O emirado de Abu Dhabi aplica parcela da renda estatal dos hidrocarbonetos em projetos em todos os demais emirados, estimulando a coesão federal. Os dirigentes dos EAU promovem política econômica de distribuição de renda à escassa população nativa, além de política de “emiratização” do emprego, com quotas para nacionais em cada ramo de atividade.

Os principais destinos das exportações dos EAU são os países asiáticos, tendo a Índia importado aproximadamente 10,2% do total (US\$ 23,8 bilhões), a China 8,91% (US\$ 19,2 bilhões) e o Japão 7,07% (US\$ 15,2 bilhões) em 2020, último ano para os quais há dados globais. Parceiros regionais como a Arábia Saudita, Omã e Iraque – para os quais os EAU funcionam como hub logístico – também são importantes parceiros, representando, respectivamente, 7,1%, 4,8% e 4,6% das exportações emiráticas. Os países asiáticos são, as principais origens das importações emiráticas, sendo China (19,1%) e Índia (8,4%) os maiores fornecedores.

Combustíveis são, conforme esperado, o principal item da pauta exportadora dos EAU, totalizando US\$ 70 bilhões (32% do total das exportações emiráticas). Ademais, destacam-se, na pauta de exportações, produtos de joalheria (20%) e equipamentos elétricos (9,7%). Os principais itens da pauta de importações são, por sua vez, pedras e metais preciosos (25%), equipamentos elétricos (15%) e mecânicos (11%).

O Conselho Supremo do Petróleo define a política energética dos EAU. A produção de hidrocarbonetos é organizada em modelo de partilha entre empresas estatais e investidores estrangeiros, estes tendo papel limitado fora da fase de exploração. A estatal Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC) opera 17 subsidiárias nos setores de petróleo e gás e detém direitos sobre até 60% de todos os novos campos descobertos.

Dubai, que se tornou o maior porto do Golfo, desenvolve projetos em hotéis, restaurantes e logística. O porto e a zona franca de Jebel Ali (anexos a Dubai), além de unidades semelhantes em Abu Dhabi, Sharjah e Ras El Khaimah, constituem importantes vetores de reexportação para a região médio-oriental, sendo superados apenas por Hong Kong e Singapura.

A crise financeira internacional deflagrada em 2008 atingiu com intensidade a economia de Dubai. As construtoras foram duplamente atingidas: suas ações despencaram, em alguns casos, quase 70%; e seus ativos, representados principalmente por projetos imobiliários de grande monta, desvalorizaram-se com a dramática queda da demanda. Gradualmente, saneou-se a economia de Dubai e estabilizou-se o mercado imobiliário e de construção local.

Para proteger o sistema bancário, o Banco Central dos EAU deixou claro que proveria liquidez aos bancos – nacionais ou estrangeiros – operando no país. Dubai recorreu então ao Banco Central, que autorizou a emissão de títulos internacionais no valor de US\$ 20 bilhões, dos quais metade foi arrematada pelo governo de Abu Dhabi.

Posteriormente, dois bancos estatais abudabenses forneceram empréstimo adicional de US\$ 5 bilhões. A injeção de capitais foi transferida às empresas do governo de Dubai, que passaram a pagar parte de seus débitos. Em 2020, discutiu-se a possibilidade de novas medidas de auxílio ao emirado Dubai, mais duramente afetado pelas medidas de contenção da pandemia, por parte de Abu Dhabi.

A queda do preço internacional do petróleo, a partir de 2015, impactou negativamente as contas públicas emiráticas. O superávit de 1,9% do setor público emirático em 2014 transformou-se em déficit de 3,4%, em 2015. O governo emirático buscou amenizar esses efeitos mediante corte de gastos e anunciou, no segundo semestre de 2015, a redução dos subsídios energéticos vigentes no país. A recuperação do preço internacional do petróleo, a partir de meados de 2017, conjugada com a política de corte de gastos, contribuiu para melhorar as contas públicas dos EAU, que registraram superávit de 2%, em 2018.

Recentemente, o governo dos EAU vem promovendo reformas no seu sistema tributário, incluindo o estabelecimento de imposto sobre valor agregado de 5% em 2018 e de imposto de renda sobre pessoas jurídicas, anunciado em 2022 e com validade a partir de junho de 2023.

Em face da crise do petróleo deflagrada pela ausência de acordo entre os membros do acordo OPEP+, em 2020, o governo dos EAU anunciou pacote de estímulos, cujo valor total é estimado em US\$ 27 bilhões. O pacote de estímulo incluiu, entre outras medidas, aumento dos subsídios à água e à energia elétrica para cidadãos, revertendo, parcial e temporariamente, parte das medidas de austeridade implementadas no contexto da crise do petróleo de 2015. Medidas semelhantes foram anunciadas, também, pelo governo de Dubai. Com vistas a reduzir a dependência da exportação de hidrocarbonetos (oficialmente, 30% do PIB é gerado diretamente do petróleo e derivados), o governo emirático tem se empenhado em diversificar a economia.

Os EAU pretendem chegar a 2050 com metade de sua matriz energética baseada em fontes limpas e renováveis, sendo 44% solar e 6% nuclear, enquanto a metade fóssil seria composta de 38% de gás natural e 12% de carvão "limpo", baseado em tecnologia de captura e estocagem de carbono. Simultaneamente, os EAU investem em tecnologias menos intensivas em energia, buscando eficiência energética por meio de prédios inteligentes, "smart grid" e melhorias nos sistemas de ar condicionado.

Em linha com essas iniciativas, o Gabinete Ministerial dos EAU anunciou, em maio de 2018, reformas nas políticas migratória e de captação de investimentos diretos estrangeiros, mediante o aumento do prazo de validade de vistos para mão-de-obra estrangeira altamente qualificada e a permissão a que estrangeiros constituam empresas no país sem a necessidade de sociedade com empresários emiráticos.

Os EAU são, atualmente, o país do Oriente Médio com melhor desempenho no relatório *Doing Business* do Banco Mundial, tendo atraído, nos últimos anos, investimentos de empresas como Oracle e Microsoft.

POLÍTICA INTERNA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

A Constituição dos EAU, de 1971, define o país como União federal dos seguintes emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Umm Al Quwain, Fujairah, Ajman e Ras Al Khaimah (este último se juntou aos demais em 1972).

A maior autoridade do país é o Conselho Federal Supremo, integrado pelos sete emires, que tem entre suas atribuições a escolha do presidente. O islã é a religião oficial e a lei islâmica constitui importante fonte de direito. Os emirados apresentam significativa estabilidade interna.

O país não conta com partidos políticos. Aos nacionais emiráticos, que somam cerca de 10% da população total do país, são concedidos amplos benefícios sociais e possibilidades de participar de uma sociedade afluente. Não se observam conflitos políticos ou sociais significativos.

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da União e pelo Conselho de Ministros, chefiado pelo primeiro-ministro. O chefe de governo é escolhido pelo presidente e pelo Conselho Federal Supremo.

Na prática, Abu Dhabi e Dubai predominam politicamente, sendo Abu Dhabi o emirado de maior peso: o emir de Abu Dhabi ocupa tradicionalmente o cargo de presidente, e o emir de Dubai os de vice-presidente e primeiro-ministro. Os cinco emirados menores recebem participação no rateio da renda da exploração de hidrocarbonetos. Cada emirado conta, ainda, com ampla independência legislativa sob o sistema federativo.

O Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos (FNC, na sigla em inglês) seria a instituição mais assemelhada ao parlamento no Emirado, ainda que de maneira limitada. Foi estabelecido pela Constituição de 1971, como a quarta autoridade federal em relação à hierarquia das cinco autoridades federais instituídas: Conselho Federal Supremo, Presidente e Vice-Presidente dos EAU, Conselho de Ministros da Federação, Conselho Federal Nacional e Judiciário Federal.

O Conselho é composto por 40 membros, distribuídos entre os sete Emirados: Abu Dhabi e Dubai têm, cada um 8 cadeiras no órgão; Sharjah e Ras Al Khaimah, 6 e Ajman, Umm Al Quwain e Fu-jairah, 4. Conta com um presidente, um vice-presidente e dois controladores escolhidos entre os seus membros, eleitos para mandatos de quatro anos.

Inicialmente, todos os membros do FNC eram escolhidos pelos Emires do país. Em 2006, iniciou-se a fase de reforma, que introduziu a adoção de método combinado de eleição e indicação no processo de seleção dos membros do FNC, por meio do qual metade dos membros do FNC passaram a ser eleitos por colégios eleitorais (constituído por 337.738 eleitores nas últimas eleições, em 2019), cujos integrantes são designados pelos Emires, enquanto a outra metade passou a ser por eles indicada diretamente.

Não há sufrágio universal no país, uma vez que tanto os candidatos quanto os eleitores são oriundos de listas eleitorais definidas diretamente pelos governos de cada um dos emirados. Essas listas são exclusivas para a população nativa.

Em 2018, o então Presidente Xeique Khalifa bin Zayed Al Nahyan determinou por decreto que haveria paridade completa entre homens e mulheres no mandato seguinte do FNC, como parte dos esforços do governo para empoderar as mulheres em todos os setores. A presença feminina já havia ganhado força nas eleições de 2006, ao

ocupar 22.2% do total dos assentos no Conselho. Pela primeira vez, 8 mulheres foram indicadas pelos emires de suas respectivas jurisdições e uma foi eleita pelo colégio eleitoral. As autoridades locais têm salientado o fato de que os EAU seriam um dos líderes mundiais no quesito da representatividade parlamentar feminina.

O FNC é órgão de caráter estritamente consultivo. Não se pode dizer que os EAU possuem um Parlamento similar ao do Brasil e dos demais países ocidentais. Na realidade, a iniciativa de propor leis é do próprio Executivo. O FNC limita-se a conduzir discussões sobre as matérias e a emitir pareceres, que podem ser ignorados pelo Executivo.

Isso não significa que, a despeito do controle que o Executivo detém sobre o FNC, esse colegiado não tenha qualquer importância para a política interna do país. Mesmo de forma bastante abrandada, os parlamentares emiráticos têm expressado determinadas demandas dos nativos, geralmente relacionadas a questões mais próximas do dia-a-dia do cidadão médio, como, por exemplo, acessibilidade para portadores de necessidades especiais, educação, aposentadorias e pensões.

Entre esses temas, o que geralmente tem provocado as manifestações mais incisivas por parte dos parlamentares locais é a chamada "emiratização": a substituição da mão-de-obra estrangeira pela mão-de-obra nativa, especialmente no setor privado, uma vez que o grau de desemprego entre estes, especialmente mulheres e jovens, é consideravelmente alto. A princípio, o governo é favorável a esse processo, e mesmo a pasta ministerial que cuida da força de trabalho no país é chamada "Ministério de Recursos Humanos e Emiratização".

Muito embora as autoridades locais venham expressando a intenção de reformar gradualmente as instituições políticas nacionais, não está clara sua extensão. Há promessas de conferir ao Conselho Nacional Federal mais poderes e ampliar sua composição, mantendo a proibição de partidos políticos.

O órgão máximo do Judiciário federal é a Suprema Corte Federal, igualmente nomeada pelo Conselho Federal Supremo. Apesar de normas de origem religiosa serem consideradas a principal fonte da legislação, o quadro jurídico dos EAU utiliza, também, o direito de inspiração europeu continental. As legislações comercial, societária, marítima e securitária não se dissociam, em suas linhas gerais, de suas congêneres ocidentais.

O atual presidente, xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan (emir de Abu Dhabi) assumiu o cargo este ano, substituindo seu meio-irmão, Xeique Khalifa, falecido em maio. O xeique Mohammed exercia a liderança “de facto” do país desde 2014, em razão da saúde debilitada de seu antecessor.

A família do presidente (os Al Nahyan, de Abu Dhabi) controla as Forças Armadas e as corporações policiais, cabendo também a membros da família Nahyan as organizações estatais ligadas à produção e processamento do petróleo, os ministérios do Exterior, Comunicações e Educação, a chefia do Gabinete Presidencial e os dois postos de vice-primeiro-ministro.

Os Maktoum, de Dubai, guardam os cargos de vice-presidente, primeiro-ministro e de ministro da Defesa, na pessoa do xeique Mohammed al Maktoum. Os demais ministérios e cargos dividem-se entre as famílias dos demais emires.

Tradicionalmente, Abu Dhabi defende uma federação mais centralizada. Dubai, por sua vez, possui recursos petrolíferos mais escassos e de extinção mais próxima. Com o apoio financeiro de Abu Dhabi, Dubai tornou-se o mais importante centro comercial e de serviços da região do Golfo. Propugna uma federação menos centralizada, que permita um crescimento econômico mais equitativo.

Em outubro de 2017, o primeiro-ministro Mohammed Al Maktoum anunciou mudanças no gabinete ministerial que apontam para o reforço das áreas de inovação tecnológica e digital, mediante a criação de três ministérios: da Inteligência Artificial, de Ciências Avançadas e de Segurança Alimentar. As mudanças foram justificadas como parte do lançamento do Plano Centenário 2071, iniciativa que tem por objetivo transformar os EAU em país líder em matéria de inteligência artificial e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o mundo urbano globalizado, fazendo disso um dos pilares de sua projeção internacional.

Nesse contexto, transparece também como política prioritária transformar Abu Dhabi em um polo de desenvolvimento, estudo e implementação de energias renováveis. O emirado sedia, em um complexo denominado "Masdar City", além da IRENA, o "Instituto Masdar", centro de pesquisa em energias renováveis resultado de cooperação entre a Companhia Masdar, controlada pelo fundo de investimento emirático Mubadala, a Universidade Khalifa e o Massachussets Institute of Technology.

POLÍTICA EXTERNA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

A política externa emirática pautou-se, desde a independência do país até o início do século XXI, por perfil discreto, associada às posições dos parceiros regionais do Conselho de Cooperação do Golfo e da Liga dos Estados Árabes e baseada em aliança com os Estados Unidos. Mudanças no cenário político interno, com a morte do Xeique Zayed bin Sultan e a ascensão de seus filhos, e no contexto internacional, com os atentados de 11 de setembro de 2001 e a eclosão da Primavera Árabe, precipitaram gradativa transformação da política externa emirática, desvinculando o país das posições de seus parceiros regionais.

Atualmente, considera-se que as principais diretrizes da política externa emirática seriam: a promoção de sua visão política em âmbito regional, com a supressão de grupos islamistas, como a Irmandade Muçulmana, e a contenção da influência iraniana; melhora da imagem internacional do país, distanciando-se da percepção negativa em círculos ocidentais sobre seus parceiros regionais; e consolidação do país como hub comercial, logístico e financeiro entre o Ocidente e o Oriente.

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), composto por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, EAU, Kuwait e Omã, tradicionalmente representa o primeiro círculo de atuação internacional dos EAU, fornecendo canal importante de coordenação e apoio para o país em seu entorno imediato. São antigos os laços sociais, políticos, econômicos e, inclusive, dinásticos, que ligam os países do bloco.

Em 5 de junho de 2017, os EAU, juntamente com Arábia Saudita, Bahein e Egito (o "quarteto"), romperam relações diplomáticas e impuseram bloqueio ao Catar,

ocasionando a maior crise diplomática desde a criação do CCG, em 1981. Em janeiro de 2021, foram dados os primeiros passos, em processo capitaneado pela Arábia Saudita, para a superação da crise diplomática eclodida em junho de 2017, que praticamente paralisou o CCG. Em meados de 2021, houve indicações recíprocas de embaixadores entre Catar e Arábia Saudita e Egito – que também rompeu relações com o Catar em junho de 2017.

Em termos econômicos, militares e populacionais, os EAU são a segunda força dentro do CCG, atrás da Arábia Saudita, que por sua vez responde por mais da metade da população e do PIB dos países do bloco.

Os EAU têm buscado estabelecer relação de paridade com a Arábia Saudita. Em junho de 2018, os dois países anunciaram a criação de um Conselho de Coordenação Saudita-Emirático, no qual se desenvolveria ampla cooperação que abarcaria projetos em áreas diversas, como defesa, segurança alimentar, energia, infraestrutura e finanças.

Os Estados Unidos são tradicional parceiro político comercial, bem como a principal garantia de segurança dos EAU. Manter relações bilaterais positivas com Washington configura, assim, uma das diretrizes centrais da política externa emirática.

Vizinhos pelo Golfo, os EAU e o Irã partilham historicamente intensas atividades sociais e comerciais. Há importante comunidade iraniana, de aproximadamente 400 mil pessoas, estabelecidas há muito nos EAU. Ademais, os EAU são a segunda maior origem das importações iranianas e o quinto maior destino das exportações provenientes do país persa. Apesar disso, os EAU tradicionalmente percebem o Irã como uma ameaça à sua segurança nacional, melhor simbolizada pelo contencioso das Ilhas de Abu Musa, assim como Greater e Lesser Tunb, essas últimas duas invadidas pelo Irã, antes da revolução islâmica, logo após a retirada britânica da região.

A intensificação das tensões a partir de maio 2019, com uma série de incidentes envolvendo petroleiros no Golfo de Omã, e em janeiro de 2020, com o assassinato do Comandante da Guarda Revolucionária Iraniana Qassem Soleimani, impulsionaram os EAU a buscar distensionar as relações com o Irã. Nesse sentido, autoridades emiráticas têm mantido crescentes contatos com autoridades iranianas, com destaque para o encontro entre o Vice-Presidente dos EAU e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã em Bagdá em agosto de 2020.

Durante visita a Abu Dhabi para as cerimônias fúnebres do xeique Khalifa bin Zayed, no primeiro semestre de 2022, o ministro das relações exteriores iraniano, Hossein Amir-Abdollahian declarou, ao lado do novo líder emirático, xeique Mohammed bin Zayed, que “uma nova página foi aberta nas relações entre a República Islâmica do Irã e os Emirados”. Após hiato de seis anos, o embaixador dos EAU para o Irã retornou a Teerã em setembro de 2022.

Nesse contexto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU congratulou sua contraparte saudita pelo anúncio, em março de 2023, de acordo, mediado pela China, que reestabeleceu relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã. Logo após, ainda em março, o Secretário de Segurança Nacional do Irã foi recebido pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Conselheiro Nacional de Segurança dos Emirados, com vistas a tratar das relações bilaterais e regionais.

A assinatura do acordo entre Arábia Saudita e Irã tem, portanto, importante potencial de influenciar o conjunto das relações dos países da região do Golfo e, do ponto de vista dos EAU, aprofundar o processo já em curso de aproximação política com Teerã. Cabe acompanhar, por fim, os eventuais desdobramentos que esses eventos poderão trazer para a resolução do conflito no Iêmen, que já dura 8 anos e é elemento de contínuo potencial desestabilizador na região.

As dificuldades no relacionamento político com Teerã, somadas às desconfianças entre os governos saudita e iraniano, integram pano de fundo que ajuda a explicar a assinatura, em agosto de 2020, por Abu Dhabi, dos Acordos de Abraão, que estabeleceram relações diplomáticas com Israel, aproximando, assim, esses países.

A normalização das relações com Israel foi, possivelmente, a iniciativa emirática de maior destaque internacional nas últimas décadas. Em 13/8/20, por meio de nota conjunta com os EUA, EAU e Israel anunciaram a normalização de suas relações bilaterais. O estabelecimento de relações diplomáticas com Israel foi formalizado em 15/9/20, em cerimônia em Washington, que contou, também, com a participação do Bahrein. Após o anúncio da normalização, os países concluíram memorandos de entendimento para cooperação nas áreas de serviços aéreos, inteligência artificial e serviços financeiros.

Apesar das relações com Israel, os EAU afirmam continuar apoiando a causa palestina e a Iniciativa Árabe para a Paz.

Em 24/1/21, foi aberta a Embaixada de Israel nos EAU. Por sua vez, foi inaugurada oficialmente em 30/5/21 a Embaixada dos EAU em Israel. Em 30/6/21, Israel inaugurou, também, Consulado-Geral em Dubai. Em junho de 2021, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Yair Lapid, realizou visita aos EAU, ocasião em que se encontrou com sua contraparte. O Presidente de Israel, Isaac Herzog, visitou o país em 30 janeiro de 2022, data em que se registraram novos ataques houthis com mísseis em território emirático.

Considera-se que a aproximação com Israel, apesar das controvérsias geradas com países árabes e islâmicos, faça parte de esforço dos EAU para melhorar sua imagem internacional, estabelecendo-se, aos olhos do público ocidental, como país aberto e tolerante, em oposição a alguns de seus vizinhos.

Nesse sentido, destacam-se outros esforços como o recebimento de visita do Papa Francisco, a primeira de um papa à Península Arábica, em fevereiro de 2019. Na ocasião, o Papa assinou a “Declaração da Fraternidade Humana” conjuntamente com o Grande Imã da Mesquita de Al Azhar no Egito, uma das mais importantes do sunismo e do Islã. Com o mesmo intuito, os EAU anunciaram a construção da “Casa da Família Abrâamica”, complexo que contará com templos cristãos, islâmicos e judaicos.

Os EAU vêm buscando, também, se consolidar como importante hub comercial, logístico e financeiro entre o Ocidente e o Oriente. Dessa forma, o país aposta em modelo fundado no estabelecimento de zonas francas, dentre as quais se destaca a de Jebel Ali em Dubai, e no fortalecimento de empresas do setor logístico (como a companhia aérea Emirates e a gerenciadora de portos DP World). A realização da EXPO 2020 em Dubai insere-se no âmbito dessa estratégia, contribuindo, também, para a melhora da imagem internacional do país.

Como consequência da estratégia de se consolidar como hub logístico, os EAU têm empreendido ações diplomáticas e militares crescentes no Chifre da África, com vistas a garantir a segurança dos fluxos marítimos e se consolidar como principal potência no estreito de Bab Al Mandeb. Dentro dessa lógica, os EAU buscam estabelecer bases militares na região (Eritreia, Somália e Iêmen).

MEIO AMBIENTE E COP-28 - A posição dos Emirados Árabes nos foros internacionais sobre o meio ambiente e mudança climática é tradicionalmente a favor da cooperação em prol do meio ambiente e do combate às mudanças climáticas. Foram o primeiro país da região a ratificar o Acordo de Paris e sediaram os encontros preparatórios para as Conferências do Clima das Nações Unidas em 2014 e 2019.

Os EAU são o país sede da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, na sigla em inglês) e, anualmente, realizam o maior evento mundial na área de sustentabilidade - a Abu Dhabi Sustainability Week.

Nesse sentido, o Brasil participa da iniciativa emirática "Missão de Inovação Agrícola para o Clima" ("Agricultural Innovation Mission for Climate" - AIM for Climate), relançada na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril de 2021. Além do Brasil, a AIM for Climate, até o momento, conta com a adesão de Austrália, Singapura, Dinamarca, Estados Unidos, Israel e Uruguai. Outra iniciativa emirática na área da mudança do clima é a "Mangrove Alliance for Climate (MAC)" (Aliança de Manguezais para o Clima), à qual o Brasil já foi convidado a aderir.

Internamente, os EAU consistentemente investem em energias renováveis e redução de emissões de carbono. Em 2022, foi lançado o plano "UAE Net Zero by 2050", com o objetivo de zerar as emissões de carbono do país até 2050. Em 2021, os Emirados Árabes Unidos (EAU) foram eleitos para sediar a 28.^a Conferência das Partes (COP-28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a ser realizada em 2023.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2023 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Abu Dhabi (15 de abril)

2023 – A Ministra de Estado para a Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos chefia a delegação para a posse presidencial (janeiro de 2023)

2022 - Sultan Al Shamsi, Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional para Assuntos de Desenvolvimento Internacional dos Emirados Árabes Unidos (15 de setembro)

2022 – Visita do presidente do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos, Saqr Gobash (10-14 de setembro)

2022 – Visita do Secretário de Assuntos Estratégicos da presidência da República. Almirante Flávio Rocha (maio)

2021 - Visita presidencial aos Emirados Árabes Unidos (13-16 de novembro)

2021 – Além do presidente, realizaram visitas aos Emirados Árabes Unidos no âmbito da Expo 2020, em Dubai: o vice-presidente da República; os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, da Economia, das Minas e Energia, da Mulher, Família e Direitos Humanos, do Turismo; Governadores dos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo; bem como diversas outras autoridades brasileiras.

2019 – Visita presidencial aos Emirados Árabes Unidos (27 de outubro)

2019 – O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan, visita Brasília (15 de março)

2019 – A Ministra da Segurança Alimentar, Marian Al Mehairi, chefia delegação para posse presidencial (janeiro)

2018 – Brasil e Emirados Árabes Unidos assinam Convenção para Eliminar a Dupla Tributação e a Evasão e Elisão Fiscais (12 de novembro)

2018 – Brasil e Emirados Árabes Unidos assinam Convenção para Eliminar a Dupla Tributação e a Evasão e Elisão Fiscais (12 de novembro)

2018 – Primeira reunião de Consultas Políticas Brasil-EAU (Abu Dhabi, 2 de julho)

2018 – Visita aos EAU do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor (1 a 4 de abril)

2017 – O ministro da Defesa, Raul Jungmann, visita os EAU e é recebido pelo príncipe herdeiro, Mohammed bin Zayed, pelo chanceler Abdullah bin Zayed e pelo ministro de Estado da Defesa, Mohammed Al Bowardi (4 a 7 de dezembro)

2017 – Anuênciia brasileira à abertura de adidânciia militar emirática em Brasília comunicada em 5 de novembro. Anuênciia emirática à abertura de adidânciia de Defesa, Naval, do Exércio e Aeronáutica em Abu Dhabi manifestada em 6 de dezembro

2017 – O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visita Dubai (19 a 21 de maio)

2017 – O ministro de Estado da Defesa dos EAU, Mohammed Ahmad Al Bowardi, visita o Brasil e é recebido pelo ministro da Defesa Raul Jugmann (11 a 13 de maio)

2017 – O ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos EAU, xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan, visita Brasília em 16 de março (recebido pelo presidente da República e pelo presidente do Congresso Nacional; reuniões com o ministro das Relações Exteriores e com os ministros da Defesa e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e encontro com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal), e São Paulo, em 21 de março (inauguração da nova sede do consulado-geral dos EAU e encontros com o governador do Estado e o prefeito de São Paulo)

2017 – O ministro da Saúde, Ricardo Barros, participa do "World Government Summit" e reúne-se com o ministro da Saúde e Prevenção dos EAU, Abdul Rahman bin Mohammed Al Owais, em Dubai (12 a 14 de fevereiro)

2016 – Delegação militar emirática chefiada pelo vice-comandante da Força Aérea emirática visita o Brasil. A delegação é recebida em audiência pelo ministro da Defesa e visita instalações da indústria de defesa brasileira em São Paulo e no Rio de Janeiro

2015 – A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, visita os Emirados Árabes Unidos, encontra-se com autoridades do fundo soberano ADIA e visita as instalações da fábrica da BRF em Abu Dhabi (10 a 12 de novembro)

2015 – O ministro do Meio-Ambiente e dos Recursos Hídricos dos EAU, Rashid bin Fahad, visita o Rio de Janeiro em caráter oficial (31 de janeiro - 3 de fevereiro)

2015 – O ministro da Energia dos EAU, Suhail al Mazrouei, representa o governo de seu país na posse presidencial dia 1 de janeiro, em Brasília. No dia seguinte, é recebido, em audiências separadas, no ministério da Defesa e pelo ministro das Minas e Energia (1 e 2 de janeiro)

2014 – O ministro da Agricultura, Neri Geller, visita os Emirados Árabes Unidos, oportunidade em que participa da cerimônia de inauguração da fábrica da BRF em Abu

Dhabi e se encontra com o ministro do Meio-Ambiente e da Água dos EAU (responsável também pelos temas de agricultura) (26 de novembro)

2014 – Visita oficial do vice-presidente, primeiro-ministro e ministro da Defesa dos Emirados Árabes Unidos e Emir de Dubai, xeique Mohammed bin Rashid al Maktoum a Brasília, acompanhado do chanceler Abdulla bin Zayed Al Nahyan Assinatura do Acordo Referente à Cooperação no Campo de Defesa (22 de abril)

2014 – Assinatura do Memorando de Entendimento bilateral sobre Cooperação Esportiva, em Abu Dhabi (8 de janeiro)

2013 – O ministro-chefe da secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República, Marcelo Neri, participa do Fórum Econômico Mundial em Abu Dhabi (17 a 20 de novembro)

2013 – O vice-presidente da República Michel Temer visita os Emirados Árabes Unidos (10 a 12 de novembro)

2013 – O ministro da Economia dos Emirados Árabes Unidos, Sultan al Mansouri, visita São Paulo chefiando comitiva de vinte empresários e altos funcionários governamentais

2012 – Realiza-se a II reunião da Comissão Mista Brasil-EAU, em Abu Dhabi. A delegação brasileira é chefiada pelo subsecretário-geral Político para África e Oriente Médio (novembro)

2012 – O chanceler Abdullah bin Zayed al Nahyan visita Brasília em caráter oficial no dia 16 de março e é recebido pelo vice-presidente da República e pelos ministros das Relações Exteriores, de Minas e Energia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (16 de março)

2011 – Realiza-se em Brasília a I reunião da Comista Brasil-EAU. A delegação brasileira é chefiada pelo subsecretário-geral Político para África e Oriente Médio e a emirática, pelo vice-ministro para Assuntos Econômicos da chancelaria (11 e 12 de maio)

2010 – Participação do chanceler Abdullah bin Zayed Al Nahyan, na condição de representante da presidência de turno do Conselho de Cooperação do Golfo, na Reunião de Cúpula do Mercosul (Foz do Iguaçu, 16 e 17 de dezembro)

2010 – Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Abu Dhabi, acompanhado de delegação de 100 empresários (5 de dezembro)

2010 – Visita do ministro da Defesa, Nelson Jobim, aos EAU (18 a 21 de setembro)

2009 – Visita ao Brasil (Manaus, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) do chanceler dos Emirados Árabes Unidos, xeique Abdallah Bin Zayed al Nahyan (outubro)

2008 – Criado o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-EAU (outubro)

2007 – A Companhia Aérea Emirates inaugura linha aérea direta entre as cidades de Dubai e São Paulo

2005 – Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros, xeique Rashid Abdullah Al Nuaimi, na Cúpula ASPA, em Brasília (maio)

2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Emirados Árabes Unidos (dezembro)

2000 – Visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, aos Emirados Árabes Unidos (setembro)

ACORDOS BILATERAIS

<i>Título do Acordo</i>	<i>Data</i>	<i>Status da Tramitação</i>
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação Educacional	13/11/2021	Em Vigor
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos	13/11/2021	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Memorando de Entendimento entre o Governo dos Emirados árabes Unidos e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação Esportiva	08/01/2014	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos.	27/10/2019	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	27/10/2019	Tramitação Congresso Nacional
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos Sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada e Material	27/10/2019	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos.	15/03/2019	Tramitação Ministérios/Casa Civil

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos	15/03/2019	Tramitação Congresso Nacional
Tratado sobre Extradição entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos	15/03/2019	Tramitação Congresso Nacional
Convenção entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais	12/11/2018	Em Vigor
Protocolo da Convenção entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais	12/11/2018	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além	16/03/2017	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Mútua Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum	16/03/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais/Especiais	16/03/2017	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa	22/04/2014	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos sobre Consultas Políticas	16/03/2012	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo dos Emirados Árabes Unidos e o Governo da República Federativa do Brasil com o Objetivo de Promover o Intercâmbio Comercial e Turístico entre os Dois Países por meio da Isenção Recíproca de Imposto de Renda de Empresas de Transporte Aéreo	14/07/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos	11/10/1988	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
EMBAIXADA DO BRASIL EM ABU DHABI**

Candidato: SIDNEY LEON ROMEIRO

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Sidney Leon Romeiro**

Nascido em São Caetano do Sul/SP, em 1962, o Embaixador Sidney Leon Romeiro é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e possui pós-graduação em Direito Internacional pela mesma instituição. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1995 e graduou-se pelo Instituto Rio Branco em 1996.

Em Brasília, seu percurso incluiu atuação na Presidência da República e no Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Ocupa, atualmente, o cargo de Diretor do Departamento de Oriente Médio. No exterior, sua experiência profissional acumulou-se em quatro postos de grande importância para a política externa brasileira e para a inserção internacional do Brasil: a Missão junto às Nações Unidas, em Nova York (2002-2006); e as Embaixadas em Tel Aviv (2006-2010), Amã (2010-2013) e Londres (2015-2019), onde ocupou a posição de Ministro Conselheiro. Em virtude de serviços prestados ao Estado brasileiro, o Embaixador Sidney Leon Romeiro foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de comendador (2014), e com a Medalha do Pacificador (2021).

Sua ampla experiência em negociações bilaterais e multilaterais, bem como sua atuação em importantes postos do Brasil no exterior, credenciam o Embaixador Sidney Leon Romeiro para contribuir positivamente para o adensamento das relações bilaterais entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos.

Pela experiência que possui com temas relacionados às relações do Brasil com os países do Oriente Médio e pelo conhecimento adquirido ao longo de anos acompanhando as transformações na região médio-oriental *in loco*, a confirmação de sua indicação para a Embaixada do Brasil em Abu Dhabi sinalizaria o grau de importância atribuída pela República Federativa do Brasil às relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja, antecessor no posto)

I – Relações diplomáticas

As relações diplomáticas entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos (EAU) foram estabelecidas formalmente em 1974, e a Embaixada do Brasil em Abu Dhabi foi instalada em 1978. Em 1991, os EAU instalaram sua embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. O país também mantém Consulado-Geral em São Paulo, cuja nova sede foi inaugurada pelo chanceler emirático em março de 2017. Em 2018 e 2020, respectivamente, os EAU e o Brasil inauguraram suas Aditâncias de Defesa. As relações bilaterais registraram expressivo aprofundamento político e econômico sobretudo a partir dos anos 2000. Em 2019, o relacionamento bilateral foi elevado ao patamar de "parceria estratégica", mediante assinatura de Memorando de Entendimento.

II – Relação econômico-comercial

O avanço na agenda política bilateral ao longo da última década e meia foi acompanhado pelo aprofundamento das relações econômicas. A partir de 2008, os EAU transformaram-se no segundo parceiro comercial do Brasil no Golfo, e o terceiro no Oriente Médio. Em 2022, tal como no ano anterior, os EAU foram o principal destino das exportações brasileiras entre os países árabes. As economias brasileira e emirática apresentam alto grau de complementaridade, com diversos eixos de sinergia potencial nos setores comercial e de investimentos ainda inexplorados ou parcialmente aproveitados.

Em 2021, o comércio bilateral alcançou USD 3,3 bilhões ($\uparrow 18,4\%$ em relação a 2020), com superávit brasileiro de US\$ 1,3 bilhão. O Brasil exporta aos EAU carne de aves (30% do total), ouro (19%), açúcar (11%) e carne bovina (9,1%). Por sua vez, o Brasil importa sobretudo petróleo (74%) e alumínio (7,5%). O agronegócio brasileiro desempenha importante papel para garantir a segurança alimentar emirática e responde por quase 60% da pauta de exportações brasileiras ao país. Até novembro de 2022, a corrente de comércio já havia ultrapassado USD 5 bilhões ($\uparrow 70\%$ em relação aos primeiros 11 meses de 2021). As exportações alcançaram USD 2,8 bilhões ($\uparrow 38\%$), e as importações USD 2,2 bilhões ($\uparrow 143\%$), com superávit de USD 664 milhões para o Brasil.

III – Cooperação Técnica

Os EAU detêm considerável expertise no emprego de técnicas para produção agrícola em regiões áridas. Nesse sentido, ressaltam-se as possibilidades para o estabelecimento de cooperação em pesquisa e intercâmbio de tecnologias agrícolas.

IV - Cooperação em outras áreas (educação, defesa, ciência e tecnologia e esporte)

O sistema educacional emirático é sólido, com destaque para a área de educação superior. Há forte presença de universidades estrangeiras, como a New York University (NYU) e a Sorbonne. A assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional, em novembro de 2021, abre a possibilidade de elaboração de iniciativas mutuamente benéficas, como o estabelecimento de programa de bolsas de pesquisa e de intercâmbio entre estudantes. Em outubro de 2019, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Ministério da

Inteligência Artificial dos EAU. O governo emirático projeta transformar os EAU em país líder em matéria de inteligência artificial e soluções tecnológicas (Plano Centenário 2071), fazendo disso um dos pilares de sua projeção internacional.

Verifica-se interesse brasileiro em maior participação de companhias emiráticas na aviação civil doméstica brasileira, tendo em vista recentes mudanças na legislação para permitir investidores estrangeiros no setor aéreo nacional (as aéreas Emirates, de Dubai, e a Etihad, de Abu Dhabi, já têm forte presença no Brasil, bem como a Dnata, prestadora emirática de serviços aeroportuários.)

O mercado local de defesa passa por progressiva consolidação de companhias desse segmento. Em 2014, as principais companhias de defesa e do ramo aeroespacial juntaram-se para formar a Companhia das Indústrias de Defesa dos Emirados ("Emirates Defense Industries Company" - EDIC). Esse movimento contribui para novas oportunidades de negócios por meio de estrutura que já teria nascido com 15 mil empregados e USD 5 bilhões de receita.

Os governos do Brasil e dos EAU empreendem esforços para intensificar os fluxos de turistas de parte a parte. A abertura de escritório da EMBRATUR em Dubai, anunciada em novembro passado, ainda não se concretizou. O intercâmbio turístico entre o Brasil e os EAU é reduzido: nenhum dos países consta entre as 20 maiores origens de turistas recebidos pela contraparte.

V – Temas culturais

Os EAU ambicionam tornar-se um polo regional de irradiação cultural, com a instalação de filiais de museus de padrão internacional como o Louvre e o Guggenheim. O investimento em educação e cultura é significativo, o que abre amplas possibilidades de cooperação no setor. Como plano de trabalho nesta área, o Brasil tenciona firmar instrumentos que possibilitem a construção de diálogo entre agentes culturais de lado a lado. Por outro lado, os EAU têm investido, por meio de fundos soberanos, na área de entretenimento no Brasil: O Mubadala, um desses fundos, pretende ser referência em entretenimento em eventos esportivos, por meio do controle acionário adquirido de marcas como São Paulo Fashion Week (moda), Taste of São Paulo (gastronomia) e Rio Open (tênis). A empresa controlada pelo Mubadala promete fazer da cidade de São Paulo uma das maiores plataformas de entretenimento da América do Sul.

VI – Temas consulares

A comunidade brasileira hoje residente legalmente no país é integrada por cerca de 10.000 cidadãos, formada em sua maioria por adultos entre 18 e 40 anos e por seus filhos menores de idade. A tendência de aumento do afluxo de brasileiros ao país, atraídos pelo dinamismo da economia emirática e pela intensificação do relacionamento bilateral, reflete-se em gradual modificação do perfil da comunidade, que passa a contar com maior número de executivos. Grande parte dos integrantes da comunidade brasileira local dedica-se ao ensino de jiu-jitsu brasileiro, cuja prática é obrigatória nas Forças Armadas, nas forças de segurança e nas escolas públicas de Abu Dhabi. Os demais membros da comunidade encontram-se, em geral, empregados nos setores de petróleo e gás, serviços e aviação. O acordo de isenção de vistos entre o Brasil e os EAU, em vigor desde julho de 2018, representa outro elemento que tem levado ao incremento significativo de afluxo de brasileiros ao país.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros nos Emirados Árabes Unidos, buscando gerar benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com os Emirados Árabes Unidos, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Conhecimento detalhado e crítico da realidade emirática e das vertentes de atuação interna, regional e internacional do governo local. Consciência plena dos interesses brasileiros no país.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com os Emirados Árabes Unidos nos âmbitos bilateral e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado emirático, com foco na prosperidade e no desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.
2. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com os Emirados Árabes Unidos em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo emirático.
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros nos Emirados Árabes Unidos, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
6. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital emiráticos.
7. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
8. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público emirático.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, a fim de aumentar a sua eficiência e qualidade.
10. Prestar apoio consular à comunidade brasileira radicada no país.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
 (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola**
 - *Estreitamento dos contatos com o governo emirático, bem como com associações de classe e empresários do setor.*
- 2) Promover maior abertura do mercado emirático aos produtos do Brasil**
 - *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, para não só ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para os Emirados Árabes Unidos, mas também manter fluido o comércio nas linhas atuais;*
 - *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial nos Emirados Árabes Unidos;*
 - *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados nos Emirados Árabes Unidos; e*
 - *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e os Emirados Árabes Unidos.*
- 3) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC**
- 4) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com os Emirados Árabes Unidos, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
 - *Apoio ao diálogo e gestões em favor de temas de interesse do Brasil junto ao Abu Dhabi Investment Authority, Investment Corporation of Dubai, Mubadala Investment Company e outras entidades públicas e privadas locais atuantes em matéria de investimento;*
 - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
 - *Atualização permanente do “Guia Como Exportar - Emirados Árabes Unidos”;*
 - *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
 - *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes nos Emirados Árabes Unidos;*

- Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;
- Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;
- Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos emiráticos;
- Apoio a empresários e investidores interessados no mercado brasileiro;
- Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado emirático;
- Apoio a investidores brasileiros em seu processo de instalação nos Emirados Árabes Unidos (“after-care”);
- Articular ações integradas com o escritório da Apex-Brasil para a África e Oriente Médio em Dubai, bem como com os representantes residentes em Dubai da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e da InvestSP;
- Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira; e
- Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas nos Emirados Árabes Unidos, como a Gulfood, Dubai Air Show, International Apparel & Textile Fair, The Big 5, Arab Health, entre outras.

5) Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

- Ações de apoio e realização de eventos conjuntos com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos; e
- Envolvimento, sempre que cabível, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira em ações de promoção comercial patrocinadas pelo posto.

6) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira nos Emirados Árabes Unidos

- Apoio à atuação das empresas brasileiras de defesa já presentes e atuantes no mercado local;
- Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira;
- Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda emirática por produtos e serviços brasileiros de defesa;
- Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países; e
- Promover a participação brasileira na International Defense Exhibition and Conference, Global Aerospace Summit, entre outras feiras do setor de defesa.

7) Acompanhar a negociação de um acordo de parceria econômica abrangente dos Emirados Árabes Unidos com o MERCOSUL.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado emirático a produtos e serviços brasileiros**
- 2) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, bem como o número de atividades de inteligência e de promoção comercial**
- 3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais**
- 4) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira**
- 5) Valor de eventuais aquisições pelo governo emirático de produtos da indústria de defesa brasileira**
- 6) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução de pendências sanitárias e fitossanitárias**
- 7) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventual instrumento bilateral na área de saúde animal**

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Apoiar e fortalecer a relação bilateral com os Emirados Árabes Unidos por meio da intensificação de visitas oficiais e de trabalho de lado a lado**
 - Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras aos Emirados Árabes Unidos e vice-versa;*
 - Apoio substantivo e de ceremonial aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
 - Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e emiráticos, em formato presencial ou virtual;*
 - Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*
- 2. Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - Acompanhamento da implementação do Memorando de Entendimento sobre a Parceria Estratégica Brasil-Emirados Árabes Unidos, marco político fundamental da aproximação entre os dois países;*
 - Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo emirático, inclusive por meio da realização de reunião de consultas políticas;*

- Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e os Emirados Árabes Unidos; e
- Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa emiráticas

- Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, além de canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro nos Emirados Árabes Unidos;
- Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade emirática nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, e de segurança e defesa;
- Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa emirática, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação aos Emirados Árabes Unidos; e
- Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.

4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;
- Provisão de informações e análises sobre propostas do governo emirático para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e
- Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado emirático.

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre membros do Congresso Nacional brasileiro e membros do Conselho Nacional Federal emirático; e
- Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos de parlamentares brasileiros relacionados aos EAU.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão**
- 2) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão**
- 3) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, formadores de opinião, etc.**
- 4) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**
- 5) Número de acordos e instrumentos de cooperação técnica bilateral concluídos durante a gestão**

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais dos quais Brasil e os Emirados Árabes Unidos sejam membros**
 - *Elaboração sistemática e tempestiva de análises que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre os interesses prioritários dos Emirados Árabes Unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, à luz da coincidência de mandatos rotativos do Brasil e dos EAU naquele órgão em 2023;*
 - *Elaboração sistemática de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários dos Emirados Árabes Unidos na Organização Mundial do Comércio;*
 - *Elaboração sistemática de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelos Emirados Árabes Unidos em foros multilaterais, como as Nações Unidas e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais emiráticos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
- 2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com os Emirados Árabes Unidos entre seus membros**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo emirático a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões promovidas com autoridades emiráticos sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais
- 3) Índice de apoio emirático a candidaturas e propostas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais

IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade emirática e diversificar as referências culturais brasileiras
 - Apoio à inserção brasileira em festivais de cinema;
 - Promoção de eventos de fotografia, design, música e dança brasileira;
 - Promoção de mostras de artes plásticas;
 - Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;
 - Apoio a eventos de gastronomia brasileira;
 - Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;
 - Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);
 - Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira;
 - Apoio à difusão do ensino de artes marciais nos EAU, por meio de instrutores brasileiros; e
 - Desenvolvimento de política de atuação nas redes sociais, por meio da criação e/ou atualização dos perfis institucionais do posto.
2. Ampliar a interlocução entre os setores de promoção comercial e cultural do posto como forma de promoção da marca Brasil e de agregação de valor aos produtos brasileiros
3. Promover intercâmbio cultural entre os dois países
 - Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e emiráticos; e
 - Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.
4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores emiráticos e brasileiros; e*
- *Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira nos Emirados Árabes Unidos, a exemplo da produção de grandes eventos.*

5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes emiráticos

- *Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;*
- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo nos Emirados Árabes Unidos;*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo nos Emirados Árabes Unidos; e*
- *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado emirático.*

6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público emirático

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de eventos brasileiros de cinema, música, dança, artes plásticas e literatura**
- 2) **Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 3) **Número e qualidade de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) **Número e qualidade de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 5) **Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex-Brasil realizadas durante a gestão**

V – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação com os Emirados Árabes Unidos na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Promover a participação brasileira em eventos nos Emirados Árabes Unidos ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades emiráticas em eventos realizados no Brasil;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos emiráticos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
 - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
 - *Apoio à possível cooperação entre a DEWA (empresa de saneamento de Dubai) e a SABESP, que iniciaram contatos em 2020, bem como com outras instituições brasileiras interessadas em saneamento e em outros temas em que a DEWA atua, como a produção de energia limpa, eólica e fotovoltaica; e*
 - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima nos Emirados Árabes Unidos.*
2. Promover a aproximação das posições emiráticas e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente
 - *Realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*
 - *Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 28), a realizar-se nos Emirados Árabes Unidos em 2023, em especial tendo em conta a realização da COP 30 em Belém do Pará, em 2025.*
3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

VI –COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos**

- Incentivo à cooperação com governo emirático para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
- Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I, inclusive inteligência artificial;*
- Promoção da cooperação entre startups brasileiras e instituições emiráticas, em particular nos setores de "fintech" e "agrotech";*
- Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, telecomunicações, usos pacíficos do espaço exterior e biotecnologia, tecnologias de dessalinização, entre outras;*
- Apoio à implementação dos memorandos de entendimento assinados pela EMBRAPA com autoridades na área de segurança alimentar e pesquisa agrícola em Dubai e em Abu Dhabi; e*
- Apoio à implementação do memorando de entendimento assinado entre a APEX e o Centro de Inovação Tecnológica de Sharjah.*

- 2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral nas áreas de CT&I e Inteligência Artificial (IA)**

- 3. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**

- Diálogo com representantes da indústria de CT&I nos Emirados Árabes Unidos, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
- Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
- Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países; e*
- Apoio e promoção de startups brasileiras no mercado emirático.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre os temas**

-
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões

VII - COOPERAÇÃO EM DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e forças policiais do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos
2. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa
 - *Prestação de apoio a processos de negociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e os Emirados Árabes Unidos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de contatos com autoridades emiráticas de defesa e de reuniões bilaterais em matéria de defesa e cooperação policial durante a gestão
2. Número de contatos com autoridades de defesa locais, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de defesa,
3. Número de outras ações de promoção de produtos de defesa durante a gestão

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira nos Emirados Árabes Unidos
2. Garantir a oferta de serviços de qualidade aos nacionais e estrangeiros que necessitarem serviços consulares
3. Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território emirático, em coordenação com o Conselho de Cidadãos mantido nessa jurisdição
4. Promover o diálogo consular com a Chancelaria emirática, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros

5. Ampliar instrumentos de divulgação da oferta de serviços consulares junto à comunidade brasileira

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do Conselho de Cidadãos nos Emirados Árabes Unidos
- 2) Número de reuniões com a Chancelaria emirático sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país
- 3) Qualificação dos serviços do posto pelos usuários dos serviços consulares
- 4) Número de usuários atendidos pelo setor consular



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 30, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor SIDNEY LEON ROMEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.*

Relator: Senador **CID GOMES**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor *SIDNEY LEON ROMEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 16 de abril de 1962, em São Caetano do Sul/SP, filho de Pedro Leon Peres e Leopoldina Romeiro Leon, o indicado, em 1989, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e de pós-graduação em Direito Internacional pela mesma

instituição. Em 1995, ingressou no Instituto Rio Branco, quando frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 2003, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e em 2011 o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “O impacto do conflito intrapalestino no processo de paz israelo-palestino”.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1995. Em 2002, foi promovido a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 2006; a Conselheiro em 2009; a Ministro de Segunda Classe em 2014; e a Ministro de Primeira Classe em 2021.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Coordenador-Geral de Ensino no Instituto Rio Branco (1996-97); Segundo-Secretário na Missão junto às Nações Unidas em Nova York (2002-06); Conselheiro comissionado e Ministro-Conselheiro comissionado na Embaixada em Tel Aviv (2006-10); Conselheiro e Ministro-Conselheiro comissionado na Embaixada em Amã (2010-13); Assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2013-15); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Londres (2015-18); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Londres (2018-19); Diretor do Departamento do Oriente Médio (desde 2019).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Em conformidade com as normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os Emirados Árabes Unidos.

Situados no sudeste do Oriente Médio, os Emirados Árabes Unidos (EAU) foram esparsamente habitados ao longo de sua história, servindo de abrigo a povos nômades.

No século XVI, as rotas comerciais que ligavam o Oriente Médio à Ásia tornaram-se estratégicas, despertando interesse crescente de otomanos e europeus. Com o adensamento do tráfego naval nos séculos seguintes a pirataria foi intensificada. No início do século XIX, a marinha britânica empreendeu campanha naval repressiva e os pequenos Estados do sudeste do Golfo tornaram-se protetorados britânicos (“Estados da Trégua”).

Até metade do século XX a economia local voltava-se à subsistência de pequenos povoados costeiros e consistia em comércio, pesca e extração de pérolas. Em 1962, ocorreu a primeira exportação de petróleo, mais precisamente no protetorado britânico de Abu Dhabi.

Com a retirada britânica da região, após processo de negociação, os “Estados da Trégua” se reuniram em um único Estado independente, os Emirados Árabes Unidos (EAU), que consistem em uma federação de sete emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Umm Al Quwain, Fujairah, Ajman e Ras Al Khaimah.

A indústria de hidrocarbonetos trouxe investimentos em infraestrutura e serviços, e fez com que o país se tornasse um dos principais centros financeiros, comerciais e empresariais da região, *hub* logístico de ponta e destino turístico popular. Hoje as receitas petrolíferas ainda respondem por grande parte da renda nacional. No entanto, nas últimas décadas, tem havido esforço de diversificação econômica, inclusive com atração de migrantes, os quais representam atualmente 90% da população.

Brasil e os EAU estabeleceram relações diplomáticas formalmente em 1974. A embaixada do Brasil em Abu Dhabi foi instalada em 1978 e, em 1991, os EAU instalaram sua embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. Há, ainda, consulado-geral em São Paulo.

Houve aprofundamento político e econômico das relações bilaterais nos últimos anos e, atualmente, elas encontram-se no seu melhor momento histórico, com especial atenção para a intensa agenda de visitas oficiais em anos recentes.

Vale dizer que o relacionamento bilateral foi alcado ao patamar de Parceria Estratégica em outubro de 2019, com abrangências de áreas de paz e segurança, cooperação econômica, cooperação em energia e cooperação em turismo, cultura e esportes.

Em Abu Dhabi, no último mês de abril, o Presidente dos EAU afirmou a centralidade do relacionamento de seu país com o Brasil: foram anunciados novos investimentos e coordenação política ainda mais estreita, no campo da mudança climática e das energias renováveis.

Em setembro de 2022, ocorreu a primeira visita de missão parlamentar dos EAU ao Brasil, desde a criação do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil/EAU, em reciprocidade a missões oficiais de parlamentares brasileiros aos EAU, as quais ocorreram em dezembro de 2019, chefiada pelo então presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN); em outubro de 2021, chefiada pelo Senador Marcos do Val; e, em abril de 2018, chefiada pelo então presidente da CREDN.

O comércio bilateral, em 2022, chegou a USD 5,7 bilhões (aumento de 74% em relação a 2021), com superávit brasileiro de US\$ 739 milhões. Os EAU foram o principal destino das exportações brasileiras entre os países árabes em 2022.

O Brasil vende aos EAU carne de aves (29% do total), ouro (14%), açúcar (14%), celulose (8,2%) e carne bovina (8%). Por sua vez, o Brasil compra sobretudo petróleo (89%). Os demais produtos de indústria de transformação (4,9%), enxofre (3,6%) e fertilizantes químicos (2,3%) completam os principais produtos da pauta.

Ressalte-se que o agronegócio brasileiro detém importante papel para garantir a segurança alimentar emirática: responde por quase 60% da pauta de exportações brasileiras ao país.

Por fim, o Planejamento Estratégico, apresentado em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE de 12 de abril de 2023, traz, entre outras informações, as metas prioritárias da gestão do candidato, a saber: i) apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola; ii) promover maior abertura do mercado emirático aos produtos do Brasil; iii) facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na Organização Mundial do Comércio (OMC); iv) apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com os Emirados Árabes Unidos, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos; v) apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira; vi) apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira nos Emirados Árabes Unidos; e vii) acompanhar a negociação de um acordo de parceria econômica abrangente dos Emirados Árabes Unidos com o MERCOSUL.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA
 CPF.: 890.476.567-68
 ID.: 44570976 SSP/RJ

1965 Filho de José Rodrigues Parola e Raymunda Solange Lopes Parola, nasce em 2 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1985 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1987 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
 1991 Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília/DF
 1997 Mestrado em Filosofia pela Catholic University of America, Washington-DC/EUA
 1997 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
 2003 Doutorado em Filosofia, Catholic University of America, Washington-DC/EUA
 2003 Pós-Doutorado em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Oxford, Reino Unido
 2007 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira.”

Cargos:

- 1988 Terceiro-secretário
 1994 Segundo-secretário
 2000 Primeiro-secretário, por merecimento
 2004 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1988-90 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, assistente
 1990-91 Divisão de Política Comercial, assistente
 1991-92 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
 1992 Ministério da Economia, Finanças e Planejamento, Gabinete do Ministro, assessor
 1992 Subsecretaria-Geral de Planejamento Diplomático, assessor
 1993-97 Embaixada em Washington, terceiro-secretário e segundo-secretário
 1997-99 Embaixada em Santiago, segundo-secretário
 1999-2003 Presidência da República, assessor e porta-voz
 2004-06 Gabinete do Ministro de Estado da Defesa, assessor
 2006-11 Delegação Permanente em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro
 2011-15 Embaixada em Londres, ministro-conselheiro
 2015-16 Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
 2016 Porta-Voz do Senhor Presidente da República
 2018-2022 Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, delegado permanente
 2022 Delegação junto a organizações internacionais econômicas sediadas em Paris, delegado

Publicações:

- 1997 Organizador do livro de Paulo Tarso Flecha de Lima, Caminhos diplomáticos: 10 anos de agenda internacional, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro

- 2004 Ordem e Justiça nas Relações Internacionais, in Política Externa, v.13, número 1
2007 A ordem Injusta. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília.
2010 "Rawls e Habermas - Leitores de Kant". V Anuário Brasileiro de Direito Internacional, v. 1.

Condecorações:

- 1989 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr
2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2013 Ordem do Mérito Aeronáutico
2017 Ordem do Mérito da Defesa, Grande-Oficial
2018 Ordem de Rio-Branco, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 32, DE 2023

(nº 266/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 266

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de junho de 2023.

EM nº 00107/2023 MRE

Brasília, 16 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino do Marrocos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e currículum vitae de **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 340/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 06/06/2023, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4316160** e o código CRC **E5EB63A2** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004530/2023-11

SUPER nº 4316160

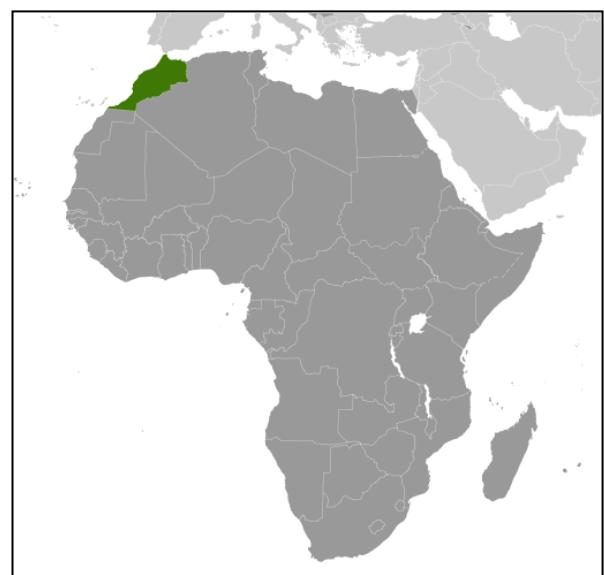
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO MARROCOS



Informação ostensiva

Maio de 2023

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Marrocos
GENTÍLICO	Marroquino, marroquina
CAPITAL	Rabat
ÁREA	446.550 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	36,67 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe e tamazight (oficiais); francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana sunita (99,8%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Casa dos Representantes (395 assentos); e Casa dos Conselheiros (120 assentos)
CHEFE DE ESTADO	Rei Mohammed VI (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Aziz Akhannouch (desde 7 de outubro de 2021)
CHANCELER	Nasser Bourita (desde abril de 2017)
PIB NOMINAL (FMI, 2022)	USD 142,87 bilhões
PIB PPP (FMI, 2022)	USD 359,67 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2022)	USD 3.900,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2022)	USD 9.810,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	0,8% (2022); 7,9% (2021); -7,2% (2020); 2,9% (2019); 3,1% (2018)
IDH (PNUD, 2022)	IDH Médio (0,683); 123 ^a posição, de 191 (caiu duas posições em relação ao relatório de 2020)
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2021)	73,56 anos
ALFABETIZAÇÃO (BM, 2021)	73,8%
DESEMPREGO (FMI, 2022)	11,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Dirrã marroquino (USD 1 = MAD 10,38)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Nabil Adghoughi (desde novembro de 2016)
EMBAIXADOR EM RABAT	Julio Glinternick Bitelli (desde outubro de 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD bilhões FOB – COMEX STAT)

BRASIL □ MARROCOS	2013	2014	2015	2016	2017	2017	2018	2019	2020	2022
Intercâmbio	2,12	1,80	1,23	1,13	1,47	1,39	1,42	1,78	2,48	3,12
Exportações	0,69	0,56	0,49	0,48	0,61	0,48	0,46	0,67	0,57	1,06
Importações	1,43	1,24	0,74	0,65	0,86	0,91	0,96	1,11	1,91	2,06
Saldo	-0,74	-0,68	-0,25	-0,17	-0,25	-0,43	-0,50	-0,44	1,34	-1,00

APRESENTAÇÃO

O Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional, localizada no extremo oeste do Magreb. Por sua localização, o país constitui não só o ponto africano de confluência entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, mas também o ponto de encontro entre a África e Europa, por meio de fronteira terrestre com as cidades espanholas de Ceuta e Melilla, localizadas no continente africano. Essa inserção geopolítica multifacetada concorre para a importância internacional do país.

A história do Marrocos remonta à antiguidade, havendo evidências arqueológicas de vários reinos de etnia berbere em seu território. Mais recentemente, o país foi a única parte do Norte da África a manter-se independente do Império Turco-Otomano. A dinastia Alauíta, estabelecida em 1611, persiste até os dias atuais, não obstante os períodos de protetorado espanhol e francês (1912-1956).

A economia marroquina é diversificada, com progressiva integração às cadeias regionais e globais de produção. O país também possui sistema financeiro e setor de serviços desenvolvidos, além das maiores percentagens de terras arábeis no mundo árabe. O Marrocos tem adotado, desde meados dos anos 1990, políticas de viés reformista e liberalizante.

No plano externo, a política marroquina tem-se voltado à questão do Saara Ocidental, cujo território é disputado entre o Marrocos e a Frente Polisario, que proclamou, de forma unilateral, a República Árabe Democrática Saaraui (RASD) em 1976. A questão tem sido encaminhada no âmbito das Nações Unidas, com vistas à obtenção de solução negociada e mutuamente aceitável para as partes. O Marrocos também constitui ator relevante na promoção da paz e da estabilidade regionais, com atuação na mediação na crise da Líbia.

O país integra a Liga dos Estados Árabes (LEA), a Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e a União do Magrebe Árabe (UMA). No início de 2017, o Marrocos foi reintegrado à União Africana (UA), após mais de trinta anos afastado, devido a questões relacionadas ao diferendo em torno do Saara Ocidental. No plano multilateral, o Marrocos tem exercido protagonismo em temas como o combate ao terrorismo.

As relações entre o Brasil e o Marrocos remontam ao século XIX, com histórico de estabelecimento de imigrantes de origem marroquina na região Norte brasileira. Desde a década de 2000, verificou-se intensificação do fluxo de visitas setoriais e de alto nível entre os dois países, bem como ampliação e diversificação da pauta de cooperação.

PERFIS BIOGRÁFICOS



MOHAMMED VI (Rei). Filho de Hassan II, nasceu em 21 de agosto de 1963, em Rabat. Graduou-se em Direito (1985) e Ciências Políticas (1987) pela Universidade Mohammed V. É doutor em Direito (1993) pela Universidade Nice-Antipolis (França). Em 1985, foi nomeado general do Exército. Em 1994, foi promovido a general-de-divisão do Exército. Com a morte de Hassan II, em 26 de julho de 1999, foi declarado Rei do Marrocos, entronizado em 30 de julho de 1999. É casado e pai de dois filhos.



AZIZ AKHANNOUCH (Primeiro-Ministro). Nasceu em 1961. Graduou-se em Gestão (1986). Um dos principais empresários do país, preside conglomerado atuante em diversos setores, em especial de hidrocarbonetos. Foi ministro das Finanças, entre agosto e outubro de 2013. Nas eleições legislativas de setembro de 2021, seu partido conquistou a maioria no Parlamento. Akhannouch assumiu a chefia do governo em 7 de outubro de 2021, em aliança com partidos laicos, de tendências liberal e conservadora.



NASSER BOURITA (Ministro dos Negócios Estrangeiros). Nasceu em 27 de maio de 1969. Formado em Direito Público e Relações Internacionais, ingressou no serviço exterior marroquino em 1992. Serviu na Embaixada do Marrocos em Viena e na missão junto às Comunidades Europeias (2002-03). Na Chancelaria, foi diretor para as Nações Unidas, chefe de gabinete, secretário-geral (2011-16) e ministro-adjunto (2016-17). Assumiu o ministério dos Negócios Estrangeiros em abril de 2017. Realizou visita ao Brasil em junho de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Marrocos remontam ao século XIX. Estima-se que, entre 1850 e o início do século XX, cerca de quatro mil judeus de origem marroquina tenham imigrado para a região Norte do País, estabelecendo-se, sobretudo, em Belém e em Manaus. Em 1861, o Brasil abriu consulado em Tânger, o qual permaneceu em funcionamento até 1929. Em 1906, seis anos antes de o Marrocos tornar-se protetorado francês e espanhol, o ministro plenipotenciário brasileiro em Lisboa apresentou, pela primeira vez, as credenciais de um diplomata brasileiro a um monarca marroquino. Em maio de 1922, o Brasil criou um consulado em Casablanca, posteriormente fechado. O Marrocos tornou-se independente em 7/4/1956. Por intermédio do seu consulado em Casablanca, o Brasil reconheceu o Marrocos em junho de 1956, dois meses após a independência do país. A Embaixada do Brasil em Rabat foi criada em novembro de 1959 e instalada em 1961.

No plano político, o relacionamento bilateral é marcado por diálogo fluido e por trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas em foros multilaterais. O Brasil e o Marrocos possuem mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999, cuja última edição foi realizada em maio de 2017, em Rabat. Até o início da década de 2000, contudo, as relações bilaterais, embora fluidas, careciam de maior densidade. Entre as visitas de alto nível nesse período, destacam-se a vinda ao Brasil, em 1980, do então primeiro-ministro marroquino Maati Bouabide e a ida do então presidente Figueiredo ao Marrocos, em 1984.

A partir da década de 2000, as relações entre o Brasil e o Marrocos caracterizaram-se por crescente dinamismo. Nesse período, registrou-se a intensificação do fluxo de visitas setoriais e de alto nível entre os dois países; a ampliação e diversificação da pauta de cooperação bilateral; bem como grande expansão do intercâmbio comercial, que se multiplicou entre 2000 e 2012 em mais de nove vezes.

Importante marco desse novo momento foi a visita de Mohammed VI a Brasília, em 2004, a primeira e, até o momento, a única visita de um chefe de estado marroquino ao país. Na ocasião, foi assinado o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, com vistas ao estabelecimento de uma área de livre comércio, e foram firmados, no âmbito bilateral, o Acordo de Cooperação entre Academias Diplomáticas e o Acordo de Cooperação em Matéria de Turismo.

Desde a visita histórica do monarca do Marrocos, visitaram o Brasil três primeiros-ministros marroquinos, em cinco diferentes ocasiões: Abdelillah Benkirane,

para a Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012) e para a cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff (Brasília, 2014); Saadedini El-Othmani, para o 8º Fórum Mundial da Água (Brasília, março de 2018) e para a posse do presidente da República, Jair Bolsonaro (Brasília, janeiro de 2019); e Aziz Akhannouch, para a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, janiero de 2023).

Houve também, nesse período, visitas ao Brasil de três chanceleres marroquinos: Mohamed Benaïssa (2006), Saadedini El-Othmani (2013) e Nasser Bourita (2019). Por ocasião da visita de Nasser Bourita ao Brasil, em junho de 2019, o chanceler marroquino manteve encontro de trabalho com o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e foram assinados sete atos bilaterais para cooperação nas áreas diplomática, jurídica, penal, tributária, de facilitação de investimentos e de defesa.

Pelo lado brasileiro, o então chanceler Celso Amorim visitou Marraquexe, em 2005, para participar da reunião preparatória da I Cúpula América do Sul-Países Árabes. Em 2008, realizou visita bilateral ao Marrocos, no contexto da qual foi realizada a I reunião da Comissão Mista Bilateral (Comista). Em 2011, o então chanceler Antonio Patriota realizou visita bilateral ao Marrocos. Em 2012, na qualidade de ministro da Defesa, Celso Amorim realizou nova visita ao Marrocos. Na ocasião, foi dado início às tratativas para as negociações de acordo de cooperação bilateral na área de defesa. Em 2016, o então chanceler Mauro Vieira, acompanhado de missão empresarial, também visitou o Marrocos. Na ocasião, as negociações para a assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) avançaram e foi anunciada a determinação dos dois países de retomar as negociações do Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Marrocos. O então chanceler Aloysio Nunes esteve em Marraquexe por duas vezes: em 2017, para a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC); e, em 2018, no contexto da Conferência Intergovernamental para Adoção do Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular. Em julho de 2021, o chanceler Carlos França manteve conversa telefônica com seu homólogo marroquino, Nasser Bourita.

No campo da cooperação militar, foi assinado, em 2019, acordo de defesa (em tramitação no Congresso Nacional), que poderá ensejar, uma vez em vigor, iniciativas bilaterais nessa área, assim como contribuir para expansão do comércio entre Brasil e Marrocos no setor.

Em 12 e 13 de maio de 2022, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Marcos Montes, realizou visita ao Marrocos, cujos objetivos principais foram tratar da manutenção do abastecimento de fertilizantes, com foco na

garantia e na ampliação do abastecimento de insumos e fertilizantes fosfatados à agricultura brasileira; e da possibilidade de criar escritório da EMBRAPA no Marrocos, em parceria com instituição local. Delegação empresarial brasileira acompanhou a visita, reunindo-se com agências e empresas marroquinas.

Em 19 de maio de 2022, o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Flavio Rocha, visitou o Marrocos, quando se reuniu com o ministro de Defesa Nacional, Abdellatif Loudiyi; o ministro dos Negócios Estrangeiros, Nasser Bourita; o ministro da Indústria e Comércio, Ryad Mezzour; e a ministra da Solidariedade, da Inserção Social e da Família, Aawatif Hayar. Também se reuniu com o Presidente da OCP, empresa estatal de fertilizantes, Mostafa Terrab. Missão empresarial brasileira acompanhou a visita, reunindo-se com contrapartes marroquinas. A agenda da visita centrou-se na promoção de produtos de defesa e do agronegócio brasileiros e do fornecimento de fertilizantes.

No plano comercial, as relações bilaterais experimentaram adensamento sem precedentes ao longo das últimas duas décadas, sobretudo em razão da crescente integração de adubos e fertilizantes fosfatados do Marrocos à cadeia de produção agrícola no Brasil.

O total do fluxo bilateral em 2022 atingiu USD 3,1 bilhões (USD 2,5 bilhões, em 2021), o maior valor registrado na série histórica. Com esse resultado, o Marrocos foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano (segunda origem das importações e quarto destino das exportações brasileiras). O recorde em valor do fluxo de comércio com o Marrocos, em 2022, deveu-se, por um lado, à duplicação dos preços dos insumos e dos fertilizantes fosfatados e formulados fornecidos pelo Marrocos e, por outro lado, ao forte aumento do valor e volume das principais *commodities* agrícolas exportadas pelo Brasil.

As exportações brasileiras registraram recorde histórico em valor e em volume em 2022, com USD 1,1 bilhão e 2,7 milhões de toneladas de produtos exportados. As importações brasileiras registraram novo recorde em valor com USD 2,064 bilhões em 2022 (USD 1,9 bilhões em 2021), apesar da diminuição nos volumes importados (2,3 milhões de toneladas), na comparação com 2021 (3,8 milhões de toneladas). O déficit comercial brasileiro foi de USD 997 milhões em 2022, decrescente em relação aos USD 1,4 bilhão em 2021.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcar de cana bruto não refinado (USD 631,4 milhões e 1,6 milhão de toneladas, representando 63% das exportações), milho (USD 178,3 milhões e 638 mil toneladas) e trigo mole (USD 101,4 milhões e 332 mil toneladas). Após ser refinado no Marrocos, o açúcar proveniente do

Brasil é consumido no mercado interno marroquino e reexportado para mais de 30 destinos no mundo.

As importações brasileiras registraram igualmente novo recorde em valor com USD 2,1 bilhões em 2022 (USD 1,9 bilhões em 2021), apesar de significativa diminuição nos volumes importados (2,3 milhões de toneladas) em relação a 2021 (3,8 milhões de toneladas). O principal produto importado pelo Brasil do Marrocos são fertilizantes (USD 1,6 bilhão e 1,7 milhão de toneladas em fertilizantes em 2022), que representam 80% do total importado em 2022. Em complemento, as importações de ácidos e outros produtos químicos utilizados na fabricação de fertilizantes foram de USD 242 milhões e 248 mil toneladas em 2022, equivalentes a cerca de 11,8% do total. O complexo químico industrial de fertilizantes e insumos para fertilizantes respondeu por 91,8% das importações brasileiras em 2022.

Em relação aos investimentos, atualmente, os principais investimentos brasileiros no Marrocos estão no setor de cimentos, enquanto os principais investimentos marroquinos no Brasil estão concentrados no setor de fertilizantes. A estatal marroquina do setor de fertilizantes OCP (Office Chérifien des Phosphates), está presente no Brasil desde 2009 e tem estratégia de expansão de investimentos diretos no país. Em janeiro de 2015, a OCP adquiriu 10% de participação no capital de empresa brasileira de fertilizantes. Em 2021, iniciaram-se tratativas da OCP para a produção, no Brasil (Sergipe), de ácido fosfórico e de fertilizantes fosfatados. Espera-se que a entrada em vigor do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, assinado em 2019, possa contribuir significativamente para o incremento da presença de empresas brasileiras no Marrocos e de empresas marroquinas no Brasil.

Em relação ao setor de serviços, desde 2013, a empresa Royal Air Maroc (RAM) vinha operando voos entre Casablanca e algumas capitais brasileiras. No entanto, desde a eclosão da pandemia da Covid-19, em 2020, os voos encontram-se suspensos.

Está, atualmente, em negociação, acordo de livre comércio (ALC) entre o Mercosul e o Marrocos, o qual, um vez assinado, contribuirá não só para a intensificação do comércio bilateral com o Brasil, mas também para a diversificação da pauta. Acordo-quadro entre o Mercosul e o Marrocos visando ao estabelecimento do ALC foi assinado em novembro de 2004, por ocasião da visita do Rei Mohammed VI ao Brasil.

No âmbito da cooperação técnica, há duas iniciativas bilaterais em negociação com o Marrocos nas áreas de (i) informação profissional e promoção do trabalho em conteúdos digitais, com o SENAI e seu congênero marroquino, pronta para assinatura; e (ii) economia digital, esta em fase de elaboração.

POLÍTICA INTERNA

O Marrocos é uma monarquia constitucional unitária. Além de exercer a função de chefe de estado, o rei do Marrocos desempenha poderes executivos e legislativos, sobretudo em relação a assuntos de política externa, militares e religiosos. O rei pode promulgar decretos com força de lei e também dissolver o parlamento, após consultar o primeiro-ministro e o presidente do Tribunal Constitucional. O Parlamento é bicameral, sendo composto pela Câmara de Representantes (395 assentos) e pela Câmara de Conselheiros (120 assentos), cujos representantes são eleitos.

O Rei Mohamed VI tem empreendido processo gradual de reformas políticas, que ganhou ímpeto em 2011, no contexto da chamada Primavera Árabe, quando foi implementada reforma constitucional que conferiu maior independência e representatividade ao governo e ao primeiro-ministro, bem como promoveu descentralização política e administrativa.

Em 8 de setembro de 2021, foram realizadas eleições gerais no Marrocos. Na ocasião, o partido Reunião Nacional dos Independentes (RNI), liderado pelo empresário Aziz Akhannouch, obteve a maioria das cadeiras na câmara baixa do Parlamento, derrotando o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), agremiação de tendência islamista moderada que governava o país. O grande derrotado foi o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), de referencial islamista, que governava o Marrocos desde 2011.

Após o resultado das eleições, em 10 de setembro de 2021, Akhannouch foi nomeado primeiro-ministro e encarregado pelo Rei Mohammed VI de formar novo governo. Em 22 de setembro, Akhannouch anunciou a formação do governo, em aliança com as agremiações laicas Partido da Autenticidade e Modernidade (PAM) e Partido da Independência (Istiqlal), de tendências liberal e conservadora, respectivamente. O governo chefiado por Aziz Akhannouch tomou posse em 7 de outubro de 2021. A vitória da RNI e formação do novo governo favoreceu gestão interna e externa ainda mais afinada com o Palácio Real.

Comissão patrocinada pelo Rei Mohammed VI propôs Novo Modelo de Desenvolvimento para o país, cujas diretrizes deverão nortear o governo eleito em setembro de 2021 e que enfrenta o desafio de diminuir a profunda desigualdade social marroquina. O Novo Modelo de Desenvolvimento está construído em cinco pilares: energias verdes e renováveis; o “Made in Maroc”; a criação de sociedade digital; a

emergência do Marrocos como *hub* financeiro e mercado de capitais; e o desenvolvimento do ensino superior, da pesquisa e da inovação.

POLÍTICA EXTERNA

As relações exteriores são tema que ocupa lugar de relevo na agenda política do país, seja pela importância fundamental da questão do Saara Ocidental, seja pela relevância de que se revestem as interações econômicas e políticas com parceiros como a França, a Espanha, os EUA, a União Europeia ou países do Oriente Médio. A existência de um vasto contingente de marroquinos no exterior (mais de 4 milhões, sobretudo na França, na Espanha, em Israel, na Bélgica, na Itália e nos Países Baixos) reforça a atenção dada à agenda externa. Com a presença de mais de 110 Embaixadas, Rabat se destaca como uma das capitais diplomáticas dos mundos árabe e africano.

O Marrocos integra série de organizações e agrupamentos internacionais, entre os quais a União Africana, a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Cooperação Islâmica, o Movimento dos Países Não-Alinhados e o Grupo dos 77. Em Rabat estão a sede da Organização Islâmica para a Educação, Ciência e Cultura (ICESCO), da União do Magrebe Árabe (UMA) e da Agência Bayt Mal Al Qods Acharif (órgão do Comitê Al Qods, presidido pelo Rei do Marrocos, financiador de programas que buscam preservar o caráter árabe e muçulmano de Jerusalém). A capital argelina abriga ainda representação do Escritório de Contraterrorismo das Nações Unidas (UNOCT) e sede do Observatório Africano das Migrações (OAM), vinculado à União Africana.

Nos últimos anos, o Marrocos incrementou sua ofensiva em torno do reconhecimento do pleito marroquino de soberania sobre o território do Saara Ocidental; recalibrou relações com diversos países e organizações; e implementou “diplomacia sanitária” resultante da pandemia. A diplomacia marroquina tem-se mostrado atuante em alguns dos grandes temas da agenda global, como combate ao terrorismo, migrações, transição energética e diálogo inter-religioso.

Em 1975, após a retirada da Espanha do território até então conhecido como “Saara Espanhol”, o Saara Ocidental tornou-se objeto de disputa de soberania entre o Marrocos e a Frente Polisario, que declarou unilateralmente a formação da República Árabe Saaraui Democrática (RASD). Longa guerra travada pelo controle do território terminou com a assinatura, em 1991, de acordo de cessar-fogo entre o Marrocos e a Frente Polisario. Naquele mesmo ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental

(MINURSO), cujo mandato inclui a garantia de condições para realização de referendo para a autodeterminação do povo do Saara Ocidental.

Desde então, o tema é tratado, prioritariamente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), órgão responsável pela condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacionais.

Em novembro de 2020, o Marrocos desencadeou operação militar para desobstruir passagem rodoviária de El Guerguerat, em zona tampão situada na fronteira entre o Marrocos e a Mauritânia, em território do Saara Ocidental, patrulhada pela MINURSO. A passagem havia sido obstruída pela Frente Polisario, impedindo o comércio transfronteiriço. Em reação, em janeiro de 2021, a Polisario anunciou o fim do cessar-fogo e lançou foguetes contra forças marroquinas em El Guerguerat e no muro de areia que separa as forças saarauí e marroquinas, resultando na retomada de hostilidades entre Rabat e a Frente Polisario. Desde então, têm sido registrados episódios de combates de baixa intensidade entre forças marroquinas e saarauí.

O referendo do Saara Ocidental é tema de elevada sensibilidade regional, que opõe o Marrocos e a Argélia, principal apoiador internacional da Polisario. Desde 1994, as fronteiras entre os dois países encontram-se fechadas. A Argélia reconhece a autoproclamada RASD, cujo governo hospeda em seu território, assim como milhares de refugiados saarauí. Dessa posição argelina, resultam tensões diplomáticas entre Argel e Rabat.

Em conformidade com os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do país, como a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a defesa da paz e a solução pacífica das controvérsias (Art. 4º CF/88), o Brasil defende para a questão do Saara Ocidental uma solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para as partes envolvidas, baseada no princípio da autodeterminação e nas resoluções pertinentes da ONU, sem pré-julgar o *status* final do território em disputa. Em sintonia com a posição prevalente na comunidade internacional, o Brasil não reconhece a declaração unilateral de independência da RASD e tampouco reconhece a soberania marroquina sobre o território do Saara Ocidental.

Nesse sentido, o Brasil apoia os esforços mantidos pela ONU com vistas a obter solução política definitiva para a questão. Em sintonia com essa posição, o Brasil tem, desde 2007, contribuído com observadores militares para a MINURSO e acolheu positivamente a indicação de Staffan de Mistura, em outubro de 2021, como novo Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Saara Ocidental, apoiando seu trabalho com vistas à revitalização das tratativas de paz entre os atores em disputa.

O Marrocos confere importância ao aprofundamento de suas relações com a Europa, sobretudo com os países do Mediterrâneo. Com a União Europeia (UE), origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais marroquinas, o país busca, principalmente, obter acesso preferencial aos mercados do bloco. O país africano dispõe de “*status avançado*” de associação, que lhe facilita tratamento aduaneiro preferencial e maior grau de acesso aos mercados de trabalho dos países da UE. Desde 2000 vigora acordo de livre comércio entre o Marrocos e a UE, que levou à desgravação tarifária de diversos produtos. Em fevereiro de 2012, o Parlamento Europeu aprovou acordo de liberalização recíproca com o Marrocos do comércio de produtos agrícolas e da pesca.

A Espanha é o principal parceiro comercial do Marrocos. Também a questão migratória é importante para o relacionamento bilateral. As cidades de Ceuta e Melilla são enclaves espanhóis no Norte da África, que fazem fronteira terrestre com o Marrocos. A cooperação das autoridades marroquinas para gerenciamento da fronteira é muito relevante, do ponto de vista europeu, para o controle dos fluxos migratórios. Em março de 2022, a Espanha adotou posição favorável ao plano de autonomia do Saara Ocidental proposto pelo Marrocos em 2006.

Os Estados Unidos (EUA) têm sido relevante parceiro internacional do Marrocos, tanto comercial como politicamente. Ademais, os dois países possuem cooperação na área de defesa e de combate ao terrorismo. Em dezembro de 2020, o governo do presidente Donald Trump reconheceu a soberania marroquina sobre o Saara Ocidental, no contexto das negociações para a normalização das relações entre o Marrocos e Israel.

Em dezembro de 2020, o Marrocos anunciou que normalizaria suas relações com Israel. A normalização foi acompanhada de indicações de ambos os lados de que deverá ser buscada maior cooperação bilateral no futuro, inclusive no plano econômico.

Desde 2017, tem-se observado o avanço da dinâmica de valorização do espaço africano pelo Marrocos. No início daquele ano, como marco da política africanista impulsionada por Mohammed VI, o país retornou à União Africana (UA), de onde se havia retirado em 1984, quando esta admitiu a autoproclamada RASD. O retorno à UA deveu-se a dois objetivos da política externa marroquina: o incremento dos fluxos comerciais e o fortalecimento da perspectiva de Rabat sobre a questão do Saara Ocidental, percebida pelo Marrocos como “questão nacional”, em organização internacional que reconhece a RASD.

ECONOMIA

A economia marroquina beneficia-se da grande disponibilidade de recursos naturais. De acordo com o Serviço Geológico dos EUA (USGS), o Marrocos detém a maior reserva mundial de fosfato (70,4% das reservas totais), mineral utilizado na produção de fertilizantes agrícolas. O país posiciona-se como o segundo maior produtor (17,2% da produção mundial), superado apenas pela China. O Marrocos dispõe ainda de estoques significativos de ferro, cobre, chumbo, zinco e manganês. O país apresenta uma das maiores percentagens de terra arável no mundo árabe (cerca de 18%), bem como litoral rico em recursos pesqueiros.

A produção industrial marroquina é tradicionalmente vinculada à mineração e à fabricação de fertilizantes, bem como ao setor têxtil, maior empregador industrial do país. A localização estratégica do Marrocos, o acesso privilegiado aos mercados africano, árabe e europeu e a estabilidade política e econômica do país também têm contribuído para a crescente integração do setor produtivo marroquino a cadeias de produção globais, sobretudo de empresas europeias, com destaque para o setor automobilístico.

No setor de serviços, que mais contribui ao PIB do país, o turismo representa a principal atividade econômica, responsável por boa parte da geração de divisas internacionais. Também vêm ganhando preeminência as instituições financeiras marroquinas. Ao longo dos últimos anos, o país tem consolidado ampla rede bancária em seu território, a maior no Norte da África.

No âmbito da ciência e tecnologia, ressaltam-se os investimentos marroquinos em pesquisas sobre energias renováveis, com vistas a superar a dependência do país da importação de hidrocarbonetos. O “Programa Integrado de Energia Solar”, anunciado em 2009, constitui um dos eixos principais da estratégia energética marroquina, cujo ambicioso objetivo é o de prover, a médio e longo prazos, pelo menos 42% de suas necessidades energéticas com fontes renováveis.

A pandemia da covid-19 impactou negativamente a economia marroquina, sobretudo suas trocas externas e o setor de turismo. Em consequência, o PIB do país decresceu -6,3% em 2020. Em 2021, a economia do país recuperou-se, apresentando taxa de crescimento do PIB de 7,2%, segundo estimativa do FMI. Em 2022, o Fundo prevê crescimento modesto da economia marroquina, de apenas 0,8%, em parte, devido aos efeitos do conflito na Ucrânia e das sanções unilaterais impostas contra a Rússia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1861** – Abertura do consulado brasileiro em Tânger
- 1906** – Estabelecimento de relações diplomáticas; é criada representação brasileira junto ao Marrocos, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Lisboa
- 1956** – Restabelecimento de relações diplomáticas após a independência marroquina
- 1959** – Criação da Embaixada do Brasil em Rabat
- 1961** – Instalação da Embaixada do Brasil em Rabat
- 1967** – Abertura da Embaixada do Marrocos em Brasília
- 1975** – Assinatura do acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois países
- 1980** – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro marroquino Maati Bouabide
- 1984** – Visita ao Marrocos do Presidente João Figueiredo; assinatura do acordo de cooperação científica, técnica e tecnológica e do acordo cultural entre Brasil e Marrocos
- 1992** – Visita ao Marrocos do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek
- 1992** – Visita ao Brasil do Príncipe Sidi Mohammed, para participar da Rio-92
- 1994** – Visitas ao Marrocos do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
- 1999** – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Abdellatif Filali; estabelecimento do mecanismo de consultas políticas bilaterais
- 2004** – Visita ao Brasil do Rei Mohammed VI; assinatura do Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos; assinatura de acordos bilaterais nas áreas do turismo e da cooperação entre academias diplomáticas
- 2005** – Visita ao Marrocos do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
- 2006** – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, Mohamed Benaïssa
- 2006** – Realização da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, no Brasil
- 2008** – Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Marrocos, em Rabat, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
- 2011** – Visita ao Marrocos do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota

2012 – Visita ao Marrocos do Ministro da Defesa, Celso Amorim

2012 – Participação da delegação marroquina, chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane, na Rio+20.

2013 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Saadedini El-Othmani; assinatura do acordo de cooperação jurídica em matéria civil

2014 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Marrocos, Abdelillah Benkirane, por ocasião da posse da presidente da República, Dilma Rousseff

2016 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Marrocos

2017 – Realização da II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, no Marrocos

2017 – Participação do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, em reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Marraquexe

2018 – Participação do Primeiro-Ministro do Marrocos, Saadedini El-Othmani, no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, onde se encontra com o Presidente Michel Temer

2018 – Participação, do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, na Conferência Intergovernamental para Adoção do Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular, em Marraquexe

2019 – Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Marrocos, Saadedini El-Othmani, por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro (janeiro)

2019 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Nasser Bourita; assinatura de acordos de extradição, transferência de pessoas condenadas, auxílio jurídico em matéria penal, cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) e cooperação em matéria de defesa, de memorando de entendimento para cooperação entre academias diplomáticas (junho)

2022 – Visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Marcos Montes, ao Marrocos (12-13/05).

2022 – Visita do secretário especial para Assuntos Estratégicos da Presidência da República, ministro Flávio Rocha, ao Marrocos (19/5).

2023 – Participação do primeiro-ministro do Marrocos, Aziz Akhannouch, na cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Status da Tramitação
Acordo para Evitar a Dupla Tributação Decorrente do Transporte Marítimo e Aéreo	14/10/2019	Em vigor
Tratado sobre o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	13/6/2019	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Tratado de Extradição	13/6/2019	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento Entre o Instituto Rio Branco e a Academia Marroquina de Estudos Diplomáticos	13/6/2019	Em vigor
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa	13/6/2019	Tramitação Congresso Nacional
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	13/6/2019	Em promulgação/Casa Civil
Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos	13/6/2019	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento	30/1/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil	18/9/2013	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural	30/4/2011	Em vigor
Protocolo de Cooperação nos Campos do Meio Ambiente e de Gestão da Água	25/6/2008	Em vigor
Acordo na Área de Saúde Animal e de Inspeção e de Inspeção de Produtos de Origem Animal	25/6/2008	Em vigor
Acordo a respeito de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Real Marroquina de Diplomacia	26/11/2004	Em vigor
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	26/11/2004	Em vigor
Memorandum de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas	24/2/1999	Em vigor
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	10/4/1984	Em vigor
Acordo Cultural	10/4/1984	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	10/4/1984	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	30/4/1975	Em vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM RABAT

Candidato: ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Alexandre Guido Parola**

Formado pelo Instituto Rio Branco em 19 de dezembro de 1988, foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 29 de dezembro de 2016. Ao longo da carreira, ocupou diversas funções no Brasil e no exterior. No Brasil, trabalhou, no Itamaraty, nas áreas de negociações econômicas e de planejamento diplomático. Fora do Itamaraty, serviu, em diversos momentos, no Ministério da Economia, Ministério da Defesa e Presidência da República. No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, Santiago e Londres, bem como na Delegação do Brasil em Genebra. Como Chefe de Posto, esteve à frente da Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e, mais recentemente, da Delegação junto à OCDE e organismos econômicos internacionais situados em Paris.

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, obteve o Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília. Adicionalmente, obteve o título de Mestre e de Doutor em Filosofia pela Catholic University of America. Ao longo de sua carreira, foi por muitos anos professor do Instituto Rio Branco. Sua tese do Curso de Altos Estudos foi publicada em livro sob o título “A ordem injusta”.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E MARROCOS

(elaborado pelo Embaixador Julio Glinternick Bitelli, antecessor no posto)

I – Relações diplomáticas

1. O Reino do Marrocos foi o primeiro país africano a reconhecer a independência do Brasil. Estabelecidas em 1906, as relações diplomáticas entre Brasil e Marrocos ganharam maior dinamismo após a instalação da Embaixada do Brasil em Rabat, em 1961, chefiada pelo escritor Rubem Braga. A Embaixada do Marrocos em Brasília foi aberta em 1967.
2. Os dois países mantêm diálogo construtivo em temas regionais e multilaterais, caracterizado por ampla convergência de visões, bem como histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais. O Marrocos apoiou a candidatura brasileira a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2022-2023. O Marrocos igualmente defendeu, em diversas oportunidades, que o Brasil ocupe assento permanente no Conselho de Segurança.
3. Os principais marcos da relação bilateral foram a celebração de Memorando de entendimento (MdE) para o estabelecimento de consultas políticas (1999); Acordo-Quadro sobre Comércio Mercosul-Marrocos (2004); Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT) dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional (em vigor desde julho de 2020); e Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos (firmado em 2019, aguarda ratificação pelo Brasil).
4. Entre as visitas de alto nível, destacam-se: (i) visita do Rei Mohammed VI a Brasília em novembro de 2004; (ii) visita do chanceler Mauro Vieira a Rabat (março de 2016); (iii) visita do chanceler Nasser Bourita a Brasília (junho de 2019); e (iv) participação do Chefe do Governo, Aziz Akhannouch, na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro de 2023).

II – Relação econômico-comercial

1. O Marrocos foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil na África em 2022, ano em que a corrente comercial entre os dois países atingiu a cifra de US\$ 3,13 bilhões, maior resultado da série histórica. As exportações brasileiras somaram cerca de US\$ 1,067 bilhão e as importações totalizaram US\$ 2,064 bilhões, com saldo final superavitário para o Marrocos de US\$ 997 milhões.
2. Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para o Marrocos são açúcar não-refinado, milho, trigo mole e pimenta. Já o Marrocos fornece, sobretudo, fertilizantes para o agronegócio brasileiro.
3. O fato de o Marrocos ser importador líquido de alimentos faz com que haja complementaridade estrutural entre as duas economias, que se reveste de caráter estratégico. O maior desafio é o de diversificar a pauta exportadora, aumentando a presença brasileira em outros setores.
4. Quanto aos investimentos, registre-se a presença do grupo Votorantim, por meio de sua subsidiária em Portugal, que adquiriu a cimenteira Temara. Há também presença brasileira no setor de transportes, com a recente instalação da Marcopolo em Casablanca.
5. Em coordenação com a Adidância Agrícola, foram empreendidos esforços bem sucedidos para superar entraves fitossanitários a importações de produtos marroquinos como lácteos. Em atendimento a interesse brasileiro, entendimentos foram alcançados para a exportação de material genético avícola e rações para animais (*pet food*), entre outros produtos.
6. Entre as iniciativas organizadas ou apoiadas pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada, destacam-se: (i) evento na Embaixada, em novembro de 2021, para celebrar o “Dia

do Café Brasileiro no Marrocos", durante o qual foram servidos cafés de cinco regiões brasileiras com indicação de origem; (ii) semana de degustação de produtos alimentares da biodiversidade brasileira - "Uma pitada de Brasil no Marrocos", realizada em shopping center em Rabat, em março de 2022; (iii) churrasco na Residência, em março de 2023, para promover a carne bovina brasileira no Marrocos; (iv) participação do Brasil na 15ª edição do Salão Internacional de Agricultura do Marrocos (SIAM), de 2 a 7 de maio de 2023, em Meknès; e (v) 6ª edição da Feira Cosmetista em Casablanca, de 27 a 30 de maio de 2023.

III – Cooperação Técnica

1. A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em vigor desde 1990.
2. No momento, há demandas marroquinas de cooperação técnica bilateral sob análise da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de formação técnica profissional e transformação digital de serviços públicos.

IV- Cooperação em defesa

1. Em maio de 2022, o então Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos (SAE), Almirante Flávio Rocha, realizou visita a Rabat acompanhado por delegação que incluiu representantes do Ministério da Defesa e da EMBRATUR, parlamentares e empresários dos setores agrícola, de fertilizantes, de móveis e produtos de defesa.

IV – Temas culturais

1. Foram realizadas, em 2022, as seguintes atividades culturais organizadas pela Embaixada: (i) participação do Brasil no 27º Salão Internacional do Livro e da Edição de Rabat (junho), com conferência do escritor brasileiro Leonardo Tonus; (ii) participação do violista brasileiro Everton Taborda da Rosa (setembro) em duas apresentações da ópera "L'Ormindo", de Francesco Cavalli, no Teatro Mohammed V de Rabat; (iii) inauguração na galeria "Cube", em Rabat (setembro), da exposição "UM", resultado do projeto de residência artística dos artistas visuais Ziad Naitaddi, marroquino, e Alina d'Alva Duchrow, brasileira radicada no Marrocos; e (iv) apresentação do "Guanduo" (setembro), integrado pelos violonistas brasileiros Juliano Câmara e Eduardo Pinheiro, na 25ª edição do Festival Internacional de Cordas Pinçadas de Rabat, quando, pela primeira vez, o cavaquinho foi tocado no Marrocos.
2. Está prevista a participação do escritor brasileiro Eduardo Bueno no 28º Salão Internacional do Livro e da Edição (SIEL), a ser realizado de 1º a 11 de junho de 2023, em Rabat.

VI – Temas consulares

1. O setor consular presta assistência consular aos oito brasileiros presos no Marrocos, mediante visitas regulares e apoio jurídico com recursos da Embaixada.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Marrocos, gerando benefícios concretos para o país e contribuindo intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica no Reino do Marrocos para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Aprofundar o diálogo político com o Reino do Marrocos e ampliar a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
- 2) Promover a imagem e a cultura do Brasil no Reino do Marrocos.
- 3) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio do Reino do Marrocos para o fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
- 4) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
- 5) Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
- 6) Prover serviços consulares de qualidade e aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
- 7) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado tanto para produtos do agronegócio como para bens industriais e produtos da indústria de defesa.*
- *Elaborar ou encomendar estudos exploratórios sobre a complementaridade das economias do Brasil e do Reino do Marrocos.*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e o Marrocos.*
- *Manter interlocução constante com os principais importadores marroquinos de produtos do agronegócio brasileiro e outros atores locais relevantes.*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, a promoção de produtos da indústria nacional, como aeronaves, máquinas e equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos entre outros, em consulta às associações setoriais e à Apex Brasil.*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, de modo a contribuir para a promoção dos produtos e serviços brasileiros.*

2) Buscar avançar, em coordenação com as áreas competentes do MRE, na negociação do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre MERCOSUL e Marrocos

- *Buscar reduzir a desvantagem para o ingresso de produtos brasileiros no mercado marroquino, que apresenta tarifas altas e já concede preferências tarifárias a mais de 50 países, tendo em conta que o Acordo-Quadro firmado em 2004 prevê negociações de liberalização comercial com vistas à assinatura de um acordo de livre comércio entre MERCOSUL e Marrocos.*
- *Verificar junto ao governo do Marrocos a perspectiva de conclusão de estudos de impacto julgados necessários para o início formal das negociações, o qual estava previsto para o final de 2018.*

3) Fazer gestões para a retomada dos voos diretos entre Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) e Marrocos (Casablanca), operados pela Royal AirMaroc (RAM)

- *Estimular a retomada dos voos que, até o momento, constituem a única conexão aérea direta entre a América do Sul e a África do Norte e que foram interrompidos em março de 2020 em função da pandemia de COVID-19.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio
- 3) Números de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de

- negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e marroquinas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado
 - 5) Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre os temas
 - 6) Número de expedientes telegráficos do posto sobre os temas por ano

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança no Marrocos, com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa do Marrocos e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*
 - 2) Realizar reunião de mecanismos diplomáticos, como o de Consultas Políticas, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de parte a parte
 - *Apoiar a realização de reuniões periódicas do mecanismo de Consultas Políticas, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois países, bem como coordenação sobre temas multilaterais.*
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Reino do Marrocos.*
 - *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum, como agricultura e promoção do desenvolvimento.*
 - 3) Fomentar a cooperação interparlamentar entre os dois países
 - *Apoiar a realização de visitas ou reuniões entre parlamentares brasileiros e marroquinos.*
 - *Apoiar eventuais iniciativas conjuntas de parlamentares brasileiros e marroquinos.*
 - 4) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral
 - *Realizar gestões junto ao governo marroquino para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
 - *Informar e analisar propostas do governo marroquino para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
 - *Subsidiar o diálogo com diferentes órgãos brasileiros em temas relacionados ao Marrocos.*
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa do Marrocos
 - 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa marroquinas
 - 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual

- 4) Número de visitas de autoridades de parte a parte
- 5) Número de reuniões com representantes do governo do Marrocos, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível
- 6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas em relação à questão do Saara Ocidental
 - *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes do governo do Reino do Marrocos, da sociedade civil marroquina e de missões internacionais sediadas no Marrocos.*
 - *Manter diálogo com a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) sobre a situação securitária naquela região, inclusive no que diz respeito à atuação de militares e policiais brasileiros.*
- 2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras
 - *Fazer gestões no mais alto nível com vistas a obter apoio do Reino do Marrocos a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de expedientes do posto sobre a Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO)
- 2) Número de reuniões com representantes do governo do Marrocos, da sociedade civil marroquina e da MINURSO para discutir temas de interesse do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- 3) Número de gestões com representantes do governo do Marrocos para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras
 - *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros.*
 - *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público marroquino sobre o Brasil.*
 - *Promover a variante brasileira da língua portuguesa no Marrocos.*

- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil no Marrocos e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

- 2) **Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público marroquino**
 - *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para divulgação de produtos brasileiros.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Marrocos
- 2) Número de eventos para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Marrocos
- 3) Número de palestras para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Marrocos
- 4) Número de entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Marrocos
- 5) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil

V - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEFESA

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Estimular outras formas de cooperação educacional e acadêmica, além dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) Pós-Graduação (PEC-PG)**
 - *Propor a inclusão do Marrocos no Programa Leitorado desenvolvido pela CAPES, em parceria com o MRE.*
 - *Fomentar a cooperação interinstitucional entre Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e marroquinas, com vistas ao intercâmbio de professores e estudantes.*
- 2) **Dar continuidade a projetos existentes e prospectar eventuais novos projetos de cooperação técnica**
 - *Lançar atividades de cooperação nas áreas de irrigação, desenvolvimento de culturas em ambientes semiáridos e transformação digital de serviços públicos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões com universidades marroquinas para divulgar o Programa Leitorado.
- 2) Número de universidades marroquinas dispostas a aderir ao Programa Leitorado
- 3) Número de reuniões entre representantes de IES brasileiras e marroquinas
- 4) Número de instrumentos de cooperação interinstitucional firmados entre IES brasileiras e marroquinas
- 5) Número de ações de divulgação dos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG)
- 6) Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre cooperação técnica durante a gestão

VI - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira no Reino do Marrocos
- 2) Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira no Marrocos, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços
- 3) Analisar a necessidade de realizar missões consulares itinerantes em cidades menos conectadas com a capital, como as do Leste do país, a fim de alcançar o máximo possível de nacionais interessados na assistência consular
- 4) Realizar visitas a nacionais presos no Marrocos, a fim de prestar a assistência consular cabível
- 5) Incrementar o uso das redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda
- 2) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares
- 4) Número de consulados itinerantes realizados, caso necessários
- 5) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais
- 6) Número de visitas a nacionais presos no Marrocos

RELATÓRIO N° , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 32, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

I – RELATÓRIO

Este Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação, pelo Presidente da República, do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Compete a esta Casa, por expressa exigência constitucional, a aprovação prévia, por voto secreto, da indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Por sua vez, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possui competência regimental para a matéria.

Foi recebido o currículo do indicado, que sintetizo a seguir.

Nascido no Rio de Janeiro, o Embaixador Alexandre Parola graduou-se em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu mestrado em economia pela Universidade de Brasília,

obteve os títulos de mestre e doutor em filosofia pela Universidade Católica da América, em Washington, Estados Unidos, e cursou pós-doutorado em relações internacionais e política externa brasileira no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Reino Unido. Tornou-se Ministro de Primeira Classe em 2016, após sucessivas promoções por merecimento. Sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tratou dos desafios práticos enfrentados pelo Brasil na busca da ordem e da justiça nas relações internacionais.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, Santiago e Londres e na Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, em Genebra. Chefiou as Delegações do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra, e junto às organizações internacionais econômicas, em Paris. Na Secretaria de Estado, assessorou o Ministro de Estado das Relações Exteriores e fez larga trajetória em unidades ligadas à temática financeira e comercial, tendo inclusive sido Diretor do Departamento Econômico. Teve ainda importantes atuações fora do Ministério das Relações Exteriores, como assessor do Ministro de Estado da Economia, Finanças e Planejamento, e Porta-Voz da Presidência da República.

A Mensagem também veio acompanhada de sumário executivo sobre o Reino do Marrocos, contendo dados básicos, perfis biográficos, apresentação e cronologia das relações bilaterais, além de considerações sobre política interna e externa, economia e atos internacionais.

O Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional, situada no noroeste da África, na região do Magrebe (expressão proveniente da língua árabe, com significado “poente”). Trata-se do país africano com maior proximidade geográfica da Europa, contando inclusive com fronteira terrestre com as cidades autônomas espanholas de Ceuta e Melilha.

Brasil e Marrocos mantêm relações bilaterais maduras, que remontam aos idos do Brasil Império, com a abertura do Consulado do Brasil em Tânger no ano de 1861. Após a independência desse país em 1956, foi criada a Embaixada do Brasil em Rabat, em funcionamento desde 1961. Os países contam com mecanismo de consultas políticas desde 1999 e cooperam com troca de votos e apoios mútuos em foros internacionais.

O atual monarca marroquino, Rei Mohammed VI, fez a primeira e única visita oficial de Chefe de Estado ao Brasil em 2004, quando foi assinado o Acordo-Quadro sobre Comércio entre Mercosul e Marrocos. Por

sua vez, já houve cinco visitas de Chefes de Governo marroquinos ao nosso país, tendo o atual Primeiro-Ministro, Aziz Akhannouch, recentemente comparecido à cerimônia de posse presidencial.

O comércio bilateral está em franco crescimento, com recorde histórico da corrente de comércio no ano de 2022. Do lado brasileiro, são majoritariamente importados adubos e fertilizantes. Por sua vez, as exportações concentram-se em produtos primários. A balança é amplamente deficitária para o Brasil. Há a expectativa de que o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa, recentemente aprovado por este Congresso Nacional e ainda pendente de promulgação pelo Poder Executivo, venha a auxiliar no reequilíbrio do comércio bilateral.

Brasil e Marrocos celebraram, em 13 de junho de 2019, Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos (ACFI), com o objetivo de promover os investimentos bilaterais. Há diversas áreas de sinergia a serem exploradas pelo Brasil, como a oferta de tecnologia brasileira para a produção agrícola de alta produtividade, o potencial de expansão da rede bancária e o compartilhamento de tecnologias de energia renovável. Por outro lado, o Brasil pode buscar internalizar a cadeia de produção de fertilizantes a partir do aumento dos investimentos de empresas marroquinas no Brasil. O texto do ACFI encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

No aspecto interno, destacam-se as reformas iniciadas em 2011, em resposta aos protestos ligados à Primavera Árabe, voltadas à descentralização político-administrativa e à liberalização econômica. São também relevantes os resultados das eleições de 2021, com o enfraquecimento das agremiações islamistas conservadoras que governaram o país por uma década em favor de uma nova aliança laico-moderada. O ano de 2021 marca também o lançamento do “Novo Modelo de Desenvolvimento” marroquino, que pretende reforçar a economia e o governo digital, promover o ensino básico e superior, agregar valor à produção nacional, fomentar o desenvolvimento sustentável e multiplicar os incentivos para a atuação do setor privado financeiro e produtivo.

Sobre a política externa marroquina, ponto de constante sensibilidade refere-se à questão do Saara Ocidental. Após a retirada da Espanha desse território, em 1975, instalou-se conflito entre o Marrocos e o grupo independentista Frente Polisário pelo controle da região, com cessar-fogo celebrado em 1991 e o estabelecimento de Missão das Nações Unidas voltada a assegurar o futuro exercício, via consulta plebiscitária, do direito à

autodeterminação. A posição marroquina é constantemente contestada pela nação vizinha, a Argélia, que apoia a independência do Saara Ocidental, além de ter sido motivo do isolamento do país no contexto continental, situando-se o Marrocos à margem da União Africana até o ano de 2017.

A União Europeia ainda representa o parceiro econômico mais importante do Marrocos, sendo origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais do país. No aspecto político, o Marrocos encontra na Liga dos Estados Árabes seu principal foro regional de participação.

Por fim, cabe destacar que o Marrocos tem tentado diversificar suas parcerias na última década, com a revalorização dos contatos com países africanos, a reaproximação dos Estados Unidos e a neutralização das divergências com Israel. Destacam-se ainda os investimentos chineses no país, que têm ganhado força diante das iniciativas de aproximação entre a China e a Liga Árabe, bem como da necessidade de financiamento para os projetos lançados pelo “Novo Modelo de Desenvolvimento” nacional. Referido cenário de diversificação de contatos pode ser muito útil para a promoção das relações marroquinas com o Brasil e o Mercosul.

Diante da natureza da matéria, sujeita a voto secreto, não cabem outras considerações por parte desta Relatora.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

5

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ADRIANO SILVA PUCCI

CPF.: 724257929-53

ID: 10452 MRE

1967 Filho de Joaquim Edgar Pucci e Maria Ida Silva Pucci, nasce em 14 de março de 1968, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1989 Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba/PR
 1992-93 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
 1994 Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
 2002 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBR
 2009 Curso de Altos Estudos. O Estatuto da Fronteira-Brasil-Uruguai".

Cargos:

- 1993 Terceiro-secretário
 1997 Segundo-secretário
 2004 Primeiro-secretário, por merecimento
 2009 Conselheiro, por merecimento
 2013 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2022 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1993-94 Divisão de Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, assistente
 1994-96 Departamento de Administração, Chefe do Setor de Arquitetura e Engenharia
 1996-97 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assistente
 1997-2000 Missão Permanente junto às Nações Unidas, Nova York, segundo-secretário
 2000-03 Embaixada em Caracas, segundo-secretário
 2004-05 Divisão de Temas Sociais, assistente
 2005-06 Subsecretaria-Geral da América do Sul, assessor técnico
 2006-09 Embaixada em Montevidéu, primeiro-secretário e conselheiro
 2009-13 Divisão do Pessoal, chefe
 2013-16 Coordenação-Geral de Modernização, coordenador-geral
 2016-18 Embaixada junto a Santa Sé, ministro-conselheiro
 2018-20 Embaixada em Madri, ministro-conselheiro
 2020-21 Departamento de Nações Unidas, diretor
 2021-22 Departamento de Comunicação Social, diretor
 2022 Assessoria Especial de Imprensa, chefe
 2022- Departamento de Administração, diretor

Publicações:

- 2008 "O Avesso dos Sonhos", Editora 7Letras, Rio de Janeiro
 2010 "O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai", Editora FUNAG, Brasília

Condecorações:

- 2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
 2021 Medalha Exército Brasileiro, Brasil
 2022 Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 36, DE 2023

(nº 268/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ADRIANO SILVA PUCCI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Bahrein.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 268

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ADRIANO SILVA PUCCI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Bahrein.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ADRIANO SILVA PUCCI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de junho de 2023.

EM nº 00090/2023 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ADRIANO SILVA PUCCI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino do Bahrein, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ADRIANO SILVA PUCCI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 350/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ADRIANO SILVA PUCCI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Bahrein.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/06/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4336080** e o código CRC **BEE5C405** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO (SAOM)
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO (DOMA)
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO (DPGO)**

BAHREIN



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Janeiro de 2023

Sumário

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
Rei Hamad bin Isa Al Khalifa.....	4
Primeiro-Ministro, Príncipe Herdeiro Salman bin Hamad Al Khalifa.....	5
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdullatif Bin Rashid Al Zayani	5
RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-BAHREIN.....	6
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA DO BAHREIN	9
POLÍTICA EXTERNA DO BAHREIN.....	10
ECONOMIA DO BAHREIN	12
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	14
ACORDOS ASSINADOS	15

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino do Bahrein
CAPITAL:	Manama
ÁREA:	780 km ²
POPULAÇÃO:	1,48 milhões de habitantes, dos quais cerca de 580.000 detêm nacionalidade bareinita
IDIOMA OFICIAL:	Árabe

PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã 99,8% (69,8% xiitas e 29,0% sunitas)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah) bicameral, composta por 40 membros eleitos para mandatos de quatro anos e 40 membros indicados pelo rei.
CHEFE DE ESTADO:	Rei Hamad bin Isa Al Khalifa
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Salman bin Hamad Al Khalifa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Abdullatif bin Rashid Al Zayani
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2022):	USD 43,54 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2022):	USD 87,91 bilhões
PIB PER CAPITA (2022):	USD 28,690
PIB PPP PER CAPITA (2022):	USD 57,920
VARIAÇÃO DO PIB:	3% (2023, est.); 3,4% (2022, est.); 2,4% (2021, est); -5,1% (2020)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0,875 (35 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	78,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2019):	97,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	4,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar bareinita
EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO BAHREIN:	Encarregada de Negócios PS Daniella Cintra Chaves
EMBAIXADOR DO BAHREIN EM BRASÍLIA:	Embaixador Bader Abbas Hasan Ahmed Alhelaibi

Brasil - Bahrein	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	446	312	404	383	348	434	534	789	785	2182,7	1657,8
Exportações	414	258	344	309	260	339	418	677	674	1905,2	1415,1
Importações	15	53	60,3	73	88	94	117	112	111,2	277,5	242,7
Saldo	399	205	284	236	172	245	301	565	562,6	1627,7	1172,4

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Hamad bin Isa Al Khalifa



Nasceu em 28 de janeiro de 1950. Frequentou a Escola de Cadetes de Mons no Reino Unido. Nos Estados Unidos, frequentou o curso de Comando do Exército dos EUA, a Universidade do Kansas e o Instituto das Forças Armadas em Washington. Em 1971, foi designado Ministro da Defesa, Ascendeu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xeique Isa bin Salman Al Khalifa.

Primeiro-Ministro, Príncipe Herdeiro Salman bin Hamad Al Khalifa



Nasceu em 21 de outubro de 1969. É o filho mais velho do Rei Hamad Al Khalifa. Após completar sua educação secundária no Bahrein, graduou-se em ciência política pela Universidade Americana de Washington, D.C., nos Estados Unidos, e obteve título de mestre em história e filosofia da ciência pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Entre 1995 e 1999, ocupou o cargo de Subsecretário de Defesa no Ministério da Defesa do Bahrein. Em 1999, com a ascensão ao trono do Rei Hamad, tornou-se Príncipe Herdeiro do país, assumindo também o posto de Subcomandante Supremo das Forças Armadas do Bahrein. Em novembro de 2020, tornou-se Primeiro-Ministro do Bahrein.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdullatif Bin Rashid Al Zayani



Nascido em 1964, em Muharraq no Bahrein, estudou na Academia Militar Real do Bahrein e na Academia Militar de Sandhurst no Reino Unido. Graduou-se em Engenharia Aeronáutica no Perth College na Escócia em 1979 e obteve os títulos de mestre no Instituto de Tecnologia da Força Aérea em Ohio e de doutor pela Escola de Pós-Graduação Naval na Califórnia. Exerceu diversas funções no Ministério da Defesa do Bahrein até ingressar no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2010. Em 2011, foi eleito secretário-geral do Conselho de Cooperação Golfo (CCG), cargo que ocupou até sua designação como Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahrein, em 11 de fevereiro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-BAHREIN

Brasil e Bahrein estabeleceram relações diplomáticas em 1974, três anos após a independência do país. As relações bilaterais passam por seu melhor momento histórico, tendo se aprofundado consideravelmente nos últimos anos devido à intensificação de contatos políticos e técnicos.

Em 2018, realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas em Manama. No mesmo ano, o Bahrein decidiu reabrir sua Embaixada no Brasil, desativada desde 2014.

Em 16 de novembro de 2021 foi realizada visita presidencial ao Bahrein, quando foi inaugurada a Embaixada do Brasil. Com a inauguração da Embaixada em Manama, o Brasil passou a contar com representação residente em todos os países do Conselho de Cooperação do Golfo. Na ocasião, foi assinado acordo para Isenção da Exigência de Visto para Titulares de Passaportes Diplomáticos, Especiais e Oficiais, além de Memorandos de Entendimento sobre Cooperação entre Bancos Centrais, entre Câmaras de Comércio, entre Academias Diplomáticas e nas áreas de Esportes e Cultura. Na ocasião, os respectivos chanceleres também decidiram elaborar plano de ação para estruturar as relações bilaterais, com objetivos claros e metas tangíveis. Até o momento, o plano não foi firmado e encontra-se pendente de consultas interministeriais pelo lado bahreinita.

A última visita de alto nível ocorreu em maio de 2022, quando o então Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República chefiou missão comercial ao país. Na ocasião, discutiram-se perspectivas de investimentos bilaterais, de cooperação agroalimentar e de exportação de produtos de defesa.

A relação política de alto nível vem sendo apoiada por fluido e constante diálogo entre as Chancelarias. Reuniões de Consultas Políticas vêm ocorrendo regularmente. A IV Reunião do mecanismo, mantida em Manama em setembro de 2022, resultou na adoção do Acordo-Quadro sobre Cooperação Militar entre os dois países. A assinatura do documento permitirá dar início a um programa efetivo de cooperação bilateral em assuntos de defesa. Nesse campo, há também interesse de companhias brasileiras atuantes na indústria de defesa de expandir contatos e parcerias com o governo bahreinita. Cumpre mencionar a participação do Brasil na parceria marítima Combined Maritime Forces, a qual conta com 34 países e tem como sede a base naval norte-americana no Bahrein.

Na IV Reunião de Consultas Políticas, foi repassada a agenda bilateral em temas como comércio de fertilizantes, política de vistos, bitributação, entre outros. Atualmente, encontram-se em negociação acordos sobre extradição; cooperação econômica, comercial e técnica; cooperação jurídica internacional em matérias civil e penal; cooperação e coordenação em segurança; transferência de condenados; e intercâmbio e proteção mútua de informações classificadas. Há, também, interesse em iniciar negociações de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cujo modelo básico foi enviado à consideração das autoridades do Bahrein em 2021.

No âmbito do intercâmbio cultural, há espaço para projetos brasileiros nos campos da gastronomia, literatura, música e artes plásticas, notadamente a partir da assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural, em novembro de 2021.

O mesmo pode ser dito da cooperação no campo do esporte. Em maio de 2022, representantes da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), do Ministério da Cidadania, mantiveram reunião com diplomata bareinita para tratar do tema. As partes identificaram o jiu-jitsu, o futebol e o hipismo como modalidades de interesse para a cooperação entre os dois países.

Por fim, há também margem para avanços na parceria bilateral em torno de temas educacionais, em especial no ensino superior e na pós-graduação, em áreas como agricultura, tecnologia da informação e mercado financeiro, além do fomento ao ensino do português e do árabe como línguas estrangeiras. Adicionalmente, o Bahrein é potencial candidato à inclusão nos programas PEC-G e PEC-PG.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

A maior aproximação entre Brasil e Bahrein traduziu-se em resultados econômicos concretos. O comércio bilateral saltou de USD 348 milhões em 2016 para USD 2,2 bilhões em 2021, o que colocou o Bahrein entre os principais parceiros comerciais do Brasil no Oriente Médio, em patamar similar ao do Irã e do Egito. Da mesma forma, o Brasil tornou-se, em volume total, a principal origem de importações bareinitas em 2021, à frente da China e de parceiros regionais. Em 2022, a participação brasileira nas importações do Bahrein foi de 12,8%, atrás apenas da China, com 14,5%.

Em 2022, a corrente de comércio sofreu queda de -24% em relação a 2021, somando USD 1.657,8 bilhão, com amplo superávit de USD 1.172 bi para o lado brasileiro. As exportações, que atingiram a cifra de USD 1.415,1 bilhão, experimentaram decréscimo de -25,7% face ao ano anterior, ao passo que as importações, calculadas em USD 242,7 milhões, reduziram-se em -12,5% em comparação com 2021. Mesmo diante da retração registrada em 2022, as compras do Bahrein posicionam o país como importante destino das exportações brasileiras, no mesmo patamar de parceiros da região como Bolívia, Equador e Venezuela e maior do que parceiros tradicionais como Suíça, Polônia e os países nórdicos.

O setor siderúrgico é central nos esforços do Bahrein de diversificar sua economia para além da produção e exportação de hidrocarbonetos: 94% do valor exportado pelo Brasil ao Bahrein corresponde ao item "minérios de ferro e seus concentrados". Também foram relevantes as exportações de bauxita – localiza-se no Bahrein a segunda maior fundição de alumínio do mundo, a Aluminium Bahrain (ALBA).

Em 2022, o país árabe ocupou a 65ª posição no ranking de países de origem das importações brasileiras. O principal produto importado do Bahrein foi petróleo refinado

(45% do total, USD 108 milhões, crescimento de 27,1% em relação a 2021), seguido de alumínio (38%, USD 92,5 milhões, queda de -36%) e de fertilizantes (16%, USD 39,6 milhões, acréscimo de 13,7%). O crescimento das importações de óleos combustíveis de petróleo justifica-se pelos esforços do governo brasileiro no sentido de combater a escassez de tais bens no mercado interno, a exemplo do óleo diesel S10, fornecido ao Brasil pela companhia Bapco (Bahrain Petroleum Company) após gestões do governo brasileiro. No tocante aos fertilizantes, o nitrogenado do subtípico ureia foi o único que o Brasil importou do Bahrein.

A pauta de comércio entre Brasil e Bahrein exibe padrão distinto de outros países da região do Golfo. Com estes, predominam exportações brasileiras do agronegócio e importações de hidrocarbonetos e derivados. Com o Bahrein, os principais produtos do comércio bilateral são minérios, destinados principalmente para as companhias Bahrain Steel – em que a Vale já teve participação – e Aluminium Bahrain (ALBA). A despeito de sua reduzida dimensão territorial e populacional, o Bahrein é hoje o 3º maior mercado para o minério de ferro brasileiro (4,6% do total exportado em 2022). Em todo caso, as autoridades do Bahrein manifestam preocupação com a segurança alimentar do país e têm interesse em diversificar seus fornecedores de alimento, o que representa um potencial para ampliação da pauta de exportações brasileira ao país do Golfo.

As exportações brasileiras podem ter grande impulso com a maior penetração de produtos do agronegócio brasileiro, especialmente carnes de aves, segundo principal produto exportado pelo Brasil ao Bahrein (3,7% do total das exportações em 2022). Tanto no caso das carnes de aves quanto de outros produtos do agronegócio, as exportações brasileiras para o Bahrein poderiam ganhar impulso com a superação de questões relativas à certificação sanitária e fitossanitária, inclusive certificação halal.

A relação de investimentos entre Brasil e Bahrein é histórica. O país contou com a presença da Vale e do Banco do Brasil no passado. Atualmente, entretanto, a relação se restringe à fábrica de bobinas de madeira da MADEM S.A no Bahrein e da presença no Brasil da Arab Banking Corporation, conhecido no Brasil como Banco ABC. A Bahrain Steel teria intenção de adquirir mina de minério de ferro no Brasil, o que levaria à exportação de quantidades e valores ainda maiores daquela matéria-prima para o Bahrein.

O fundo soberano bareinita, Mumtalakat Holding Company, detém aproximadamente USD 16,8 bilhões em ativos – montante consideravelmente menor na comparação com outros países do Golfo. O fundo investe entre 25% e 30% de seu capital no exterior, mas não possui investimentos diretos no Brasil. Operando por meio de aplicações em fundos de investimentos de terceiros países, no entanto, o fundo bareinita tem parcela de suas aplicações no Brasil. As principais áreas de atuação do fundo são nos setores imobiliário, industrial, financeiro e agropecuário, setores nos quais o Brasil oferece significativas oportunidades.

POLÍTICA INTERNA DO BAHREIN

Protetorado britânico desde 1861, o Bahrein se tornou independente em 1971, sob a forma de monarquia constitucional, com o nome de Estado do Bahrein. No momento da retirada britânica do Golfo, o Bahrein (assim como o Catar) considerou integrar-se aos Emirados Árabes Unidos, mas as negociações não prosperaram. A partir da Constituição de 2002, o país passou a chamar-se Reino do Bahrein, tendo como rei o Emir Xeique Hamad bin Isa Al Khalifa, no poder desde 1999.

Os poderes do monarca são amplos e incluem a criação de emendas constitucionais e de projetos de lei, a decisão sobre sua promulgação, a indicação do primeiro-ministro e de demais ministros, a titularidade do comando supremo das Forças Armadas, a aprovação de tratados, a nomeação de funcionários públicos, a presidência do Conselho Judicial e a indicação de seus juízes.

O Poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, constituído pelo primeiro-ministro e outros 21 ministros. Os ministérios mais importantes são comandados por membros da família Al Khalifa, elemento indicativo da concentração do poder em torno da família real.

O parlamento (Assembleia Nacional) é bicameral, dividido entre uma câmara alta (Conselho Shura), composta de 40 membros indicados pelo monarca, e uma câmara baixa (Câmara dos Deputados), integrada por 40 membros eleitos por sufrágio direto para período de 4 anos.

As normas aprovadas pela câmara baixa necessitam passar pelo crivo da câmara alta. O parlamento bareinita mantém certa capacidade deliberativa, em contraste com outros países do Conselho de Cooperação do Golfo, à exceção do Kuwait.

Partidos políticos são proibidos, mas sociedades politicamente orientadas são permitidas. Tradicionalmente, o Al-Wefaq (Sociedade Islâmica Nacional) é o principal grupo de oposição no parlamento, representando os xiitas islamistas.

A “primavera árabe” representou o recrudescimento das tensões sectárias no Bahrein e o início da mais grave crise enfrentada pelos Al Khalifa desde a independência do país. Os protestos aprofundaram a clivagem xiito-sunita no arquipélago, tendo sido necessária a intervenção de tropas de Arábia Saudita e dos EAU, em representação do CCG, para dissipar as manifestações.

As eleições subsequentes, em 2014 e 2018, foram boicotadas pela oposição, ampliando o número de parlamentares independentes e reduzindo o número de parlamentares adeptos do xiismo. Em ambos os pleitos, foi proibido o monitoramento internacional da eleição e foram adotadas regras relacionadas ao desenho das circunscrições eleitorais. Segundo grupos de direitos humanos, como a Anistia Internacional, as últimas eleições parlamentares, realizadas em novembro de 2022, tiveram lugar num ambiente de reduzida participação da oposição em razão de o estado do Golfo ter dissolvido os principais grupos críticos ao governo.

O primeiro-ministro bareinita de 1970 a 2021, Khalifa bin Salman, tio do Rei Hamad, era frequentemente associado a políticas conservadoras no país. Com a ascensão do príncipe herdeiro Salman bin Hamad ao cargo de Primeiro-Ministro, espera-se a gradual adoção de políticas mais liberais, tradicionalmente defendidas por ele. Em junho passado, Salman bin Hamad realizou ampla reforma de gabinete, que viu o número de ministros xiitas aumentar.

POLÍTICA EXTERNA DO BAHREIN

A modesta dimensão territorial do Reino do Bahrein e sua posição central no Golfo fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. Em país de maioria xiita, a casa real bareinita – os Khalifa, de confissão sunita – depende largamente do apoio de aliados da região, especialmente Arábia Saudita e EAU, para garantir a estabilidade.

Esse apoio é considerado essencial em momentos de crise, como no contexto dos protestos de março de 2011, em que a população xiita insurgiu-se contra o governo. Em reação à crise, cerca de 1000 soldados sauditas e 500 policiais emiráticos foram deslocados ao país, sob o abrigo da *Peninsula Shield Force* do Conselho de Cooperação do Golfo, para apoiar as forças de segurança locais.

À época, o Reino do Bahrein recebeu também pacote de ajuda econômica de USD 10 bilhões de EAU, Arábia Saudita e Kuwait para a estabilização econômica. Aporte semelhante foi feito novamente em outubro de 2018.

Na maior parte das questões regionais, verifica-se aproximação entre as posições do Bahrein, da Arábia Saudita e dos EAU, desde o conflito no Iêmen até a crise diplomática no Golfo envolvendo o Catar.

Os governos de Bahrein, Estados Unidos e Israel anunciaram, por meio de nota conjunta em 11/9/20, a normalização de relações diplomáticas entre Bahrein e Israel, no esteio de decisão semelhante tomada pelos EAU, em agosto de 2020. O estabelecimento de relações diplomáticas com Israel foi formalizado em 15/9 daquele ano, em cerimônia em Washington.

Em 29/9/2020, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel visitou o Bahrein, ocasião em que inaugurou a embaixada israelense em Manama. Em 21 de julho último, o primeiro-ministro israelense, Yair Lapid, telefonou ao príncipe herdeiro e primeiro-ministro do Bahrein, Salman bin Hamad Al Khalifa.

O governo bareinita reitera que a normalização com Israel não corresponde ao abandono da tradicional posição de apoio à Iniciativa Árabe para a Paz, pela qual a normalização das relações com Israel se seguiria ao estabelecimento de uma solução de dois Estados, com Jerusalém Oriental como capital da Palestina independente, com base nas fronteiras de 1967.

O Bahrein exerceu papel importante para a normalização das relações entre países árabes e Israel. Destaca-se, por exemplo, a declaração do Rei Hamad em favor do fim do boicote de países árabes a Israel e o fato de o Bahrein ter sediado, em junho de

2019, o workshop *Peace for Prosperity*, parte dos esforços do governo Trump para lidar com o conflito palestino.

O Bahrein é um dos maiores opositores ao Irã, em termos retóricos, entre os países do Golfo. A tensão entre Bahrein e Irã explica-se, parcialmente, por motivos históricos que precedem a Revolução Islâmica de 1979: o Irã só renunciou às suas pretensões territoriais sobre o Bahrein após a aprovação da Resolução 278 do Conselho de Segurança da ONU, em 1970, que ratificou o entendimento de que a maior parte da população bareinita desejava independência tanto do Irã quanto do Reino Unido.

Desde a Revolução de 1979, as tensões entre os países adquiriram contornos existenciais para o governo bareinita, fundadas no temor de que o Irã mobilizasse a maioria xiita no país contra a família real sunita. Esses temores ampliaram-se durante os protestos de 2011, culminando na retirada recíproca de embaixadores. Os embaixadores retornaram aos postos no ano seguinte, mas as relações bilaterais voltaram a se deteriorar em 2014, com novas acusações bareinitas de interferência iraniana em sua política interna. Finalmente, o Bahrein rompeu relações com o Irã em janeiro 2016, seguindo-se à execução de clérigo xiita Nimr al-Nimr na Arábia Saudita e o ataque à embaixada saudita em Teerã por manifestantes (Arábia Saudita e EAU também romperam relações com Teerã naquela ocasião).

Bahrein e Catar possuem tensões históricas que remontam ao século 18, momento em que as famílias reais disputavam partes da Península Arábica – a família real do Bahrein (Al Khalifa) detinha então controle sobre o atual território do Catar. O Bahrein tem sido um dos países mais relutantes a reestabelecer laços plenos com o Catar após a superação, no início de 2021, da crise diplomática deflagrada em junho de 2017, quando o Bahrein, Arábia Saudita, EAU e Egito romperam relações diplomáticas com Doha.

Fora de seu entorno regional, o Bahrein mantém relacionamento privilegiado com os EUA desde o fim da segunda guerra mundial. Os EUA atribuem ao Bahrein um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN desde 2002. O reino é sede da base naval norte-americana no Golfo, onde estão baseados o Comando Naval e a 5^a Frota dos EUA. Estima-se haver mais de 5.000 militares americanos no Bahrein. As relações bilaterais passaram recentemente por relativo estremecimento, devido a críticas de congressistas do Partido Democrata ao alegado histórico de violações de direitos humanos do Bahrein.

Situa-se também no Bahrein o comando da Combined Maritime Forces (CMF) – uma parceria de forças navais criada em 2001 e composta de 32 países com o objetivo de combater o terrorismo, expandida, posteriormente, para incluir operações antipirataria. O comando da CMF abrange hoje quatro operações (forças tarefas combinadas – CTF), realizadas em 3,2 milhões de milhas quadradas, incluindo três pontos de estrangulamento: o Estreito de Ormuz, o Estreito de Bab Al Mandeb e o Canal de Suez.

O Bahrein busca apresentar-se como país moderno e tolerante, onde diversas culturas e religiões conviveriam pacificamente, sobretudo se comparado a seus vizinhos do Golfo. Em 2022, o país recebeu a visita do Papa Francisco, em gesto de abertura ao

Ocidente, no contexto do evento “Bahrain Forum for Dialogue: East and West for Human Coexistence.”

ECONOMIA DO BAHREIN

A extração de pérolas constituiu, durante séculos, a principal atividade econômica do Bahrein e sua principal fonte de receitas. O colapso do mercado internacional de pérolas no início da década de 1930, cuja extração foi, por séculos, a principal atividade econômica na região, coincidiu com o começo da exploração de petróleo no país, que trouxe acelerado desenvolvimento econômico.

O Bahrein foi o primeiro país da região a encontrar e exportar petróleo, ainda na década de 1930, embora nunca tenha atingido níveis de produção similares aos dos vizinhos. O Reino possui reservas relativamente pequenas, estimadas em centenas de milhões de barris. Assim, o Bahrein foi o primeiro país da região a preocupar-se, já a partir da década de 1960, em diversificar sua economia.

O Reino do Bahrein é o menor produtor de petróleo entre os membros do Conselho de Cooperação do Golfo. Junto de Omã, é também o único país da região a não integrar a OPEP. A produção de óleo bareinita ocorre em dois campos: Bahrain e Abu Safah, este offshore e co-administrado com a Arábia Saudita. A capacidade de refino do país excede a produção de petróleo bruto, o que gera excedentes exportáveis. Embora também produza gás natural, o Bahrein destina toda sua produção para o consumo doméstico. O gás responde por quase toda a oferta primária de energia do país (87,5%), com petróleo e derivados respondendo pelo restante.

Em 2018, o Bahrein anunciou a maior descoberta de petróleo em seu território desde 1932, no campo offshore de Khaleej Al Bahrein. As reservas não-convencionais (xisto) não estão confirmadas, mas o Ministério do Petróleo afirma que totalizariam 80 bilhões de barris. Sua confirmação diminuiria a dependência de Riade no setor de hidrocarbonetos, uma vez que a maior parte das receitas do governo bareinita hoje advém do campo de Abu Safah, explorado pela empresa saudita Aramco.

Eventual extração no campo descoberto seria, contudo, de alta complexidade e custo. Em entrevista concedida em junho de 2022, o executivo chefe da Nogaholding – braço de desenvolvimento energético do Reino – afirmou que não haveria planos de realização de nenhuma perfuração no campo naquele ano e sublinhou que a exploração de Khaleej Al Bahrein seria um “desenvolvimento muito caro”.

Ressalte-se, neste sentido, que o país possui, na região, os mais altos “breakeven prices” fiscal e externo – preços do petróleo que equilibrariam as contas públicas e as contas externas do país –, aproximando-se dos 100 dólares no âmbito fiscal e dos 84 dólares no plano externo.

Em face da deterioração das contas públicas, o governo bareinita lançou, em 2018, programa de equilíbrio fiscal que inclui a introdução de imposto sobre valor agregado (VAT), em vigor desde janeiro de 2019, de programa de aposentadoria voluntária para funcionários públicos e de redirecionamento de subsídios para cidadãos.

O lançamento do programa de austeridade foi acompanhado pelo referido pacote de ajuda de USD 10 bilhões concedido por Arábia Saudita, EAU e Kuwait. O auxílio foi condicionado à adoção de medidas de combate à corrupção pelo Bahrein.

Com a eclosão da pandemia de covid-19, o governo do Bahrein tomou, rapidamente, uma série de medidas econômicas orientadas à provisão de liquidez para empresas e a garantia da renda dos cidadãos, totalizando, aproximadamente, 30% do PIB do país. Apesar das medidas, o setor não petrolífero, substancial na economia bareinita, teve contração de 7%, puxada pelo setor de serviços.

Em primeiro momento, os pacotes de estímulo agravaram a crise fiscal e de contas externas. Estima-se que, em 2020, o país tenha tido déficit público de 18,2% do PIB e a dívida pública bruta alcançou 129,7% do PIB. O déficit nas contas correntes alcançou 9,3% e as reservas internacionais do país caíram a níveis mínimos. A economia deu sinais de recuperação em 2021, registrando crescimento de 2,2%. A recuperação foi liderada pelo setor não petrolífero, com crescimento de 2,8% em relação ao ano anterior.

O FMI estima um crescimento do PIB do país de 3,4% em 2022. Em agosto, o Ministério de Finanças e Economia Nacional do Bahrein publicou relatório em que se noticiou um superávit nominal de USD 88 milhões no primeiro semestre do ano, possibilitado, em parte, por um aumento de 52% nas receitas, em comparação com o primeiro semestre de 2021.

O processo de diversificação econômica iniciado na década de 1960 voltou-se sobretudo para a promoção do setor industrial e do setor financeiro. A Aluminium Bahrain (ALBA), empresa controlada pelo governo, teria representado, em 2020, 16% do total das exportações do Reino. No setor industrial, destaca-se, também, a refinaria de Sitra, que processa petróleo importado da Arábia Saudita.

O Bahrein conta, também, com setor financeiro desenvolvido, que em 2021 ultrapassou o de hidrocarbonetos como o principal setor econômico do país (17,9% do PIB comparado a 17,4%). O setor financeiro bareinita enfrenta, contudo, difíceis perspectivas de crescimento. Durante décadas, o país beneficiou-se do fluxo de capital oriundo de seus vizinhos e da derrocada do anterior centro financeiro regional, o Líbano. Atualmente, ainda que continue a deter a maior concentração de instituições financeiras islâmicas, o Bahrein foi ultrapassado por Dubai como principal centro financeiro regional, além de enfrentar as tentativas da Arábia Saudita e do Catar de firmarem-se, também, como centros financeiros importantes.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bahrein (26 de junho). Criação da embaixada do Brasil no Estado do Bahrein, cumulativa com a embaixada em Jedá (Decreto n. 74.264, de 8/7/74).
1976	Abertura de agência do Banco do Brasil em Manama (7 de outubro).
1982	O ministro das Finanças do Bahrein visita o Brasil.
1983	A embaixada do Brasil no Bahrein passa a ser cumulativa com a embaixada no Kuwait (Decreto n. 88.934, de 131/10/83). O ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto faz visita ao país, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio (dezembro).
1995	Encerramento das atividades da agência do Banco do Brasil em Manama.
1996	O chanceler Luiz Felipe Lampreia mantém encontro com o chanceler bareinita, xeique Mohammed Al Khalifa, à margem da 51ª AGNU.
1997	O chanceler Luiz Felipe Lampreia mantém encontro com o chanceler bareinita, xeique Mohammed Al Khalifa, à margem da 52ª AGNU.
2005	O vice-primeiro-ministro e chanceler do Bahrein, Mohamed bin Mubarak Al Khalifa, chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.
2011	Encontro entre o chanceler Antonio Patriota e o chanceler bareinita, xeique Khalid bin Ahmad Al Khalifa, em Washington (31 de maio).
2012	Encontro entre o chanceler Antonio Patriota e o chanceler bareinita, xeique Khalid bin Ahmad Al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula ASPA (1 de outubro).
2013	Visita a Brasília de missão parlamentar composta por três representantes da Câmara bareinita e assessor parlamentar (4 a 10 de abril). Visita ao Bahrein de delegação chefiada pelo secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Humberto Ribeiro, com o objetivo de estimular o intercâmbio bilateral de investimentos (5 de maio).
2014	Abertura da embaixada do Bahrein em Brasília (6 de outubro). As operações da embaixada foram encerradas no mesmo ano.
2018	I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Bahrein (1 de julho). Reativada a embaixada do Bahrein em Brasília por meio da designação de encarregado de negócios residente (29 de agosto). Assinatura, em Manama, pelo embaixador do Brasil junto ao Reino do Bahrein, Norton Rapestá, e pelo ministro dos Transportes e das Comunicações do Bahrein, Kamal bin Ahmed Mohamed, do Acordo de Serviços Aéreos (11 de novembro).
2019	II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (17 de setembro).
2020	Telefonema do Senhor Ministro de Estado com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino do Bahrein, Abullatif bin Rashid Al Zayani (20 de julho). III Reunião de Consultas Políticas, por videoconferência (23 de setembro) Realização de evento do King Hamad Global Centre for Peaceful Coexistence em Brasília, contando com a presença do Presidente da República (16 de dezembro)
2021	Telefonema do Presidente da República ao Rei do Bahrein (março) Visita do Presidente da República a Manama (16 de novembro)
2022	IV Reunião de Consultas Políticas, em Manama (4 de setembro).

ACORDOS ASSINADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	1/7/2018	1/7/2018	6/7/2018
Acordo de Serviços Aéreos	14/11/2018	28/08/2021	20/10/2021
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Bahrein sobre a Isenção da Exigência de Visto para Titulares de Passaportes Diplomáticos, Especiais e Oficiais	16/11/2021	11/02/2022	08/02/2022
Memorando de cooperação esportiva entre a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania e o Ministério da Juventude e do Esporte do Reino do Bahrein	16/11/2021	16/11/2021	
Memorando de entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática Mohammed Bin Mubarak Al Khalifa do Reino do Bahrein para a cooperação mútua no treinamento de diplomatas	16/11/2021	16/11/2021	30/12/2021
Memorando de entendimento entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central do Bahrein sobre cooperação na área de supervisão e resolução de instituições autorizadas	16/11/2021	16/11/2021	
Memorando de entendimento entre o Ministério do Turismo e a Autoridade para a Cultura e Antiguidades do Reino do Bahrein na área de cooperação cultural	16/11/2021	16/11/2021	
Memorando de entendimento entre a Coordenação da Liberdade Religiosa ou Crença, Consciência, Expressão e Acadêmica (COLIB) do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e o Centro Rei Hamad para a Coexistência Pacífica	16/11/2021	16/11/2021	
Acordo-Quadro sobre Cooperação Militar	04/09/2022		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MANAMA

Candidato: ADRIANO SILVA PUCCI

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Adriano Silva Pucci**

Nascido em São Paulo/SP em 14 de março de 1968, o embaixador Adriano Silva Pucci é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Desde o início de sua carreira diplomática, em 1992, o candidato percorreu trajetória no serviço exterior diversificada e repleta de desafios.

Em Brasília, seu percurso incluiu o trabalho em onze unidades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com destaque para as três mais recentes, como Diretor do Departamento de Nações Unidas, Assessor Especial de Imprensa e Diretor do Departamento de Administração, que ora chefa. Cumpriu também mandato na Comissão de Ética do Itamaraty (2012-2015) e atuou como professor titular de duas disciplinas no Instituto Rio Branco.

No exterior, sua experiência profissional acumulou-se em cinco postos de importância estratégica para a política externa brasileira, a saber: a Missão junto às Nações Unidas, em Nova York (1997-2000); e as Embaixadas em Caracas (2000-2003), Montevidéu (2006-2009), Vaticano (2016-2019) e Madri (2019-2020).

Em virtude de serviços prestados ao Estado brasileiro, o Embaixador Pucci foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de comendador (2013), com a Medalha Exército Brasileiro (2021) e com a Medalha Mérito Santos-Dumont (2022).

Por todas essas qualificações, a confirmação de sua indicação para a recém-inaugurada (2021) Embaixada do Brasil em Manama sinalizaria o grau de importância atribuída pela República Federativa do Brasil às relações diplomáticas com o Reino do Bahrein, às vésperas da celebração, em 2024, dos 50 anos de seus laços ininterruptos de amizade. No mesmo diapasão, a presença ativa do primeiro embaixador residente naquele país anfitrião contribuirá para ampliar significativamente as múltiplas oportunidades comerciais, de investimento e de cooperação entre os dois países.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais, multilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecido pela sociedade como Missão diplomática capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Bahrein, maximizando benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Bahrein, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis, e concertar cooperação no âmbito multilateral, em benefício de posições brasileiras.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Conhecimento detalhado e crítico da realidade bahreinita e das vertentes de atuação interna, regional e internacional do governo local. Consciência plena dos interesses brasileiros no país e na região.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Bahrein.
2. Impulsionar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado bahreinita por meio da promoção de produtos e serviços nacionais, da prospecção de oportunidades e do apoio a empresas e investidores brasileiros.
3. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital bahreinitas.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Bahrein, em especial mediante fomento da língua portuguesa e da cultura brasileira no país.
5. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo bahreinita.
6. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
7. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público bahreinita.
8. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com o Bahrein em áreas de interesse comum, como o setor de defesa.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1) Promover maior acesso de produtos do Brasil ao mercado bahreinita**

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
- *Criar e atualizar permanentemente guia para exportações para o mercado bahreinita (“Guia Como Exportar - Bahrein”);*
- *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas à ampliação da base de produtos agropecuários que podem ser exportados para o Bahrein, inclusive produtos com certificação halal;*
- *Apoiar iniciativas de produtores e associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial no Bahrein;*
- *Organizar eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
- *Manten Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Bahrein;*
- *Desenvolver e aprofundar ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira;*
- *Promover a participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Bahrein, como a “Middle East Oil, Gas and Geosciences Show”;*
- *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados no Bahrein;*
- *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e o Bahrein.*

2) Apoiar a ampliação de investimentos recíprocos

- *Realizar gestões junto ao fundo soberano bareinita, Mumtalakat Holding Company, e outras entidades públicas e privadas locais atuantes em matéria de investimento em favor de temas de interesse do Brasil;*
- *Dar seguimento a negociações de instrumentos bilaterais que possam ajudar a dinamizar os investimentos entre Brasil e Bahrein, tais como acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos, de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira e para Evitar a Dupla Tributação;*

- Apoiar a realização de missões empresariais e palestras dirigidas, e ao diálogo com os setores produtivos de lado a lado;
- Apoiar investidores brasileiros em seu processo de instalação no Bahrein (“after-care”);
- Implementar o Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado em novembro de 2018.

3) Apoiar os trabalhos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e da APEX

- Articular ações integradas com o escritório da Apex-Brasil para a África e Oriente Médio em Dubai, bem como com os representantes da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais do Brasil e do Bahrein;
- Acompanhar a implementação dos Memorandos de Entendimento entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a Câmara de Comércio e Indústria do Bahrein, e entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a Federação das Câmaras do Conselho de Cooperação do Golfo (FGCCC), assinado em novembro de 2021; e

4) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira no Bahrein

- Apoiar a realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira;
- Apoiar a negociação de instrumento bilateral de cooperação;
- Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países;
- Explorar cooperação na área de produtos de defesa para além dos aspectos comerciais, de forma a incluir também possíveis iniciativas conjuntas na área de pesquisa e desenvolvimento;
- Promover a participação brasileira em feiras do setor de defesa.

5) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais financeiros e de comércio, em particular na OMC

- Acompanhar a implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre os Bancos Centrais do Brasil e do Bahrein, assinado em novembro de 2021.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado bahreinita a produtos e serviços brasileiros
- 2) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, bem como o número de atividades de inteligência e de promoção comercial
- 3) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira

- 4) Valor de eventuais aquisições pelo governo bahreinita de produtos da indústria de defesa brasileira
- 5) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução de pendências sanitárias e fitossanitárias
- 6) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventuais instrumentos bilaterais nas áreas de comércio, investimentos, defesa e segurança.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral com o Bahrein por meio da intensificação de visitas oficiais de lado a lado**
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Bahrein e vice-versa;*
 - *Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e bahreinitas, em formato presencial ou virtual.*
2. **Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - *Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo bahreinita;*
 - *Apoiar a realização de reuniões de consultas políticas bilaterais periódicas no âmbito Mecanismo de Consultas Políticas;*
 - *Apoiar processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e o Bahrein;*
 - *Identificar áreas prioritárias para a cooperação bilateral e para o diálogo em temas internacionais de interesse mútuo.*
3. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa bahreinita**
 - *Manter contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, bem como canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro;*
 - *Manter intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, acadêmicos e missões estrangeiras sobre as realidades bahreinita nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, e de segurança e defesa;*

- *Produzir regularmente materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa bahreinita, nas suas mais diversas vertentes; e*
- *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.*

4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificar temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Prover informações e análises sobre propostas do governo bahreinita para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e*
- *Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas encaminhadas pelo lado bahreinita.*

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- *Apoiar visitas/reuniões/encontros/eventos de parlamentares do Congresso Nacional brasileiro e de membros do Conselho Nacional Federal bahreinita; e*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos realizados com atores relevantes da vida política bahreinita
- 2) Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão
- 3) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão
- 4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, formadores de opinião, etc.
- 5) Número de acordos bilaterais e instrumentos de cooperação técnica bilateral concluídos durante a gestão

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais nos quais Brasil e o Bahrein sejam membros**
 - *Realizar elaboração sistemática de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Bahrein em foros multilaterais;*

- *Realizar elaboração sistemática de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Bahrein na Organização Mundial do Comércio;*
 - *Dialogar com representantes governamentais bahreinitas sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
 - *Realizar gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
- 2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com o Bahrein entre seus membros**
- *Realizar gestões para buscar o apoio do governo bahreinita a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões promovidas com autoridades bahreinitas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais
- 3) Índice de apoio bahreinita a candidaturas e propostas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais

IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade bahreinita e diversificar as referências culturais brasileiras**
- *Apoiar a inserção brasileira em festivais de audiovisuais;*
 - *Promover eventos de fotografia, gastronomia, design, música, esporte e dança brasileiros;*
 - *Apoiar festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
 - *Promover a literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
 - *Fomentar a produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, quadrinhos, áudios, filmes, seminários e eventos);*
 - *Fomentar o conhecimento mais amplo da música brasileira; e*
 - *Desenvolver política atualizada de atuação nas redes sociais.*

- 2. Ampliar a interlocução entre os setores de promoção comercial e cultural do Posto como forma de promoção da marca Brasil e de agregação de valor aos produtos brasileiros**
- 3. Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que o Bahrein tenha alcançado reconhecimento internacional**
 - *Promover contatos entre profissionais e artistas brasileiros e bahreinitas;*
 - *Implementar o Memorando de Entendimento entre o Centro Global Rei Hamad para a Coexistência Pacífica e a Coordenação de Liberdade de Religião ou Crença, Consciência, Expressão e Acadêmica (COLIB), assinado em novembro de 2021;*
 - *Implementar o Acordo sobre Cooperação Cultural, assinado em novembro de 2021;*
 - *Implementar o Memorando de Entendimento para a Cooperação Esportiva assinado em novembro de 2021;*
 - *Implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas, assinado em novembro de 2021; e*
 - *Considerar possíveis atividades para a comemoração do ano de 2024 como Jubileu de Ouro do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Bahrein.*
- 4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores bahreinitas e brasileiros; e*
 - *Apoiar as iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Bahrein, a exemplo da produção de grandes eventos.*
- 5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes bahreinitas**
 - *Promover o Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;*
 - *Promover a participação brasileira em feiras de turismo no Bahrein;*
 - *Apoiar iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado bahreinita.*
- 6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público bahreinita**
 - *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de eventos de cinema, música, dança, esporte, gastronomia e literatura brasileiros
- 2) Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão
- 3) Número e qualidade de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão
- 4) Número e qualidade de ações de promoção do turismo realizadas durante a gestão, com apoio da EMBRATUR
- 5) Número de reuniões com empresas e entidades setoriais realizadas durante a gestão

V – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com o Bahrein na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental**
 - *Realizar reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Identificar novas oportunidades de cooperação em temas ambientais e na promoção do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental;*
 - *Promover a participação brasileira em eventos no Bahrein ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades bahreinitas em eventos realizados no Brasil;*
 - *Divulgar e difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoiar o diálogo entre especialistas e acadêmicos bahreinitas e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
 - *Apoiar a aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
 - *Apoiar a negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e*
 - *Analizar os impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Bahrein.*
- 2. Promover aproximação das posições bahreinitas e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente**

- *Realizar reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; e*
- *Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 28), a realizar-se nos Emirados Árabes Unidos em 2023.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável

VI – COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Bahrein**
 - *Incentivar a cooperação com o governo bahreinita para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
 - *Promover iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I, com especial atenção para os setores de petróleo e gás; minério de ferro, aço e alumínio; tecnologias agrícolas; infraestrutura; transportes e logística;*
 - *Identificar oportunidades de maior de cooperação no campo das energias limpas, com especial atenção para as áreas de energias renováveis, incluindo biocombustíveis, transmissão e distribuição de eletricidade, redes inteligentes e eficiência energética; e*
 - *Apoiar o diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, telecomunicações, usos pacíficos do espaço exterior e biotecnologia, entre outras.*
- 2. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Dialogar com representantes da indústria de CT&I no Bahrein, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
 - *Apoiar a realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
 - *Promover iniciativas de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países; e*
 - *Promover iniciativas de cooperação entre startups brasileiras e instituições bahreinitas, em particular nos setores de "fintech" e "agrotech".*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas

VII - COOPERAÇÃO EM DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e de segurança do Brasil e do Bahrein**
 - *Identificar novas iniciativas de interesse mútuo para fortalecer a parceria bilateral em temas de defesa e segurança e promover o intercâmbio sobre questões relacionadas à segurança internacional nos níveis nacional, regional e global, inclusive o possível estabelecimento de mecanismo de diálogo.*
- 2. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**
 - *Prestar apoio a processos de negociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e o Bahrein.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos com autoridades bahreinitas de defesa e de reuniões bilaterais em matéria de defesa e cooperação policial durante a gestão
- 2) Número de contatos com autoridades de defesa locais, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de defesa, e ações de promoção de produtos de defesa durante a gestão

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO BAHREIN

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Mapear a comunidade brasileira no Bahrein**
- 2. Garantir a oferta de serviços de qualidade aos nacionais e estrangeiros que necessitarem de serviços consulares**
- 3. Apoiar a comunidade brasileira residente em território bahreinita**
- 4. Avaliar o interesse e a viabilidade do estabelecimento de Conselho de Cidadãos**

5. Promover o diálogo consular com a Chancelaria bahreinita, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes da comunidade brasileira no Bahrein
- 2) Número de reuniões com a Chancelaria bahreinita sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país
- 3) Avaliação dos serviços do posto pelos usuários dos serviços consulares

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 36, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ADRIANO SILVA PUCCI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Bahrein.*

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ADRIANO SILVA PUCCI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Bahrein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. ADRIANO SILVA PUCCI nasceu em 14 de março de 1968, em São Paulo/SP, tendo inicialmente se graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba/PR, em 1989, e, posteriormente, em 1992, ingressou na carreira diplomática.

Obteve o grau de Mestre em Relações Internacionais na UnB em 1994, e, no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos

Estudos em 2009, quando defendeu a tese intitulada “O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai”

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1993, ascendeu a Segundo-Secretário em 1997; a Primeiro-Secretário em 2004; a Conselheiro, em 2009; a Ministro de Segunda Classe, em 2013; e a Ministro de Primeira Classe, em 2022.

Entre as funções desempenhadas na carreira destacam-se, no exterior, de posto de segundo-secretário na Missão Permanente junto às Nações Unidas, Nova York (1997-2000) e na Embaixada em Caracas (2000-3); primeiro-secretário e conselheiro na Embaixada em Montevidéu (2006-9); ministro-conselheiro na Santa Sé (2016-18) e em Madri (2018-20). No Itamaraty, foi diretor dos Departamentos de Nações Unidas (2020-21), Comunicação Social (2021-22) e de Administração (desde 2022), além de ter sido chefe da Assessoria Especial de Imprensa em 2022.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Bahrein, o qual informa acerca das relações bilaterais desse País com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, relação comercial e economia. Ademais, foi encaminhado planejamento estratégico do indicado para o posto pretendido.

Nossas relações bilaterais tiveram início em 1974, porém somente em 2021 inauguramos nossa Embaixada em Manama. Neste mesmo ano a corrente comercial passou para a marca de USD 2,2 bilhões. No ano seguinte, esse fluxo caiu para cerca de USD 1,6 bilhão, com amplo superávit de quase USD 1,2 bilhão para o lado brasileiro, devido especialmente pela exportação de minérios de ferro e seus concentrados (o que corresponde a 94% de nossas exportações). Quanto a nossas importações, o principal produto no período foi petróleo refinado (45% do total), seguido de alumínio (38%) e de fertilizantes (16%).

Sobre a perspectiva de expansão de nossas exportações se destaca o agronegócio, pois os 3,7% de nossas exportações foram concentrados em carnes de aves, com possível ampliação a outros produtos.

Dentre as metas do candidato, destacamos:

- Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;
- Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas à ampliação da base de produtos agropecuários que podem ser exportados para o Bahrein, inclusive produtos com certificação halal;
- Realizar gestões junto ao fundo soberano bareinita, Mumtalakat Holding Company, e outras entidades públicas e privadas locais atuantes em matéria de investimento em favor de temas de interesse do Brasil;
- Dar seguimento a negociações de instrumentos bilaterais que possam ajudar a dinamizar os investimentos entre Brasil e Bahrein, tais como acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos, de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira e para Evitar a Dupla Tributação;
- Articular ações integradas com o escritório da Apex-Brasil para a África e Oriente Médio em Dubai, bem como com os representantes da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais do Brasil e do Bahrein;
- Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa brasileira no Bahrein;
- Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais nos quais Brasil e o Bahrein sejam membros;
- Promover o Brasil como destino turístico de viajantes bareinitas; e
- Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público bareinita.

Diante da natureza do presente relatório, essas são as considerações que julgamos convenientes.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO
 CPF.: 117.873.028-06
 ID.: 6670 MRE

1963 Filho de João Genésio de Almeida e Dione Francischini de Almeida, nasce em 27 de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1985 Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 1986 Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo
 1990 Curso de Preparação da Carreira à Diplomata - IRBr
 1998 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
 2005 Curso de Altos Estudos - IRBr

Cargos:

- 1991 Terceiro-secretário
 1996 Segundo-secretário
 2003 Primeiro-secretário, por merecimento
 2007 Conselheiro, por merecimento
 2010 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2018 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1991-95 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
 1995-96 Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, assessor
 1996-99 Embaixada em Londres, terceiro e segundo-secretário
 1999-02 Embaixada em Pretória, segundo-secretário
 2002-04 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
 2004-08 Embaixada em Pretória, primeiro-secretário e conselheiro
 2008-10 Coordenação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, coordenador
 2010-11 Divisão do Agrupamento BRICS, chefe
 2011-13 Delegação Permanente em Genebra, ministro-conselheiro
 2013-17 Consulado-Geral em Genebra, cônsul-geral adjunto
 2017-19 Departamento de Energia, diretor
 2019 Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, diretor
 2019- Missão junto às Nações Unidas, Nova York, representante permanente alterno

Publicações:

- 2009 O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas. Editora Fundação Alexandre de Gusmão.

Condecorações:

- 2002 Medalha Tamandaré, Brasil
 2007 Medalha do Pacificador, Brasil
 2018 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
 2018 Comenda Amigo da Marinha
 2020 Ordem do Mérito Naval, Grande-Oficial
 2020 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial

2021	Ordem do Mérito Militar, Grande-Oficial
2021	Medalha "Fundação Casa de Rui Barbosa"
2022	Medalha "Domingos Franciulli Netto"
2022	Medalha "Mérito Santos-Dumont"
2022	Ordem do Mérito da Defesa, Grande-Oficial
2022	Medalha de "Mérito Oswaldo Cruz" - categoria OURO

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2023

(nº 269/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 269

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de junho de 2023.

EM nº 00093/2023 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Botsuana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 349/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/06/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4336075** e o código CRC **15B9836A** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE BOTSUANA



OSTENSIVO

Abril de 2023

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões FOB – COMEX STAT)	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
APRESENTAÇÃO	5
RELAÇÕES BILATERAIS	6
1. Cooperação técnica e humanitária.....	9
2. Acordo de Isenção de Vistos.....	9
3. Cooperação entre academias diplomáticas	10
4. Cooperação em temas de defesa	10
5. Temas agrícolas e sanitários.....	10
6. Biocombustíveis.....	10
7. Promoção de investimentos.....	Erro! Indicador não definido.
POLÍTICA INTERNA.....	11
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA	12
COMÉRCIO BILATERAL.....	13

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República de Botsuana
CAPITAL:	Gaborone
ÁREA:	581.730 km ² (pouco menor do que o estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO (est. 2021):	2,5 milhões de habitantes
IDIOMAS:	Inglês (oficial) e Setsuana
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs e tradicionais africanas
SISTEMA DE GOVERNO:	Semi-presidencialismo
PRESIDENTE:	Mokgweetsi Eric Keabetswe Masisi (<i>eleito em abril de 2018 e reconduzido ao cargo em outubro de 2019</i>)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Lemogang Kwape (<i>desde agosto de 2020</i>)
EMBAIXADOR EM GABORONE:	Flávio Hugo Lima Rocha Junior (<i>desde dezembro de 2020</i>)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Sra. Tebogo Teko Lily Motshome (<i>desde dezembro de 2018</i>)
PIB nominal (2021):	US\$ 17,61 bilhões
PIB PPP (2021):	US\$ 16,48 bilhões
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2013):	87%
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	66 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB – COMEX STAT)

BRASIL→ BOTSUANA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	0,66	1	1,4	3,99	4,05	1,10	0,98	1,69	2,49	1,35	1,83
Exportações	0,65	0,99	1,44	3,82	4,04	1,08	0,98	1,67	2,49	1,34	1,82
Importações	0,01	0,01	0,005	0,17	0,01	0,01	0,004	0,01	0,002	0,01	0,01
Saldo	0,64	0,98	1,44	3,64	4,02	1,07	0,97	1,65	2,48	1,33	1,81

PERFIS BIOGRÁFICOS



MOKGWEETSI ERIC KEABETSWE MASISI (Presidente da República). Nascido em 1961, graduou-se em Inglês e História pela Universidade de Botsuana, onde trabalhou em 1987 como desenvolvedor de currículo. Em 1989, obteve mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual da Flórida, nos Estados Unidos. Em 2009, elegeu-se para o Parlamento. Em 2011, exerceu o cargo de ministro para Assuntos Presidenciais e Administração Pública. Assumiu, em 2014, o Ministério da Educação e Desenvolvimento de Habilidades. Em novembro de 2014, foi indicado como vice-presidente do então mandatário Ian Khama. Tornou-se presidente interino de Botsuana em abril de 2018, tendo sido eleito e confirmado para o cargo em 2019.

Pertence aos quadros do Partido Democrático de Botsuana (BDP), principal força política de Botsuana.



LEMOGANG KWAPE (Ministro dos Negócios Estrangeiros). Eleito em 2014 e 2019 como membro do Parlamento de Botsuana, Lemogang Kwaape exerceu a função de ministro da Saúde de junho de 2019 até agosto de 2020, quando foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros do país pelo presidente Masisi em reconhecimento de sua gestão à frente da *Covid-19 Task Force*. Lemogang Kwaape é detentor de doutorado em Epidemiologia pela Universidade de Aberdeen, Reino Unido; de mestrado em Saúde Pública e Epidemiologia pela Universidade Wageningen, dos Países Baixos; e bacharelado em Nutrição pela Universidade Texas Southern, Estados Unidos. Atuou por duas décadas como nutricionista em instituições públicas, privadas e

ONGs, sobretudo como chefe do Departamento de Nutrição do Centro Nacional de Pesquisa Alimentar de Botsuana, antes de ingressar na política parlamentar.



TEBOGO TEKO LILY MOTSHOME (Embaixadora em Brasília). Nascida em 1967, estudou Administração Pública e Ciência Política na Universidade de Botsuana, com mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Wollongong, na Austrália. Conta com experiência profissional em representações diplomáticas de Botsuana na África (Zimbábue e Namíbia) e na Europa (Genebra e Bruxelas). Diplomata de carreira, esteve à frente do Departamento da Europa e Américas da chancelaria botsuanesa. Desde 2018, é embaixadora de Botsuana no Brasil.

APRESENTAÇÃO

Botsuana está situada no centro da África austral, sem saída para o mar, fazendo fronteira com África do Sul, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue. O país é majoritariamente plano em termos topográficos, com 70% de seu território sendo constituído pelo deserto do Kalahari. As regiões de morros ao sul do país, porém, concentram riquezas minerais expressivas, a exemplo das jazidas de diamantes (mineral do qual Botsuana é o segundo maior produtor mundial após a Rússia). O país recebe também número significativo de turistas internacionais (cem a duzentos mil por ano) interessados em seus parques e reservas de caça, em especial o delta do Okavango, savana alagada durante o período de chuvas com características semelhantes às do Pantanal brasileiro.

A população total de Botsuana é, atualmente, de cerca de 2,5 milhões de habitantes. Com um território total de quase 600 mil quilômetros quadrados, o país tem, portanto, uma das menores densidades populacionais do mundo (4,1 habitantes por km²). Gaborone, a capital, concentra cerca de 12% da população do país e está muito próxima à fronteira com a África do Sul, beneficiando-se de boa conexão com a infraestrutura e economia do país vizinho. Há grande homogeneidade étnica em Botsuana, sendo a população majoritariamente pertencente à etnia tsuana (quase 80%) e utilizando o idioma setsuana em suas interações familiares e o inglês em contextos estudantis, profissionais, comerciais e oficiais.

A descoberta dos diamantes na década de 1960, em conjunto com sua estabilidade institucional, permitiu a Botsuana passar de uma nação majoritariamente dedicada a atividades de subsistência (pecuária, pequenas plantações), com renda per capita que a colocava entre as nações mais pobres e isoladas do mundo, em um dos países mais prósperos da África, dotado de classe média (renda per capita atual de quase US\$ 7 mil/ano, comparável à do Brasil), infraestruturas modernas e a 3^a melhor posição no índice de desenvolvimento humano da África subsaariana.

Até o século XIX, o país organizou-se em estruturas tribais de vilarejos tsuanas conectadas por laços comerciais e militares com hierarquia rígida e economia baseada na pecuária de subsistência e comércio de marfim. Invasões de outros povos bantus provenientes do território da atual África do Sul e conflitos levaram as tribos a expandirem suas redes comerciais até a província do Cabo, de onde começaram a se aprovisionar em armas de fogo e cavalos. Esse avanço militar permitiu à etnia tsuana estabelecer domínio e estabilidade sobre seu território entre o fim do século XIX e início do século XX, quando a fronteira com o que se tornaria a África do Sul se consolidou após conflitos e acordos de paz com populações de origem europeia (africâneres, sobretudo na região do Transvaal). Missionários cristãos de origem britânica passaram a se instalar no território, e o rei Khama III (1875-1923) tornaria a cristandade religião oficial – o que auxiliou suas tratativas com Londres por proteção ao fim do século XIX.

Em 1885, após a Conferência de Berlim, o Reino Unido anexou unilateralmente o território de Khama III com a intenção de assegurar a conexão entre seus territórios na África do Sul e sua expansão ao norte do continente africano, protegendo-a também do colonialismo alemão. Uma expedição militar pressionou os chefes tribais tsuana a aceitarem a transformação do território no Protetorado da Bechuanalândia, e alianças militares levaram a elite local a transigir com Londres. Apesar do governo britânico ter tentado passar a administração do território para a Companhia Britânica da África do Sul (de Cecil Rhodes) e amalgamá-la, portanto, com as Rodésias, os chefes

tsuanas opuseram-se à medida e o território permaneceu como colônia formalmente ligada a Londres (não às Rodésias ou tampouco à União da África do Sul vizinha, outra ex-colônia britânica autônoma). Em 1966, o processo de gradativa integração das lideranças tribais tsuanas à estrutura formal do governo colonial britânico chegou a seu ápice, o que levou à Conferência de Independência de Botsuana em Londres, em fevereiro daquele ano. Gaborone foi estabelecida como capital da nova república independente em setembro de 1966. Eleições gerais baseadas na constituição escrita logo antes da independência (1965) foram promovidas e elegeram Seretse Khama, um dos principais líderes do movimento de independência, chefe tribal legítimo de um dos oito sub-grupos tribais do país e descendente de Khama III, como presidente e líder do Partido Democrático de Botsuana (BDP), principal força política do país até os dias atuais.

Desde a independência, o BDP manteve maioria parlamentar e elegeu todos os presidentes do país (Seretse Khama, 1966-80; Quett Masire, 1980-98; Festus Mogae, 1998-2008; Ian Khama, 2008-14; e Mokgweetsi Masisi, 2018-atual), em eleições consideradas majoritariamente livres e democráticas em ambiente estável e pacífico. Botsuana é considerada, por muitos, como a mais antiga democracia do continente, com sua estrutura estável herdada do tribalismo setuana e transplantada para a política eleitoral republicana. O país é considerado por muitas agências e classificações internacionais como uma das democracias mais abertas da África e também como o país menos corrupto do continente pela Transparência Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985. Inicialmente sem embaixadas residentes, as relações bilaterais eram mantidas pelas representações do Brasil em Pretória e de Botsuana em Washington. Com a gradual aproximação dos países, o Brasil abriu embaixada residente em Gaborone em 2007, e Botsuana em Brasília em julho de 2009, a primeira desse país na América Latina.

Impulso ao incremento das relações bilaterais foi dado em 2004, quando o então secretário-geral (Permanent Secretary) do Ministério de Negócios Estrangeiros de Botsuana, Ernest Mpofu, visitou Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, à frente de missão empresarial. Em março de 2005, o Brasil enviou missão diplomática a Gaborone, que submeteu à chancelaria botsuanesa projeto de Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e Botsuana.

Em julho de 2005, o então Presidente Festus Mogae visitou o Brasil em caráter oficial. Durante a visita, passou-se em revista a agenda bilateral, regional e internacional de interesse comum. Na oportunidade, o presidente de Botsuana reiterou o apoio a que o Brasil integrasse o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. Ao final do encontro, foi firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica, que constituiu o marco jurídico dos programas de trabalho conjunto futuros.

Em 2006, foram firmados Memorando de Entendimento sobre Esporte e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica em HIV/AIDS, que forneceram instrumentos jurídicos para cooperação bilateral nessas áreas, e realizou-se o primeiro encontro empresarial Brasil-Botsuana, com os objetivos de identificar oportunidades de investimentos brasileiros no mercado botsuanês e de elevar o intercâmbio comercial.

Ainda em 2006, o então presidente Mogae participou da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), realizada em Salvador. Um mês mais tarde, o então chanceler Mompati Merafhe realizou visita de trabalho ao Brasil, tendo participado de dois eventos de relevo: o segundo encontro empresarial Brasil-Botsuana, realizado em São Paulo, ao qual compareceram

cerca de cem empresários, sendo dez botsuaneses e 90 brasileiros; e a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Ministério de Agricultura de Botsuana na área de pesquisa agrícola.

Em abril de 2008, como parte das comemorações de posse do Presidente Ian Khama, foi realizado, em Gaborone, jogo amistoso de futebol entre as seleções de Brasília e de Botsuana. Os dois governos seguiram engajados na implementação de projetos de cooperação nas áreas de HIV/AIDS, desenvolvimento esportivo e intercâmbio educacional, entre outras áreas.

Os anos seguintes mostraram-se pródigos em missões bilaterais de alto nível. Visitaram o Brasil a então Ministra de Juventude, Esporte e Cultura, Gladys Kokorwe (setembro de 2008), o então Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Phandu Skelemani (maio de 2009), o então Ministro de Transporte e Comunicações, Frank Ramsden (novembro de 2010), o então Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, e o então Vice-Presidente e atual Presidente Mokgweetsi Masisi (setembro de 2011), ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento para cooperação em programas de erradicação da pobreza.

Do lado brasileiro, visitaram Botsuana o então subsecretário-geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, que assinou os Acordos de Cooperação Cultural e de Cooperação Educacional (junho de 2009), e o então Subsecretário-Geral de Política-III, Embaixador Piragibe Tarragô, à frente da delegação brasileira na I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana (março de 2010). Em dezembro de 2013, realizou-se, em Gaborone, reunião de seguimento da Comissão Mista.

Em julho de 2013, Botsuana adotou oficialmente o padrão nipo-brasileiro de televisão digital (tornando-se o único país da África austral a adotá-lo). Está em fase de transição, em Botsuana, a mudança do sistema analógico para o sistema digital da televisão aberta. Já foram instalados 50 transmissores do padrão nipo-brasileiro no território botsuanês. O equipamento é produzido pela Hitachi do Brasil, sediada em Santa Rita do Sapucaí (MG). Adicionalmente, o governo japonês deverá oferecer gratuitamente, numa primeira fase da mudança, 15 mil conversores de sinal para o novo sistema à população mais carente (o conversor está disponível no mercado botsuanês e custa aproximadamente US\$ 60).

Em 2017, o então ministro das Relações Exteriores, Aloysis Nunes Ferreira, à frente de delegação composta pelo Senador Antonio Anastasia e por diplomatas brasileiros, visitou Gaborone no período de 8 a 10/05/2017, quando manteve encontros com a chanceler botsuana e com os ministros de Assuntos Presidenciais, da Saúde e Bem-Estar, e do Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar. Em 09/05, os chanceleres assinaram o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre os dois países, com vigência imediata.

A visita do então chanceler brasileiro teve impacto muito positivo sobre o governo local, tendo elevado sobremaneira seu interesse em estreitar os laços e a colaboração com o Brasil. Como demonstração dessa boa impressão, o então ministro de Assuntos Presidenciais, Governança e Administração Pública, Eric Molale, chefiou missão ao Brasil, de 19 a 21/06/2017, com o objetivo de conhecer a concepção e a implementação de políticas públicas voltadas para segurança alimentar, agricultura familiar, alimentação escolar e seguridade social em geral, além de manter reuniões na área de migração de TV digital. O ministro e a delegação tiveram reuniões no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e na EMBRAPA. Foram, ademais, organizadas visitas de campo pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER/DF).

O secretário-permanente do Ministério de Assuntos Internacionais e Cooperação, Gaeimelwe Goitsemang, realizou visita a Brasília em 07/07/2017 para a Primeira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Botsuana no Ministério das Relações Exteriores. Na oportunidade, o Secretário

permanente manteve encontros também com o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e com o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco (IRBr).

De 28/08 a 04/09/2017, o então Ministro de Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar, Patrick P. Ralotsia, acompanhado de delegação, visitou o Brasil e manteve contato com autoridades brasileiras com o objetivo de aprofundar a cooperação bilateral na área de agricultura. Na oportunidade, o Ministro Ralotsia visitou também a EXPOINTER-2017, em Porto Alegre, a maior feira agropecuária da América Latina. O Ministro Ralotsia retornou ao Brasil, em julho de 2018, para participar do Fórum Mundial de Alimentação.

Em junho de 2018, cooperativas do setor lácteo do MERCOSUL estiveram em Gaborone para examinar oportunidades comerciais e de investimento em Botsuana. Além de visita a fazenda produtora de leite nas cercanias da capital, a delegação empresarial do MERCOSUL participou de seminário organizado pelo "Botswana Investment and Trade Centre" (BITC), agência oficial de promoção de investimentos do governo botsuanês.

Em 06/11/2020, teve lugar, por videoconferência, a Segunda Reunião de Consultas Políticas, em nível de Secretários, tendo a delegação brasileira sido chefiada pelo então Senhor SOMEA, Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, e a botsuanesa, anfitriã daquela edição, pelo Secretário Permanente do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação, Gaeimelwe Goitsemang. No encontro, foram tratados temas como cooperação bilateral em cooperativismo, saúde, biocombustíveis, defesa, comércio e investimentos, isenção de vistos para cidadãos de Botsuana ingressarem no Brasil, treinamento diplomático, temas regionais e combate à Covid-19.

O Secretário Gaeimelwe adiantou, na reunião, a intenção de apresentar minuta de acordo sobre a abolição de vistos para nacionais botsuaneses, o que a Chancelaria botsuanesa fez em fevereiro de 2021. Trata-se da aplicação, pelo Brasil, da reciprocidade quanto à isenção de vistos já unilateralmente concedida por Gaborone a brasileiros que queiram entrar em Botsuana. Em 01/11/2021, a Embaixada em Gaborone submeteu à Chancelaria o texto do acordo, com detalhamento de ajuste. O acordo acabaria sendo assinado na visita do chanceler Kwape a Brasília, em 2022.

Em maio de 2019, missão da Botswana Energy Regulatory Authority (BERA) esteve no Brasil para informar-se sobre a estrutura legal e institucional brasileira na área de biocombustíveis, tendo mantido contato com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e visitado plantas produtoras de etanol no estado de São Paulo. Ademais, delegação da Botswana Public Enterprise Evaluation and Privatisation Agency (PEEPA) demonstrou interesse em programar visita ao Brasil, para conhecer a experiência brasileira na área regulatória de produção e comercialização de carne bovina, com vistas a orientar o atual processo de liberalização do mercado de carne em Botsuana e a privatização da Botswana Meat Commission, entidade governamental que monopoliza a exportação de carne do país.

O Ministro de Defesa, Justiça e Segurança, Shaw Kgathi, e delegação de altos oficiais das forças de defesa de Botsuana realizaram visita a Brasília e São José dos Campos (SP), no período de 28 a 31/05/2018. O Ministro Kgathi manteve encontro com seu então homólogo da pasta de Defesa brasileiro, Joaquim Silva Luna, e conheceu a EMBRAER, a AVIBRAS e outras empresas brasileiras da área de material militar. Durante a visita, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa.

Após a pandemia de Covid-19, as visitas bilaterais foram retomadas com a vinda do chanceler Lemogang Kwape ao Brasil em julho de 2022. Em Brasília, o ministro de Negócios Estrangeiros de Botsuana manteve encontro com o então ministro Carlos França, com quem assinou o Acordo sobre Isenção de Vistos para nacionais de Brasil e Botsuana; com a diretoria da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); e com o Instituto Rio Branco, onde proferiu palestra. Em Minas Gerais, visitou produtores gado com vistas a avançar parcerias público-privadas na melhoria genética do rebanho de seu país. Em São Paulo, por fim, presenciou assinatura de convênio entre empresas do setor

farmacêutico de Brasil e Botsuana e visitou hospitais com a intenção de formar parcerias futuras no setor de saúde da mulher.

Encontra-se em andamento projeto de cooperação na área do fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural em Botsuana, o que possibilitou a criação e a operação da Cooperativa de Horticultores de Kweneng Norte (cercanias de Gaborone). A primeira fase da iniciativa foi encerrada no final de 2017. Em setembro de 2021, os lados brasileiro e botsuanês assinaram o projeto "Fortalecimento do Cooperativismo em Botsuana - fase 2", cujo início deu-se em novembro de 2022. Missão de prospecção da ABC foi realizada paralelamente em Gaborone, com vistas ao desenvolvimento, ao longo do ano de 2023, de projetos nas áreas de saúde e agricultura.

1. Cooperação técnica e humanitária

Cooperação técnica

Os projetos de cooperação técnica entre o Brasil e Botsuana têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica assinado em Brasília em 26/7/2005, em vigor desde 24/10/2010.

Encontra-se em execução, atualmente, o projeto "Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Rural de Botsuana - Fase 2", assinado em março de 2021. Este tem como objetivo capacitar membros da Cooperativa Agrícola de Kweneng Norte em assuntos de gestão organizacional e "marketing", visando ampliar o acesso de produtos hortícolas ao mercado local. O projeto também tem por fim disseminar conhecimento sobre métodos de produção, manejo das culturas e uso de ferramentas tecnológicas específicas para o período pós-colheita. Técnicos do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MOA) e do Ministério do Investimento, Comércio e Indústria (MITI) de Botsuana participarão de treinamentos a serem realizados em Botsuana e no Brasil.

A ABC, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) trabalharão em conjunto com os parceiros botsuaneses durante período de três anos, com vistas a alcançar os objetivos do projeto de cooperação técnica, que foi atrasado pelos impactos da pandemia de COVID-19. A ABC e a OCB têm realizado videoconferências para avançar o planejamento das atividades, a primeira delas sendo um ciclo de treinamentos a respeito de ferramentas de gestão cooperativista. O primeiro desses treinamentos foi realizado exitosamente em novembro de 2022, em Gaborone.

Cooperação humanitária

A cooperação humanitária tem como objetivo o fortalecimento de instituições e instâncias do setor de gestão de riscos, bem como a revisão de protocolos de resposta emergencial e reconstrução pós-catástrofes.

A principal iniciativa brasileira em benefício de Botsuana refere-se à doação de medicamentos contra a tuberculose. Em 30/12/2021, 3 mil comprimidos do medicamento Etionamida 250mg, tratamento contra a tuberculose, foram doados a Botsuana pela primeira vez. Em 21/02/2022, o Governo brasileiro ofereceu doação adicional de 4 mil comprimidos do mesmo medicamento, sendo que a oferta ainda se encontra em análise pela parte botsuanesa.

2. Acordo de Isenção de Vistos para portadores de passaportes comuns

Como resultado do Plano de Trabalho de 2017 da embaixada do Brasil em Gaborone, foram iniciadas negociações de acordo sobre a isenção da exigência de vistos Brasil-Botsuana. A celebração do instrumento em 2022 teve o objetivo de estabelecer equilíbrio e reciprocidade plena no tratamento dos nacionais dos dois países, uma vez que cidadãos brasileiros já eram beneficiados

por isenção de visto para entrada em Botsuana, enquanto portadores de passaporte comum botsuanês seguiam necessitando visto para ingressar no Brasil.

3. Cooperação entre academias diplomáticas

Minuta de Memorando de Entendimento entre o Ministério de Negócios Estrangeiros de Botsuana e o Instituto Rio Branco foi apresentada pela embaixada de Botsuana em Brasília em 14 de abril de 2022. O texto encontra-se em revisão pelo lado botsuanês e está pronto para ser assinado pelo lado brasileiro.

4. Temas agrícolas e sanitários

O comércio bilateral agrícola entre o Brasil e Botsuana ainda é limitado. Em 2021, as exportações brasileiras do agronegócio ao país totalizaram cerca de US\$ 326 mil: desse valor, cerca de 64,2% foram compostos pela exportação de carnes e de produtos florestais, o que indica alta concentração da pauta exportadora.

Desde 2017, a embaixada do Brasil em Gaborone tem feito seguidas gestões com o objetivo de buscar resposta das autoridades locais sobre proposta de Certificado Sanitário Internacional (CSI) para habilitar a exportação de embriões de bovinos e bubalinos do Brasil para Botsuana. Não há, entretanto, desde 2017, registro de resposta das autoridades de Botsuana. O MERCOSUL organizou, em passado recente, missão a Botsuana para avaliar a possibilidade de investimentos na indústria do leite e derivados. O mercado local botsuanês, entretanto, não atraiu o interesse de investidores.

Pauta comercial

O comércio entre Brasil e Botsuana em produtos do agronegócio tem valores modestos e os itens da pauta têm apresentado grande variação. A corrente de comércio é dominada por exportações brasileiras ao país africano.

De 2017 a 2022, segundo dados do ComexStat, as exportações brasileiras situaram-se na faixa de US\$ 300 mil, com picos de pouco mais de US\$ 1 milhão em 2019 e 2020, na esteira das vendas de tabaco, item que não constou da pauta em outros anos. Em 2021 e 2022, a venda de carnes foi o grande destaque. Outros produtos exportados são couros e açúcar.

Em 2018 foi registrada a compra de valor irrisório de sementes de Botsuana pelo Brasil. Nos anos seguintes não houve registro de importações brasileiras.

Os principais produtos agrícolas importados por Botsuana em 2020 foram:

- Cereais - US\$ 144 milhões;
- Açúcar e produtos de confeitoraria - US\$ US\$ 65 milhões;
- Cereal, farinha e amido - US\$ 64 milhões;
- Legumes, frutas e nozes - US\$ 63 milhões;
- Laticínios, ovos, mel e produtos comestíveis - US\$ 55 milhões.

A África do Sul, país integrante da SACU (União Aduaneira da África Austral), é o principal parceiro externo de Botsuana, inclusive no comércio do agronegócio.

5. Biocombustíveis

A Autoridade Reguladora de Energia de Botsuana (BERA) realizou missão técnica ao Brasil, entre 13 e 16 de maio de 2019, com vistas a buscar subsídios e boas práticas para orientar a elaboração de

arcabouço regulatório que possibilitasse a integração dos biocombustíveis à matriz energética daquele país. Na ocasião, foram realizadas visitas à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio de Janeiro, bem como ao escritório da União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA) e à sede do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), em São Paulo.

Em janeiro de 2022, o governo da Botsuana lançou, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), documento intitulado “Biofuel Guidelines”. Essas diretrizes foram concebidas para orientar investimentos nacionais e estrangeiros no setor de produção de biocombustíveis da Botsuana. De acordo com Lefoko Moagi, ministro de Recursos Minerais, Tecnologia Verde e Segurança Energética de Botsuana, as “Diretrizes para Biocombustíveis” foram desenvolvidas como parte do projeto de exploração de biogás do país, que visa facilitar investimentos na produção e utilização de biogás gerado a partir de resíduos agrícolas na região sudeste da Botsuana.

POLÍTICA INTERNA

Botsuana é considerada uma das democracias mais estáveis da África, com instituições sólidas e histórico de eleições pacíficas. A economia é altamente dependente do setor de extração mineral de diamantes, o que a deixa suscetível a ciclos de expansão e declínio vinculados à cotação da commodity.

A independência de Botsuana, antigo Protetorado Britânico de Bechuanalândia (desde 1885), ocorreu em 1966. Botsuana é uma república semipresidencialista. O presidente, chefe de Estado e de Governo, é eleito pela Assembleia Nacional (61 assentos, sendo 57 eleitos pelo voto direto e 4 designados pelo partido majoritário). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Além da Assembleia Nacional, há um Conselho Consultivo não-permanente (“House of Chiefs”), composto por quinze membros e convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais. O Gabinete ministerial é formado por catorze Ministérios.

Botsuana ostenta uma história de estabilidade institucional. O primeiro governo do país foi formado pelo Partido Democrático de Botsuana (“Botswana Democratic Party” – BDP), nas eleições de 1965, ano em que o país obteve a autonomia política que precedeu a sua total independência do Reino Unido. O BDP mantém-se no poder desde então. O primeiro presidente eleito, Seretse Khama, neto de Khama III, o principal líder botsuanês no século XIX, ocupou o cargo desde 1966 até sua morte em 1980. Khama deixou legado de democracia estável e consolidada, com alto grau de institucionalização.

Em abril de 2018, o presidente Mogweetsi Eric Masisi assumiu a Presidência, logo ao término do mandato do presidente Ian Khama. Segundo a legislação eleitoral do país, entre o término de um mandato presidencial e a realização de eleições gerais, há um interstício de dezoito meses, período em que o vice-presidente, de praxe líder do partido governista, é alçado à presidência da República interinamente. Nas eleições de 23 de outubro de 2019, BDP foi vitorioso pela 12^a vez sucessiva. O partido conquistou 38 dos 57 assentos disputados na Assembleia Nacional, confirmando o presidente Masisi no cargo. Os partidos de oposição, em conjunto, conquistaram 19 assentos (um a menos que no pleito anterior). Botsuana é reconhecida por seu respeito à liberdade de expressão e à independência da mídia. A imprensa botsuanesa é amplamente vista como um órgão de defesa da política democrática no país. O governo de Botsuana respeita a liberdade de expressão e de imprensa.

POLÍTICA EXTERNA

De modo geral, Botsuana mantém boas relações com todos os países de seu entorno regional e com a comunidade internacional, tendo participação ativa e construtiva nas instâncias multilaterais do continente - SADC, União Africana - bem como nas Nações Unidas.

A política externa do país pauta-se pelos princípios de respeito à soberania, solução pacífica de controvérsias e defesa dos direitos humanos. Como prioridades de ação, o governo busca estabelecer parcerias externas que possam auxiliar Botsuana no seu progresso econômico e social, tendo como meta atingir a condição de país de renda média alta.

Nesse sentido, Botsuana mantém relações estreitas com a União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

O presidente Masisi tem conferido atenção redobrada aos membros da SADC, com regulares visitas oficiais aos países da organização, em cujo seio Botsuana tem favorecido a formação do consenso na solução dos problemas da região e o apoio a uma agenda de temas que privilegiam a boa governança, estado de direito, a defesa do meio ambiente e o reconhecimento dos direitos humanos. Cabe destacar que a eleição do novo secretário executivo da SADC, o botsuanês Elias Mpedi Magosi, foi fruto de intensa campanha diplomática do presidente Masisi.

As relações com a África do Sul são centrais para Botsuana. Há laços comerciais profundos entre os dois países e há vários projetos em andamento de infraestruturas de integração fronteiriça.

ECONOMIA

Botsuana tem uma economia baseada em extração mineral (diamantes), pecuária e turismo. O país tem tido uma das mais rápidas taxas de crescimento do PIB no mundo (9% ao ano entre 1966 e 1999), o que o conduziu da condição de uma das mais pobres economias do mundo para a renda média-alta, quarto maior PIB per capita por paridade de poder de compra da África e nível de renda e desenvolvimento similar ao do Brasil de acordo com certos índices (PIB per capita a preços correntes, IDH, etc.). Seu crescimento econômico é apoiado por estabilidade institucional e desenvolvimento humano acima da média da região. A renda per capita nominal, de US\$ 7.350, é a quinta mais alta da África (segundo dados de 2021 do Banco Mundial), após Seychelles, Maurício, Guiné Equatorial e Gabão. Diamantes são o item dominante de sua pauta exportadora (cerca de 85% das exportações).

O país, no entanto, sofre com território semiárido dotado de solos de baixa fertilidade e grande variação pluviométrica, além da presença do deserto do Kalahari (mais de 70% do território nacional). Dessa forma, a agricultura contribui apenas com cerca de 3% do PIB, e as principais culturas são aquelas de subsistência e alimentação geral (principalmente milho). A atividade pecuária, parte central da formação histórica do país, de tradição pastoril, representa 80% das exportações de origem agrícola, mas também tem importância secundária para a economia do país. Ainda assim, o plantel total de gado de Botsuana é 4% superior à sua população (2,5 milhões de cabeças de gado para 2,4 milhões de habitantes), de acordo com estimativas de entidades do setor da carne. Entre as ameaças ao desempenho econômico do país, está o fato de que Botsuana apresenta o segundo maior contágio por HIV/AIDS no mundo, com cerca de 20,3% de sua população adulta infectada de acordo com a UNICEF.

Botsuana detém, desde 2021, classificação de crédito “A3” pela “Moody’s” e “BBB+” pela “S&P”, ambas consideradas como “grau de investimento”. O país é o 5º colocado no Índice Ibrahim de Governança Africana.

A “Economist Intelligence Unit” projeta arrefecimento do crescimento econômico de Botsuana em 2023, tendo em vista efeitos de contração monetária e crescimento reduzido dos setores de extração de diamante e cobre. A inflação, de acordo com os especialistas, tende a permanecer acima da tendência de longo prazo, ainda que abaixo dos picos de 2022. O potencial de crescimento econômico dos setores não-vinculados à extração de diamantes seria limitado, segundo a publicação, em decorrência das pequenas dimensões do mercado doméstico do país, bem como da carência de mão de obra qualificada. A nova ponte sobre o rio Kazungula, conectando Botsuana e Zâmbia, tende a favorecer o crescimento da integração econômica dos dois países e a economia regional da área fronteiriça. Prevê-se retorno de crescimento econômico acelerado para Botsuana entre 2024 e 2027.

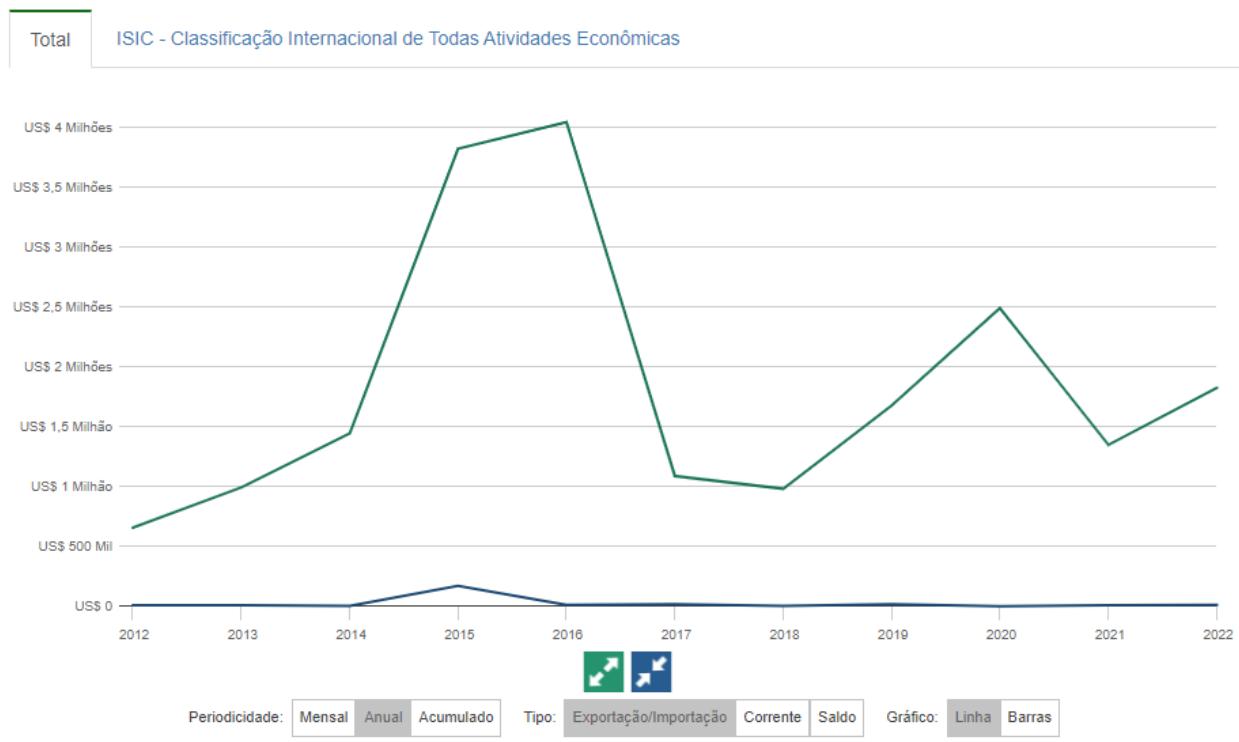
COMÉRCIO BILATERAL

A Botsuana é o 196º destino das exportações brasileiras e o 189º fornecedor de produtos importados ao Brasil. Os produtos com maior peso na pauta exportadora brasileira para a Botsuana em 2022 foram, por ordem de importância, instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores, e suas partes (87%) e outras máquinas industriais (7,2%). Quanto às importações dos produtos botsuanos, destacam-se apenas os diamantes, trabalhados ou não (100%).

Corrente de comércio: em 2022, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 1,8 milhão (38,5% a mais do que em 2021) com um superávit brasileiro de praticamente 100% do total das trocas. De janeiro a março de 2023, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 703 mil.

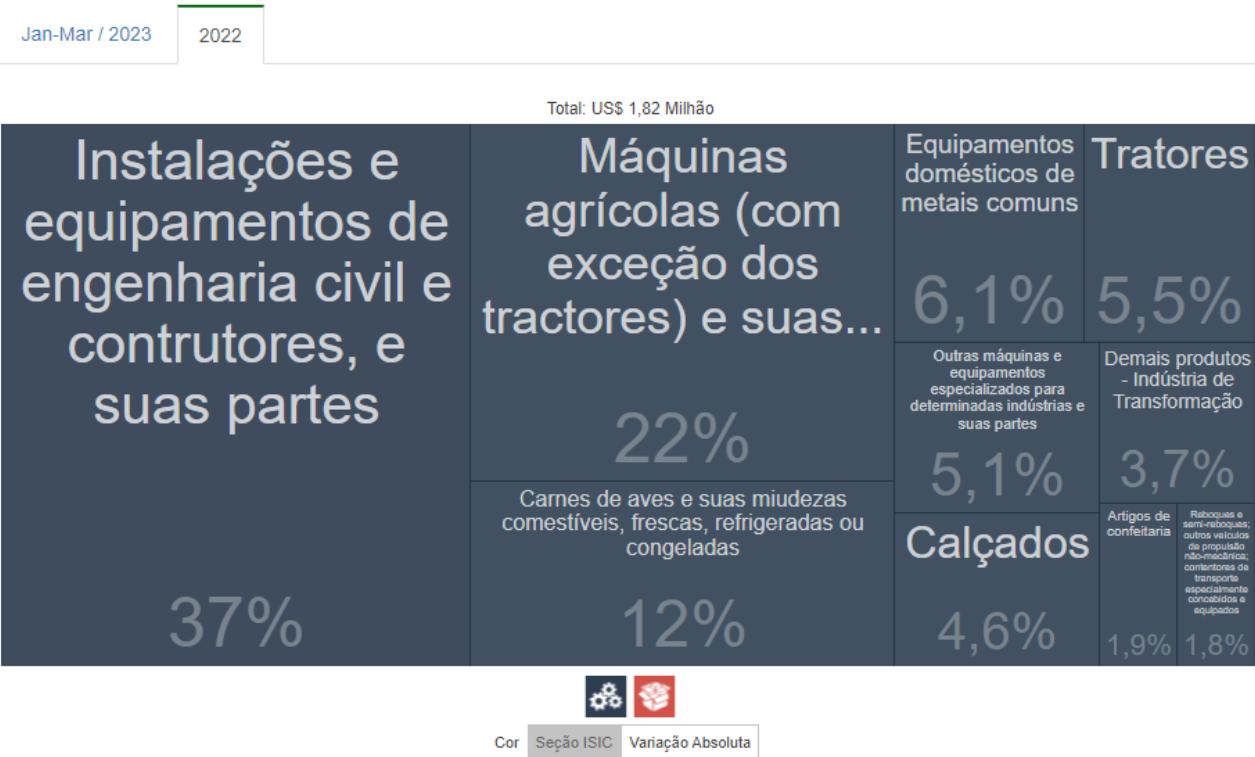


Série histórica - Parceiro: Botsuana



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Botsuana



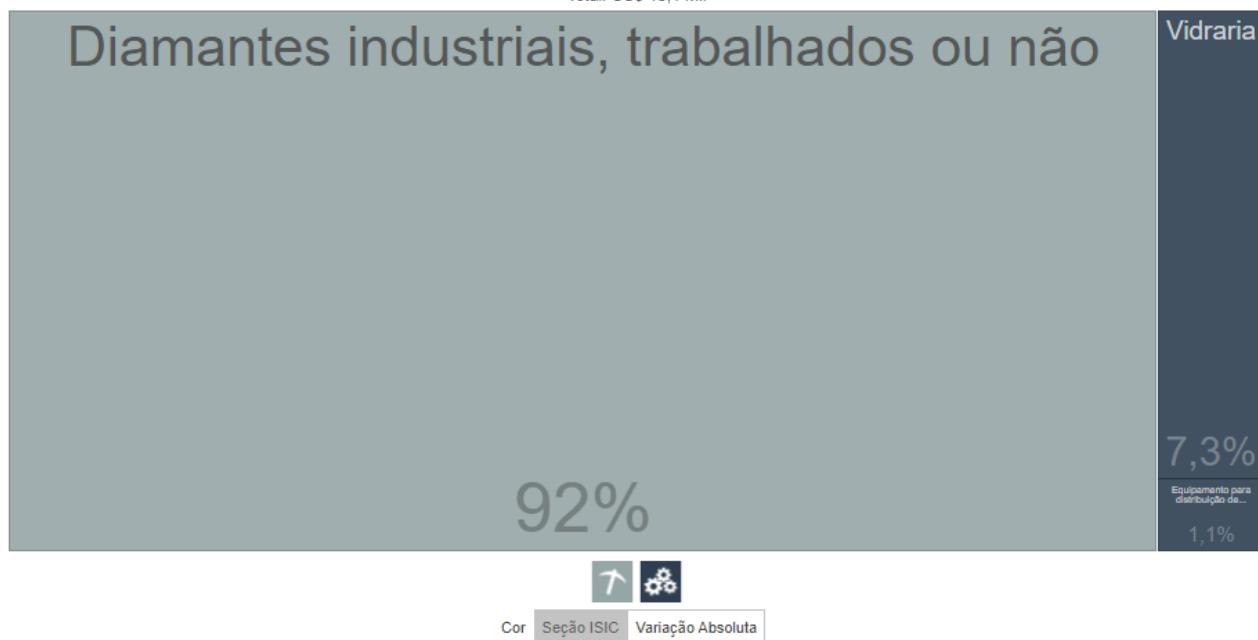
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Botsuana

Jan-Mar / 2023

2022

Total: US\$ 13,1 Mil



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À
REPÚBLICA DE BOTSUANA**

Candidato: JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador João Genésio de Almeida Filho**

Nascido em São Paulo, em 1963, João Genésio de Almeida Filho é casado e tem duas filhas.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985) e bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1986), ingressou no Instituto Rio Branco em 1990.

Serviu nas embaixadas do Brasil em Londres (1996) e Pretória (1999 e 2004). No Brasil, exerceu funções na divisão de Ciência e Tecnologia (1991) e foi assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos (1995).

Foi também coordenador da Coordenadoria do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul e chefe da Divisão de IBAS e BRICS (2008).

Exerceu a função de ministro-conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra (2011-13) e a de cônsul-geral adjunto do Consulado-Geral do Brasil em Genebra (2013-17).

Foi diretor do Departamento de Energia do Itamaraty (2017) antes de assumir a função de Representante Permanente Alterno da Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York (2019), seu último cargo.

Publicou, em 2009, a obra “O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectiva”, pela Fundação Alexandre de Gusmão.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E BOTSUANA

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior, antecessor o posto)

I – Relações diplomáticas

- Brasil e Botsuana mantêm relações diplomáticas desde 1985. O relacionamento bilateral ganhou impulso com a visita do presidente Festus Mogae ao Brasil em 2005 e a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Botsuana em 2006.
- A embaixada residente do Brasil em Gaborone foi aberta em 2007 e a de Botsuana em Brasília em 2009.
- As relações bilaterais são cordiais e visitas de alto nível têm sido regulares, como a do então ministro Aloysio Nunes Ferreira a Gaborone em 2017 e, mais recentemente, a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Lemogang Kotope, ao Brasil em julho de 2022.
- As reuniões de consultas políticas têm-se mostrado instrumento importante para fazer avançar temas de interesse. A primeira reunião teve lugar em Brasília em 2017, por ocasião da visita do secretário permanente (vice-ministro) dos Negócios Estrangeiros. A segunda reunião, em formato de videoconferência, realizou-se em dezembro de 2020.
- No plano multilateral, os dois países mantêm diálogo regular. Botsuana apoiou a eleição recente do juiz Caldeira Brant a assento na Corte Internacional de Justiça e o Brasil apoiou a escolha de Gaborone como sede do secretariado permanente do Processo de Kimberley, mecanismo que procura coibir a comercialização dos chamados “diamantes de sangue” em países envolvidos em conflitos armados.

II – Relação econômico-comercial

- O mercado de Botsuana não dispõe de câmaras de comércio e/ou associações comerciais que possam suprir informações de interesse para o exportador brasileiro, tais como lista de importadores por produtos, lista de atacadistas etc.
- As estatísticas de Botsuana de comércio exterior se restringem a produtos por blocos.
- A corrente de comércio bilateral é pequena e sua média nos últimos 3 anos foi de US\$ 1,88 milhão. Em 2022, os principais itens da pauta exportadora brasileira foram: a) instalações e equipamentos de engenharia civil (37%); máquinas agrícolas, com exceção de tratores (22%); carne de aves e suas miudezas comestíveis frescas, refrigeradas ou congeladas (12%).
- As importações brasileiras em 2022 se concentraram em diamantes industriais (92%).
- Botsuana foi o 196º destino das exportações brasileiras em 2022.
- Todavia, as estatísticas sobre o intercâmbio comercial bilateral não refletem fielmente a realidade: muitos produtos brasileiros são adquiridos no mercado sul-africano, por meio de intermediários.
- Embora disponha de mercado interno relativamente pequeno, com cerca de 2,3 milhões de habitantes, Botsuana integra a União Aduaneira da África Austral (SACU em seu acrônimo em inglês), que permite a livre circulação de bens. A SACU é composta por África do Sul, Botsuana, Essuatini, Lesoto e Namíbia.

- Apesar das dificuldades relacionadas à pandemia, a embaixada organizou 3 missões empresariais nos setores de transporte público, equipamentos e insumos médico-hospitalares e fármacos.
- A empresa Orthosurge assinou acordo de representação dos medicamentos produzidos pela Eurofarma.
- Não há registro de investimentos entre os dois parceiros.
- A Afrochamber com sede em São Paulo manifestou intenção de participar da Global Expo Botswana 2023 em outubro próximo.
- Representante da EMBRAER Defesa esteve em Gaborone no dia 4 de abril, ocasião em que retomou contatos com o alto comando das forças de defesa do país.

III – Cooperação Técnica

- A cooperação técnica tem sido a pedra angular do relacionamento bilateral.
- Mesmo antes da abertura de embaixada residente em Gaborone, os dois países firmaram Memorando de Entendimento sobre Esporte e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica HIV/AIDS.
- Em 2022, teve início a execução da segunda fase do projeto sobre cooperativismo, cujo cronograma foi afetado pelas restrições impostas pela pandemia. Missão brasileira esteve em Gaborone para ministrar aulas práticas sobre diversos aspectos do cooperativismo.
- Em novembro de 2022, missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) esteve em Gaborone para examinar as perspectivas de desenvolvimento de novos projetos nas áreas de saúde e agricultura.
- O Governo brasileiro tem oferecido ao país, no quadro de sua política de ajuda humanitária, remédios e vacinas. A título de exemplo, cite-se a doação de comprimidos para o combate à tuberculose.

III- Cooperação em outras áreas

- Brasil e Botsuana firmaram, em 2018, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa. Na época, o Governo de Botsuana manifestou interesse na aquisição de aeronaves SuperTucano. As conversações sobre o tema, porém, não prosperaram.
- A embaixada propôs em 2021 o estabelecimento de adidânciia militar não residente de forma a propiciar atividades de treinamento e capacitação ao amparo do referido memorando. A proposta se encontra em análise no Ministério da Defesa.
- A cooperação em defesa foi discutida em encontro entre o então Ministro de Estado e seu homólogo Dr. Lemogang Kwaape, em Brasília. Como resultado, as assessorias internacionais dos respectivos ministérios da Defesa mantiveram reunião por videoconferência. Houve ampla troca de informações entre as duas assessorias.

IV – Temas culturais

- Botsuana não dispõe de teatros, salas de concerto ou galerias para a realização de manifestações culturais. O Museu Nacional, que conta com espaço para exposições temporárias, encontra-se fechado para obras. O público possivelmente interessado em eventos culturais é reduzido.

- No entanto, haveria espaço para promover a língua portuguesa. Em encontro com o vice-reitor da Universidade de Botsuana, verificou-se o interesse da instituição em contar com o concurso de professor brasileiro no Departamento de Português. Caberia ao Instituto Guimarães Rosa examinar a possibilidade de selecionar leitor brasileiro para ocupar a função.

V – Temas consulares

- A comunidade brasileira em Botsuana é pequena, de aproximadamente 15 pessoas. Não há registro de cidadãos presos no país, nem tampouco de desvalidos que tenham solicitado o apoio da embaixada.
- É difícil quantificar o número de turistas brasileiros que visitam Botsuana anualmente. Não há estatísticas disponíveis. Sabe-se que grande parte dos turistas partem diretamente aos locais de interesse (safáris), no interior do país, sem passar pela capital. Há expectativa de aumento no número de turistas brasileiros que visitam o país após a assinatura, em julho de 2022, de acordo que elimina a necessidade de vistos de curta duração.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, difundir a cultura brasileira e a língua portuguesa falada no Brasil e prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que vive ou se encontra momentaneamente no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover a língua portuguesa falada no Brasil.
4. Promover serviços consulares de qualidade.
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais e regionais.
6. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Administrar de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com Botsuana, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações do Brasil com o país, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional, tendo sempre por norte o desenvolvimento nacional e a defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil junto a Botsuana.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Cumprimento do dever. Excelência. Integridade. Respeito à hierarquia e aos valores que inspiram a política externa brasileira em dois séculos de história. Atenção aos valores e identidades que caracterizam o povo junto ao qual a embaixada realiza seu trabalho em Botsuana.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e aprofundar as relações políticas, econômicas, culturais e educacionais com Botsuana nos âmbitos bilateral e internacional, com foco na prosperidade das sociedades e no desenvolvimento sustentável dos países.
2. Situar e operar essas relações dentro do quadro mais amplo da política africana do Brasil, diante do papel de Botsuana no continente africano (em especial na África Austral).
3. Entabular parcerias políticas, econômicas e sociais com Botsuana que permitam a elevação do perfil das relações diplomáticas entre esse país e o Brasil, a partir da identificação de áreas de interesse comum para o benefício mútuo das respectivas sociedades.
4. Promover o adensamento dos laços econômicos com Botsuana e a inserção competitiva do Brasil na África Austral, incentivando o adensamento e a consolidação das correntes de comércio e investimentos em ambos os sentidos, a partir do mapeamento das complementaridades econômicas, do apoio às empresas brasileiras interessadas em comercializar ou investir, e de esforços para identificação e remoção de eventuais barreiras.
5. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com Botsuana em todas as áreas de interesse comum, como agricultura e segurança alimentar, infraestrutura, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, desenvolvimento industrial, saúde e outras. Articular iniciativas em áreas prioritárias para os países, como a segurança alimentar das populações e iniciativas de fomento à criação de emprego e renda.
6. Compartilhar com Botsuana a experiência brasileira sobre políticas públicas de combate à pobreza, com ênfase em programas como o Bolsa Família e Merenda Escolar.

7. Promover a imagem e a cultura do Brasil em Botsuana, em especial mediante a promoção da língua portuguesa com o apoio de leitor brasileiro na Universidade de Botsuana.
8. Intensificar a coordenação com Botsuana nos temas da agenda internacional, em particular nas organizações internacionais em que ambos os países atuam, como as Nações Unidas, a OMC, a OMS, a FAO e a UNESCO.
9. Fortalecer, por meio das relações com Botsuana, os laços do Brasil com o continente africano, inclusive por meio de eventuais interações com os mecanismos de integração sub-regional e outras organizações de que esse país faz parte, a exemplo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sediada em Gaborone), da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da União Africana (UA).
10. Promover o Brasil como destino turístico e “hub” sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e Botsuana.
11. Realizar o seguimento ativo de todas as iniciativas em curso ou novas no plano bilateral ou nos planos regional e internacional de que o Brasil e Botsuana sejam partes.
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática e consular do Brasil em Botsuana.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
 (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral.
- b) Buscar manter contatos com entidades empresariais e empresas brasileiras para informá-las a respeito de oportunidades de negócios em Botsuana.
- c) Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral.
- d) Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros.
- e) Entabular diálogo e buscar parcerias com instituições, associações setoriais e outros atores locais capazes de influenciar a tomada de decisão referente a medidas com impacto sobre o comércio.
- f) Apoiar técnica e politicamente as exportações brasileiras eventualmente afetadas por medidas restritivas.
- g) Acompanhar o desenvolvimento de subsidiárias de empresas brasileiras ou de empresas botsuanesas de capital brasileiro atuantes em Botsuana.
- h) Mapear os setores e nichos nos quais há oportunidades para produtos brasileiros, por meio de estudos preliminares desenvolvidos pelo posto e eventualmente aprofundados em trabalhos contratados.
- i) Divulgar produtos e serviços brasileiros por meio de eventos especificamente concebidos e organizados pela Embaixada com tal objetivo, bem como em feiras presenciais ou virtuais realizadas em Botsuana.
- j) Por meio de parcerias com instituições, agências de fomento estaduais e municipais, federações de indústrias e outras associações setoriais, divulgar as oportunidades existentes em Botsuana.
- k) Promover, na jurisdição do posto, produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros;
- l) Promover a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em mídias sociais, bem como em outros canais e eventos.
- m) Fazer o acompanhamento da conjuntura econômica em Botsuana, a fim de identificar oportunidades de aprofundamento do relacionamento econômico e comercial com o Brasil.
- n) Apresentar o ambiente de negócios brasileiros nos foros pertinentes e para parceiros com potencial interesse investidor.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de relatórios de acompanhamento da economia em Botsuana e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada.
- b) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio.

- c) Número de reuniões e gestões junto ao governo botsuanês referentes aos interesses expressos nas metas.
- d) Número de eventos de divulgação, junto ao empresariado brasileiro, das oportunidades de negócios em Botsuana.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar, relatar e analisar a política interna e externa em Botsuana, sob a perspectiva do interesse brasileiro.

- a) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política interna de Botsuana, com destaque para implementação de reformas políticas e econômicas e evolução do cenário político local.
- b) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política externa de Botsuana.
- c) Acompanhar o relacionamento de Botsuana com seus vizinhos, destacadamente a África do Sul, Zimbábue, Namíbia e Angola.
- d) Acompanhar assuntos relativos a interesses étnicos, religiosos e regionais relevantes para a análise do comportamento da população botsuanesa.
- e) Elaborar materiais informativos que atendam às solicitações específicas oriundas da Secretaria das Relações Exteriores, em Brasília, e outros órgãos públicos brasileiros.

2) Manter e ampliar os canais bilaterais de diálogo.

- a) Prosseguir a realização do mecanismo de consultas políticas.
- b) Cultivar rede de contatos em Botsuana e aprofundar a interlocução com autoridades civis e militares, com vistas a estreitar diálogo bilateral transparente e profícuo para ambos os países.
- c) Ampliar contatos com acadêmicos, analistas e jornalistas locais, de forma a subsidiar as análises a serem enviadas à SERE.

3) Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado.

- a) Trabalhar, junto ao Congresso Brasileiro e ao parlamento botsuanês, as oportunidades de “diplomacia parlamentar”.
- b) Apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras em Botsuana, assim como missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais brasileiros e os do país em questão.
- c) Defender a realização de reuniões da Comissão Mista sobre temas selecionados de maior interesse.
- d) Propor nova reunião do diálogo político entre os dois países.

4) Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral.

- a) Apoiar negociações de acordos que se façam necessários para fortalecer as relações bilaterais.
- b) Identificar temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro.
- c) Avançar na conclusão do acordo entre o governo de Botsuana e o Instituto Rio Branco.
- d) Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de eventuais propostas realizadas por Botsuana.

5) Apoiar e buscar expandir e diversificar projetos bilaterais de cooperação técnica

- a) Prestar apoio e intermediar contatos para auxiliar a execução dos projetos de cooperação técnica em curso ou em fase de negociação com Botsuana, bem como estabelecer contatos com setores locais e brasileiros potencialmente interessados em compartilhar experiências e promover novos projetos conjuntos de cooperação técnica.

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de expedientes telegráficos produzidos pelo posto sobre política interna e externa e demais temas de interesse da política externa brasileira.
- b) Número de visitas oficiais realizadas, tanto de autoridades brasileiras a Botsuana quanto de autoridades locais ao Brasil.
- c) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, agentes políticos, administrativos, econômicos e legislativos, inclusive com vistas à celebração e implementação de acordos.
- d) Número de reuniões de outra natureza, em formato presencial ou virtual, de que a embaixada participe.
- e) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte.
- f) Número de projetos de cooperação em andamento ou em discussão.
- g) Número de acordos bilaterais e ajustes complementares negociados durante a gestão.
- h) Número de acordos assinados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Assegurar apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil e a posições brasileiras em fóruns internacionais.

- a) Realizar gestões junto ao governo de Botsuana em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais.

2. Contribuir para a concertação bilateral em organismos internacionais.

- a) Elaborar informações e análises sobre a atuação de Botsuana em mecanismos regionais e organizações multilaterais, notadamente as Nações Unidas (ONU), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana (UA).

- b) Acompanhar o processo de implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) sob a perspectiva de Botsuana e seus possíveis impactos para o Brasil.

3. Examinar de forma conjunta com a Secretaria de Estado, em Brasília, as perspectivas de cooperação do Brasil com a SADC, tendo em conta que o organismo regional tem sua sede em Gaborone.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões junto ao governo de Botsuana i para obtenção de apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais.
- b) Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre atuação de Botsuana em organizações internacionais.
- c) Índice de apoio botsuanês a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem do Brasil

- a) Difundir a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em mídias sociais, bem como em outros canais e eventos disponíveis.

2. Promover a cultura brasileira e a língua portuguesa

- a) Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade botsuanesa e diversificar as referências culturais brasileiras.

3. Promover o Brasil como destino turístico

- a) Divulgar o Brasil como destino turístico e “hub” sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e Botsuana.
- b) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público botsuanês.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de contatos com agentes formadores de opinião e de postagens em mídias sociais, com controle sobre eventuais compartilhamentos de material produzido pelo posto.
- b) Número de ações de promoção cultural, tradicionais ou virtuais, aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Buscar promover a cooperação com Botsuana, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.**
 - a) Incentivar a cooperação com o governo botsuanês no compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável.
 - b) Explorar novas áreas para cooperação, com especial enfoque em florestas, aliadas a iniciativas vinculadas aos ministérios de ciência, tecnologia e inovação de ambos os países.
 - c) Difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, de sua biodiversidade e sustentabilidade de sua produção de alimentos.
 - d) Acompanhar e monitorar a implementação de políticas locais com o objetivo de proteção do meio ambiente.
 - e) Auxiliar na promoção de tecnologias limpas produzidas no Brasil, com o objetivo de sua introdução no mercado botsuanês.
 - f) Apoiar eventuais iniciativas de cooperação técnica na geração de energias limpas, particularmente solar e eólica, bem como no gerenciamento de resíduos sólidos.
 - g) Analisar os impactos ambientais, geopolíticos e econômicos dos efeitos da mudança do clima em Botsuana.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral em áreas relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- b) Número de comunicações produzidas ou circuladas pela embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e Botsuana.**
 - a) Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação técnica e em C,T&I, principalmente em áreas já identificadas como prioritárias, como agricultura, segurança alimentar, alimentação escolar.
 - b) Promover iniciativas nas áreas de C,T&I, mobilidade, intercâmbio acadêmico e experiências de gestão, governamentais e privadas.

2. Contribuir para o fortalecimento da “marca Brasil” como país inovador, por meio de iniciativas que visam à promoção de tecnologias desenvolvidas nacionalmente, assim como para a divulgação de instituições do Sistema Nacional de Inovação.
 - a) Organizar eventos em conjunto com atores relevantes dos ecossistemas de inovação de ambos os países.
 - c) Elaborar estudos e material de inteligência de mercado para guiar as ações brasileiras na área.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS

- a) Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema.
- b) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e Botsuana.
- c) Número de estudos e informações preparados pelo posto.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e buscar favorecer a mobilidade acadêmica mútua.
2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa.
3. Ampliar o diálogo em temas afetos à cooperação em saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de Covid-19
 - a) Monitorar e relatar avanços realizados localmente na área de saúde.
 - b) Promover a cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e de Botsuana.
4. Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de ações realizadas em favor da divulgação da variante brasileira do português.
- b) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito dos avanços realizados localmente nessas áreas.
- c) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhadas pela Embaixada.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Cooperar na área de políticas de inclusão social e de combate às desigualdades de gênero e raça.

- a) Produzir informações e facilitar contatos e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais em matéria de políticas de inclusão social de interesse dos dois países.

2. Ampliar o escopo da cooperação técnica e humanitária oferecida a Botsuana.

- a) fortalecer os mecanismos brasileiros de cooperação técnica e ajuda humanitária, por meio de manutenção de canais diretos entre instituições competentes brasileiras e respectivas congêneres locais.
- b) No campo da agricultura, cooperar cientificamente, entabular iniciativas de formação e capacitação de agentes e intercambiar boas práticas agrícolas, amparadas em perspectivas sustentáveis.
- c) fortalecer o diálogo entre as instituições locais e brasileiras responsáveis pelo tema.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- a) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito de experiências locais em matéria de políticas de inclusão social e combate às desigualdades.
- b) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhados pela Embaixada.
- c) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Prestar atendimento consular ágil, eficiente e de qualidade.
2. Prestar assistência consular cabível aos brasileiros em Botsuana.
3. Familiarizar a comunidade brasileira com os temas consulares e sistemas eletrônicos da Embaixada (principalmente o e-consular); dar conhecimento à comunidade de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior (por exemplo, esclarecer sobre necessidade de manter situação militar e eleitoral regulares, de registrar casamento contraído no exterior, etc.).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Agendamento de serviços: disponibilidade para a mesma semana ou, no máximo, para a semana seguinte (inexistência de filas virtuais).
- b) Resposta a consultas por e-mail em, no máximo, um dia útil.
- c) Validação de solicitações no sistema e-consular em, no máximo, um dia útil.
- d) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda.
- e) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda.
- f) Número de mensagens consulares postadas nas mídias sociais da Embaixada.



RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 37, de 2023 (nº 269/2023, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.*

RELATOR: Senador FERNANDO DUEIRE

O Presidente da República indicou o nome do Senhor JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

Nascido em 1963, na cidade de São Paulo - SP, o indicado é bacharel em Direito pela Universidade Católica de São Paulo (1985) e em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1986). Ingressou no Instituto Rio Branco em 1990. Também no mencionado Instituto, participou do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1998; e do Curso de Altos Estudos, em 2005, tendo defendido a tese “O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e



perspectivas”, que foi posteriormente publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Em relação à carreira no Itamaraty, o diplomata indicado tornou-se Terceiro-secretário em 1991; Segundo-secretário em 1996; Primeiro-secretário em 2003; Conselheiro em 2007; Ministro de segunda classe em 2010; e Ministro de primeira classe em 2018. As promoções sempre ocorreram por merecimento.

Foi designado para diversas funções ao longo da carreira, com destaque para: Primeiro-secretário e Conselheiro na Embaixada em Pretória (2004/08); coordenador da Coordenação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (2008/10); chefe da Divisão do Agrupamento BRICS (2010/11); ministro-conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (2011/13); cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Genebra (2013/17); diretor do Departamento de Energia (2017/19); e representante permanente alterno na Missão junto às Nações Unidas, Nova York (desde 2019).

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República do Botsuana. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Recolhemos desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, algumas informações que visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

O antigo protetorado britânico da Bechuanalândia conquistou sua independência em 1966 e adotou o nome de Botsuana. Desde então, realiza eleições multipartidárias regulares e mantém sólida estabilidade política. Cuida-se da nação africana mais bem colocada no ranking de corrupção da organização não governamental Transparência Internacional.

O país está localizado numa região semiárida no sul da África. Cerca de 70% do território localiza-se no deserto de Kalahari. Botsuana conta com importantes jazidas de níquel e de cobre. Para além disso, é o segundo maior produtor mundial de diamantes, atrás apenas da Rússia. A descoberta de jazidas dessa pedra preciosa, em conjunto com a estabilidade político-institucional, possibilitou ao país sair da condição de uma das nações mais pobres e isoladas do mundo para o contexto de um dos países mais prósperos da África.



Botsuana conta com população estimada em 2,5 milhões de habitantes, que possuem grande homogeneidade étnica (80% pertencem à etnia tsuana). Para alguns estudiosos, essa circunstância favoreceu a transposição da estrutura estável herdada do tribalismo setsuano para a política eleitoral republicana. A população do país utiliza o idioma setsuana em suas relações familiares e o inglês nos contextos oficiais, profissionais, comerciais e estudantis.

O relacionamento com o Brasil tem início com o estabelecimento de relações diplomáticas formais em 1985. As relações bilaterais, no entanto, ganharam impulso com as visitas presidenciais de Festus Mogae ao Brasil (2005) e Luiz Inácio Lula da Silva a Botsuana (2006). A aproximação dos países levou à abertura pelo Brasil de embaixada residente em Gaborone (2007); Botsuana, por sua vez, inaugurou sua representação, a primeira na América Latina, no ano de 2009. A cooperação técnica tem sido a pedra angular do relacionamento bilateral. Ambas as representações auxiliam seus respectivos governos na formalização de instrumentos de cooperação técnica e humanitária; bem como na facilitação do trânsito de seus nacionais por meio da isenção de vistos, na cooperação entre as academias diplomáticas e nos assuntos agrícolas e sanitários.

Em relação ao comércio bilateral, ele reflete as assimetrias econômicas e populacionais dos dois Estados. A corrente de comércio teve média nos últimos 3 anos de US\$ 1,88 milhões. Nesse sentido, as trocas ainda são modestas, com dominância das exportações brasileiras. Os principais produtos da pauta exportadora em 2022 foram: instalações e equipamentos de engenharia civil; máquinas agrícolas, carne de aves e suas miudezas comestíveis. Importamos majoritariamente diamantes industriais.

No tocante à comunidade brasileira em Botsuana, ela é composta por aproximadamente 15 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO DUEIRE**

, Relator